

INDICADORES E GESTORES



CHANCELORES



REitores

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



“TUDO PARA TODOS”

UM ESTUDO COMPARADO DE PRINCÍPIOS E PRÁTICAS COOPERATIVAS:
DE PIGÜÉ (BS AS) E NOVA PETRÓPOLIS (RS)
(1898-1920)



ALBA CRISTINA COUTO DOS SANTOS SALATINO



Padre Theodor Amstad
Patrono do
Cooperativismo Brasileiro



SÃO LEOPOLDO
2018

ALBA CRISTINA COUTO DOS SANTOS SALATINO

“TUDO PARA TODOS”
UM ESTUDO COMPARADO DE PRINCÍPIOS E DE PRÁTICAS COOPERATIVAS:
DE PIGÜÉ (BS AS) E NOVA PETRÓPOLIS (RS)
(1898-1920)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientadora: Prof^a Dra. Marluza Marques Harres.

São Leopoldo
2018

S161t Salatino, Alba Cristina Couto dos Santos.
 “Tudo para todos”. Um estudo comparado de princípios
 e de práticas cooperativas: de Pigüé (BS AS) e Nova
 Petrópolis (RS) (1898-1920) / Alba Cristina Couto dos
 Santos Salatino – 2018.
 323 f. : il. ; 30 cm.

 Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
 Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.
 “Orientadora: Prof^a. Dra. Marluza Marques Harres.”

 1. Associação. 2. Alianças estratégicas
 (negócios) - Legislação. 3. Colonização. 4.
 Cooperativismo. 5. Buenos Aires. 6. Rio Grande do Sul.
I. Título.

CDU 98

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Silvana Teresinha Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

ALBA CRISTINA COUTO DOS SANTOS SALATINO

"TUDO PARA TODOS"

**UM ESTUDO COMPARADO DE PRINCÍPIOS E DE PRÁTICAS COOPERATIVAS:
DE PIGÜÉ (BS AS) E NOVA PETRÓPOLIS (RS)
(1898-1920)**

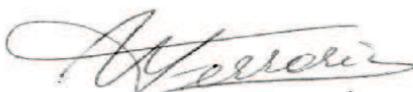
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, como requisição parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

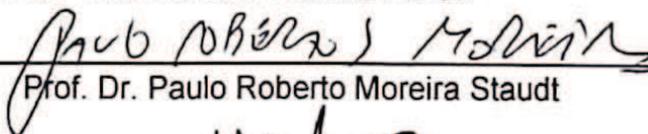
Orientadora: Profª Dra. Marluza Marques Harres.

Aprovado em: 10 de ago / 2018.

BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Marcela Patrícia Ferrari

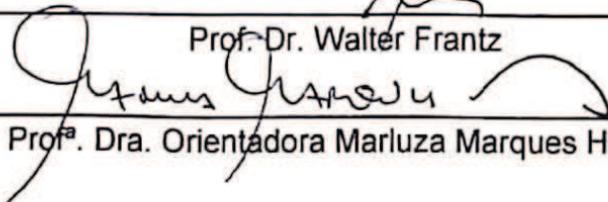


Prof. Dr. Paulo Roberto Moreira Staudt



Prof. Dr. René Ernani Geertz

Prof. Dr. Walter Frantz



Profª. Dra. Orientadora Marluza Marques Harres

São Leopoldo
2018

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida, da qual eu tive o privilégio de desfrutar e, com ela, pude dedicar-me totalmente a este trabalho de investigação e realizar um estágio doutoral em Buenos Aires, em 2016. Com certeza, sem ela, este estudo não seria possível. Estendo meus agradecimentos à população brasileira, pois esta bolsa provém de verba pública para o investimento à ciência, por isso me alegro muito em tornar esta tese pública, sendo a sua conclusão parte do meu retorno à sociedade brasileira.

Aos meus familiares, mãe, irmãos e sobrinhos, que, mesmo reclamando de minhas ausências, compreenderam meus sonhos e me rodearam de amor e de orgulho transbordante.

Ao Luiz Salatino, por me instigar sempre, levantando questões pertinentes e ajudar-me a refletir. Agradeço também por acreditar nos meus sonhos tanto quanto eu acredito. Obrigado por compartilhar esses quatro anos comigo, por estar ali, pelo amor. Afinal, não foram dias fáceis, eu sei, mas preciso te dizer que os passeios e as viagens inesperados foram providenciais para desopilar, continuar e recomeçar...

À minha orientadora, Marluza Marques Harres, que esteve presente sempre, sobretudo, nos momentos em que eu estive insegura, discutindo, orientando e apontando sempre um caminho. Sou muito grata à amizade e ao exemplo de humanidade, pois saibas que és minha inspiração como intelectual e profissional.

Aos meus queridos colegas que se tornaram amigos, Helenize Soares Serres, Juliana Camilo e Douglas Souza Angeli. Vocês tornaram meus dias mais leves, mais lindos, mais coloridos e mais humanos. Obrigado por terem trilhado esse caminho comigo. Obrigado pelas leituras que fizeram do meu trabalho, pelos *pitacos*, sugestões de documentos, pelo auxílio em carregar livros (em especial ao Douglas e Marcus, risos), enfim, pela amizade.

À Helenize Serres, um especial agradecimento por termos compartilhado dos anseios, frustrações e alegrias do estágio realizado em Buenos Aires. Vivemos momentos únicos num inverno com direito a dias de temperaturas abaixo de 0° C, mas que aquecemos com muita leitura, pesquisa em arquivos e bibliotecas, sem faltar os vinhos.

Aos queridos colegas, Marcus Vinicius Barbosa, Elke Rocha, Michelle Nunes de Moraes e Diego Braga, que se fizeram presentes nos primeiros anos desta jornada doutoral e com quem continuo conversas *on line*, saibam que podem contar comigo sempre, obrigado por estarem ali.

Aos professores e coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, pela generosidade, pela constante troca, pelo carinho de vocês à profissão e pelo exemplo. Em especial, agradeço a Hernán Ramiro Ramirez, Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, Paulo Roberto Staudt Moreira, Maria Cristina Bonh Martins, Ana Paula Korndörfer e Rodrigo Weimer, pela troca e pela aprendizagem nas aulas.

À professora Marcela Patrícia Ferrari, que me acolheu “de pronto” no estágio doutoral em Buenos Aires, realizado no Centro de Estudios Historicos (CEHis) da Universidad Nacional Mar del Plata (UNMdP). A orientação dela foi fundamental na aquisição de livros, na orientação da análise bibliográfica argentina e na pesquisa em arquivos.

À banca de qualificação, Hernán Ramiro Ramirez e René Gertz, que leram comprometidamente este trabalho. Suas sugestões e comentários foram muito importantes para a continuidade reflexiva desta tese. Estendo esses agradecimentos à banca examinadora, cuja leitura atenta proporcionou uma rica discussão sobre o tema desta tese.

Aos professores Arthur Blásio Rambo e José Odelso Schneider pelas conversas informais cheias de conhecimento e dicas de pesquisa.

À querida secretária do PPGH, Saionara Brasil, por todo carinho, competência e paciência com que exerce seu trabalho. Eu tive o prazer de aprender muito dos trâmites burocráticos acadêmicos com ela na ocasião de representante discente.

Aos funcionários dos arquivos que pesquisei na Argentina, obrigado por vasculharem junto comigo documentos e periódicos fundamentais à pesquisa. Em especial agradeço Maru Walter, a responsável pelo Museu e Arquivo Histórico da cidade de Pigüé.

Aos funcionários dos arquivos do Rio Grande do Sul, obrigado pela atenção dispensada e pelo interesse em procurar documentos que não estavam tão acessíveis. Agradeço, sobretudo, à Janaína Silva, do Memorial Jesuítico UNISINOS, pela atenção e sorriso com que sempre fui recebida.

Aos meus colegas do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades da Anpuh-seção RS, que me ouviram e discutiram comigo partes importantes do trabalho que estava se desenvolvendo.

Aos meus colegas da Revista Latino-Americana de História, sobretudo, a equipe editorial de 2016-2017: Cyanna Fochesatto; Fabiane Rizzardo; Elisa Fauth; Tatiane Lima; Thiago Silveira; Lidiane Friderichs; Gabriela Rodrigues; Giane Flores; Juliana Manfio e Rodrigo Pinnow, muito obrigado pela parceria e comprometimento. Em especial, ao colega Fabiano Rückert, obrigado pelas conversas sempre muito entusiasmadas e otimistas.

Quero aproveitar este momento de conquista tão especial da minha vida para agradecer minhas professoras de Ensino Médio, Andréia de Abreu Chittoni (Literatura) e Georgina Machado (Português). Foi na Escola Estadual de Educação Básica Marcus Vinicius de Moraes, em Sapucaia do Sul, que aprendi que ser professora é, também, impulsionar sonhos (há muitos exemplos lá). Elas acreditaram nos meus, me mostrando que eu era capaz de ir em frente. A estas amáveis professoras das Letras, meu mais sincero muito obrigado.

Durante o meu percurso acadêmico, tenho encontrado pessoas incríveis e generosas, que me auxiliaram de alguma maneira, com trocas de materiais, dicas, sugestões, risadas, enfim.

Às minhas queridas amigas, Rose Rosa e Cristina Araújo. Elas representam aquelas (es) que estiveram comigo durante todo o percurso. Para não me esquecer de citar mais ninguém, a todos vocês meus sinceros agradecimentos porque uma tese, definitivamente, não se faz sozinha.

A “moralidade” de Adam Smith jamais foi o ponto em discussão, mas constituía – em relação ao comércio interno dos grãos – os termos e o vocabulário, na verdade a problemática da argumentação. “A economia de mercado criou novos problemas morais”, escreve o professor Atiyah, e “talvez não fosse tão óbvio, na época, como se tornou mais tarde, porém, mais do que separar a moralidade e a economia, ela significava adotar um tipo particular de moralidade no interesse de um tipo particular de economia”. (THOMPSON, 1998, p. 211).

RESUMO

A proposta desta tese é estudar a constituição dos princípios e práticas cooperativas, a partir dos estudos de caso da El Progreso Agrícola de Pigüé e da Caixa de Economía e Empréstimo Amstad, nas primeiras duas décadas do século XX. Essas experiências cooperativas foram forjadas em áreas de colonização agrícola, na província de Buenos Aires (Argentina) e no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), entre 1898 e 1902, respectivamente. O método comparado possibilitou discutir e questionar a visão hegemônica do cooperativismo em cada um dos países, buscando perceber as particularidades do fenômeno cooperativo. Sobretudo, quando a análise estende-se à percepção de circulação de cultura e ideias, tendo em vista o próprio movimento cooperativo sendo forjado anos antes da criação de cada cooperativa, percebemos uma “mitificação” dos princípios ingleses. Em especial, problematizamos o pensamento associativo de alguns socialistas no século XIX europeu, os quais também deram origem ao cooperativismo. Analisamos em que medida e quais pensadores influenciaram as experiências que foram colocadas em prática pelos imigrantes franceses e alemães que se instalaram no Sul da América. Elementos como o humanismo, a solidariedade e a coletividade impulsionaram experiências associativas, contrapondo-se ao contexto social daquela época, do capitalismo e do individualismo crescente. No entanto, o cooperativismo não é um movimento social homogêneo, desde suas origens. Há, no seu interior, concepções de associação, de cooperação e de sociedade diferentes. Analisamos que modelo cooperativo as instituições aqui estudadas assumiram diante do contexto latino-americano, considerando as adaptações e remodelações das experiências europeias. A predominância dos princípios dos Pioneiros de Rochdale, estabelecida ainda hoje no movimento cooperativo, deve ser entendida como parte do movimento da Aliança Cooperativa Internacional, a qual busca formalizar a definição de uma cooperativa para internacionalizar e institucionalizar tais iniciativas. A simultaneidade da criação de cooperativas, de diferentes princípios e práticas cooperativas nas colônias, brasileiras e argentinas, nos mostra que aquela experiência inglesa foi importante para um determinado contexto e, principalmente, para um tipo de cooperação, a de consumo. Mediante os estudos de caso, é possível olhar para as diferentes expressões cooperativas, valorizando, inclusive,

posicionamentos e interpretações que cada grupo social deu à organização associativa-cooperativa.

Palavras-Chave: Cooperativismo. Práticas Cooperativas. Rio Grande do Sul. Buenos Aires. Comparação.

RESUMEN

La propuesta de esta tesis de doctorado es estudiar la formación de los principios y prácticas cooperativas por medio del estudio de los casos de la cooperativa *El Progreso Agrícola de Pigüé* y *Caixa de Economia e Empréstimo Amstad*, durante las primeras dos décadas del siglo XX. Estas experiencias de cooperativa se dieron en áreas de colonización agrícola, respectivamente en la provincia de Buenos Aires (Argentina) y en el estado del Rio Grande do Sul (Brasil), entre los años de 1898 y 1902. El método comparativo posibilitó la discusión y el cuestionamiento de la visión hegemónica sobre el cooperativismo en cada uno de estos países, tratando de observar las particularidades del fenómeno cooperativo. En especial cuando el análisis llega hasta la percepción de una circulación de la cultura y de las ideas, teniendo en mente que el propio movimiento cooperativo fue concebido años antes de la creación de cada una de esas cooperativas, percibimos una "mitificación" de los principios ingleses. En particular problematizamos el pensamiento asociativo de algunos socialistas europeos durante el siglo XIX, los cuales también dieron origen al cooperativismo. Analizamos cuales pensadores, y en que medida, influenciaron las experiencias que se llevaron a cabo por los inmigrantes franceses y alemanes que se instalaron en América del Sur. Elementos como el humanismo, la solidaridad e la colectividad impulsaron las experiencias asociativas, contraponiéndose al contexto social de aquella época, es decir el capitalismo y el creciente individualismo. Sin embargo, el cooperativismo no es un movimiento social homogéneo desde sus orígenes. Dentro de este existen concepciones de asociación, de cooperación y de sociedad divergentes. Analizamos cual modelo cooperativo cada uno de las instituciones que estudiamos utilizó ante el contexto latinoamericano, poniendo atención a las adaptaciones y reformulaciones de las experiencias europeas. La predominancia de los principios de los *Pioneros de Rochdale*, todavía existente dentro del movimiento cooperativo, debe de entenderse como parte del movimiento de la *Alianza Cooperativa Internacional* para formalizar la definición de cooperativa con el objetivo de internacionalizar y institucionalizar tales iniciativas. El proceso simultáneo de creación de cooperativas, de diferentes principios y prácticas cooperativas en las colonias tanto brasileñas como argentinas nos muestra que la experiencia inglesa fue importante en un determinado contexto y,

principalmente, para un tipo de cooperación, la del consumo. Por medio de estudios de casos es posible observar diferentes expresiones de cooperativas, valorando incluso los posicionamientos y interpretaciones hechas a la idea de organización asociativa/cooperativa de cada grupo social.

Palabras clave: Cooperativismo. Prácticas cooperativas. Rio Grande do Sul. Buenos Aires. Comparación.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to analyze the formation of the principles and practices of cooperativism, based on the case studies such as *El Progreso Agrícola de Pigüé* and *Caixa Economia e Empréstimo Amstad*, during the first two decades of the 20th century. These cooperative experiences took place in rural areas of colonization, either in the Buenos Aires province (in Argentina) or in the Rio Grande do Sul state (in Brazil), between the years of 1898 and 1902, respectively. The comparative method made possible to discuss and question the hegemonic view about cooperativism in each of these countries, in a search to observe the singularities of the phenomena of cooperativism. Especially when the analysis goes further into the perception of circulation of culture and ideas, having in mind that the cooperative movement itself was built years before the creation of each cooperative, we perceive a "mythification" of English principles. Most importantly, we problematize the associative thinking of some European socialists in the 19th century, which also gave birth to cooperativism. We analyze which thinker, and to what extent, influenced the experiences that have been made by French and German immigrants that settled in South America. Elements such as humanism, solidarity and collectivity promoted associative experiences, against the social context of the time, that is of capitalism and growing individualism. However, cooperativism is not a homogenous social movement from its origins. There are different conceptions of association, cooperation and society within it. We analyze which cooperative model each of these organizations used in front of the Latin American context, giving attention to the adaptations and reforms made to the European experiences. The dominance of the principles from the *Pioneiros de Rochdale*, still in place until today inside the cooperative movement, must be understood as part of the moves from the International Cooperative Alliance to shape the definition of a cooperative to turn them international and institutionalize such initiatives. The simultaneous creation of cooperatives, different principles and cooperative practices in the colonies, both Brazilian and Argentinean, show us the importance of the British experience to a specific context and mainly to a kind of cooperation, that of consumption. Through case studies it is possible to see the different cooperative expressions, evaluating the

perspectives and interpretations of each social group was formulating about the associative-cooperative organization.

Key words: Cooperativism. Cooperative practices. Rio Grande do Sul. Buenos Aires. Comparative method.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capa – Fundadores e sedes da cooperativa El Progreso Agrícola e da Caixa de Economía e Empréstimo Amstad	
Imagem 1 - Localização aproximada dos Povos indígenas na Argentina no século XIX	70
Imagem 2 - Alojamentos para recepção dos imigrantes em Nova Petrópolis	161
Imagem 3 - 3º Diretor da Colônia de Nova Petrópolis Frederico G. Bartholomay ...	166
Imagem 4 - 5º Diretor da Colônia de Nova Petrópolis Guilherme Alberto Sellin	166
Imagem 5 - Nova Petrópolis e os núcleos coloniais rio-grandenses no Império brasileiro.....	170
Imagem 6 - Franz (Francisco) Hillebrand 1º secretário (1903-1920).....	181
Imagem 7 - Anton (Antônio) Maria Feix 1º presidente (1903-1927)	181
Imagem 8 - Josef (José) Neumann Sênior 1º Gerente (1903-1910)	181
Imagem 9 - Padre jesuíta Theodor Amstad, na residência de São Leopoldo	196
Imagem 10 - Padre jesuíta Eugênio Steinhardt.....	198
Imagem 11 - Jornalista Hugo Metzler.....	201
Imagem 12 e 13 - Casa de Josef Neumann Sênior - Linha Imperial	204
Imagem 14 - Correspondência emitida pelo presidente da Caixa rural de Nova Petrópolis Anton Feix, 17/11/1914	218
Imagem 15 - Capa da Revista A Estância.....	226
Imagem 16 - Localização de Pigüé	239
Imagem 17 - Eduardo Casey.....	240
Imagem 18 - Vista do edifício principal da administração da Colônia Francesa de Pigüé	242
Imagem 19 - Programação da Festa de 14 de julho	247
Imagem 20 - Adrian Roux 1º presidente (1898-1900)	256
Imagem 21 - Clemente Cabanett 1º secretário (1898-1900).....	256
Imagem 22 - Esteban Miguel Simón Tesoureiro-Gerente (1898-1900).....	256
Imagem 23 - Cipriano Alric Vocal (1898-1900).....	256
Imagem 24 - Parâguas: Símbolo da cooperativa	257
Imagem 25 - Octavio F. Ducos.....	265
Imagem 26 - 1º sede e hogar da El Progreso Agrícola de Pigüé	271
Imagem 27 - Capa do jornal El Independiente (01/07/1901).....	272

Quadro 1 - Cooperativas Raiffeisen e Schulze-Delitzsch	88
Quadro 2 - Elementos comparativos entre associações e cooperativas	100
Quadro 3 - Congressos da Aliança Cooperativa Internacional com elaboração dos princípios cooperativos.....	153
Quadro 4 - Balanço Geral da El Progreso Agrícola em 31/03/1902	269
Quadro 5 - Balanço Quinquenal da El Progreso Agrícola	282

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
BAP	Banco Agrícola de Pigüé
BA	Buenos Aires
Bs As	Província de Buenos Aires
CEDOPE	Centro de Documentação e Pesquisa
EEPA	Escola de Engenharia de Porto Alegre
ES	Economia Social e Solidária
FAA	Federación Agraria Argentina
INAES	Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social
TS	Terceiro Setor
MAIC	Ministério da Agricultura Indústria e Comércio
MSA	Museo Social Argentino
PAN	Partido Autonomista Nacional
PCC	Partido Católico do Centro
PRF	Partido Republicano Federalista
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Société des Agriculteurs de France
SNA	Sociedade Nacional Agrícola
SUP	Sociedade União Popular
SRA	Sociedad Rural Argentina
UCR	Unión Cívica Radical

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 REGIÃO, OCUPAÇÃO IMIGRANTE E COOPERATIVAS: INTERCÂMBIO CULTURAL E SOLIDARISMO	45
2.1 Rio Grande do Sul e a Província de Buenos Aires: a Região Platina e os Subespaços Coloniais	48
2.1.1 Imigrantes: Entre os Objetivos Estatais e Pessoais	58
2.2 A Colonização do Norte do Rio Grande do Sul e do Sul de Buenos Aires	62
2.2.1. As Colônias: Pigüé e Nova Petrópolis	72
2.3 Associações e Cooperativas: Ideias e Práticas Transnacionais	82
3 DAS ASSOCIAÇÕES ÀS COOPERATIVAS: PRINCÍPIOS COOPERATIVOS E AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA NO BRASIL E NA ARGENTINA (1890-1920)	97
3.1 Reconhecimento Jurídico e Definição das Cooperativas no Brasil e na Argentina	110
3.2 O Cooperativismo na Perspectiva dos Socialistas Europeus no Século XIX ..	127
3.2.1 A Constituição da Aliança Cooperativa Internacional e a Unificação da Doutrina Cooperativa	141
4 O PIONEIRISMO DAS COOPERATIVAS DO RIO GRANDE DO SUL E DE BUENOS AIRES E SUAS PRÁTICAS NO SÉC. XX	157
4.1. Das Caixas Rurais Mutualistas às Caixas Cooperativas de Crédito	174
4.1.1 “Tudo para Todos”: Lideranças e Princípios de Solidariedade Cristã na Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, Nova Petrópolis	193
4.1.2 Representação e Solidariedade: Ações e Eficiência Social da Caixa de Economia de Empréstimo Amstad	207
4.1.3 Desenvolvimento Local e Eficiência Econômica: Tensões Políticas entre o Sistema Raiffeisen e Associações Ruralistas no Rio Grande do Sul	224
5 OS PIONEIROS DA COOPERAÇÃO. UM CONVITE A “UNIR FORÇAS”, PARTE II: PIGÜÉ – BUENOS AIRES	234
5.1 Lideranças e Princípios de Solidariedade na El Progreso Agrícola de Pigüé: “Um por todos e todos por um”	264
5.1.1 Práticas Cooperativas da El Progreso Agrícola de Pigüé: <i>Un Grano Fuí</i>	273
6 CONCLUSÃO	288
REFERÊNCIAS	297

1 INTRODUÇÃO

Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade. (BLOCH, 2001. p. 55).

A proposta desta tese é problematizar a matriz inspiradora ou doutrina das práticas e dos princípios cooperativos no Brasil e na Argentina a partir de um estudo comparado entre as cooperativas rurais: *A Sociedade Cooperativa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis*, também conhecida como *Sparkasse Amstad* ou *Caixa de Economia e Empréstimo Amstad*. Ela foi fundada por imigrantes alemães, em 19 de outubro de 1902, na localidade de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul; e a *El Progreso Agrícola de Pigüé: Sociedade Cooperativa Mútua de Seguros Agrícolas y Anezos Ltda*, fundada por imigrantes franceses, em 01 de outubro de 1898, na localidade de Pigüé, província de Buenos Aires.

O cooperativismo é um tema que suscita interesse de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, é majoritariamente discutido nas Ciências Econômicas e Sociais. A partir da década de 1960, no Brasil, verifica-se que os estudos sobre esse tema se intensificaram, principalmente no Sudeste e Sul, destacando aqueles sobre teoria do cooperativismo da professora Diva Benevides Pinho e do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE), criado em 1976, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e coordenado pelos professores Roque Lauschner e José Odelso Schneider. Na Argentina, essa intensificação ocorreu uma ou duas décadas anteriores, destacando-se as regiões norte e sudeste. Evidenciamos os estudos teóricos e de funcionamento cooperativo do advogado Armando Moirano e do Instituto de Estudios Cooperativos da Universidade de La Plata, criado em 1953. Deve-se considerar também a atuação de agentes do Museo Social Argentino (MSA), fundado em 1911, o qual se propôs a difundir o cooperativismo por meio do

Centro de Estudios Cooperativos, desde 1925. Uma das suas primeiras publicações foi com o notável professor francês Charles Gide.¹

A escrita recente sobre o tema tem sido diversificada, tanto na área do conhecimento quanto na abordagem. A história da formação da cooperativa, as estratégias de difusão e desenvolvimento cooperativo são temas recorrentes, escritos por *especialistas associados* – aqueles que fazem parte de uma cooperativa – e por *especialistas alheios*. Da mesma forma, observamos crescentes pesquisas sobre a dinâmica do cooperativismo na sociedade, discutindo e questionando a prática, os princípios e a sua inserção na sociedade capitalista. Todos os trabalhos encontrados trouxeram importantes contribuições para o movimento cooperativo e para as reflexões que fizemos no nosso estudo, ainda que tenhamos encontrado fragilidades historiográficas em alguns, do ponto de vista teórico, na aplicação ou na busca de uma expressão cooperativa inglesa, sem considerar a conjuntura local e a constituição do cooperativismo nos países da América Latina. Conforme também evidenciou Sonia Mendonça sobre os estudos acerca do Estado e o Cooperativismo: “no procedimento de recortar, indiscriminadamente, citações episódicas de determinados documentos de época, sem o suporte de uma pesquisa alentada e sistemática, redundando em produtos parciais e/ou distorcidos”. (MENDONÇA, 2002, p. 15).

Examinamos uma extensa bibliografia, do Brasil e da Argentina, sobre o cooperativismo, sobretudo aquele dedicado ao cooperativismo rural. Verificamos que majoritariamente os trabalhos referem-se ao plano econômico dessas instituições. Economistas e advogados dedicaram-se a análises do desenvolvimento das cooperativas e do direito à cooperação, estudando e apontando meios de viabilização, teóricos e normativos, para a prática. Por sua natureza, são estudos objetivos e específicos que não consideraram o processo da constituição doutrinária e as múltiplas interpretações do cooperativismo como sistema, como é o objetivo desta tese.

Os estudos que se dedicaram a uma escrita histórica, em grande maioria, estão concentrados a partir da década de 1930, nos Estados nacionais, brasileiro e

¹ Sob o título *La cooperación y la escuela primaria*, Gide escreveu sobre cooperativismo e sindicatos rurais na França, avaliando sua eficácia na sociedade rural francesa. Abordou brevemente sobre cada modalidade de cooperativa, sobretudo, as escolares, sendo essas o principal objetivo da publicação. (GIDE, 1929, traduzida pelo MSA).

argentino. Do lado brasileiro, dentre outros que citamos na tese, Laura Maria Goulart Duarte, em sua dissertação *Capitalismo e cooperativismo no RGS: o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo rural do Rio Grande do Sul (1986)*, teve como preocupação central analisar o ponto de vista histórico e estrutural do fenômeno do cooperativismo, especialmente o empresarial, na monocultura de trigo e soja. No doutorado, *Desafios do cooperativismo agrícola no Brasil contemporâneo: autogestão e eficiência empresarial (1989)*, a autora segue sua preocupação com o cooperativismo agrícola empresarial, analisando o cooperativismo como um meio do Estado inserir o Brasil na lógica agroalimentar mundial. Do lado argentino, os estudos estão voltados ao mundo agrário e à forma empresarial do cooperativismo que viabiliza, junto ao Estado, a economia rural, sobretudo do período do peronismo. Gabriela de Oliveira tornou-se uma das expoentes nesse estudo por refletir sobre o papel das políticas públicas e as cooperativas de segundo grau, isto é, as federações. Dentre suas publicações, está *Cooperativismo agrario: instituciones, políticas públicas y procesos históricos (2006)*.

Sobre a teoria cooperativa, que nos interessa, a década de 1960 no Brasil está fortemente marcada pelo pioneirismo da professora Diva Benevides Pinho, ao abordar como tema de sua tese o cooperativismo na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, intitulada *Cooperativas e desenvolvimento econômico*. Diva Pinho defendia uma Economia Humanística reconhecendo as ambiguidades da Economia, isto é, satisfazer as necessidades humanas e produzir “bens”. A autora tornou-se leitura obrigatória para os estudantes e interessados no tema. Diante de uma ampla publicação, ela defende o papel reformista do cooperativismo na sociedade e legitima o protagonismo de Charles Gide e dos Pioneiros de Rochdale.

Outra leitura clássica sobre o cooperativismo brasileiro é a tese de José Schneider, *Democracia, participação e autonomia cooperativa*, defendida nas Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, em 1990. Ela propôs uma discussão histórica-doutrinária, e a sua análise parte dos Pioneiros de Rochdale, na primeira parte da tese. O autor considera a implantação das cooperativas de consumo – em 1891, Limeira, São Paulo; em 1894, Rio de Janeiro; em 1895, Camaragibe de Pernambuco; em 1897, Campinas, São Paulo – a expressão rochdaleana no cooperativismo brasileiro. (SCHNEIDER, 2003, p. 290).

Ou seja, ainda que tenha demonstrado outras iniciativas cooperativas na Europa, defende a expressão rochdaleana, em acordo com Pinho, como premissa de modelo cooperativo, ainda que discuta sua aplicação em diferentes realidades sociais.

A corrente socialista preconizada por Juan Justo no início do século XX e a questão agrária entendida por ele como chave da economia política argentina teve influência na concepção cooperativa desse país. (BARANDIRÁN, 2012; PLOTINSKY, 2015). Contudo, o modelo rochdaleano e a avaliação cooperativa em suas origens, aparece, sobremaneira, nos trabalhos relacionados à teoria cooperativa.

Foi a partir dessa constatação doutrinária, ao longo da trajetória acadêmica, que os questionamentos sobre os alicerces doutrinários do cooperativismo no Brasil e na Argentina nasceram. Daí surgiu o interesse em aprofundar o tema, pensando nas adequações de princípios e valores europeus à realidade política, econômica, religiosa e cultural desses dois países, o que constitui o objetivo do presente estudo, desde os estudos de caso selecionados.

Procuramos fazer nesta tese uma análise capaz de, historicamente, identificar nas cooperativas estudadas, as estratégias de sobrevivência, de disputas e de ascensão social, que motivaram a criação e o desenvolvimento da cooperativa. A partir disso, centramos nossa atenção na constituição dos seus princípios como uma cooperativa. O recorte temporal que fizemos para esta pesquisa é iniciado com a fundação da cooperativa de Buenos Aires, a *El Progreso Agrícola*, em 1898 se estendendo até 1920. Esse período justifica-se pela nossa preocupação em compreender a formação dessas instituições em suas ações de socorro mútuo e valores adotados, para o seu próprio entendimento cooperativo. Vemos como pertinente o estudo da cooperação com fim econômico e também em seu caráter associativo. Por isso, procuramos fazer uma investigação das práticas e das formas associativas, que igualmente formam essas instituições.

Dessa maneira, espera-se que, em uma perspectiva reflexiva sobre as práticas do fenômeno cooperativo, nosso trabalho possa ampliar a compreensão das matrizes inspiradoras e orientadoras do processo associativo-cooperativo, a partir das experiências nas colônias de imigração, alemã e francesa, do Rio Grande do Sul e da província de Buenos Aires, respectivamente.

O cooperativismo consolidou-se como um movimento social na Europa, nos anos finais do século XIX. Ao mesmo tempo, estavam se constituindo as cooperativas aqui estudadas, com referências internacionais sendo adaptadas à realidade latino-americana. Os princípios cooperativos,² internacionalmente reconhecidos, tiveram uma construção sistemática, por meio de congressos e discussões que ficaram centralizadas na Europa, sobretudo, na França e na Inglaterra. A partir da década de 1880, ocorreu um processo de unificação do pensamento cooperativo, ainda que a existência cooperativa fosse de múltiplas formas e interpretações cooperativas e associativas. Estamos nos referindo à eleição dos princípios dos Pioneiros de Rochdale, uma cooperativa inglesa forjada em 1844, para atender às necessidades de consumo, daquela época. Suas normas foram reunidas e institucionalizadas quando da criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1895.

A idealização de uma organização internacional, que reunisse os modelos associativos, foi iniciada por Robert Owen. Em 1835, foi fundada a *Associação de Todas as Classes e de Todas as Nações*,³ na qual ele procurou reunir seus seguidores e as associações já existentes, pois, desde 1826, já havia associações fundadas por toda parte da Grã-Bretanha. A Associação de Todas as Classes e de Todas as Nações buscou representar institucionalmente e organizar congressos anuais, atuando como uma rede de associações locais até 1839, reunindo mais de 50 associações. William Watkins (1973, p.19) reforça a importância dessa experiência.

La fe en la transformación radical de la sociedad, gracias a métodos pacíficos y fundados en un nuevo sistema económico, caracterizado por la propiedad colectiva y la eliminación de las rivalidades y pugnas de la competencia entre los individuos, ese objetivo de intercambio mutuo de productos según principios equitativos tales características mayores y otras menores, de la "Asociación de Todas las Clases de

² Divididos em dois grupos: a) Princípios gerais, de inspiração democrática: 1. adesão livre; 2. controle democrático; 3. neutralidade política, religiosa e étnica; 4. desenvolvimento do ensino. b) Princípios especiais: 1. vendas segundo o justo preço; 2. retorno pro rata das compras; 3. vendas a dinheiro e a vista; 4. juros limitados ao capital.

³ Essa Associação teve seus princípios organizados em estatuto, cujas ideias cooperativas foram sintetizadas, conforme se lê em William Watkins (1973, p. 17-18): conseguir a mudança de vida de modo pacífico, a partir do princípio da tolerância e respeito às convicções; e pelo princípio de propriedade coletiva, sem considerar as leis vigentes. Esses princípios seriam alcançados a bom termo, mediante a cooperação e as novas instituições associativas, as quais estariam apoiadas na formação do melhor caráter (educação com base comum no humanismo) e na produção de bens de qualidade.

Todas las Naciones” justifican que se la considere en estas páginas como anunciadora de la Alianza Cooperativa Internacional.

Os estudos de William Watkins (1973) e de Diva Benevides Pinho (1987) tornaram-se essenciais para o diálogo e análise sobre a construção da doutrina cooperativa e as circunstâncias em que os princípios da *Rochdale Equitable Pioneers Society* foram escolhidos e solidificados até os dias de hoje. A “união de esforços” por meio de associações estava no imaginário da época, como um meio de mudança efetiva na sociedade. A simultaneidade das teorias e das práticas associativas, cujas definições foram se complexificando, aflorava desde a década de 1820 em solo europeu. Sobre o cooperativismo, seus precursores nem sequer se reconheciam como iguais, isto é, teorizando ou fazendo a mesma coisa, tamanha era a novidade. A ajuda mútua resultava na organização coletiva, tanto de camponeses como de trabalhadores urbanos, para a reivindicação de melhores condições de trabalho e bem-estar.

A Europa da primeira metade do século XIX estava imbuída de uma visão romântica, com correntes intelectuais que retornavam à Natureza, ao Humano com discursos de democracia e igualdade, frente a um contexto político-econômico hostil e bastante desfavorável ao trabalhador e ao camponês. Ao mesmo tempo, os intelectuais socialistas procuravam estabelecer um cientificismo, distinguindo o progresso social do progresso científico, assim como as ciências sociais das Ciências da Natureza, em continuidade ao pensamento e reflexões do século anterior. O que nos interessa dizer é que as primeiras leituras daquela sociedade moderna que florescia estavam sendo feitas com os olhares voltados para as necessidades dos trabalhadores, valorizando sua participação e organização. (DI FILIPPO, 2003, p. 37-40).

E foi, nesse contexto do século XIX, que indubitavelmente inserimos o cooperativismo como mais uma dessas expressões associativas. Essas novas maneiras de associar-se possuem seu próprio tempo histórico, em um momento de intensa discussão intelectual das associações, a própria definição de socialismo e de ‘comunidade cooperativa’ estava em aberto. O desejo de uma sociedade cooperativa, de acordo com Hobsbawm (2017, p. 327), vem em contraposição ao individualismo e a competitividade, em uma alternativa possível de ser praticada.

Para nossa análise de constituição dos princípios cooperativos, consideramos o pensamento dos socialistas: dos ingleses Robert Owen (1771-1858) e Willian King (1786-1885); dos franceses Claude-Henri de Rouvroy (Conde de Saint-Simon, 1760-1825), François Marie Charles Fourier (1772-1837), Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), e Louis Jean Joseph Charles Blanc (1811-1882).⁴ Focamos nossa atenção nos ingleses e nos franceses, especialmente Owen, Fourier e Buchez, analisando a contribuição deles para o cooperativismo, considerando que o próprio movimento cooperativo os consideram precursores. Cabe referir o destaque que recebeu Robert Owen, por ter sido citado como o inspirador da experiência cooperativa de Rochdale, na *História dos Pioneiros de Rochdale*, escrita por George Jacob Holyoake, publicado em livro por volta da década de 1870 e amplamente traduzido para outras línguas e divulgado, bem como Charles Fourier, pela sua formulação de indústria societária, a partir da associação. (FOURIER, 2000, p. 70-85). Além disso, o entendimento de Charles Gide, professor de economia e notório teórico cooperativista, que via Fourier como o pai do cooperativismo, divulgou suas ideias amplamente, desde a última década do século XIX até a sua morte, em 1932. (PINHO, 1987, p.32).

Não é incomum encontrarmos, na literatura sobre as origens do cooperativismo, o nome desses pensadores socialistas, que tiveram em comum, a associação como meio do socialismo que pregavam. Os trabalhos de Diva Benevides Pinho (1966;1987); Josefina Di Filippo (2003); Aloísio Teixeira (2002) e Luiz Salgado Klaes (2005) foram importantes para discutirmos a contribuição dos socialistas ao cooperativismo, a fim de pensarmos na própria construção dos princípios cooperativos àquela época, além de refletir sobre valores de solidariedade, igualdade e mutualidade no cooperativismo.

O pensamento do século anterior muito contribuiu para as bases e considerações acerca da moral e do social no século XIX. A compreensão social, em

⁴ Eles foram chamados de utópicos por Karl Marx, e assim os conhecemos até os dias de hoje. Marx, ao lado de Friedrich Engels, argumentou que o pensamento desses socialistas era a favor da moral e lógica burguesa. Salientamos que, nesta tese, não os chamaremos utópicos, não faremos a divisão de grupos, de um lado, socialistas utópicos e de outro, socialistas científicos. Entendemos que todos esses pensadores igualmente contribuíram para o surgimento do cooperativismo como doutrina (princípios) e como prática (atuação das cooperativas, associações-empresas). A disputa intelectual travada entre esses sujeitos, pelo campo do saber socialista, não foi abordado neste trabalho.

grande medida, estava baseada na moral,⁵ buscando o bem comum como motor da atividade humana. Josefina Di Filippo (2003, p. 28-29) afirma:

Esta solidaridad deviene comunismo, común es la propiedad de la tierra, el uso de los medios de producción, la educación después de los cinco años. En esta esperanzadora loa a la solidaridad humana, la organización del trabajo constituye el eje central de los logros que se auguran y constituye un aspecto que daría lugar a muchas de las formulaciones posteriores de Fourier, Saint Simon y Marx: sobre la base de una educación profesional para los niños de ambos sexos a partir de los diez años, ejércitos agrícolas e industriales llevarían a cabo los trabajos públicos tendientes a facilitar los grandes asentamientos humanos. Si la ignorância havia constituído el sustento del orden social vigente, cabía a la ciência uma sustancial contribución en el logro del estado ideal de virtude y dicha, superadoras del orden natural.

Saint-Simon, sem dúvida, foi a locomotiva da máquina francesa no pensamento socialista e em defesa da natureza humana.⁶ Teve como seus seguidores indivíduos que, também, se destacaram, entre eles, Buchez e Augusto Comte, que difundiram e fizeram releituras de suas ideias.

A partir de 1830, o socialismo passou a ter um tom mais revolucionário, pois, para alguns precursores, o cooperativismo tornar-se-ia um sistema econômico forte, capaz de se autogestar sem a intervenção do Estado, como idealizou Blanc,⁷ por

⁵ Na Inglaterra Oitocentista, o conceito de moral social diverge da França. Conforme a análise de Josefina Di Filippo (2003, p. 35), “o pensamento inglês intento captar los principios Morales que hacían viable la existencia misma del hecho social; en él, la idea de la utilidad como razón suficiente, que en su vertiente francesa expresaran Helvecio y Holbach, despunta Adam Smith”. Em princípios do século XIX, o conceito de moral social parecia não ter avançado suficientemente para que os precursores ingleses e franceses concordassem. Consideremos a máxima do filósofo francês Destutt de Tracy, em meados do século XIX: “de todas las ciencias, la moral es siempre la última que se perfecciona, siempre la menos avanzada, aquella sobre la cual las opiniones están más divididas”. (DI FILIPPO, 2003, p. 37).

⁶ Saint-Simon não parece ter tido relação direta, em acordo com a bibliografia que consultamos, embora se refira a uma associação universal. A sua contribuição está ligada a sua teoria social associativista, da prática de uma solidariedade entre partes do corpo social, que de alguma maneira, pode ser percebida nos seus seguidores e admiradores. Inclusive, na aceitação das desigualdades e pobreza no mundo como algo advindo de Deus ou destino. No texto “*L’Industrie*”, que escreveu em 1817, ele apresentou a miséria dos trabalhadores e se propôs a resolver com uma reforma da sociedade, “a qual, porém não deveria ser por meio de revoluções e sim pela modificação jurídica e moral do Estado. Propunha que não apenas a propriedade da terra fosse comum, mas também a propriedade de todos os meios de produção deveria estar nas mãos do Estado (instrumentos agrícolas, máquinas, sementes, etc.) pois não adiantaria os indivíduos disporem de terra, se não tivessem meio de fazê-la produzir”. (KLAES, 2005, p. 85).

⁷ As *oficinas* ou *fábricas sociais* traduzem a defesa de Blanc ao reformismo político sem violência, aos direitos iguais à vida, ao trabalho e ao bem-estar, fatores que, de acordo com sua tese, facilmente são eliminados pela livre concorrência exacerbada e que só seria possível com a construção de um novo Estado, por meio da fraternidade. As oficinas tornar-se-iam autossuficiente, após um ano, limitando o governo apenas “a supervisionar a manutenção das relações entre todos os centros de

exemplo. Mesmo com certa organização e alguma consciência de classe, as ideias de Saint-Simon, Fourier e Owen, seguiam conquistando os corações dos trabalhadores, intelectuais e políticos contemporâneos. Ressaltamos a importância do pensamento social para além do entendimento de um sonho de sociedade fraterna. O estudo de caso pode nos mostrar um desejo associativo em resposta à realidade socioeconômica. Assim como, diferentes interpretações podem ser feitas sobre esses socialistas, correspondendo à formação e à conjuntura social desses intelectuais, para além do sonho, como Di Filippo (2003) nos apresenta.

Para muitos trabalhadores, as associações e cooperativas eram vistas como sinônimo de socialismo, na segunda metade do século XIX. (HOBBSAWM, 1983, p. 65). Inclusive, elas foram objeto de discussão no interior da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (ou I Internacional- AIT, 1864). Aquelas ideias entendidas como “irrealizáveis” tinham muitos adeptos, os quais aspiravam transformar a sociedade. Nesse sentido, nosso olhar para eles passou a ser menos julgador e mais reflexivo, e assim, nos abriu novas possibilidades de análise para compreender o fenômeno associativo-cooperativo nas regiões de colonização aqui estudadas. Messiânicas ou não, essas ideias impulsionaram o desejo de mudança daquela época. Nas palavras de Eric Hobsbawm (1983, p. 65, grifo da autora),

é verdade que os utópicos originários não sobreviveram à primeira metade do século XIX; e, no fundo, suas doutrinas e movimentos já estavam em agonia nos inícios dos anos 40, com única exceção do fourierianismo [...]. Por outro lado, diversos tipos de associacionismo e de teorias cooperativistas, em parte derivadas de fontes utópicas (Owen, Buchez), em parte elaboradas sobre bases menos messiânicas nos anos 40 (Louis Blanc, Proudhon), continuaram a prosperar. Mantiveram inclusive a aspiração de transformar toda a sociedade segundo as linhas cooperativistas de onde se havia originado. Se isso era verdade até mesmo na Inglaterra, onde o sonho de uma utopia cooperativista capaz de emancipar o trabalho da exploração capitalista diluiu-se nas cooperativas comerciais, o foi mais ainda em outros países, onde as cooperativas de produtores permaneceram dominantes.

Foi importante para esta tese, inclusive, o exame do socialismo cristão. A Doutrina Social Cristã foi sendo formulada acompanhando as tensões sociais daquela época, a qual auxiliou e influenciou na formulação dos princípios de cooperação. A grande protagonista desse pensamento foi a Igreja Católica

produção do mesmo gênero e a impedir a violação dos princípios do regulamento comum. Assim o Estado garantiria a não violação dos princípios regimentados por ele”. (BLANC, 2002, p. 223).

Apostólica Romana. Eba Gaminde Egia (2017, p. 60) examina em sua tese o termo “doutrina” e o seu uso no sentido de ensinamento, mais concretamente “como um ensino moral que se diferencia do dogma em muitos aspectos”. Mesmo concordando com a autora e com entendimento do coroamento de todas essas ações sociais da Igreja ter ocorrido em 1891, com a encíclica *Rerum Novarum*, pensamos que a utilização da palavra doutrina pode limitar a compreensão do nosso trabalho, ou sugerir que avaliemos apenas as ações sociais, a partir de Leão XIII. Optamos por utilizar o termo “pensamento social cristão”, considerando todas as ações da Igreja no século XIX. Não queremos perder de vista a longa duração desse processo,⁸ o qual envolve o patrimônio doutrinal da Igreja, adquirido na sua prática plurissecular. A atenção ao aspecto social nunca foi dispensada pela instituição, promovendo essa preocupação, mediante o Evangelho e Livro dos Apóstolos, como ensinamento prático de uma vida cristã. Assim, a Igreja manteve o seu patrimônio pedagógico, afora sua experiência com mundo espiritual e dogmática.⁹

Embora os protestantes tenham atuado no campo social também, Egia (2017, p. 58) releva que, o pensamento social protestante não teve a mesma expansão se comparado ao catolicismo Ocidental. Além disso, “la doctrina social Cristiana se identifica generalmente con la doctrina Cristiana de la Iglesia católica. Del lado protestante [...] o sólo hay y puede haber una ética social protestante. En las iglesias orientales apenas si se dan atisbos o indicios de una doctrina social [...]”. Contudo, destacamos o protestante Friedrich Raiffeisen, idealizador do cooperativismo de crédito rural na Alemanha, baseado no princípio de “amor ao próximo”. Outro

⁸ Esse pensamento é um conjunto de ensinamentos, encíclicas papais, inseridos na tradição multissecular da Igreja. De acordo com Erneldo Schallenger (2001, p.81-83), ele nasce de uma crise teórica e prática das relações entre a Igreja e o mundo, a qual se propõe a duas estratégias para superar a crise: 1º de estabilidade intraeclesial e; 2º de mobilização dos fiéis. As encíclicas anteriores como a *Syllabus* (1864) e a *Humanum Genus* (1884) já tratavam da questão social, posicionando a Igreja frente à modernidade e alertando quanto à fragilidade dos trabalhadores diante do Socialismo e Maçonaria.

⁹ A secularização e a indiferença religiosa cresciam e eram naturalmente inevitáveis. Ser religioso era sinônimo de campesinato, o qual se mantinha alheio às novas linguagens ideológicas, ainda na primeira metade do XIX. Para a elite e burguesia crescente desde o final do XVIII, a religião que florescia era a maçonaria racionalista, iluminista e anticlerical. Entre os trabalhadores urbanos, artesãos e sapateiros se destacam em algumas agitações antirreligiosas. Em grande medida, a população pobre das cidades continuava sem alcance a essas discussões intelectuais e ideológicas, continuando profundamente devota, com exceção de Paris e Londres. Na França pós-revolucionária, aflorou inúmeras tentativas de se criar uma moralidade burguesa, que se pretendia anticristã, ao mesmo tempo em que elegia um ser supremo a ser cultuado, como o mecanismo criado por Saint-Simon de cultuar a natureza humana. O que quer dizer, a burguesia permaneceu dividida ideologicamente, mantendo rituais equivalentes aos cristãos ou baseando-se em conceitos da moral cristã, como a “solidariedade”. (HOBSBAWM, 2017, p. 341-342).

exemplo protestante merece ser destacado, Charles Gide. Em defesa da solidariedade humana, da justiça social e contra o trabalho assalariado, ele procurou sistematizar as diferentes ideias cooperativistas que estavam dispersas. E, desde então, fama e prestígio ganharam expressividade, a partir do discurso que proferiu durante o II Congresso Nacional em Lyon (1886). Portanto, para o cooperativismo, temos que considerar a mistura entre a ética social protestante e a Doutrina Social Cristã, evidenciada nesses pensadores. (PINHO, 1983; WATKINS, 1973).

Considerando o pensamento social cristão, que abarque amplamente católicos e protestantes, para a perspectiva do exercício de solidariedade, ajuda mútua e justiça social, evidenciamos conexões entre esses valores e os precursores, assim como os teóricos do cooperativismo, como nos exemplos citados acima. A perspectiva do humanismo, do espírito comunitário e da ajuda mútua da Igreja, ficaram evidentes naquilo que estamos chamando de matrizes inspiradoras, seja por meio dos socialistas saint-simosianos, fourieristas e owenistas que adotaram, em alguma medida, os preceitos de solidariedade e piedade religiosa; seja pelas próprias orientações da instituição, mediante as encíclicas que apresentaram a questão social, a partir da década de 1860. “La idea de ayuda mutua, de preocupaci3n por el pr3jimo que subyace de forma m3s o menos acentuada y con diferentes matices en todo este proceso evolutivo hace que frecuentemente se vincule el cooperativismo con el denominado cristianismo social”. (EGIA, 2017, p. 55).¹⁰

Diante do aporte teórico complexo do socialismo no século XIX, o cooperativismo foi se moldando, ainda que tenham sido adotados pela ACI um conjunto de princípios que privilegiou o entendimento de cooperativas de consumo. Se hoje entendemos que o cooperativismo não é estático, no seu início, também não foi. Houve uma adequação em linhas gerais e únicas, das diferentes manifestações cooperativas que já estavam em funcionamento. As experiências de cooperativas de crédito e de produção afloravam ao mesmo tempo, ao lado das associações mutualistas. Congressos nacionais ocorreram desde 1869 na Inglaterra e desde 1885 na França. A ideia central era a correção do social por meio da ajuda mútua. Essa correção poderia alterar de alguma maneira a ordem social instalada, o que

¹⁰Egia (2017, p. 57) ressalta que esse cristianismo social está baseado na vida e obra de Jesus Cristo e prega o amor ao próximo, rejeita a usura e não aceita o dogma econômico que se expande, cada vez mais, o individualismo. Nesse sentido, a solidariedade substitui o individualismo.

gerou diferentes posicionamentos, naquele tempo e atualmente, entre aqueles que se dedicam a estudar sobre a doutrina cooperativa. De um lado, há discussões sobre a inserção de cooperativas na sociedade para compensar as mazelas do Estado ou complementar suas ações. Por outro lado, o cooperativismo é entendido como um sistema que não complementa, mas contrapõe as ações do Estado almejando ser um meio revolucionário no sistema econômico.

A evidência atual de disputas intelectuais entre uma cooperação mais revolucionária e outra mais reformista parece reavivar aquelas do Oitocentos que buscavam um sentido cooperativo, em uma perspectiva autogestionária e de princípios, de produção e consumo, capazes de confrontar ou superar o capitalismo.¹¹ A discussão não é apenas na formulação dos princípios, ela se amplia em torno da própria constituição do cooperativismo como movimento, que predominantemente, tem eleito como seus precursores os socialistas, Owen e Fourier, em detrimento, por exemplo, de Proudhon e de Karl Marx, ou ainda Louis Blanc, que por vezes é citado em alguns trabalhos.

Proudhon não preconizou a associação como solução econômica, como Saint-Simon, Fourier ou Owen, inclusive os criticava, principalmente os dois primeiros, combatendo fortemente as ideias socialistas. Mas, ele reconheceu que, em alguma medida, as associações de trabalho poderiam funcionar como um meio na solução dos problemas da época. O sistema mutualista para Pierre-Joseph Proudhon é a antítese do direito de propriedade e conseqüentemente ao direito sobre os produtos. Proudhon (2002, p. 237)¹² afirmava que "a propriedade é incompatível com a igualdade política e civil, portanto, a propriedade é impossível".¹³

Para Proudhon, o mutualismo tinha por base a reciprocidade na troca, assim, os preços dos produtos deveriam representar o valor do trabalho empregado. Dessa

¹¹As atuais interpretações de Economia Social por, exemplo, que possuem diferentes concepções em cada país. De acordo com Noëlle Marie Paule Lechat (2002, p. 124-125), a concepção de *Economia Social* emerge no final do século XIX, mas a produção deste tema entre os intelectuais aparece a partir dos anos de 1980. Segundo a autora, eles foram movidos pela conjuntura socioeconômica internacional e o crescimento de cooperativas de trabalho, ou seja, uma nova conjuntura mundial que estimulou a criação de novas teorias ou releituras daquelas existentes para se estudar o fenômeno.

¹²Originalmente publicado em 1848.

¹³Com um profundo sentimento humanista, envolto na moralidade do amor ao próximo e na busca pela justiça social, essa justiça só seria alcançada pela liberdade humana (do Estado, da igreja e dos partidos). Daí a sua defesa em associações de trabalhadores e cooperativas. O progresso para Proudhon é entendido pela via da liberdade. "En este orden de ideas, propondrá reemplazar el culto del 'ser pretendidamente supremo por la cultura de la Humanidad'". (PROUDHON, 1853, p. 74 apud DI FILIPPO, 2003, p. 81).

maneira, os juros aplicados sobre o produto, assim como o lucro comercial que incide sobre a produção, seriam suprimidos. Conforme a interpretação de Jean Adriani de Souza (2008, p, 44), “a ideia de mutualidade, além da reciprocidade nas trocas, pressupõe também a cooperação nos ramos de seguridade e assistência social, como prestação de garantias coletivas, caixas de assistências, pecúlios e socorros mútuos”.

A contribuição de Marx diverge de todas as concepções anteriores de mutualismo e cooperativas, por estar fundamentalmente inserida na sua tese de comunismo e da emancipação do trabalhador. Ele refutava a ideia de reformar o capitalismo pela via do consumo, do crédito ou de trocas. As fábricas cooperativas para Marx eram formas de transição do socialismo, portadoras de elementos dissolventes das relações existentes, as quais apontavam, ao mesmo tempo, para um novo modo de produção. Assim, Marx dizia que as experiências cooperativas desenvolvidas, desconectadas da luta de classe, não possuíam valor algum, porque, para ele, não eram obras dos trabalhadores, mas sim, do Estado. E sendo algo externo a eles, não havia possibilidade de emancipação. Souza (2008, p. 62) reitera sobre o trabalho associado para Marx:

é uma relação que se expressa no movimento da classe trabalhadora, mais especificamente, nas fábricas cooperativas e, ao mesmo tempo em que se contrapõe ao assalariamento, conecta-se às necessidades de uma nova relação social de produção fundada na associação dos produtores (trabalhadores).

Buscamos ampliar a pesquisa sobre a constituição dos princípios cooperativos, indo além daquele reproduzido pelos Pioneiros de Rochdale, pois acreditamos que essa formulação doutrinária não foi seguida (ou nem sempre foi seguida) por todas as experiências cooperativas e que talvez não fosse a intenção de seguir, especificamente, esse modelo. Nas práticas da *El Progreso Agrícola de Pigüé* e da *Sociedade Cooperativa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis*, os tipos de cooperação iniciado por elas, seguro e crédito da primeira e crédito e economia da segunda, possuem características próprias, alicerçadas, aparentemente, nas experiências franco-germânica. Igualmente, não desconsideramos as características locais de onde estão inseridas. Assim, concebemos essas instituições como cooperativas em construção, desde a concepção doutrinária até a sua prática, ou vice-versa, assim como estava

ocorrendo na Europa. Nesse sentido, é importante ressaltar que não as nomeamos como pré-cooperativas ou inseridas em uma primeira fase do cooperativismo, tendo em vista esse processo de constituição do próprio movimento.

O economista argentino Domingo Bórea (1917, p, 30, grifo da autora) destacou na década de 1920 que “la cooperación es la fuerza resultante de la unión de muchos individuos que tienden a la consecución del bienestar individual y colectivo con este lema: todos para uno, uno para todos, y que el sentimiento que les une es el de la solidaridad y de la reciprocidad de derechos y de deberes”. O autor relativiza a contribuição dos diferentes protagonistas do cooperativismo moderno dos países europeus e as diferentes correntes teóricas baseadas na correção ou na transformação social, bem como, na solidariedade cristã.

Desde o século XIX, o primeiro desafio na sistematização do cooperativismo foi separar o significado dos termos, cooperação e cooperativismo. E a nós também se faz necessário esse lembrete, pois elas não são palavras sinônimas. A cooperação, no seu sentido estrito, é o ato de se ajudar mutuamente para um fim e isso, ao longo da história humana, até de outras espécies, tem se evidenciado como um ato de sobrevivência, para atingir um objetivo específico. Porém, a cooperação empregada no cooperativismo adota uma base teórica que constituirá a prática da cooperativa.

O cooperativismo é o próprio conjunto de normas, princípios filosóficos estabelecidos, a isso chamamos de doutrina. Como movimento social tem por objetivo atuar mediante associações com fins econômicos, a elas dá-se o nome de cooperativas e por meio delas, deseja-se corrigir ou transformar a realidade social. Entendemos a presença de normas ou regras que definem a prática cooperativa, no interior da instituição associativa, legítima de ser compreendida como parte do movimento cooperativo, no início do século XX. As primeiras cooperativas estavam desenvolvendo suas próprias normas em acordo com suas realidades nacionais e locais, contrariando (ou não se enquadrando plenamente) os reconhecidos princípios dos Pioneiros de Rochdale, ou os sete princípios cooperativos conhecidos na contemporaneidade.¹⁴ No Brasil e na Argentina, as instituições cooperativas

¹⁴1. Adesão Livre e Voluntária; 2. Gestão Democrática; 3. Participação Econômica; 4. Autonomia e Independência; 5. Educação, Formação e Informação; 6. Intercooperação; 7. Interesse pela Comunidade. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, <https://bit.ly/2sF35d5>. Acesso em: 10/02/2012).

estavam inseridas na égide do associativismo, e, no período de constituição da *Caixa Amstad* e da *El Agrícola*, as legislações existentes as entendiam e as classificavam como sociedades anônimas e companhias mutualistas.

Esse sentido de melhorias locais por meio da cooperativa encontra-se no sistema de Friedrich Raiffeisen, quando da criação de associações (1846/47) e depois de caixas de crédito rurais (consolidadas na década de 1860), na Alemanha. Com a restrição dos serviços prestados pela caixa rural, Raiffeisen acreditava que a organização paroquiana era a mais eficaz. Nas palavras de Márcio Werle (2014, p. 60-61):

“Despertar e manter o senso de comunidade”. Este senso de comunidade era considerado importante para os bancos de empréstimos, formando "algo como uma grande família" entre paroquianos para ajudar uns aos outros e ainda controlar a sua credibilidade moral pessoal através de uma forma de controle social.

O inglês William King, médico e também precursor cooperativista, destacou no cooperativismo o seu caráter voluntário. Imbuído em profundas convicções cristãs, ele aconselhou a criação de escolas cooperativas que, além de divulgarem as noções econômicas promoveriam a transformação moral dos futuros cooperadores. (KLAES, 2005, p. 63).

O cooperativismo, portanto, é orientado por princípios doutrinários e pela sua prática. De acordo com Dante Cracogna (1968, p. 227, grifo da autora),

[...] el cooperativismo no es doctrina de revolución, sino de evolución constante hacia la consecución de los fines a que se orientan sus principios. Por ello su maduración, en cuanto los medios es un proceso natural e irrenunciable, encaminando siempre hacia las aspiraciones más elevadas de realización plena del hombre en su dominio sobre las cosas y la proyección íntegra de su dimensión humana, con total supremacía sobre lo económico, que constituye un mero instrumento.

Com a pluralidade de modelos e as disputas ideológicas identificadas, não achamos conveniente olhar para o passado das cooperativas na América com predefinições estabelecidas. E esse foi outro motivo pelo qual empreendemos esse estudo. Por exemplo, é comum na literatura sobre o cooperativismo lermos que a formação da cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale foi influenciada por Robert Owen, ou que as cooperativas de consumo, por sua vez, foram inspiradas pelos Pioneiros, ou ainda, que as cooperativas de crédito foram influenciadas por

Raiffeisen, Luzzatti, entre outros. E, quando chegaram na América, era o mesmo contexto econômico para a aplicação ser fiel? Não estamos dizendo que estas afirmações estão incorretas. O que queremos dizer é que, quando colocamos uma lupa no fenômeno, em estudos de caso, vemos que essas inspirações não são cópias dos seus precursores, por isso, elas precisam ser cada vez mais exploradas e problematizadas, como já vem acontecendo, sobretudo, nos estudos de Ciências Sociais Aplicadas e Economia.

Além, disso, os princípios rochdaleanos são apresentados para a América Latina de forma simplista, sem problematizar sua construção e transformação histórica. Por isso, afirmar que princípios rochdaleanos nortearam as práticas cooperativas desde o início do século é não considerar a própria constituição do cooperativismo como um movimento social e sua expansão. Eles foram amplamente divulgados e, inclusive, reconhecidos oficialmente pela ACI, mas isso não significa a inexistência de adaptações ao meio.

Nosso estudo empírico nos mostrou a construção doutrinária no interior de cada cooperativa, misturando-se com experiências já existentes. E se justifica na busca por historicizar essas cooperativas de crédito e seguro, configuradas como primeiras experiências em seus países, Brasil e Argentina, respectivamente, diante do problema que vemos na monopolização impositiva dos princípios rochdaleanos. Isso ocorre até mesmo nos estudos que buscam contar a história de cooperativas, no início do século XX.

Diante do cenário atual, teórico e de experiências, vemos como pertinente o estudo não somente da cooperação, como um sistema econômico emergente, o qual, por muitas vezes, busca ser uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado, mas também, e sobretudo, nos propomos a fazer uma investigação das práticas empregadas pelas cooperativas, que igualmente foram moldando essas instituições, aqui em estudo. Para Angelo Torre (2007, p. 25), a prática é um conjunto de costumes concretos e não apenas imagens construídas daquilo que já existe. O autor propõe uma análise que investigue as diferentes apropriações sociais dos modelos culturais que desenham a realidade. Perguntamos em que momento os modelos cooperativos concebidos em solo europeu foram apropriados pelos sujeitos imigrantes nessas cooperativas. Assim como o autor, estamos preocupadas em entender como nasceram as práticas originárias do

cooperativismo de crédito. O autor salienta que as práticas não são construídas apenas pela imposição de normas e discursos, mas por um conjunto de apropriações.

Procuramos evidenciar de que matriz(es) inspiradora(s) essas cooperativas se utilizaram, em uma perspectiva histórica de suas constituições. Acreditamos que, ao evidenciar essas práticas latino-americanas, contribuímos para os estudos das cooperativas e do cooperativismo, alertando para historicidade dessas instituições e teoria. Por vezes, essas instituições foram descritas desconectadas de uma realidade, como microssociedades.

As formas de adaptação e interação local dos imigrantes foram fundamentais para que o empreendimento tivesse sucesso nas novas terras, considerando o conhecimento prévio daqueles que auxiliaram e/ ou determinaram na criação de cooperativas e de um modelo de organização profissional cooperativo. Ademais, para a compreensão desse processo, recorreremos ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, examinado ao longo do trabalho.

Também utilizamos como referencial teórico Edward Palmer Thompson (1998) com o conceito de *economia moral*. Embora não seja usual ter esses dois investigadores juntos no mesmo trabalho, para nós seus estudos são pontualmente indispensáveis e se complementam, no sentido da retroalimentação tanto da organização do espaço social a partir do *habitus*, quanto da compreensão da *economia moral* mediante o costume. A economia moral entrou em colapso com o avanço da nova política econômica, no entanto, segundo Thompson (1998, p. 202):

A economia moral da multidão levou mais tempo para morrer; é adotada pelas primeiras cooperativas de moinhos de farinha, por alguns socialistas owenistas, e continuou a existir durante anos nas entranhas da Sociedade Cooperativa de vendas por Atacado [Cooperative Wholesale Society].

Utilizamos a economia moral de Thompson no sentido de consciência econômica, de resistência ao livre mercado e aos altos juros praticados, pela ação dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais das cooperativas aqui estudadas. A defesa do bem-estar em comum por esses indivíduos, embora conservadora e romântica, não pode ser entendida como apolítica, pois são norteadas por noções de Estado e de sociedade, que se tinha e que se almejava.

Acreditamos que a prática do cooperativismo foi significativa para a inserção dos imigrantes na sociedade que os acolheu, a Argentina e o Brasil. Nos dois países, temos observado a operacionalização de demandas sociais, por meio das instituições cooperativas, possivelmente, as tornaram visíveis para o Estado. As cooperativas receberam inspiração direta dos modelos preconizados na Europa. Alemanha, Bélgica, Inglaterra, França, são os países que aparecem como referências mais significativas, em acordo com o período de emigração. Tanto a cooperativa Caixa de Economia e Empréstimo Amstad quanto a El Progreso Agrícola são instituições centenárias atuantes, ainda hoje, suas trajetórias nos motiva a pensar, em que medida a construção do espaço social, das suas respectivas colônias, permitiu uma “autonomia” em relação aos princípios e valores que começaram a nortear o cooperativismo mundial? Ao estudar essas duas instituições cooperativas de países próximos e similares, Argentina e Brasil, desde a comparação histórica, nos possibilitou ir além das constatações, da existência do fato. E, quem sabe, oportuniza um debate sobre a inserção do cooperativismo no sul da América.

Tivemos dificuldades em plasmar as práticas, mas não as suas peculiaridades históricas e semelhanças, frente a cada contexto cultural. No caso, do Rio Grande do Sul, a história da cooperativa mistura-se com as associações de socorro-mútuo da colônia de Nova Petrópolis. Inclusive, houve uma grande rede associativa nas colônias de imigração alemã do estado, e há uma extensa bibliografia sobre o associativismo desenvolvido nessas localidades. Destacamos a tese de Erneldo Schallenberger, *O associativismo cristão no sul do Brasil. A contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sulbrasileiro*, e os amplos estudos de Arthur Blásio Rambo. Ainda que esses trabalhos tenham sido explorados nesta tese, possuem como foco de suas análises a lógica e o desenvolvimento do associativismo, em que destacamos as associações: 1. Associação Rio-Grandense de Agricultores (1902), responsável por reunir todas essas associações, até por volta de 1910; 2. Sociedade União Popular, SUP (1912), que posteriormente assumiu esse papel de central das associações coloniais. Esses autores contribuem para discussão do cooperativismo e das caixas rurais de crédito desde a elucidação da forma organizativa dessas associações coloniais.

Por estarem organizadas administrativamente em rede, a documentação encontrada da cooperativa de Nova Petrópolis se encontra, em sua maioria, com o acervo dessas associações. Esse aspecto, tornou-se um desafio muito grande pensar na caixa rural em sua individualidade, buscando separar e identificar quais ações foram feitas pela cooperativa. É importante dizer que, embora atuassem em alguns momentos em projetos coletivos, como o caso do financiamento de novas colonizações, a cooperativa possuía uma direção autônoma, elegendo um delegado para representá-la na assembleia geral da Associação central (dos Agricultores ou da SUP).

Além disso, não podemos deixar de referenciar que não tivemos acesso aos estatutos originais e nem os localizamos. Depois de percorrer os arquivos,¹⁵ sabemos que eles eram, normalmente, publicados, em alemão, nos periódicos que circulavam na região. Destaca-se o jornal *Der Bauernfreund* (O Amigo do Agricultor ou do Colono),¹⁶ onde eram publicados as decisões das assembleias. Ainda que tenhamos encontrado alguma dificuldade em relação à língua alemã, persistimos na pesquisa. Utilizamos a bibliografia que há para o diálogo e textos já traduzidos dessas fontes, principalmente, com a contribuição dos trabalhos do professor Arthur Rambo (2000, 2011) e da tese de Márcio Werle (2014). A partir disso, ao lado de exemplos de correspondências ativas da cooperativa e do estatuto da SUP (a associação que regia as caixas rurais), buscamos revelar a ação da cooperativa de Nova Petrópolis atrelada a toda aquela realidade associativa, alicerçada na solidariedade cristã. Ressaltamos que o modelo de crédito Raiffeisen, adotado pela cooperativa, possui um estatuto postulado pelo próprio Raiffeisen, motivo pelo qual também conseguimos levar a pesquisa adiante.

No caso de Buenos Aires, foi possível ir à Argentina, na oportunidade de realização de um estágio de pesquisa. Nesse período, pudemos investigar em arquivos e bibliotecas,¹⁷ inclusive, na cidade de Pigüé. Em Pigüé, tivemos a

¹⁵Arquivo Histórico de Nova Petrópolis/RS; Museu da Caixa Rural Sicredi Pioneira, Nova Petrópolis/RS e Memorial Jesuítico UNISINOS, São Leopoldo/RS, entre outros acervos. Tínhamos ciência que os documentos da cooperativa haviam sido alocados no Memorial da UNISINOS, mas não sabíamos o quanto havia em língua alemã gótica. O memorial dispõe de uma documentação bem grande sobre essas associações, inclusive relatórios da cooperativa a partir de 1940.

¹⁶Encontra-se publicações de 1900-1914 no Acervo do Instituto Anchieta – Unisinos/ São Leopoldo – RS.

¹⁷ Archivo General de la Nación (AGN) / BA; Archivo Intermedio de Documentos Oficiales/BA; Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, La Plata; Biblioteca da Sociedad Rural Argentina (SRA)/BA; Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé/ Bs As; entre outros acervos.

informação que os documentos institucionais da cooperativa teriam sido perdidos num incêndio, há algumas décadas atrás. E, no *Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social* (INAES), não nos foi permitido acessar a documentação da cooperativa, tendo em vista a sua política de privacidade. Achamos, desde então, que não teríamos acesso aos estatutos também da Argentina. Ao pesquisar na imprensa, contudo, tivemos mais sorte. A *El Progreso Agrícola* publicava as atas das assembleias gerais, balanços e os estatutos no jornal local, aos quais tivemos acesso no Museu e Arquivo de Pigüé. Sendo, portanto, a imprensa nossa principal fonte de Pigüé. No período entre 1900-1920, utilizamos os periódicos *El Reflector*¹⁸, *E Independiente*,¹⁹ *El Orden*²⁰ e *La Prensa*²¹. As notícias são bem variadas, desde assuntos sobre homenagens e aniversários da instituição ou de seus membros, até comunicados públicos das assembleias.

Em relação à bibliografia, encontramos pouco sobre a colônia de Pigüé. Os trabalhos que contam especificamente sobre a colônia, datam das décadas de 1940-1950 e carregam, em grande medida, as marcas da historiografia do seu tempo. Isto é, mesmo procurando contar a história da colônia com neutralidade, ao inserir a figura do *índio* na narrativa, a escrita tem as marcas da ideia da “civilização” e do “selvagem”, em justificativa do progresso e da ocupação do “deserto”. Ainda sobre essa bibliografia, seus sobrenomes anunciam o parentesco com os fundadores de Pigüé. Em geral, a *El Progreso Agrícola* é mencionada em diversos trabalhos sobre o cooperativismo, reconhecendo-a como a primeira expressão desse movimento rural no país, assim como, na história associativa da colônia. No entanto, não encontramos trabalhos específicos sobre a cooperativa para referenciar e dialogar.

Assim, a pesquisa aqui apresentada se apoia em bibliografia e ampla pesquisa empírica, que contou com diferentes documentos. Ressaltamos ainda uma bibliografia da década de 1920, encontrada na Argentina, publicada pelos agentes do cooperativismo, responsáveis pelos cursos, visitas técnicas e incentivo à cooperação. Engenheiros agrônomos, economistas e advogados, Mujica Farias (1919), Domingo Bórea (1917) e Tomas Amadeo (1922) foram importantes para nos ajudar a perceber que cooperativismo se queria construir pelo pensamento estatal e

¹⁸ Edições de: 1908; 1909; 1918; 1919; 1920; 1921.

¹⁹ Edições de: 1901; 1902; 1903; 1904; 1907; 1908; 1910

²⁰ Edição extraordinária de 1934.

²¹ Edições de: 1910; 1911.

intelectual da época. Assim como no Brasil, acessamos os textos de José Saturnino de Britto (1927) e de Fábio Luz Filho (1935), os quais também atuaram na década de 1920 como agentes estatais e teóricos, conforme evidenciou Sonia Mendonça (2002).

Nosso aporte teórico-metodológico está apoiado nos estudos sobre a imprensa e em eventos de comemoração (como frutos memorialísticos de uma pessoa, de um grupo, de uma data). Por isso, nossa interpretação procurou ficar mais atenta, complementando nossa comparação (CAPELATO, 1988); (MARTINS; DE LUCA, 2008); (MENDELEVICH, 1982-1986); (CATROGA, 2009). Diante das possibilidades analíticas, buscamos evidenciar as práticas cooperativas, destacando as singularidades de cada uma delas, as semelhanças e as diferenças. Dessa forma, julgamos abrir possibilidades para uma reflexão crítica sobre a prática do cooperativismo no Sul da América. A comparação foi o meio mais apropriado para examinarmos a constituição dos princípios e práticas cooperativas pioneiras nos países em estudo. (BLOCH, 1998; TILLY, 1991; KOCKA, 2003; 2014).

Nossa hipótese foi de uma matriz inspiradora cristã nessas cooperativas aqui em estudo. Em primeiro lugar, porque verificamos que foi essa doutrina que impulsionou a criação da cooperativa no Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, porque consideramos as mudanças do pensamento social religioso,²² no século XIX, procurando ser uma terceira via entre o Socialismo de Marx e o Capitalismo. O pensamento social cristão ganhou adeptos rapidamente os quais inspiraram mudanças nas relações trabalhistas como um todo, principalmente no meio rural, com a criação de associações e caixas de crédito rurais. As quais eram baseadas em uma solidariedade moral. Pela própria história da América Latina e pelo trabalho difusor de uma doutrina cooperativa feita por Charles Gide, até pelo menos a década de 1930, um personagem ícone do cooperativismo mundial, inspirou adeptos também na América Latina, e ele próprio pertencia à ala dos protestantes sociais. A solidariedade moral preconizada por ele supõe a assistência como um dever e uma responsabilidade moral, um laço de reciprocidade entre os indivíduos ao contrário da caridade, que visa um dever unilateral (LECHAT, 2002, p.129).

²² De acordo com Schallenger (2001, p. 62-63), o problema social a partir da questão do trabalho motivou o discurso do liberalismo social. A Igreja Católica procurou afastar o trabalhador do comunismo promovendo o trabalho coletivo pela corporação. Na Igreja alemã, desde 1835, se vislumbrou uma sociedade organizada, a partir de cooperativas de trabalho, purificadas pela fé, pela ética cristã e pelo espírito comunitário.

A matriz cristã se confirma para o cooperativismo mediante adaptações de concepções associativas e o seu uso conjuntamente. Dessa maneira, julgamos pertinente o ponto de vista da transnacionalidade, a qual privilegia as influências de experiências vividas no passado ou conhecidas mediante intercâmbios da vida cotidiana, sem necessariamente buscar pontos físicos e geográficos contínuos. Esse intercâmbio se configura na “circulação cultural”, nesse caso, são as experiências cooperativas. O conceito de transnacionalidade está apoiado numa constante reformulação de ideias, de propostas e de práticas culturais que transitam de um contexto para outro. (WEINSTEIN, 2013).²³

Jürgen Kocka (2003) assinala algumas virtudes do método comparado e elaborou quatro propósitos da comparação: a heurística, a descritiva, a analítica e a paradigmática. Se por um lado, a comparação quebra continuidades dificultando à narrativa histórica, assim como, possibilita superficialidades, idealizações generalizadas, ou ainda, distorções dos resultados; de outro lado, conforme Marc Bloch (1998), a comparação tem duas funções fundamentais como auxiliar na compreensão das causas e origens de aspectos específicos. O método comparativo insere um amplo campo de investigação, e não apenas uma observação única e determinada. Kocka (2014, p. 283) ainda ressalta o interesse promissor dos historiadores que se dedicam a comparar nos entrelaçamentos transnacionais.

No entanto, tal interesse não deve se distanciar, mas deve incorporar rigorosas comparações, as quais continuam particularmente indispensáveis para os estudos históricos. Com alcance global, se não quiserem tornar-se meramente especulativos ou folhetinescos.

Buscamos ir um pouco além da semelhança e diferença postulada por Bloch, pois comungamos da tendência historiográfica transnacional, sem perder de vista a comparação. A cada capítulo, procuramos evidenciar quando a comparação é local, nacional e transnacional, em acordo com a unidade que nos dedicamos a comparar. Os princípios e as práticas cooperativas como nosso objeto de estudo possibilita-nos a desprovincializar a hegemonia historiográfica do cooperativismo, assim como ajuda-nos a refletir sobre os nacionalismos teórico-metodológicos. A América Latina apresenta-se como uma região fecunda de estudos comparados, sobretudo, na ideia de Marc Bloch, comparando o que é comparável e preservando as peculiaridades

²³ Ver, também: PURDY, 2012.

regionais. Os documentos encontrados e o contato com as novas bibliografias, apontam continuamente para uma circulação grande, de artefatos, sejam eles materiais ou culturais, na região platina, que não se limitou apenas ao período pré-independências nacionais, estendendo-se até meados do século XX. Esses dados fundamentam nossa escolha pelas cooperativas como unidades isoladas para a comparação, como o estudo local, conforme Charles Tilly (1991, p. 103):

Para ello debemos cerciorarnos de las unidades que estamos comparando. Unicamente sí somos claros y consistentes tenemos la posibilidad de elegir entre una gran variedad de poblaciones, categorías, redes y *catnets*; compañías, regiones, clases sociales, grupos de parentesco, iglesias, redes comerciales, alianzas internacionales y otros muchos. A clave está en tener criterios para identificar poblaciones, categorías, redes y *catnets* reales. como especímenes del tipo de unidad sobre la que estamos teorizando.

Dessa maneira, buscamos comparar em toda a extensão do trabalho, delineando a cada capítulo o que seria comparado sob a égide das cooperativas Caixa de Economia e Empréstimo de Amstad e de seguro rural El Progreso Agrícola de Pigüé. Além do próprio fenômeno cooperativo, a imigração europeia e suas colônias agrícolas compõem as três unidades centrais da nossa metodologia, em escalas geográficas diferentes, respectivamente: o transnacional, para o movimento cooperativo e o processo imigratório; o nacional, em relação à imigração e as leis cooperativas; o local, sendo as colônias e as próprias cooperativas. Os agentes e seus processos de imigração, a constituição das instituições cooperativas, sobretudo, da doutrina cooperativa que adotaram, e suas práticas associativas são características que acreditamos compor melhor o cenário para identificação de semelhanças, diferenças e conexões.

Ao refletir e discutir os postulados da História, Tilly defende a comparação na busca de uma variação concomitante. Repensando a fórmula de averiguar semelhanças e diferenças, o autor estabelece quatro formas de análise comparativas a partir da multiplicidade: 1) a individualizadora, que procura captar a singularidade do caso, definindo-o como único; 2) a universalizadora, que busca explicar por que cada caso segue em essência a mesma regra; 3) a diferenciadora, que se empenha em estabelecer um princípio de variação mediante as diferenças sistemáticas entre os casos distintos; 4) a globalizadora, que procura explicar as

características de diferentes casos, dentro de um mesmo sistema, isto é, relacionar as variáveis com o sistema como um todo e suas diferentes manifestações.

Explicitamos que nossa pesquisa buscou pensar o cooperativismo instalado no sul da América Latina a partir da comparação globalizadora, conforme entende Tilly. Com isso, não queremos dizer que faremos generalizações da experiência cooperativa. O estudo de sociedades vizinhas e de diferentes casos oportunizará o questionamento e o esclarecimento: das causas; das inter-relações; das motivações internas ou externas do fenômeno cooperativo. O cooperativismo possui e é um movimento com normas que buscam ser universais, ao mesmo tempo que possui diferentes expressões. As semelhanças entre as cooperativas aqui estudadas podem desmitificar as supostas particularidades de cada uma, ao passo que as diferenças entre elas movem-nos a voltar nosso olhar para os contextos e as transformações sociais, da realidade local, regional ou nacional.

O estudo de Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind (1995) sobre a região platina e as reflexões sobre o método comparativo instigou-nos a pensar, em que medida a circulação regional interferiu nas práticas cooperativas dos indivíduos imigrantes. Embora essa circulação regional fosse apenas uma hipótese empírica, a partir da suposição feita por Arthur Rambo (2011, p. 63) sobre a inspiração de se criar caixa rural Raiffeisen no RS ter vindo do conhecimento de experiências da Alemanha e da Argentina, levamos em conta o cooperativismo crescendo na Europa e suas experiências não totalmente desconhecidas dos imigrantes. Voltar-se para o estudo regional foi o caminho encontrado para ponderar as interações que nunca cessaram entre os Estados nacionais, e que podemos ver impressas nos jornais,²⁴ do Rio Grande do Sul e, na bibliografia argentina da época, informações constantes sobre o cooperativismo rural e a necessidade do crédito rural, ou seja, era uma discussão que estava em voga.

Procuramos observar e deixar claro em que medida o cooperativismo vem junto nas “bagagens” dos imigrantes europeus para América Latina e, por isso, é preciso atentar para as formas utilizadas por eles ao colocar em prática a cooperação. Não pretendemos apresentar o cooperativismo como algo inovador, considerando a sua existência e o cenário de construção europeu, mas sim um fenômeno inédito para aqueles precursores do Brasil e da Argentina. Nesse sentido,

²⁴ Como, por exemplo, na Revista da Agricultura do Rio Grande do Sul de 1903.

comparamos também a própria região da colônia como “espaços funcionais da economia do país e do mundo, ainda que a imigração do século XIX e meados do século XX tenha afetado algumas regiões isoladamente, como Sudeste e Sul do Brasil, por exemplo”. (SECRETO, 2001, p. 37).

No desenvolvimento da investigação procuramos responder:

- a) Quais as influências sociais e/ou culturais daqueles que auxiliaram e/ ou determinaram um modelo de organização econômica, profissional e social da cooperativa?
- b) Quais foram as matrizes inspiradoras e orientadoras do processo associativo, originado pelo sistema na Argentina e no Brasil?
- c) É possível identificar um modelo cooperativo, nos primeiros anos de funcionamento das cooperativas estudadas?

Assim, nossos objetivos estão concentrados em:

- a) Discutir a prática cooperativa em seus primórdios, no âmbito rural, do Rio Grande do Sul e da Província de Buenos Aires, contribuindo para a sua compreensão;
- b) Identificar as matrizes norteadoras do cooperativismo nas práticas latinas e seus possíveis reflexos sociais e políticos nos diferentes contextos;
- c) Analisar a política associativa, entre 1898-1920, em ambos os países, principalmente em relação às associações rurais que contemplam a prática cooperativa.

Especificamente:

- a) Verificar o papel do modelo inspirador das práticas cooperativas, analisando suas releituras e apropriações no lugar de destino;
- b) Analisar as cooperativas de crédito, Caixa de Economia e Empréstimo de Amstad (Brasil) e de seguro rural El Progreso Agrícola de Pigüé (Argentina), iniciadoras do sistema cooperativo rural nos dois países;
- c) Compreender diferenças e semelhanças entre as cooperativas estudadas e o próprio fenômeno do cooperativismo, analisando as particularidades que contribuem para constituição de um modelo cooperativo latino americano.

Esta tese está organizada em seis capítulos. No capítulo de número um, temos nossa “Introdução”, conforme orientações técnicas da universidade.

No segundo capítulo, “Região, ocupação imigrante e cooperativas: intercâmbio cultural e solidarismo”, procuramos analisar os modelos de colonização, isto é, da colônia francesa na Província de Buenos Aires e da colônia de alemães no Rio Grande do Sul, situando-as no contexto da região platina. Ao mesmo tempo, não perdemos de vista as peculiaridades de uma região de colonização. As estratégias econômicas dos imigrantes, como forma de sobrevivência e de inserção na sociedade, foram concebidas em conjunto com a criação das associações cooperativas nos dois países. Apresentamos também as concepções de cooperativismo nos respectivos países dos emigrantes, França e Alemanha, analisando as experiências cooperativas de crédito, cujos modelos podem ter inspirado as primeiras cooperativas do Brasil e da Argentina.

No terceiro capítulo, “Das Associações às Cooperativas: Pensadores Europeus e as Estratégias Coletivas no Brasil e na Argentina (1890-1920)”, buscamos fazer uma breve revisão bibliográfica, incluindo o entendimento do cooperativismo no seu início. Temos contribuições de autores da Sociologia, da Administração, da Economia, do Direito, da Ciência Política e da História. Este capítulo procura discutir perspectivas de compreensão do cooperativismo no amplo espectro associativo, suas limitações e desafios como movimento social. Nesse sentido, se faz necessário o estudo da legislação e a definição jurídica das instituições associativas e cooperativas em meados do século XX. Buscamos também, abordar a concepção do associativismo e de sociedade cooperativa nos precursores socialistas e nos realizadores da cooperação na Europa, a fim de compreender a difusão e a apropriação dessas ideias pelo movimento cooperativo, ao final do século XIX.

No quarto capítulo, “Os Pioneiros da Cooperação. Um Convite a “Unir Forças”. Parte I: Nova Petrópolis – Rio Grande do Sul”, a proposta é contar a trajetória da cooperativa *Sociedade Cooperativa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis*, principalmente, identificando e destacando suas ações das associações mutualistas da cidade. Ainda que dificilmente se consiga separar por completo, frisamos as crenças de suas lideranças, como elemento fundamental para captar as influências e a matriz inspiradora escolhida para iniciar o empreendimento.

Além disso, um exame mais aprofundado da colônia pode mostrar-nos o cenário social que motivou a criação da cooperativa.

No quinto capítulo, “Os Pioneiros da Cooperação. Um Convite a “Unir Forças”. Parte II: Pigüé – Buenos Aires”, procuramos trazer também a trajetória da cooperativa *El Progreso Agrícola de Pigüé: Sociedade Cooperativa Mútua de Seguros Agrícolas y Anezos Ltda*, focando nos seus princípios e práticas. Assim como no capítulo anterior, buscamos conhecer a colônia e suas lideranças. Nossa intenção era, inicialmente, fazer um estudo biográfico, a fim de estabelecer redes entre os indivíduos de cada cooperativa. Porém, não conseguimos concluir o intento, mesmo que tenhamos empreendido pesquisa em arquivo, não encontramos fontes o suficiente que nos possibilitasse um estudo prosopográfico.

Contudo, conseguimos traçar algumas relações na política e tensões entre as instituições cooperativas e outros setores, provocadas pela atuação dos seus líderes. Nesses dois capítulos, portanto, concentramos nossa busca pelas práticas. A cooperativa como uma expressão da necessidade, de representação associativa ou somente para fins econômicos foi analisada diante do cenário político das primeiras décadas republicanas do século XX, na Argentina e no Brasil.

No último capítulo, serão apresentadas nossas *conclusões*, a partir da matriz inspiradora identificada em cada uma das cooperativas, por meio da análise comparativa das práticas cooperativas. Procuramos responder as perguntas referentes à inspiração doutrinária, é possível que uma ou mais inspirações doutrinárias tenham sido encontradas, imbricadas na prática cooperativa.

2 REGIÃO, OCUPAÇÃO IMIGRANTE E COOPERATIVAS: INTERCÂMBIO CULTURAL E SOLIDARISMO

Numa zona de fronteira como o Rio Grande do Sul, congregavam-se sobrepondo-se dois medos: o do estrangeiro e o da escravaria. As expectativas imperialistas na região do Prata, ao mesmo tempo, que excitavam os proprietários locais com as novas terras, ameaçavam o domínio local com as alternativas de fugas abertas pelos conflitos internacionais. Vivia-se numa precária tranquilidade, entremeada de épocas de completa insegurança. (MOREIRA, 1998, p. 142-143).

O cooperativismo iniciou no Brasil e na Argentina, ao final do século XIX, com a presença de imigrantes, seja nas colônias instaladas nesses países, ou na imigração espontânea. A experiência cooperativa era conhecida e praticada nos seus países de origem, o que demonstra para nós a apreensão do mundo social pelos sujeitos e a percepção da realidade para construir, avaliar, agir, enfim, ser capaz de perceber que lugar ocupa no espaço social.

Ademais, tais ideias e circulação cultural permite-nos entender o sistema macro da doutrina cooperativa, desde a análise do micro, do local. Analisamos o processo das transformações e/ou adaptações das interações que constituem as relações sociais, em acordo com as ideias de Charles Tilly (1991). As necessárias comparações entre as relações e suas transformações deixam de ser imensas para ganhar em coerência a respeito das estruturas e processos relativamente amplos, por exemplo, o próprio processo de imigração e a divisão do trabalho na ordem internacional. Assim, o que veremos a seguir, são as relações entre determinados imigrantes, trabalhadores rurais e o Estado.

Ao falar de região, procuramos abarcar a inter-relação e a circulação de ideias e culturas entre espaços fronteiriços, como no caso do estado do Rio Grande

do Sul, Brasil, com Buenos Aires, Argentina. Com traços culturalmente construídos, pela vivência e experiências conjuntas, os países latinos tornam-se um palco privilegiado de comparação das semelhanças e diferenças. Nosso objetivo não é discutir o território nacional e os seus processos historicamente construídos, econômicos e sociais, mas sim, identificar este lugar da América Meridional como um espaço de trânsito cultural constante, inclusive pós-independência dos países.

Neste capítulo, pretendemos apresentar os grupos imigrantes específicos que ocuparam esses dois espaços²⁵ da região platina, onde se realizou a fundação e o desenvolvimento das cooperativas de crédito e de seguros aqui estudadas. A partir do cenário europeu, de onde esses imigrantes vieram, procuramos identificar experiências cooperativas e associativas atuantes no século XIX, sobretudo nos países da França e da Alemanha, os quais forneceram um grande número de imigrantes para Argentina e Brasil, respectivamente. As motivações para emigrar podem ter sido diversas, mas é consenso entre os pesquisadores de imigração que a aspiração por progresso econômico, o “fazer-se na América”, era um fator coexistente entre todos os deslocamentos.

Acreditamos ser importante conhecer mais sobre os lugares de origem, seus costumes, tradições e crenças, porque nos auxilia na interpretação e compreensão das práticas e modos de fazer no espaço ocupado na América. Assim, o espaço social, conforme Pierre Bourdieu (2004) desenhou, torna-se indispensável para o entendimento das ações de grupos e/ou instituições. Não é o recorte de regiões do espaço geográfico que estamos levando em conta, mas sim os saberes, os costumes e as experiências sociais compartilhadas, o *habitus*. Bourdieu (2004, p. 153) nos diz que:

[...] o espaço social é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão. As distâncias espaciais -' no papel - coincidem com as distâncias sociais. Isso não acontece no espaço real. Embora se observe praticamente em todos os lugares uma tendência para a segregação no espaço, as pessoas próximas no espaço social tendem a se encontrar próximas - por opção ou por força - no espaço geográfico, as pessoas muito afastadas no espaço social podem se encontrar, entrar em interação, ao menos por um breve tempo e por intermitência, no espaço físico.

²⁵Quando nos referirmos aos dois espaços, estamos falando do Rio Grande do Sul e da Província de Buenos Aires. Assim como, quando mencionamos Brasil e Argentina, é sempre referente ao contexto desses dois estados.

Dessa maneira, as interações que serão mais facilmente percebidas pelo observador são aquelas construídas em proximidade no espaço social. Aqui, ele será visto, de um lado, o europeu e, de outro, os subespaços de colonização na região platina. A organização desse espaço se relaciona intrinsecamente com o *habitus*, sugerindo a reflexão da apropriação dos indivíduos de acordo com a posição que eles ocupam. A construção da realidade social não é operada em um vazio social. Segundo Bourdieu, ela acontece tanto no coletivo quanto no individual, mas só é pensada na perspectiva de um sujeito perceptivo. Sendo assim, essas representações variam de acordo com os interesses da posição social que foi construída o *habitus*. Por exemplo, as práticas cooperativas que pretendemos compreender derivam de uma série de ideias e concepções de sociedade que pertencem a um grupo na Europa, em grande medida intelectuais, proprietários e políticos. Como tais ideias se difundiram, que espaço é esse que ocupam, quem são os sujeitos perceptivos?

Além da posição, o *habitus* é caracterizado, ao mesmo tempo, por um sistema de práticas e representações que são percebidas somente por aquele(s) que conhece(m) os códigos em seu sentido social. Bourdieu afirma (2004, p. 158):

[...] *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído.

As representações sociais do indivíduo, na sua trajetória de vida, contribuem para novas práticas ou remodelações daquilo que se conhece. Nem só de ensinamentos formais e externos se constrói o ser humano. Ele também carrega suas memórias e esquemas de representações diversos adquiridos mediante experiências culturais e ambientais, que norteiam suas ações e o modo de vida, pois os indivíduos têm apreensão ativa do mundo e certamente constroem a sua visão daquilo que os rodeia.

Assim, por exemplo, quando da constituição de uma instituição, será mais fácil obter adeptos da ideia quando esses indivíduos compartilharam do mesmo espaço e se percebem em uma realidade social, isto é, pertencentes a uma mesma

classe, sem a objetividade de Marx, conforme a afirmação de Bourdieu (2004, p. 155):

Se você quiser fundar um movimento político ou mesmo uma associação, terá mais possibilidades de agrupar pessoas que estão no mesmo setor do espaço (por exemplo, no nordeste do diagrama, do lado dos intelectuais) do que se quiser reunir pessoas situadas em regiões localizadas nos quatro cantos do diagrama.

Dessa maneira, a noção de espaço social de Bourdieu nos permite pensar em interações sem cair no dualismo da subjetividade e da objetividade. Este estudo das experiências cooperativas e associativas, a partir da Europa, reflete essas representações sociais compartilhadas, nas quais procuraremos objetivar o(s) grupo(s) ou a(s) classe(s) social(is) que as constituíram, neste e no próximo capítulo.

2.1 Rio Grande do Sul e a Província de Buenos Aires: a Região Platina e os Subespaços Coloniais

Ao estudar o Rio Grande do Sul e a província de Buenos Aires, a partir da perspectiva da história regional, nos inserimos nos estudos que analisam os processos de imigração e colonização na história da região, como uma alternativa para superar a visão centralizadora da história nacional. Ao colocarmos uma lupa nesses processos em comparação, percebemos que eles fazem parte de uma conjuntura político-econômica regional, a qual, inclusive, determinou em que lugar deveriam ser instalados estes imigrantes.

Concordamos com Heloísa Reichel e Sandra Bandieiri na operacionalização do conceito da região, isto é, “construí-lo a partir das interações sociais que a definem no espaço e no tempo, deixando de lado qualquer totalidade, delimitação que pretenda concebê-lo como uma totalidade preexistente, com traços de homogeneidade previamente estabelecidos”. (REICHEL; BANDIERI, 2011, p. 18). Para as autoras, as experiências das sociedades não se limitam às determinações dadas pelas fronteiras nacionais, ainda se faz necessário olhar para os intercâmbios, interferências políticas, econômicas, culturais e a circulação de ideias nos espaços transnacionais.

Para nós é fundamental que olhemos para o passado da região platina e suas raízes. Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind, no estudo sobre fronteiras e guerras

no Prata (1995), salientaram sobre a divisão das tradições feita pela historiografia tradicional, o que particularizou hábitos culturais, os quais pertenciam a todo território platino. O estudo da Região Platina tem sido frequente nas últimas décadas, em análises comparadas ou não. Essa região é composta por uma extensa área formada pelo Rio Grande do Sul, a Banda Oriental e o Pampa argentino. Nas relações econômicas, diversos grupos da zona da Campanha ou Pampa estavam interligados na atividade de criação e de exportação do gado (REGUERA, 2011), bem como na produção agrícola secundária e de subsistência.

A bacia do Rio da Prata é compreendida por três principais rios: o Uruguai, o Paraná e o Paraguai. Eles formam o maior estuário do mundo e são totalmente navegáveis por embarcações diversas. Destacamos os dois primeiros, por influenciarem diretamente nas províncias de Entre Rios, Corrientes e Buenos Aires da Argentina, todo o Uruguai e parte do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo em que esses rios e seus afluentes servem como uma fronteira natural, tornam-se também um espaço privilegiado, facilitador de acesso e trânsito de negócios. Eles, por muitas vezes, foram palco de disputas e conflitos durante todo o período colonial e sua importância estende-se até os dias atuais, com as políticas internacionais.

Conforme as historiadoras Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind (1995), esse território configurava-se em uma unidade econômica, social e cultural a qual denominaram de Região Platina. A fragmentação dessa unidade na historiografia iniciou-se ao final do período colonial e acentuou-se no início do processo de independência e de formação nacional. No entanto, as autoras afirmam que a *região* manteve a sua unidade compartilhando valores, costumes e hábitos em comum, o que torna o uso do conceito pertinente aos estudos que procuram compreender as inter-relações e a circulação de artefatos culturais, mesmo no século XX.²⁶

Nesse sentido, o conceito de região está sendo utilizado neste trabalho porque privilegiamos na análise as heranças múltiplas que moldaram o passado, a partir da interação cultural e econômica, especialmente do Rio Grande do Sul e de Buenos Aires, sem desconsiderar a integridade de suas próprias construções históricas, econômicas, sociais e culturais. Ao rever tais heranças e interações, teremos mais condições de avaliar as adaptações realizadas na *práxis* cooperativa pelos imigrantes e as possíveis transformações.

²⁶ Ver, também: REICHEL; GUTFREIND, 1996.

A ideia aqui não é de comparar os dois territórios nacionais, mas sim os dois estados que contemplam uma única região, com uma formação histórica de unidade cultural própria. As fronteiras dessa região foram, por muito tempo, extremamente maleáveis, fluídas em relação ao intercâmbio, em sua compreensão mais ampla, movendo-se de acordo com as disputas dos impérios ultramarinos de Portugal e Espanha. A localização do Rio Grande do Sul, torna o estado mais meridional do Brasil, tendo sido incorporado tardiamente ao território nacional. Nesse sentido, o estado se insere tanto na história nacional brasileira quanto na história regional platina. (REGUERA, 2011, p. 55-56).

O conceito de região platina vem sendo comumente utilizado na historiografia, principalmente, nas análises que versam sobre a figura do gaúcho, símbolo de nacionalidade argentina, uruguaia e do regionalismo rio-grandense; inclusive, nos estudos sobre os estancieiros, a população indígena e os estudos econômicos que tem por base a agropecuária, o comércio e as disputas, por diferentes motivações. Enfim, trata-se de uma diversidade de investigações que tem privilegiado, sobretudo, estudos referentes à sociedade fronteiriça do sul e sudoeste do Rio Grande do Sul, pelas experiências transnacionais e os conflitos gerados na e da própria convivência.

Nesse sentido, verificamos que há um número considerável de estudiosos que se dedicaram (e se dedicam) a pensar e a conceituar a *fronteira*, nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Por isso, salientamos que, embora apresentemos, a seguir, uma breve discussão sobre o conceito, nosso intento não é avaliar a sua aplicabilidade, mas, desde já, mostrar ao leitor nossa reflexão e entendimento do conceito para a realização deste trabalho. No exercício da comparação, é possível perceber as diferenças na ocupação territorial por migrantes europeus, em Buenos Aires e no Rio Grande do Sul, e a problemática da expansão da fronteira nacional argentina.

Enrique Padrós (1994) chama-nos a atenção para as diferentes interpretações que a *fronteira* pode ter: a percepção tradicional; a percepção geopolítica, e; a percepção integracionista. No seu artigo, o autor está refletindo a partir do contexto de redemocratização do Cone Sul, na segunda metade da década de 1980, sobre as fronteiras comuns do Uruguai e do Brasil. Ainda assim,

consideramos importantes as conceituações que propõe de *fronteira*, conforme segue.

A perspectiva tradicional diz respeito à manifestação da fronteira barreira, corte, limite e descontinuidade, com o motivo mais visível de protecionismo nacional. A geopolítica refere a fronteira como órgão periférico do Estado, o qual pode ser tanto receptor quanto irradiador de influências e projeções sobre os países. Sendo assim, a percepção da geopolítica vê um confronto permanentemente entre elementos agregadores e desagregadores, uma fronteira frequentemente em tensão. (PADRÓS, 1994). Por fim, a integracionista é aquela que, segundo o autor, se impõe nos últimos anos, pelas transformações políticas-econômicas internacionais pós Segunda Guerra Mundial e “pela vocação das comunidades fronteiriças de desenvolverem informais processos de convivência, colaboração e de solidariedade (portanto de integração cotidiana)”. (PADRÓS, 1994, p. 75).

Contudo, Padrós ressalta que a fronteira na perspectiva da integração exige alguns pré-requisitos para ser abordada como tal: em primeiro lugar, identificar se há sentimento de pertencimento àquela comunidade fronteiriça; em segundo lugar, a existência mínima de uma dinâmica de interação em comum; em terceiro, a busca por normatização daquela comunidade fronteiriça para desenvolver a zona de contato e estimular empreendimentos binacionais específicos. No processo de integração fronteiriça, o conceito de zona de fronteira é o que dá grandes probabilidades de resultados já que é mais abrangente, pois estende-se ao longo da linha demarcatória, que separa os dois Estados e pode ser variável.

Nos conceitos apresentados por Enrique Padrós, a fronteira integração seria aquela que mais nos contentaria, no entanto, como veremos a seguir, nosso trabalho não trata de populações fronteiriças como ele se refere ou como aquelas estudadas, por exemplo, pelos historiadores Luís Augusto Farinatti e Mariana Thompson Flores (2009).

Luís Farinatti (2007), ao estudar em sua tese a elite agrária da *Fronteira Meridional do Império*²⁷, entre 1825 e 1865, considerou como fronteira o limite nacional entre Brasil e Uruguai, o qual era uma designação recente no século XIX e que demorou a se instalar. Para o seu trabalho, Farinatti utilizou a denominação de

²⁷O autor explica que a Fronteira Meridional do Império é um espaço que compreende a região da Campanha rio-grandense - território que abrangia as áreas dos municípios de Alegrete, Bagé, Uruguaiana e São Gabriel-.

fronteira manejada, considerando a porosidade desse limite nacional e as estratégias das grandes famílias de estancieiros e comerciantes, que habitavam nesse espaço, para levar e negociar o gado no novo Estado Oriental. Esse conceito leva em consideração a existência desse limite e a consciência dos agentes históricos sobre essa imposição, podendo eles, justamente por isso, ter a possibilidade de manejá-lo, negociá-lo. Ou seja, ora este limite vai até ali, ora até aqui, conforme os interesses dos grupos envolvidos. Para esses investigadores, a fronteira não é tratada como uma linha que separa dois mundos, pelo contrário, ela é um ponto de intersecção entre eles.

O autor apresentou uma ampla discussão sobre o uso do termo *fronteira* demonstrando as diferentes concepções desde a época colonial. Ressaltou que a fronteira, entendida como zona de encontro, ganhou ênfase nas abordagens dedicadas a estudar a região platina, sobretudo, a fronteira do Rio Grande do Sul e Uruguai. Trata-se da “*fronteira* como uma região, uma zona de encontro de áreas extremas que não isolava as populações, mas, ao contrário, as colocava em contato”. (FARINATTI, 2007, p. 81).

Nas diferentes abordagens que compartilham da percepção de situar o Rio Grande do Sul na “região platina”, “espaço platino” ou “espaço fronteiriço platino”, Farinatti (2007) identificou alguma concordância entre essas, sobretudo, a respeito das profundas ligações sociais, econômicas, políticas, culturais e militares entre o Rio Grande do Sul, a província de Buenos Aires, Uruguai (Banda Oriental) e as províncias do litoral argentino. Essas sociedades cultivavam relações, nessa região sul da América, forjadas desde o período colonial. Naquelas abordagens mais recentes, tem aparecido com mais frequência o papel do conflito nessas interações entre sujeitos tão diversos na construção da sociedade fronteiriça.

Farinatti e Flores (2009, p. 153-155), após uma discussão ampla sobre fronteira, destacam: 1. A *fronteira barreira*, visão que considera a fronteira uma linha divisória que separa os Estados nacionais. Essa ideia foi muito utilizada pelos então denominados intelectuais de “matriz lusitana”; 2. Da historiografia rio-grandense, a *fronteira integradora* foi bastante recorrente e consiste em considerar as relações entre sujeitos que habitavam as várias áreas que compreendem a fronteira. Sobre essa última ideia, de integração, os autores a consideram equivocada para os estudos que contemplam a fronteira meridional do Brasil, no século XIX.

As obras analisadas por eles que utilizaram esse conceito, ao lado da noção de região de fronteira, consideraram um espaço sem limite para seus habitantes, podendo eles transitar para ambos os lados. Além disso, essas populações estabeleciam, nesses estudos, mais relações de identidade entre si do que com o seu próprio país. Para os mesmos autores, nas áreas estudadas em que apresentam maior concentração dessa perspectiva, isto é, a fronteira sul e sudoeste do Rio Grande do Sul, com a região norte do Uruguai, a fronteira integração não se sustenta nos estudos empíricos.

Flores e Farinatti (2009, p. 153) defendem a fronteira como um espaço a ser definido mais por seus atributos socioeconômicos, enquanto que o limite é um conceito essencialmente político. Nesse sentido, retornamos ao entendimento de *fronteira manejada*, o qual os autores propõem para melhor compreensão dessas sociedades fronteiriças, a partir das relações sociais dos sujeitos e grupos. Chamam atenção do investigador para questionar-se sobre os significados e as estratégias construídas por esses sujeitos, para lidar com as diferentes situações desse espaço fronteiriço, o qual foi conformado como um limite nacional em meio aos processos de construção da nação. Nesse sentido, os autores trouxeram análises de alguns casos de sujeitos e grupos históricos daquele espaço fronteiriço, que assumiram caráter de fronteira manejada, em decorrência da posição social e atividade econômica desenvolvida por eles, como, por exemplo, os grandes estancieiros, o comércio lícito e ilícito e os sujeitos perseguidos pela justiça.

Outra abordagem em relação à fronteira é aquela feita por Adriana Fraga da Silva (2006) em sua dissertação de mestrado. Preocupada com a construção e o domínio do espaço, a partir do aporte teórico da Arqueologia da Paisagem, ela situa o tropeirismo como agente transformador do espaço. A autora considera como transformação desde a abertura de novos caminhos, no período entre o século XVIII e meados do XIX. Ao inserir seu trabalho na perspectiva de região platina, a autora baseou-se no estudo de Reichel e Gutfreind, mesmo tendo como foco uma microrregião ou subespaço, como os Campos de Cima de Serra. Silva verificou que os tropeiros ultrapassavam as linhas imaginárias da fronteira de modo inteiramente natural, mediante o comércio, em lombo de mulas e, na condução de rebanhos, de bovinos, de equinos, de ovinos e de suínos, nas amplas áreas da região.

Ao analisar o caráter social dos tropeiros²⁸, Adriana Silva (2009) chamou atenção ao dinamismo das relações socioculturais oportunizadas pela presença desses sujeitos, afora as práticas econômicas e suas respeitáveis logísticas, pois, “cruzavam as campanhas, as planícies litorâneas, a serra e os Campos de Cima da Serra, atravessavam pradarias, serrados e planaltos”. (SILVA, 2009, p. 29). A autora afirma que esses agentes contribuíram para a integração da América Portuguesa, bem como dinamizaram as relações comerciais com a América Espanhola. Tal fato implicou e fomentou constantemente na “transformação de um espaço por onde trafegavam não só o gado, mas também sujeitos que carregavam suas ideias, sua cultura, seu trabalho, seu cotidiano e sua espacialidade, contribuindo assim para a construção do que chamamos de tropeirismo”. (SILVA, 2006, p.103).

Tau Golin (2002, p. 52) explicitou uma ampla discussão teórico-metodológica sobre *fronteira e região*. A região entendida como um espaço social, interessa-nos trazer neste trabalho, corroborando com as ideias anteriores de construção histórica. A ideia de região só pode ter alguns sentidos como parte de um todo. Dessa maneira, entende, a partir de George Zatur, que as fronteiras podem ser entendidas como subespaços nacionais, integrados ou relativamente isolados, conforme a dinâmica de seus países. Continuando sua análise, Tau Golin (2002, p. 53) destaca a região como uma particularização dos lugares, conforme a interpretação dada entre os autores que se dedicam a explicar o conceito de região.

Interessa-nos destacar outra percepção da relação fronteira-região que Tau Golin apresentou. Diz respeito àquela que pode enveredar por tempos históricos distintos entre fronteira, região e nação. Segundo o autor, na história platina, e em quase todos os países latino-americanos, a ideia de região precede a de nação.

Antes de la existencia de las naciones organizadas desde un Estado hubo en América Latina espacios regionales, algunos más delimitados que otros; entre los primeros podemos mencionar, a manera de ejemplo a Cuyo, el Caribe, la Amazonia, la Cuenca platense, el altiplano, los países centroamericanos, el Río de la Plata, el Mato Grosso, etc. Las denominaciones indican el fuerte acento que se daba al escenario, a la geografía, al espacio territorial en sí. Estas unidades alcanzaron una específica característica que los particularizaba, y además una connotación con respecto a su entorno continental que las ubicaba en un contexto en el cual cumplían un rol

²⁸“Tropeiros e tropeiras são sujeitos que, de diferentes formas e intensidades movimentaram a economia local e experienciaram um modo de vida que, do mundo da prática passou a compor um ser cultural”. (SILVA, 2009, p. 40).

y tenían una gravitación singular. (HEREDIA, 2000, p. 29 *apud* GOLIN, 2002, p. 54).

Ao recorrer à reflexão de Edmundo Heredia, conforme citação acima, Tau Golin fala da complexidade de compreensão da história do sul da América Latina, pois há singularidade e coesão regionalista bem expressiva na região do Prata. Ao reconhecer a importância da fronteira-região para os estudos do Rio Grande do Sul, Golin não pretende simplificar a análise que conduz à compreensão da parte pelo todo. Ele acentua que existe uma distinção de uma sociedade regional desde sua relação com a fronteira, por exemplo, no caso do Rio Grande do Sul.

A fronteira rio-grandense é o produto da ação do Estado e de sua concepção expansionista, que produziu na população formas concretas de mobilização e uma cultura imanente dessa lógica de transposição de limites; uma população que se fez no movimento sobre o outro transfronteiriço, na transgressão territorial, e que encontrou a sua coesão formativa na relação ocupacional e opositiva ao outro regional/nacional “castelhano”. (GOLIN, 2002, p. 59).

A partir da citação acima, compreendemos que, ao abordar essa relação de fronteira-região, temos presente o binômio regional/ nacional, o qual coloca as sociedades em uma posição de nós/eles, tomando um caráter político centrado na fronteira-linha. Nesse sentido, a discussão de Tau Golin corrobora muito com o nosso intento. Heloísa Reichel e Susana Bandieri reafirmam que “as fronteiras-linhas foram construções imaginárias de autoria dos intelectuais que estavam a serviço da afirmação do Estado nacional e do nacionalismo”. (REICHEL; BANDIERI, 2011, p. 29).

As autoras utilizaram a interpretação de região a partir da concepção de espaço social, muito semelhante à ideia de Jean Chesneaux (1984, p. 183) ao distinguir fronteira-linha e fronteira-zona. Essa última “es una zona de intercambios comerciales y humanos, de estatuto político impreciso”.

Para pensar no processo de construção estatal e sobrevivências das regiões, Reichel e Bandieri também fazem uma diferenciação, que chamaram de *limite* e *fronteira*. Isto é, entendem a *região* como um espaço geográfico privilegiado, como a zona da campanha, rios navegáveis, com elementos históricos, capaz de configurar a identificação de um espaço regional, mediante a facilitação de intercâmbio e contato. “Uma concepção de espaço social, onde as comunidades não

correspondem necessariamente à necessidade dos Estados nacionais de afirmar suas soberanias nacionais nos limites do território”. (REICHEL; BANDIERI, 2011, p. 29).

Após as independências nacionais dos países que compõem a Região do Prata, os vínculos regionais não cessaram, embora o crescimento patriótico crescia nos imaginários sociais. A construção de ferrovias revigorou o comércio platino e revela a permanência da economia e da cultura platina. (REICHEL; BANDIERI, 2011, p. 24). Frente à pressão política e econômica, promovida por Borges de Medeiros, presidente da província, aquela sociedade sulina encontrou apoio nos vizinhos, Argentina e Uruguai, durante a Primeira República. Dessa maneira, pode-se dizer que a fronteira-região não desapareceu da região platina, mesmo após os limites impostos. A apropriação do conceito depende da abordagem que se toma para análise e, portanto, podem divergir. No entanto, encontramos consenso nos estudos da última década em questionar a historiografia que, marcadamente, enfatizou a *fronteira-linha*, destacando o seu uso político na separação dos Estados nacionais, em detrimento das trocas e aproximações que ocorreram nos dois lados da fronteira, assim como, os usos estratégicos que tiveram os espaços fronteiriços.²⁹

Diante de todas essas interpretações e denominações que apresentamos sobre o conceito de fronteira e região, reafirmamos a nossa atenção alargada do conceito, para além da zona da campanha e os vínculos econômicos, voltada à singularidade histórica da Região Platina. Por isso, retornamos ao entendimento de Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind. Elas abordaram a fronteira como uma zona de integração, conforme Chesneaux (1984) entendeu: “sob essa ótica, a fronteira aproxima as nações, cria laços de solidariedade entre elas, contribuindo para o seu desenvolvimento”. (REICHEL; GUTFREIND, 1995, p. 51).

Ao avaliar as investigações que se dedicaram à história regional, vimos que diferentes olhares foram dados à fronteira, em grande medida, por terem como objeto de estudos as sociedades fronteiriças. Nosso trabalho não discute as populações fronteiriças e tampouco o período colonial, contudo, estamos cientes da complexidade de tal abordagem. A fronteira é um elemento e não o foco de nossa análise. Sendo assim, a necessidade de apresentar nosso entendimento quanto a isso, ou seja, a partir da proximidade das nações e da troca cultural inevitável.

²⁹ Ver, também: GUTFREIND, 2000; SCHEIDT, 2011.

Situamos nossa investigação nas localidades da Serra nordeste do Rio Grande do Sul e no Sudoeste da província de Buenos Aires, nas quais foram instaladas colônias de imigrantes alemães e franceses, respectivamente. Ressaltamos a circulação de artefatos culturais, ideias e informações, na região platina a partir do entendimento da fronteira-zona e da fronteira-região apresentado.

A América Meridional se apresenta como um espaço fecundo de comparações. Utilizaremos, neste trabalho, as localidades de colonização para apreender as semelhanças, as diferenças, as peculiaridades e, por que não, as possíveis interações e transformação do espaço social. Ao se tratar de colonização, a imagem construída no senso comum é de isolamento.³⁰ Não há como negar o distanciamento que pode ser verificado pela dificuldade na comunicação ou pelo difícil acesso às colônias, principalmente, em relação a colônia do RS. Em ambos os países estudados, os imigrantes foram instalados em meio ao mato e morros, o que, em termos geográficos, dificultou a integração, mas não a impossibilitou, conforme veremos a seguir nesta tese.

Porém, isso não quer dizer que não houve interação e troca de experiências com os sujeitos nacionais e nativos americanos. Ao nos referimos ao isolamento, grifamos a influência dos seus aspectos geográficos, ainda que não determinantes, e não como caracterização da solidão do imigrante. No caso brasileiro, Marcos Tramontini (2000a) evidenciou a organização social de caráter étnico dos imigrantes alemães contemplando a própria dinâmica da política brasileira, como, por exemplo, na indefinição dos princípios da propriedade de terras ou na liberdade de culto religioso. Nesse processo de organização, conflituosa, interna e externamente aos núcleos coloniais, os imigrantes buscaram ocupar espaços na nova sociedade.

É importante nos lembrarmos (em uma perspectiva cada vez mais integradora dos grupos sociais, na construção dos nós/eles) de olhar para esses subespaços de colonização como parte da conformação platina e da formação dos seus Estados nacionais, no século XIX e XX. Ou seja, ao mesmo tempo que deve

³⁰Marcos Witt (2015) mostra-nos, em sua tese de doutoramento, a integração dos imigrantes alemães e de seus descendentes com os vizinhos nacionais (luso-brasileiros ou de outras origens e escravizados). Estabeleceram entre eles, relações e vínculos econômicos, religiosos, sociais, de toda a ordem. Nesse sentido, salienta que a tese do isolamento é sustentada, somente, frente a uma ideia artificial de múltiplos relacionamentos. Witt ressalta ainda que considerar a tese do isolamento é negar, ou reduzir, a capacidade de comunicação e circulação dos sujeitos históricos. Ver, também: TRAMONTINI, 2000b.

ser considerado a singularidade do espaço colonial e seu contexto nacional, procuramos não perder de vista a totalidade dos processos históricos da região.

A história das colonizações do século XIX são subespaços que pretendiam uma integração interna, diante de suas próprias barreiras nacionais, que se alimentava das informações e da história já existente da região no convívio com nativos desta terra, portugueses e africanos. Focalizamos na busca desses imigrantes de uma integração nacional, a qual pode ser vista desde muitas variáveis, por estratégias de inserção econômica e por políticas de nacionalização. Tratando-se da realidade regional da segunda metade do século XIX, as terras destinadas à colonização deveriam ser estabelecidas atendendo à lógica econômica estatal, isto é, sem disputar ou atrapalhar os negócios e comércio dos grandes estancieiros da região. Isso explica, também, a denominação de terras “devolutas” e sua ocupação.

2.1.1 Imigrantes: Entre os Objetivos Estatais e Pessoais

O processo de imigração do século XIX não foi um acontecimento isolado, conforme a literatura que aborda sobre o tema tem demonstrado. Os deslocamentos, sobretudo para América, podem ser caracterizados como um sistema, composto de diferentes elementos e com desdobramentos que só podem ser avaliados se olhados caso a caso. Olhemos alguns aspectos comuns e incomuns da imigração para o Brasil e Argentina, sobretudo, para a região platina.

A organização social e a construção do espaço nacional estão intrinsecamente ligadas ao processo imigratório daquele período. A sociedade idealizada deveria ser branca e europeia, no discurso de intelectuais, pois assim, teríamos uma sociedade tida como civilizada. Intelectuais latino-americanos propugnavam o branqueamento da população, por meio da marginalização (quando não do extermínio) de povos nativos, mestiços, africanos e seus descendentes. As ideias de superioridade da “raça branca” eram tão acentuadas que, na Argentina, por exemplo, os espanhóis e os latinos eram desprezados em relação ao tipo anglo-saxão. O Brasil comungava da percepção de necessidade da vinda de europeus, como modelo de civilidade, e fomentava na figura do imigrante o agente

transformador da sociedade. Esses países voltaram-se para atingir o branqueamento,³¹ impulsionando o processo de imigração.

Ana Paula da Silva (2011) analisou em sua tese de doutorado a troca e os diálogos entre os intelectuais brasileiros e argentinos, no período entre 1910-1940, dentre eles, está Gilberto Freyre. A autora identificou nos documentos analisados, de e sobre Freyre, uma fascinação do autor pelas políticas de branqueamento do país vizinho. Segundo Silva (2011, p. 314), Freyre escreve, em uma de suas publicações, em 1922,³² que o Brasil teria muito que aprender com os argentinos, os quais vinham logrando sucesso com a política de imigração, conforme segue:

[...] parece que neste ponto a República do Prata leva decidida vantagem sobre os demais países americanos. Em futuro não remoto sua população será praticamente branca. Tão inferiores em número à caudalosa maré caucasiana são os elementos de cor que o processo de clarificação da raça argentina será relativamente breve, fácil e suave região do Prata concebida pela Argentina, Uruguai e sul do Brasil seria a aquela região que conseguiu efetivamente fazer o processo de branqueamento e no futuro alcançaria sua plenitude.

No Brasil, foi adotado, desde a chegada da Corte de D. João VI (1808), uma política de colonização que rompia com as restrições aos estrangeiros vindos à Colônia. Reconhecia-se a necessidade de povoar o país formando os primeiros núcleos coloniais no Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (COSTA, 1977, p. 149). Na Argentina, a entrada de imigrantes estava reconhecida desde a criação da Junta Independente (1810), coincidindo em um momento de abertura, portanto, em ambos os países. De acordo com Emília da Costa (1977, p. 150; 195), em São Paulo, por exemplo, entre 1827-1837, cerca de mil e duzentos colonos foram localizados na província. Na década de 1890, a autora estimava mais de 22% de estrangeiros. Michael Hall (2005, p. 121), em um estudo mais recente, destaca que, ao final do século XIX, em 1893, os estrangeiros representavam a maioria da população paulista, cerca de 54%.

O Brasil era um país pouco atraente para os emigrados, pois apresentava: uma política escravocrata; o catolicismo como religião oficial, e; uma economia

³¹ Ver mais, para o caso brasileiro, em: SCHWARCZ, 1993; COOK-MARTÍN; FITZGERALD, 2015. Para o caso argentino, observamos para análise a política de branqueamento étnico em relação aos grupos autóctones, conforme exploramos neste e no capítulo 5 desta tese. Sobre a problemática étnica, pode ser ver mais em: SECRETO, 2013; ALBERTO; ELENA, 2016.

³² Essa foi uma resenha que Freyre fez do livro de Oliveira Viana. Silva pontua o processo intelectual de Freyre, antes da publicação de sua obra mais expressiva, *Casa Grande & Senzala*, em 1933.

subdesenvolvida, tipicamente rural. Tudo isso deixava claro ao estrangeiro as escassas possibilidades, além da predominância da grande propriedade. No entanto, ainda assim, o Brasil está no rol dos países sul-americanos que mais recebeu emigrados europeus, figurando ao lado da Argentina. Aportaram grandes números de italianos, alemães, espanhóis, portugueses, sírio-libaneses entre outros.

Destacam-se os emigrados da Alemanha, com maior fluxo no período. René Gertz (2008, p. 119) assinala que o Brasil foi o país que mais recebeu imigrantes alemães entre o século XIX e XX, ficando atrás, apenas dos Estados Unidos. E, mesmo que consideremos a grande diferença numérica entre eles, é inegável a representatividade dessa imigração. O Brasil teria recebido cerca de 250.000 em torno de 5% dos cinco milhões que o EUA recebera até a Segunda Guerra Mundial.

As províncias do Sul do Brasil foram os principais destinos. Embora o processo de povoamento sulino tenha iniciado muito antes da independência, com caráter de ocupação estratégica das regiões conflituosas do país, ele ganhou mais força entre os anos de 1820-30. Caracterizaram-se por uma imigração centralizada, organizada e subsidiada pelo Estado, a exemplo de São Paulo, os colonos eram contratados na Europa e tinham a viagem e o transporte pagos pelo governo, até a fazenda de café, enquanto que as outras despesas eram encaradas como um adiantamento.

O Brasil foi registrado como o terceiro país mais receptor de imigrantes alemães. Antes de 1880 foram instalados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina uma migração significativa de colonos agrícolas oriundos da Alemanha e do Norte da Itália. Cerca de 455 mil imigrantes desembarcaram no país, por volta de 1880, com destino a essas províncias. Esses colonos representaram no ano de 1872, por exemplo, cerca de 3,7 milhões de brancos registrados. Na Argentina, foi registrado, no mesmo período, cerca de 440 mil europeus. (KLEIN, 1999).

A Argentina promoveu a colonização mediante acordos com agentes intermediários que, na Europa, ofereciam concessões de terras e crédito. Mas, das diversas colônias instaladas, nenhuma sobreviveu às guerras civis e às dificuldades econômicas. A imigração que obteve bons resultados, nas primeiras décadas, fora aquela de caráter espontâneo. Desde 1810, a liberdade de imigração favorecia a entrada de comerciantes europeus, sobretudo ingleses e franceses. (FAUSTO; DEVOTO, 2004). A Argentina era o país ideal para receber migrações, mas isso não

ocorreu inicialmente devido às lutas políticas até 1850, as quais frearam esse movimento. (KLEIN, 1999). Foi na década de 1830 que Argentina recebeu um maior número de imigrantes e, a partir da década de 1880, começaram os debates sobre subsídios ao imigrante.

Os imigrantes irlandeses, genoveses, bascos e franceses iniciaram o povoamento em algumas zonas rurais (principalmente no sul de Buenos Aires), cidades e vilas da região. A Argentina foi o país que mais atraiu o imigrante depois dos Estados Unidos. De acordo com Herbert Klein (1999), a propaganda e as oportunidades de trabalho, com salários e condições melhores, foram determinantes. Segundo Silva (2011, p. 307), a Argentina construiu uma imagem de um país branco, sem as marcas do indivíduo americano ou da escravidão africana, almejando branqueá-lo ainda mais.

Segundo Márcio de Oliveira (2011, p. 5), o período de 1880 a 1895 foi marcado pelos grandes investimentos na imigração subsidiada à Argentina. “O governo argentino pagou aproximadamente 136 mil passagens para imigrantes deixando portos europeus. O objetivo aqui foi se opor à ofensiva das elites paulistas que, na mesma época, subsidiaram milhares de famílias de italianos”. De acordo com o autor, franceses e espanhóis foram privilegiados com essa política, esses últimos com a motivação do Cônsul argentino em Barcelona, em 1885, de colonizar com gente da própria raça.

A imigração francesa na Argentina ocupa um lugar importante como um modelo cultural e intelectual das classes dirigentes no século XIX. A França foi o segundo país a investir capital financeiro na Argentina, atrás somente da Grã-Bretanha, e ocupou a terceira posição quantitativa no fluxo imigratório, ficando atrás dos italianos e espanhóis, sendo esses o primeiro e segundo lugar, respectivamente. Os franceses selaram sua marca de maneira geral na cultura argentina, na forma de falar, atuar, pensar e se vestir. (FERNÁNDEZ, 1999, p. 9).

O Sul e o Sudeste do Brasil foram as regiões que mais receberam imigrantes europeus. Na Argentina, as áreas localizadas são as províncias de Córdoba, Santa Fé e Buenos Aires. No Rio Grande do Sul, vieram majoritariamente alemães e italianos, em Buenos Aires, franceses, italianos e espanhóis. Os dois espaços, Rio Grande do Sul e Buenos Aires, da região platina tinham objetivos de ocupar e expandir as fronteiras internas, avançando em direção à floresta onde se encontrava

os indígenas. Essas eram terras vistas como espaços vazios, pelo governo, que precisavam ser habitadas com núcleos coloniais sem atrapalhar a economia pecuária e dos grandes estancieiros.

Entre a crise econômica que afligia a Europa, o difícil acesso à terra e mão-de-obra barata, os imigrantes foram atraídos pela fronteira aberta, pelo acesso abundante de terras disponíveis e, por consequência, a produção do alimento e o anseio de obter condições melhores de vida. Mas, afinal, por que as pessoas migram? Ao iniciar o artigo com essa pergunta o historiador Herbert Klein (1999) reflete sobre a dificuldade de se deixar seu lugar de origem. De maneira geral, temos visto o imigrante como alguém inquieto e ambicioso que vem “fazer-se na América”. É claro que isso pode ser um dos motivos, o autor conclui que a situação econômica é aquela que mais expulsa para os deslocamentos. Mas o querer abandonar seus lares e sua cultura também não foi (e não é) o desejo de todos.

A propaganda, aliada a uma política de ocupação, embranquecimento e mão de obra livre, tornou o processo migratório visível para todos, com possibilidades de lograr algum sucesso, para o Estado e para o imigrante, sobretudo àqueles que vieram com subsídios. Veremos que as áreas onde foram instaladas as colônias, francesa e alemã, em específico, tiveram objetivos de ocupação que se aproximam em relação ao alargamento da fronteira interna. Os imigrantes tiveram que lidar com as adversidades do novo mundo e suas próprias expectativas - imprimindo, em menor ou maior grau, seus costumes, suas tradições, seu *habitus*, sem perder de vista suas obrigações e a expectativa do Estado de ocupar e produzir.

2.2 A Colonização do Norte do Rio Grande do Sul e do Sul de Buenos Aires

No Rio Grande do Sul (RS), as terras destinadas à imigração foram aquelas mais ao norte da província, pois ao sul estava concentrado os grandes proprietários de terras que desenvolviam a agropecuária. Ao colono coube desenvolver uma economia baseada inicialmente no minifúndio. O índio, nesse sentido, tornara-se um empecilho à expansão colonial, já que estava predominantemente na região que se pretendia ocupar, conforme segue nas palavras de Cíntia Rodrigues (2012, p. 67):

As relações entre índios e imigrantes permearam todo o processo de construção da sociedade sul rio-grandense. Ainda vale contemplar que os índios, mediante o processo oficial de colonização, em 1824, com a chegada dos alemães à Colônia de São Leopoldo e posteriormente, durante todo o século XIX com a vinda de colonos provenientes de vários países da Europa, são violentamente rechaçados do seu habitat, sendo expulsos de seu espaço e conduzidos aos aldeamentos, a partir de 1845, para facilitar a efetiva colonização das terras “desocupadas”.

Sobre as relações entre os imigrantes e os indígenas, a referida autora abordou em sua tese o que foi a política, nacional e da província do Rio Grande do Sul, aplicada aos indígenas no século XIX. Para ela, a questão indígena deixou de ser um problema de mão de obra e tornou-se um impasse na disputa da terra. Segundo a autora, a política oficial para as populações nativas, outorgada na primeira metade do século XIX, foi incipiente, pois primava para o avanço da sociedade nacional com o incentivo da imigração europeia. Essa política também deixava evidente que o responsável pelo cultivo da terra era o colono e não o índio, o qual era visto pelo Governo como incapaz e “selvagem”. Além disso, tal política foi baseada na visão e interesse econômico dos colonizadores e fazendeiros, inserindo desde então a prática do aldeamento³³.

Paulo Zarth (2013, p. 152) ressaltou que a bibliografia sobre a colonização do Sul do Brasil tem discutido a relação entre natureza e sociedade, mas a atenção maior está centrada na questão étnica do imigrante europeu. Essa historiografia tem sustentado na imagem do imigrante aquele que desbravou a floresta selvagem e manipulou a natureza inóspita. Zarth analisou diferentes percepções que criticam ou levantam questões sobre a historiografia marcada pela visão do colonizador, isto é, da floresta que precisa ser combatida e enfrentada.

O mesmo autor (2013, p. 153) se apoiou no trabalho do arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz que tem afirmado a presença de povos indígenas nas florestas do norte do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XIX. Isto é, Schmitz³⁴

³³ “A prática oficial da política de aldeamentos no Rio Grande do Sul teve início no ano de 1846. Foi uma prática constante para literalmente tirar o índio das terras que deveriam ser utilizadas para colonização. [...]. Evitar ataques dos índios às estâncias e garantir a presença do Estado nas fronteiras também eram objetivos dessa estruturação. O discurso político era o de integrar os índios a “civilização”. (RODRIGUES, 2012, p. 67-68).

³⁴ “O planalto das Araucárias foi semeado por corpos que sucumbiram na luta pela vida e na defesa do território que, por catorze séculos, foi seu domínio, sem jamais destruir a mata que era seu refúgio e produzia seu sustento”. (SCHMITZ, 2009, p. 53-54 apud ZARTH, 2013, p. 153).

contrapõe a ideia, questionando a historiografia do século XX, que se tem dos imigrantes europeus como desbravadores da floresta. Zarth dialogou com esse e outros trabalhos, para demonstrar uma nova construção da escrita do mundo rural do Sul do Brasil. O seu estudo contempla um conjunto de abordagens que têm demonstrado preocupação com o meio ambiente, com os povos tradicionais luso-brasileiros, indígenas, africanos, antes da imigração.

Chamamos a atenção para alguns fatores analisados pelo autor a partir de sua pesquisa em dissertações e teses: 1) o mito do pioneiro; 2) o mito do vazio demográfico; 3) os saberes agrícolas. Em primeiro lugar, Zarth discute a ideia de progresso e de desenvolvimento atreladas à imagem do colono, desde a identificação delas em duas literaturas clássicas, seus adeptos ou escritores locais, sobre imigração e colonização: a de Jean Roche e a de Leo Waibel. Respeitando a temporalidade dos textos de Roche e Waibel, utilizamos a interpretação de Zarth (2013, p.155).

Suas obras são minuciosas e ricas em relação aos colonos, mas desconsideram ou minimizam a história dos habitantes anteriores, que formam o campesinato regional. Os autores interpretam a colonização como sinônimo de progresso e desenvolvimento, considerando a produção pré-colonização como isolada e atrasada, seguindo uma leitura amplamente difundida para o conjunto do Brasil.

Em segundo lugar, esse vazio demográfico também foi, por muitas vezes, utilizado para justificar o grande número de imigrantes destinados ao sul, no século XIX, e o termo é recorrente nos documentos oficiais, do governo brasileiro e dos governos regionais, assim como na bibliografia. Trabalhos analisados denunciam a presença de caboclos e indígenas vivendo nas terras que foram destinadas para a imigração, questionando desta maneira a ideia do pioneirismo ligada ao vazio demográfico. A literatura recente tem demonstrado justamente o encontro entre os colonizadores e os luso-brasileiros, indígenas, caboclos e/ou afro-brasileiros. A crítica recai sobre a tão conhecida expressão “terras devolutas”, que sugere juridicamente terras desocupadas. (ZARTH, 2013, p.157-158).

Em terceiro lugar, a literatura clássica da colonização trouxe a ideia da modernização agrícola, ocorrida em meados do século XX, associada à figura do imigrante. Consideramos para nosso estudo os trabalhos que têm se ocupado de restabelecer a importância do conhecimento agrícola tradicional, aquela praticada

por índios e caboclos. Mesmo que os imigrantes tenham colocado suas experiências agrícolas em prática, era necessário interagir com as culturas e ecossistema local. Conforme Zarth (2013, p. 170), os colonos, pequenos agricultores, aprenderam com a observação de gerações anteriores no território brasileiro ou se apropriaram dos conhecimentos herdados dos caboclos e dos indígenas.³⁵ Essa apropriação dos saberes agrícolas por parte dos colonos, pode ser interpretada com vantagens, pelo acesso ao cultivo em terras desconhecidas, e desvantagens, por questões ambientais.

No que diz respeito à colonização alemã, René Gertz apresentou algumas interpretações, ao final da década de 1980, em *O fascismo no sul do Brasil*. Nos escritos de intelectuais, Gertz (1987, p.25) evidenciou que:

Em relação à agricultura dos teutos as opiniões oscilam entre certo ceticismo e um claro otimismo, mas em relação à industrialização no sul do Brasil os elogios são praticamente unânimes, assim que sempre se atinge um quadro global positivo sobre a contribuição econômica dos teutos.

A negação ou desqualificação do conhecimento agrícola tradicional é uma interpretação datada a partir dos anos 1940 e foi amplamente divulgada com forte dimensão política da *Revolução Verde*. Concordamos com Zarth (2013, p. 170-171) ao afirmar que essa literatura especializada tem implicações com os interesses políticos e econômicos, das grandes empresas de tecnologias agrícolas, com apoio do governo. Os conhecimentos agrícolas tradicionais foram marginalizados pela historiografia da colonização, a qual realçou o protagonismo do imigrante. Os colonos foram utilizados pelos agentes da modernização, como agricultores modelos.³⁶

³⁵ Em relação aos saberes agrícolas tradicionais e suas apropriações, identificamos em estudos, de pesquisadores da história ambiental, concordância em relação ao uso do solo adotado pelos imigrantes instalados no RS. Eles herdaram das tradições indígenas a prática agrícola e, conseqüentemente, contribuíam para o empobrecimento do solo, desde o final do séc. XIX, (HARRES, 1997; ECKERT, 2014).

³⁶ A educação às novas técnicas foi direcionada ao colono, considerando-o o meio ideal para a produção competente e eficiente. O trabalho de Claiton Márcio da Silva sobre o Clube 4-S (Clube do Saber, Sentir, Servir e Saúde, uma adaptação para a língua portuguesa da sigla 4 H -Head, Heart, Hands e Health) do oeste de Santa Catarina demonstrou que os conhecimentos tradicionais, de caboclos e nativos, foram deliberadamente condenados. (SILVA, 2012, p. 198 *apud* ZARTH, 2013, p.171). No Rio Grande do Sul, Vânia Rizzo realizou análise semelhante a Silva. Fundamentado no princípio “aprender fazendo”, o Clube era destinado à juventude, para aprender diversas técnicas de agropecuária; de doméstica; de saúde e de alimentação. Além do que, estavam incluídas nelas os conhecimentos sobre o associativismo e o espírito de liderança. (RIZZO,1989, p. 34). O projeto educacional para o campo não pretendia incluir os conhecimentos tradicionais da agricultura, haja

Nas últimas décadas, investigadores de diferentes áreas do conhecimento têm reabilitado as tradições agrícolas, entendidas por muito tempo como primitivas. Estudiosos da colonização do Sul do Brasil têm revisto e se dedicado a analisar o impacto ambiental da colonização, relativizando esses saberes. Nesse sentido, as práticas dos colonos também sofreram críticas em suas ações de exploração da mata, com as constantes derrubadas de árvores, queimadas, seguida de um rodízio da área de cultivo.

Ao estudar a ocupação e povoamento da Bacia do Rio Camaquã, Marluza Marques Harres (1997) identificou a coexistência de diferentes práticas agrícolas na região. No entanto, a autora percebeu que os sistemas agrícolas coloniais tiveram distorções engendradas na prática colonial, em função da incorporação de tradições indígenas de cultivo. De acordo com Harres (1997, p 56),

[...] a adoção dessa prática agrícola acabou criando um “efeito deteriorante sobre a cultura e a vida dos colonos”. [...]. O universo dos colonos ficava limitado ao âmbito da picada, onde frequentavam a venda e o serviço religioso aos domingos. Isso aconteceu especialmente nas áreas de povoamento mais antigo, em regiões montanhosas sujeitos ao rápido esgotamento do solo e, conseqüentemente, à diminuição do rendimento das colheitas.

Dóris Rejane Fernandes (2013, p. 199), no estudo sobre a região do Vale Rio dos Sinos, evidenciou, a partir de fontes policiais, que os colonos praticavam a exploração como uma norma à natureza, demonstrando assim o “desconhecimento” ou a possibilidade de preservação.

A coivara é descrita pelo delegado de polícia como técnica empregada pelos colonos em que se procede à queimada após o ajuntamento dos gravetos para limpeza do terreno e facilitar o cultivo do terreno. Esse é um método agrícola e não mais utilizado na Europa. Boserup explica essa apropriação ou adaptação do uso do solo devido a fatores como o sistema de uso do solo utilizado na região e às diferentes formas pelas quais os europeus adaptaram os sistemas nativos de posse e uso da terra às exigências da economia colonial. Para os indígenas, essa área com a prática da queimada era insuficiente por um longo período de uso. Para os europeus, esse mesmo espaço era abundante e grande.

vista que estimulava o pequeno agricultor a abandonar suas “velhas” práticas. Conforme nossa pesquisa no jornal Correio do Povo nos revelou, os clubes estavam sob a direção do convênio firmado entre o Serviço Social Rural (SSR, projeto do governo Federal) e a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR, do estado do Rio Grande do Sul). (SUPLEMENTO Correio Rural, Jornal Correio do Povo, 1/1/1959, p. 07).

Contudo, dessa discussão complexa sobre as práticas agrícolas no meio colonial, ressaltamos que “o hibridismo cultural dos colonos fica evidente, mas a apropriação de saberes não deveria ser vista como um “rebaixamento” ou desqualificação cultural, conforme sentenciou Waibel”. (BUBLITZ, 2014, p. 96).

A área que estudamos na Argentina é o Sul da província de Buenos Aires, cuja imigração foi sendo instalada diferentemente do que ocorreu no Rio Grande do Sul, principalmente em relação aos povos tradicionais, embora o discurso do “vazio demográfico” e “terras devolutas” estivesse presente. Após a independência do Vice-Reinado do Rio da Prata (1810), o governo passou a inspirar-se nos princípios liberais, em defesa da supremacia e liberdade do indivíduo e da igualdade entre os homens. Dessa maneira, o estabelecimento de igualdade entre brancos e indígenas iniciou com a integração de milícias formadas por índios nos batalhões do Exército, ainda em 1810. De acordo com Reichel (2005, p. 299),

é necessário destacar, porém, que a adoção de uma política orientada pelo individualismo liberal, na qual os povos indígenas deixavam de estar submetidos a uma legislação específica, vinha ao encontro do anseio dos pecuaristas, que era a liberação de terras para a expansão pecuária.

A autora reitera que, a fronteira interna no contexto argentino passa a ser um elemento chave de análise na história da constituição do Estado. Considera-se como fronteira, tanto no período colonial quanto no pós-independência, a região na qual os povos autóctones viviam de maneira independente, ou seja, fora da jurisdição colonial e mais tarde nacional. No século XIX, a região indígena era considerada e denominada como “deserto”, isto é, áreas disponíveis para ocupação.

A fronteira foi apontada pelos governantes como uma linha de separação entre dois mundos, por isso, “vencê-la” significava avançar contra o “selvagem”, e esse movimento foi crucial para a construção do Estado. Desde a colônia, existiram diversas tentativas por parte dos ocidentais de pacificação da área e dominação sobre os índios. (SILVA, 2016, p. 24).

O rio Salado foi visto por muito tempo como uma fronteira natural entre os nativos e os colonizadores. Segundo Karl Monsma (2011, p. 91), na primeira metade do século XIX,

[...] o Salado era uma fronteira relativamente estável com os indígenas nas últimas décadas da colônia. Com a independência, a valorização do gado, o livre comércio e a crise pecuária da Banda

Oriental e de Entre Rios, decorrente das guerras nesses espaços, as estâncias bonaerenses extrapolaram a linha do Salado, espalhando-se pelo sudoeste da província até a serra de Tandil e a área da atual Mar del Plata.

Conforme Silvia Ratto (2005, p. 186), durante o governo de Juan Manuel de Rosas (1835-1852), foi estabelecido uma estratégia com as populações nativas, conhecida como negócio pacífico de índios. Este negócio caracterizava-se por uma complicada e extensa rede de vínculos entre o governo e uma diversidade de agrupações indígenas.

A região pampeana argentina passou a receber preocupação governamental somente a partir da segunda metade do século XIX, para assegurar e controlar o território nacional. Para isso, precisavam ampliar a fronteira interna e estender coercitivamente os domínios sobre a sociedade indígena. Para tanto, o Governo argentino investiu em incursões militares rumo ao deserto, por isso, conhecidas como campanhas. Era comum associar o Pampa e a Patagônia como regiões desérticas pelo desconhecimento dos argentinos desses lugares, portanto, civilizar o deserto também se referia a ocupá-lo. Mas é recorrente na historiografia argentina nomear de Campanha do Deserto³⁷ aquelas ocorridas na década de 1870.

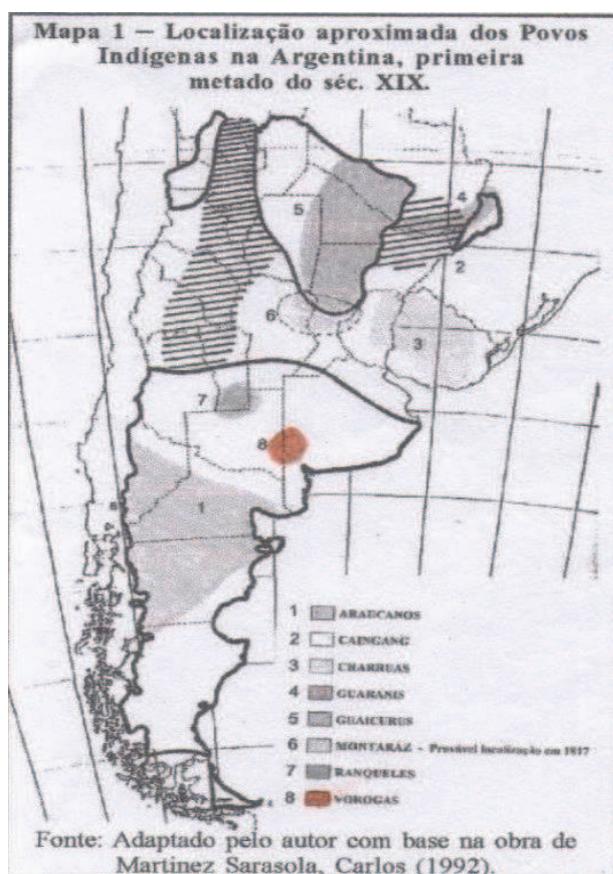
O Estado Nacional iria se consolidar nessas regiões a partir do exercício do poder sobre novos espaços de Norte a Sul do país, inclusive da região binacional como a Patagônia. Segundo alguns autores, que se dedicam a pesquisar a região do Pampa e da Patagônia, há uma escassez em estudos relacionados com este avanço territorial. Aqueles encontrados possuem nenhuma relação com as reivindicações dos povos dominados, que foram marginalizados e excluídos do processo de nacionalização, quando não exterminados. Contudo, trabalhos recentes têm demonstrado preocupação com o processo de “argentinizar” e com os conflitos interétnicos.

³⁷ Referimo-nos, neste trabalho, a Campanha do Deserto da segunda metade do século XIX, aquela conduzida por Julio Argentino Roca, em 1879. De acordo com Ana Pompeu, essas incursões contemplaram um plano ofensivo contra os indígenas que não se rendessem às tropas militares, expulsando-os ou submetendo-os pelas armas. Essa política foi embasada no discurso civilizador contra a barbárie, o que legitimava sua conduta. (POMPEU, 2012). Outras investidas militares contra os índios foram denominadas como “campanhas.” E a primeira delas teria sido com o Juan Manuel de Rosas, nomeado, em 1833, Comandantes Geral da Campanha e Chefe da Divisão Esquerda do Exército Nacional. (REICHEL, 2005, p. 304). As incursões da década de 1870 tiveram outras motivações, como, “la incorporación coactiva de los territorios del sur se correspondió entonces con las necesidades expansivas del modelo agroexportador, que requería de la incorporación de nuevas tierras a la producción”. (BLANCO, 2009, p.198).

De acordo com Heloísa Reichel (2005, p.299), a expulsão dos povos tradicionais da região serrana de Buenos Aires para a construção do Forte da Independência, em Tandil (1823), desencadeou tal situação, rompendo dessa maneira com o acordo que o governo havia firmado com os caciques da fronteira, em 1820. Estavam, dessa maneira, liberadas as terras para o projeto de colonização e agropecuária. Na imagem 1, podemos verificar as áreas ocupadas por indígenas no século XIX. A área colorida (intervenção da autora) corresponde ao Sudoeste de Buenos Aires, fronteira onde foi instalada a imigração francesa, para a criação da colônia de Pigüé.

Graciela Blanco, em seu artigo sobre *Los actores sociales de la ganadería patagónica* (2009), reitera a visão do Estado em relação aos índios nas últimas décadas do século XIX. A expansão da fronteira era necessária para o Estado garantir os campos de pastoreio e a propriedade rural, mediante a eliminação dos índios e uma reforma do sistema prático da administração da região da Campanha.

Imagem 1 - Localização aproximada dos Povos indígenas na Argentina no século XIX



Fonte: REICHEL, 2005, p. 298.

As investidas militares dirigidas pelo novo ministro de Guerra e Marinha Julio Argentino Roca, nomeado por Nicolás Avellaneda, em 1878, significou a adoção de uma nova estratégia militar. (POMPEU, 2012). Ela ocorreu num momento em que os acordos pacíficos com os caciques e as negociações já estavam fragilizados, devido à rigidez das propostas colocadas aos índios. Em 1879, Roca expandiu o domínio das terras nacionais até o Chile. Ana Carolina Gutierrez Pompeu (2012, p. 106) salienta que:

A anexação de terras visava permitir a colonização da área e sua adequação à atividade produtiva. Ao conhecer melhor o Pampa, foram desmitificadas muitas ideias associadas às suas terras, como a improdutividade e a disponibilidade de recursos hídricos suficientes. Além da colonização dessas extensões de terras, entre *“las perspectivas que se abren al porvenir”*, figurava também a inclusão da Patagônia ao território argentino.

A Argentina possui uma literatura extensa sobre os movimentos imigratórios do país, no entanto, sobre as colônias do Sul, os estudos são recentes e estão concentrados, em grande medida, nas localidades de Tandil a Mar del Plata, isso pode ser explicado pela disponibilidade de documentações. Há, contudo, um consenso entre os investigadores, que a pressão pecuarista foi um dos principais motivos para investir nas incursões militares ao “deserto”,³⁸ do século XIX.

Na análise feita por Norberto Alvarez e Blanca Zeberio (1991, p 62) sobre a região sul da campanha bonaerense, os autores destacam: “el palatino avance hacia los territorios que estamos analizando estuvo más estrecha y complejamente vinculado con el movimiento y asentamiento de pobladores, que lo dicho en esa afirmación”. Os autores revelaram que os departamentos de Tres Arroyos, Necochea e Coronel Dorrego foram povoados por nativos e migrantes argentinos, até 1879. E entre o período de 1895-1914, a população aumentou rapidamente, em 6,5% anual, sendo 50% desses, estrangeiros.

Nos territórios anexados pós-Campanha do Deserto, foram sendo instalados gradativamente colônias de imigrantes, franceses, italianos, espanhóis, alemães. Sobre o trabalho agrícola e a relação do imigrante com a terra, há uma gama de interpretações, com acaloradas polêmicas. Nesse sentido, atentamos para trazer neste trabalho algumas reflexões genéricas sobre o tema, como por exemplo, os italianos identificados com exitosa experiência agrícola em outra região do país. Nos departamentos estudados por Norberto Alvarez e Blanca Zeberio, não se obtiveram os mesmos resultados, sendo os espanhóis aqueles que se destacaram na atividade de pequenos e médios e produtores.

Por conseguinte, há estudos sobre a imigração francesa e sua relevância empreendedora na Argentina urbana, mas pouquíssima referência ao envolvimento desses imigrantes no meio rural, cuja maior expressão está no departamento de Saavedra ao sul de Buenos Aires. Contudo, esses dados, revelam também que não podemos homogeneizar a imigração quanto às suas atividades econômicas, seja ela italiana, espanhola ou qualquer que seja, pois muitos dos imigrantes exerciam outras

³⁸ A ocupação de terras vazias na Argentina se fez diferentemente da *frontera turneriana*. Frederick Jackson Turner, escreveu ao final do século XIX sobre as terras livres nos EUA e a importância de sua apropriação para ascensão civilizatória. O Oeste estava à disposição dos americanos favorecendo-os ao desenvolvimento do individualismo ou *self-made man*. No caso argentino, ainda que tenha evidências elementos da tese de Turner, sobre o uso das terras “vazias”, “desérticas”, sua ocupação primeira foi com o gado, mediante as estâncias, construindo dessa maneira uma nova imagem na região pampeana. (SILVA, 2016; ALVAREZ; ZEBERIO, 1991).

profissões, inclusive nunca tinham sido proprietários de terra até a chegada na América.

2.2.1. As Colônias: Pigüé e Nova Petrópolis

Na década de 1990, Hernán Otero (1999) atentava para a escassa escrita da história sobre a imigração francesa na Argentina, sobretudo aquelas que ocorreram na segunda metade do século XIX. Para ele, o que havia eram histórias episódicas e pouco aprofundadas. De fato, nos deparamos com uma pequena literatura sobre essa imigração, tendo o referido autor como principal expoente de consulta e diálogo.

Houve uma grande movimentação interna na França, cujas zonas regionais³⁹ são de fronteiras. O autor destaca duas características básicas da emigração: 1) a concentração em departamentos, considerando que a emigração não foi em todo o país; 2) a especialização da mão-de-obra, de acordo com o país de origem. A partir de 1880, essa configuração muda substancialmente com as novas zonas de emigração, principalmente na região sudoeste do país, destacando os habitantes de Aveyron, que tiveram como destino os Estados Unidos da América e a Argentina, e de Saboia, que também tiveram como destino a Argentina.

Após essa década, a geografia da emigração voltou a se estabilizar e incorporou mais uma zona que adquirirá importância no fluxo emigratório, a Bretanha. O aumento emigratório identificado entre 1870-1880 na França se explica pelas transformações econômicas da Europa e a ampliação dessas zonas emigratórias.⁴⁰

Os franceses que vieram ao Sul da América, especialmente ao Rio da Prata, são em grande medida do Oeste francês com traços significativos de regiões

³⁹ São quatro zonas especializadas na emigração ultramarina no século XIX: 1) a fronteira com os Pirineus (com os departamentos de Pirineus Atlânticos-incluindo a região basca francesa), Altos Pirineus e Pirineus Orientais; 2) a bacia superior do Rio Garonne e a bacia inferior do Ródano; 3) as bacias do Reno e do Mosela; 4) no norte da França, a bacia de Paris e o departamento de Sena Marítimo. (OTERO, 1999, p.128).

⁴⁰ Uma revolução técnica colocou a agricultura como principal atividade econômica do mundo ocidental, um novo industrialismo que impulsionou o imperialismo. Portanto, a crise nesse setor com queda de preço, de produtos e da terra, bem como o empobrecimento de pequenos e médios proprietários, causaria profundos prejuízos. As crises agrícolas constituíram, segundo Otero, um mecanismo regulador que afetou diretamente no cotidiano dos pequenos proprietários rurais. “Os exemplos mais significativos são: a crise da videira entre 1853-1858 e a mais devastadora, a da filoxera entre 1870-1890. Essa última afetou regiões como Languedoc, o País Basco e Aveyron”. (OTERO, 1999, p.132, grifo da autora).

focalizadas. Uma influência importante nesses deslocamentos foi a especialização regional, baseada em fatores culturais, a qual orientou os destinos. Essas características merecem uma atenção para compreender elementos culturais e ações praticadas pelos imigrantes no lugar de destino, em nosso caso, aqueles de Pigüé, pois o departamento de Aveyron, localizado no Sudoeste francês, compõe uma região com população majoritariamente rural, essencialmente católica e mais latina.

Sendo a Argentina um dos países do mundo que mais recebeu imigrantes franceses ao final do século XIX, retomamos os seus atrativos: as passagens subsidiadas pelo governo argentino, entre 1881-1895; o agente de imigração;⁴¹ as possibilidades econômicas que geravam expectativas positivas frente à crise europeia, como o acesso à propriedade da terra. Todos esses fatores formaram um conjunto de elementos significativos para atrair estrangeiros ao país. Na agricultura, os imigrantes foram instalados ao sul da província de Buenos Aires e nas províncias de Tucumán, de Mendoza e de Entre Ríos.

*Pi-Hué ou Pigüé*⁴² foi instalada ao Sudoeste da província de Buenos Aires na região do Vale de *Curá-Malal* ou *Curamalán*. De acordo com a *Resenha Histórica* de Margarida Alric (1947), descendente de família fundadora da colônia, os índios que viviam ali eram *puelches* pampas. Eles travaram uma disputa territorial, em 15 de fevereiro de 1858, com as forças governamentais, as quais avançaram por essas terras pelo arroio Pigüé. Sob o comando do Coronel Granada, essa primeira tentativa de campanha teve triunfo indígena.

Esse conflito ficou conhecido como *Batalha de Pi-Hué*, conforme encontramos nos livros regionais, sobre a história da municipalidade e biográficos das primeiras famílias imigrantes, de personagens que auxiliaram a constituir essa municipalidade. É uma bibliografia da década de 1940-1960 que carrega, certamente, as marcas do seu tempo e a subjetividade de seus autores.

Ernesto Monferran procura escrever em seu livro *El Ejercito de Operaciones del Sud y la Batalla de Pigüé* quais eram os problemas encontrados na população

⁴¹ Função criada pela Lei de Imigração e Colonização cujo o principal objetivo era fazer propaganda do país no exterior. (OLIVEIRA, 2011, p.5).

⁴² Pi-Hué, termo indígena que significa Vale Redondo, Lugar de encontro, ou onde se reúnem. Também se encontra, pino do lugar entre os significados. O fato é que com o passar do tempo foi sendo chamado de Pigüé, mesmo nome do arroio que corta a cidade. (ALRIC, 1947, p.1). Lugar de encontro é utilizado até os dias de hoje na propaganda turística da cidade.

nativa, lembrando que o referido autor pertenceu a carreira militar argentina, como suboficial do Exército. Monferran (1962, p. 23) conclui que:

La insolencia del indígena acrecia día a día, por la impunidad en que quedaban sus repetidas incursiones por los establecimientos de la frontera interior del Estado de Buenos Aires, en que cometían toda clase de depredaciones robando las haciendas, incendiando las poblaciones y asesinando a los hombres que lograban sorprender, cautivándoles sus mujeres para luego exigir fuertes tributos por su rescate. Se despoblaba la campaña en la parte inmediata a su frontera y el pánico cundía y amenazaba ganar la campaña toda.

Monferran teve acesso a correspondências oficiais e pode nos mostrar que a partir dessas repetidas ocorrências com os índios, o Coronel Echenagucía do Cuartel General em Azul escreveu ao Ministro de Guerra (1857 apud MONFERRAN, 1962, p. 24), Coronel Bartolomé Mitre, anunciando a intranquilidade da região, em maio de 1857.

Según exposición de un individuo llamado Acuña, que llevaron cautivo los Indios en su última invasión por la Laguna de Medina, y que llegó ayer á este punto con procedencia de las Sierras de Currumalán, donde tien sus Tolderias el Casique Quethrél, perteneciente á la la Tribu de Calfucurá. Sabe el infraescripto lo siguiente:

Que hace como quinze días estuvo en dichos toldos este casique y proclamó á aquella Indiada exhortándola para hacer invasiones con frecuencia sobre la Frontera y que la primera tendría lugar en la próxima luna de Junio.

Sobre esse trecho, Monferran comenta que os indígenas estavam a desafiar o Exército, a sua liderança, demonstrando bravura na fronteira. No entanto, para esse autor, a decisão do Governo argentino em acabar com as relações amistosas e negociadas na década de 1870 foram legítimas.

De uma iniciativa privada, após a vitória do governo e da “civilização”, foi criada a colônia de Pigüé, em acordo com a lei de terras de 5 de outubro de 1878.⁴³ Com o protagonismo de dois personagens: Eduardo Casey, argentino, filho de irlandeses, e Clemente Cabanettes, francês de um pequeno distrito de Aveyron,

⁴³ “Art. 4º. Destinase igualmente a la presente ley, el producido de las tierras públicas que la provincia ceda de la que se le adjudicará por esta ley. Esas tierras serán enajenadas en la misma forma que las nacionales sin afectar la jurisdicción provincial y los derechos adquiridos por particulares”. (MONFERRAN, 1955, p. 33).

esse último chegou ao país em 1880. Em 1882,⁴⁴ Eduardo Casey comprou a concessão de terras do Coronel Angel Plaza Montero. Montero realizou a venda por não ter conseguido cumprir com suas obrigações em relação à concessão. Coronel Montero havia recebido as terras de acordo com a lei outorgada em 29 de outubro de 1878, que autorizava o Executivo a vender não mais que 300 hectares. Essa lei ficou conhecida como Concessão Plaza Montero.

Deputados e senadores argentinos atenderam à proposta de compra do coronel mediante algumas condições: a) pagar o preço fixado pela lei geral de terras vigente, 20 pesos por hectare; b) fundar estabelecimentos de cria e cruza de *ganado caballar* para exportação; c) contribuir para o projeto de colonização criando uma sociedade anônima e radicando sessenta famílias europeias; d) efetivar o pagamento da concessão no prazo de um ano após a promulgação da lei, caso contrário, o contrato seria considerado inválido; etc. (MONFERRAN, 1955, p. 37).

A Concessão Plaza Montero foi ao encontro da proposta do governo de ocupar as novas terras nacionais com a pecuária em grande escala no primeiro momento e, posteriormente, com o povoamento. Ao comprar as terras, Casey rapidamente atendeu às exigências da concessão. De acordo com Margarida Alric (1947, p. 10-11) e Ernesto Monferran (1955, p. 38-39), a venda da concessão Plaza Montero foi oficializada com o sindicato britânico, o qual representava Eduardo Casey e o inglês Runciman. Quando se tornaram donos dessas terras, Casey era o principal acionista e diretor. Logo, Casey e Ruciman criaram a Companhia de Colonização *La Curamalan*.

Interessado em fazer uma colônia francesa, Clemente Cabanettes foi conhecer as terras do “deserto”, para execução do seu plano, e dizem que foi aí que ele conheceu Eduardo Casey. Outros afirmam que o encontro dos dois foi em Buenos Aires. O fato é que Cabanettes confiou seus projetos a Casey e, em troca, lhe ofereceu a venda de uma parte de suas terras para tal fim. Clemente Cabanettes aceita o negócio. Com a venda desses lotes, fundava-se ali uma nova colônia. A primeira publicação oficial sobre a criação da colônia data de 09 de outubro de 1883.

Francisco Issaly, o terceiro nome referência sobre a fundação da colônia, foi o agente colonizador em território francês. Em contato direto com Cabanettes, o

⁴⁴Nas bibliografias consultadas, encontramos a data de 1882. No tomo II sobre a formação das cidades da província de Buenos Aires, encontramos a data de 1881. (ARGENTINA, Segundo Censo Nacional, 1895).

diretor da colônia, organizou a vinda das primeiras quarenta famílias aveyrônicas para o Sudoeste de Buenos Aires. Viajaram a bordo do navio Belgrano de Rodez a Buenos Aires e chegaram em Pigüé em 4 de dezembro de 1884.

Para instalar ali uma colônia agrícola Cabanettes contou com o subsídio do Estado⁴⁵ e da companhia *La Curamalan*, a qual lhe facilitava o capital para preparar a recepção aos novos imigrantes, conforme afirma Alric (1947, p. 12).

El convenio entre Casey y Cabanettes consistía en la venta de 10 leguas de campo, tomando por base la línea Noroeste, para formar la Colonia, al precio de diez y seis pesos la hectárea a pagar en varios plazos. De inmediato estableció en Pigüé la administración de la colonia, tratando de que se preparara alojamientos para cuando llegaran los colonos.

Ao desembarcar em Buenos Aires, alojaram-se no Hotel do Imigrante na cidade de Buenos Aires, os quais poderiam permanecer até cinco dias gratuitamente. Dali eles partiram, provavelmente de trem⁴⁶ para os alojamentos que Cabanettes organizara, os quais seriam as casas provisórias prometidas, em madeira e telhado de zinco. Cada família⁴⁷ poderia receber uma concessão de 50 a 100 hectares desde que cumprissem os seguintes critérios: “1º ser cultivador, de buena vida y costumbres. 2º No haber sido penado en Francia .3º Poseer un capital efectivo de tres mil francos, al menos y la mitad para las concesiones de 50 hectáreas” (MONFERRAN, 1955, p.51-52). Estava criada a Colônia de Pigüé com 160 pessoas.

Julio Huret, em uma de suas viagens, esteve ao sul de Buenos Aires e passou pela colônia de aveyrônicos em Pigüé. Ele conta que as terras abrangiam 25 mil hectares e, mais tarde, 50 mil. Para ele, quase uma cidade francesa, com casas no estilo francês e nomes franceses estampados nos armazéns. Huret evidenciou a presença francesa inscrita em pequenos detalhes da vida na colônia, havia ali, para ele, a cultura francesa preservada naquele recanto bonaerense. (FERNÁNDEZ, 1999, p. 27).

⁴⁵O transporte da França para Argentina foi por conta dos colonos, tendo suas passagens barateadas mediante parceria firmada com as companhias de viagem. O transporte de Buenos Aires até a colônia, assim como, os materiais agrícolas e as casas provisórias foram gratuitas (ISSALY, 1993, p. 23).

⁴⁶A empresa Ferrocarril Sud atendeu à solicitação de Casey para que se fizesse ali em suas terras uma estação, aquela que ficaria no centro da colônia de Pigüé. A inauguração foi no mesmo ano, em 1884.

⁴⁷Foi considerada família toda relação de duas pessoas que se declarava como tal, casados ou não (Ibid. p.22).

Para obter a propriedade da terra, os imigrantes deveriam pagar 50% do total da colheita, durante seis anos, por isso, deveriam logo semear. Eles plantavam cereais, majoritariamente o trigo. Nos primeiros anos, tudo ocorreu como se imaginara, sempre de olhos bem abertos as “invasões” e roubos dos indígenas, que ainda circulavam por ali. No final da década 1880 e início de 1890, o cenário mudou. Foram anos muito difíceis para a colheita, o clima serrano foi severo. Precisavam pensar em uma solução que suprisse os danos causados pelo granizo nas plantações, os quais não foram poucos.

Ao contrário da imigração francesa, a alemã tem uma literatura expressiva. No entanto, os estudos de caso sempre podem contribuir nas reflexões, sobretudo da ideia de homogeneidade do processo imigratório. Os alemães chegaram no Rio Grande do Sul no ano 1824 para fundar a Colônia de São Leopoldo. Marcos Tramontini (2000a), em sua tese, mostrou a disputa por terras desde a má distribuição até demarcação dos lotes da Real Feitoria às margens do Rio dos Sinos, a qual deu origem à Colônia São Leopoldo para os colonos. Essas falhas, por muitas vezes, tocaram em propriedades privadas. As irregularidades seguiram até a década de 1850, as quais causaram muitas confusões.

O mesmo autor evidenciou a resposta do governo brasileiro às críticas dos colonos, referentes ao possível não cumprimento das cláusulas, do processo imigratório. A confusão de propriedade foi instalada, segundo o governo, pelas exigências dos colonos que não queriam ser estabelecidos próximos às ameaças e aos ataques dos povos tradicionais. Além disso, eles queriam escolher lugar perto uns dos outros. Ao confrontar os documentos, o autor demonstrou as discordâncias diante das irregularidades das terras. Se de um lado os relatórios da colônia relataram a frequente reclamação dos colonos, como aqueles injustiçados pelo governo. De outro lado, o governo queixava-se dos “caprichos” dos colonos.⁴⁸

A Colônia Provincial de Nova Petrópolis foi criada como uma continuação da Colônia de São Leopoldo rumo ao norte da Real Feitoria. Predominantemente alemã, ela foi fundada no ano de 1858, pelo presidente da Província Angelo Muniz Ferraz.⁴⁹ Helga Piccolo (1989, p.19-20) mostrou que a Lei Geral nº 514 de 28 de

⁴⁸ A discussão da terra, dos diferentes contratos firmados entre os imigrantes de São Leopoldo, e os frequentes conflitos frente a esta situação. (TRAMONTINI, 2000a, p. 51-99).

⁴⁹ A imigração no Brasil teve o patrocínio do Governo Imperial, do Governo Provincial e de iniciativas particulares. No trabalho que fizemos sobre nossas primeiras impressões comparativas entre as colônias e a representatividade colonial, registramos que essa colônia não recebeu subsídios do

outubro de 1848 assegurou a criação da colônia de Nova Petrópolis, pois, no Artigo 16 do Capítulo III, concedia a cada província do Império 36 léguas quadradas de terras para colonizar. Em consequência, a partir de 1849, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve suas próprias iniciativas.

Outra lei antes da criação dessa colônia mudou vertiginosamente as condições de chegada e estabelecimento dos colonos, a Lei nº 304 de 30 de novembro de 1854. Para citar algumas mudanças dessa lei destacamos: a) as terras deveriam ser pagas a um preço mínimo de 300\$000, por lote de 100 mil braças; b) a compra poderia ser paga a prazo sem exceder 5 anos; c) o presidente da província deveria zelar pela entrada de imigrantes que assegurassem a criação de colônias agrícolas; d) quanto ao transporte, o presidente ficava autorizado a adiantar auxílio de passagem aos colonos até 50\$000, sendo este último obrigado a reembolsar a quantia no prazo de 5 anos; e) consideravam-se despesas gratuitas ao colono apenas a acomodação indispensável na província até sua chegada ao destino da colônia. Enquadrada nessa legislação e na de nº 514, os imigrantes destinados a Nova Petrópolis não tiveram os mesmos subsídios oferecidos, pelo Governo Imperial, às antigas colônias. (PICCOLO, 1989, p.18-25).

De acordo com Angelo Ferraz, essa colônia Provincial foi estabelecida para servir como um ponto intermediário entre Porto Alegre e os Campos de Cima da Serra. A colônia, para ele, cumpria o papel de interiorização do povoamento no sul do Brasil. A sua criação teve também objetivos econômicos, que visavam integrar a região serrana aos mercados da região metropolitana. O presidente da província descreve a nova colônia provincial: entre os rios Cadeia e Caí aos fundos da Linha Nova⁵⁰ (Colônia de São Leopoldo), teremos a mais linda colônia, próxima às linhas do Café e do Hortêncio. Pela dimensão do terreno e da semelhança serrana com Petrópolis no Rio de Janeiro, nomeou-a de Nova Petrópolis.⁵¹

Estado. Com o avançar da pesquisa e uma leitura mais atenta na literatura específica, esclarecemos e corrigimos aqui tal dado. Tal afirmação pode ser conferida em, *O corporativismo e as associações étnicas: tecendo comparações entre o Rio Grande do Sul e a província de Buenos Aires* (1900-1930). (SALATINO, 2017d).

⁵⁰ *Linha* ou *picada* são termos originados a partir das primeiras trilhas de penetração na mata virgem da colônia. Quando se abria uma clareira para ali erguer sua moradia, configurava-se uma nova propriedade, e o termo foi gerado da própria estratégia de ocupação adotada. Em sua acepção original, *linha* nada mais significava do que o desmatamento, a trilha de acesso às novas propriedades. (RAMBO, 2011, p. 15-16).

⁵¹ Texto transcrito em: PICCOLO, 1989, p. 50.

O primeiro grupo de imigrantes foi composto por 80 pessoas. De acordo com Helga Piccolo, os imigrantes que Nova Petrópolis recebeu foram diversos, mas os migrantes nacionais nem sempre receberam o apoio e as vantagens dadas aos migrantes estrangeiros. Os primeiros grupos podem ser destacados como os lavradores originários da Pomerânia e da Saxônia, em grande medida, professavam a fé protestante. Da região renana e dos territórios anexados pela Prússia, vieram uma população majoritariamente católica que vivia da pequena propriedade rural e da prática da agricultura familiar.

Essa população estava marcada pelo conservadorismo agrário, o que favoreceu uma organização social caracterizada e constituída pelas raízes culturais, plantadas nas tradições de comunidades rurais e baseadas nos princípios ético-religiosos do catolicismo. (SCHALLENBERGER; SCHALLENBERGER 2012, p. 16-17). A industrialização tardia, as dificuldades agrárias e os problemas fronteiriços dos quais aquela região se inseria, entre França, Bélgica e Suíça, contribuíram para uma tensão social. Nesse cenário, líderes cristãos atuaram e promoveram as associações rurais como meio de encontrar respostas às dificuldades enfrentadas.

Assim como os imigrantes franceses da Argentina, esses alemães também viram a crise agrícola e a do campo chegar na Europa. Nesse sentido, eles podem também ter tido algum conhecimento da crescente atuação de líderes religiosos e associações no meio rural. Salientamos que os países precursores de cooperativas confessionais, católicas e protestantes, foram a França, a Bélgica e a Alemanha. Por isso, também retomamos a importância de verificar as peculiaridades dessas colônias, comparando-as entre si e entre a realidade econômica dos seus lugares de origem. Será que foram as diferenças que permitiram a organização em cooperativas rurais, ou justamente as semelhanças e interações culturais que seus agentes possuem?

No Rio Grande do Sul, a questão da terra era mais conflituosa do que em Buenos Aires. Enquanto que em Pigüé os imigrantes receberam seus lotes sem grandes problemas, em Nova Petrópolis eles enfrentavam (ainda) aquelas confusões e disputas que mencionamos sobre a Colônia de São Leopoldo. A área destinada para instalação dessa colônia alemã, não era totalmente desocupada ou sem proprietários. Porém, não temos encontrado documentação sobre a presença de conflito e invasões indígenas em Nova Petrópolis, como ocorreu lá em Pigüé.

Havia concessões para luso-brasileiros às margens do rio Taquari e Caí, embora antes da colonização as terras ocupadas por matas não fossem valorizadas. A Fazenda Pirajá da família Perez era uma dessas concessões. Mais tarde, as terras da fazenda foram vendidas para os colonos alemães, por preços razoáveis. Piccolo avaliou a possibilidade dessa venda ter sido relativamente fácil, porque aqueles que detinham a concessão também a conseguiram facilmente com despesas mínimas. Outras concessões existiam nesses vales, conforme esclarece a autora:

O elemento luso-brasileiro mais dedicado a criação do que a agricultura, preferia que o governo lhe concedesse sesmarias no campo. Apesar de ter sido essa uma norma que norteou as concessões, não deixavam também de ser requeridas terras às margens dos rios navegáveis, mais situadas longe, dentro da floresta e isso não só antes da vinda dos alemães, como também antes da independência do Brasil. Assim, diversas concessões foram feitas às margens do Taquari e Caí, e a Fazenda Pirajá constituía uma delas. (PICCOLO, 1989, p. 51-52).

O encontro de culturas e etnias na colônia também foi registrado nas memórias de Theodor Amstad,⁵² quando foi designado para a paróquia de São Sebastião do Caí, em 1885. Amstad referiu-se a presença de grupos étnicos diversificados: acentuada presença de *gente de cor* – no então novo lugarejo que pertencia à paróquia de São Salvador, cujo trabalho pastoral coube, naquele momento, a Amstad – e *semi-índios* – que acompanhavam o grupo de lusos ou brasileiros que migraram para essa localidade, eles ajudavam como trabalhadores na medição de terras. Em relação à população negra, sugere que eram descendentes, em boa parte, de famílias de marinheiros e trabalhadores de docas ou ainda, ex-escravos do fazendeiro Inácio Teixeira.⁵³ (AMSTAD, 1981, p. 151-154).

As primeiras linhas abertas e ocupadas na Nova Petrópolis ainda no ano de 1858 foram: Olinda e Imperial. No ano de 1859, foram abertas mais duas linhas, a linha Christina e a Sebastopol, e assim foi crescendo a cada ano. Após a instalação, os colonos tiveram muitas dificuldades: na técnica do plantio, na comercialização dos seus produtos e no próprio abastecimento da colônia – essas últimas por conta da comunicação precária dos meios naturais para que ocorresse o escoamento da

⁵²Essas memórias encontram-se publicadas em livro, pela editora UNISINOS. A tradução e intervenção histórica foram feitas pelo professor Arthur Rabuske. (AMSTAD, 1981).

⁵³Quem sabe, Amstad se referia a “Juca Inácio”, pai do Coronel Paulino Inácio Teixeira, que lhe herdou terras e escravizados. (CARDOSO, 2005).

produção. Frequentemente a colônia enfrentava más condições de navegabilidade dos rios que a cercava.

Tais problemas assolavam a economia da região e se agravavam com a falta de estradas que dessem acesso a Porto Alegre,⁵⁴ era preciso começar com estratégias de melhorar essa situação. Nos Relatórios da Administração das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram mencionadas as dívidas dos colonos. A partir da década de 1870, Nova Petrópolis figurava entre as colônias que mais devia à província e, por consequência, com menor desenvolvimento. Em 1875, a colônia passou a constituir o 3º Distrito de São Sebastião do Caí com muitos prejuízos causados, em grande medida, pela falta de estradas.

Com lotes de aproximadamente 50 hectares, o cultivo era diversificado, batata doce, mandioca e feijão, entre outros produtos, além da criação de porcos. Outros grupos étnicos chegaram posteriormente, em pequeno número: franceses, poloneses dinamarqueses, holandeses e, posterior a 1875, italianos. Em grande medida predominava a pequena propriedade. Vendiam apenas o excedente, ainda assim, o contato direto com lucro e o capital não era do produtor rural e sim do comerciante. (PAZ, 1990, p. 39).

Os produtos que saíam da cidade passavam por Novo Hamburgo, São Sebastião do Caí e São Leopoldo até Porto Alegre, tendo dessa maneira um agente intermediário durante todo esse processo. Esse foi um dos principais motivos para criação de uma associação-cooperativa no final da década de 1890, com a presença de religiosos jesuítas na colônia.

Mesmo a colônia de Nova Petrópolis tendo recebido diferentes grupos étnicos, a cultura que prevaleceu foi a alemã demonstrada na sua arquitetura e nos seus costumes. A religião é outro elemento que nos chama atenção. Enquanto que em Pigüé a colônia se constituiu católica, em meio a uma forte política anticlerical na Argentina, Nova Petrópolis, desde o início, precisou aprender a conviver com duas manifestações de fé: o catolicismo e o protestantismo, lado a lado, inclusive, nas citadas associações.

⁵⁴O Governo da Província ficaria responsável, de acordo com Art. 3 da lei nº 514, pela demarcação de estradas, igrejas, portos, cemitérios e outras servidões públicas, as quais achassem necessário. Ao que tudo indica o presidente da província não achou essas demarcações tão necessárias assim.

2.3 Associações e Cooperativas: Ideias e Práticas Transnacionais

O século XIX foi o tempo em que as associações ganharam um novo rosto e novas práticas. Essas sociedades caracterizadas pelo socorro mútuo estavam sendo balizadas, quase que exclusivamente, pela moral e pela solidariedade cristã católica. Elas passaram a ter novos olhares, a partir de discussões intelectuais e do próprio movimento trabalhista operário-camponês que surgira.

Tais ideias associativistas tomaram forma e cresceram em diferentes localidades da Europa industrializada. A propagação dessas “novas” instituições se deu pela imprensa, assim como pelos próprios congressos e atividades que passaram a ser organizados nos anos de 1820, na França e na Inglaterra. Consideramos, inclusive, a circulação das bagagens culturais de cada indivíduo, como quando do deslocamento de emigrantes europeus para América, neste caso, para Argentina e Brasil.

As cooperativas estão inseridas no contexto de assistência e ajuda mútua para os trabalhadores, em busca de superação das dificuldades de desemprego, má colheita e outras adversidades. É comum lermos em trabalhos a respeito do cooperativismo sobre a cooperativa da localidade de Rochdale, Inglaterra. *Rochdale Quitable Pioneers Society Limited* (Sociedade dos Probos de Rochdale) é reconhecida como a primeira expressão de uma cooperativa, criada em 1843/1844, mais próxima dos moldes cooperativos que conhecemos hoje. Dela foi inspirado o estatuto que se internacionalizou com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), desde 1895, momento de sua criação. Sobre este movimento institucional, veremos a seguir no próximo capítulo.

Nossa intenção é apresentar e aprofundar a análise sobre as experiências cooperativas que estavam em voga nos países de origem dos imigrantes, alemães e franceses, que estudamos. Levamos em consideração as ideias e as práticas, mesmo aquelas que duraram por poucos anos, pois essas também formaram bases e alimentaram as futuras experiências de um sistema inovador, ao mesmo tempo em que parte de uma ideia que existiu: a cooperação.

Na França, a primeira cooperativa foi forjada por Michel-Marie Derrion (1802-1850), o primeiro discípulo do socialista Saint-Simon, a qual foi dedicada ao ramo do consumo. *Le Commerce Véridique et Social* atuou em Lyon entre 1835-1838, com

grande impacto social para aquela época, de tensões e conflitos sociais. (BAYON, 2000, p. 32-33).⁵⁵ Denis Bayon tem analisado as experiências francesas de cooperação. Debruçado no personagem de Derrion, o estudioso tem contribuído para a discussão da pluralidade conceitual e teórica de cooperativismo. Embora o autor não atribua o papel de teórico socialista ou associativista a Derrion, não há como negar que ele foi atingido por essas ideias, assim como muitos dos trabalhadores. Nos levantes ocorridos na França, com greves de associações e instituições trabalhistas, em 1831, ele não tomou partido. E depois das terríveis repressões ao movimento trabalhista, os trabalhadores foram convencidos da necessidade de uma organização com autonomia. E quem deu este primeiro passo foi Derrion, em Lyon. (BAYON, 2000).

Desde aquela época, as tentativas de uma sociedade cooperativa só cresceram, mas começaram a ter maior estabilidade na França, a partir de 1870, com o crescimento e a consolidação dos sindicatos e das associações agrícolas. As cooperativas de crédito católicas encontraram terreno fértil nesse país, com os socialistas utópicos e os intelectuais, em grande medida, românticos e conservadores. Isso se deve, também, a circulação e a inspiração da experiência alemã, com Friedrich Raiffeisen e Hermann Schulze. Em 1885, foi criado um banco cooperativo de crédito fundado por Charles Rayneri.

Domingo Bórea, o economista argentino e impulsor do cooperativismo naquele país, realizou uma análise no terceiro censo nacional da Argentina. Nesse estudo, dedicou-se ao mutualismo e cooperativismo, onde se referiu a Rayneri como o iniciador do cooperativismo de crédito na França. Nas palavras de Bórea (1917, p. 33, grifo da autora),

[...] del crédito popular cooperativo, fundó en Menton, el año de 1885, un banco cooperativo de crédito, transformado, más tarde, en la "Union franco-italienne de crédit coopératif". La noticia del éxito de ese banco voló por toda la Francia, y entonces Rayneri conjuntamente con M. Rostand, estuvo habitado para organizar un movimiento poderoso de propaganda en pro de la cooperación de crédito.

⁵⁵O economista Denis Bayon tem publicado alguns estudos, nos últimos anos, afirmando ser esta experiência a primeira cooperativa constituída aos moldes de princípios socialistas e democráticos. Tal posicionamento questiona, portanto, o título de pioneira da cooperativa de consumo inglesa de Rochdale. (BAYON, 2000).

O Banco Popular de Charles Rayneri teve sua ideia reverberada, inclusive escreveu o *Manuel des banques populaires*, estabelecendo regras na formação da cooperativa. Mas, certamente, Lyon foi o principal palco das organizações associativas e cooperativas na França, sendo este um centro industrial importante de tecelões de seda.

Em 1890, na França, a experiência de Louis Durand na propagação das caixas rurais Raiffeisen, torna tal modelo cooperativo aquele que mais teve aderência entre os camponeses e a população rural francesa. De acordo com Fábio Rogério Correa (2014), o jovem advogado Luiz Durand foi incumbido pela Union du Sud-Est⁵⁶ de estudar a proposta de crédito agrícola de Jules Méline⁵⁷. Méline era um liberal que defendia o mutualismo para atender às necessidades de crédito agrícolas, e sob esta perspectiva é que incentivou a organização mutualista ao molde alemão, que ocorria há pelo menos três décadas. A expansão dos sindicatos na França crescia e, nesse contexto, Méline propôs à Assembleia Nacional um projeto de lei que fomentasse as instituições de crédito agrícola. (MENDRAS, Henri, 1955 *apud* CORREA, 2014). Luiz Durand teve um papel importante na configuração do cooperativismo rural francês, conforme se lê na citação de Correa (2014, p 117)..

Durand publicou em 1891 o Livro *Le Credit Agricole em France et a l'Étranger* e, em 1893, o *Manuel Pratique à l'Usage des Foundateurs et Administrateurs des Caisses Rurales*. O seu modelo de caixas rurais, conhecido como Raiffeisein-Durand, transformara-se em um padrão para a organização desse tipo de instituição na França e também no exterior.

O estudo de Correa nos auxilia a destacar a figura de Durand, devido à sua inspiração cooperativa noutra experiência, recriando ou se apropriando de alguns elementos daquela prática. Este exemplo conecta-nos à circulação cultural e à

⁵⁶Fábio Correa também discutiu a questão do catolicismo social nas sociedades sindicais, tanto da França quanto da Alemanha. Nessas sociedades, ficaram ancoradas as caixas rurais. “Em 1891 foi aprovada a lei de liberdade sindical, que permitia a organização de associações de classe por operários e agricultores. Nos anos seguintes a Société des Agriculteurs de France (SAF) promoveu intensamente a criação de sindicatos rurais de caráter local e regional que posteriormente viriam a se congregar em federações de sindicatos como a Union Centrale de Syndicats Agricoles, fundada em 1886 com o apoio da SAF, além da Union du Sud-Est, fundada em Lion 1888. Como havia se transformado em espaço de intensa disputa política, os republicanos buscaram organizar sua própria sociedade de agricultura criando a Societé d’Encouragement à l’Agriculture que, por sua vez, ficaria conhecida como sociedade dos ministros e futuros ministros dada a sua ligação com o Estado”. (NICOLAS, Philippe, 1988 *apud* CORREA, 2014, p. 116-117)

⁵⁷Político republicano desde 1870, Méline cumpriu mandato de deputado, foi Ministro da Agricultura e exerceu a função de Primeiro Ministro da França entre 1896-1898.

história transnacional. Além disso, o mesmo autor nos fala da influência francesa quando do surgimento de bancos hipotecários e de caixas rurais no Brasil – ainda que tais instituições na França fossem inspiradas nos Estados germânicos. Esses Estados tinham a experiência de décadas de bancos territoriais bem-sucedidos que concediam empréstimos hipotecários em longo prazo desde meados dos anos de 1800. (CORREA, 2014, p. 35).

Conforme Correa (2014), a reforma hipotecária francesa ocorreu em 1850 quando se cria um marco legal para a execução de hipotecas e instituições de empréstimos, como o *Credit Foncier de France*. No Brasil, o marco legal é de 1864. Essas informações que o autor traz em sua tese provocam ainda mais nossos questionamentos sobre a preponderância de uma única doutrina para o cooperativismo. E é a partir dessas experiências compartilhadas, de pensamento e prática, que procuramos localizar as difusões e vivências cooperativas que os imigrantes, aqui em estudo, possam ter apreendido e tido contato.

Outras práticas cooperativas ocorreram na França, ainda na primeira metade do século XIX, muitas delas envoltas nas ideias utópicas que exploraremos no próximo capítulo. O que nos interessa agora é: o que Durand exatamente mudou/alterou no modelo raiffeisiano das caixas de crédito? Afinal, em que consiste a caixa de crédito Raiffeisen?

Temos clareza da múltipla constituição do cooperativismo e acreditamos que isso se deve ao fato histórico social de cada país, como resposta às diferentes modernidades, aliado à cultura judaico-cristã da fraternidade e da solidariedade. Na Alemanha, as cooperativas de crédito criaram suas próprias linhas de pensamento ou doutrinárias, ao mesmo tempo da configuração de sua prática. Alguns se destacaram por sua ampla influência.

Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), reconhecido pelas associações cooperativas de toda a parte, criou o “Clube do Pão” ou “Associação do Pão”, em 1846, quando no exercício da função de prefeito da comarca rural de Weyerbusch. Baseado no princípio do solidarismo cristão, ele procurou resolver a fome da população, disponibilizando um forno e uma padaria comunitária. Somente os abastados poderiam se associar para auxiliar os mais necessitados com o compromisso que, depois da fome, os atendidos pagariam o recebido. De acordo

com Diva Pinho (1966, p.45, grifo da autora), as cooperativas baseadas neste princípio moral, fundamentam-se em:

- a) no princípio cristão de “amor ao próximo”; b) admitem auxílio de caráter filantrópico, embora prefiram o princípio de “self-help”; c) dão grande importância à formação moral dos associados, os quais têm responsabilidade solidária e ilimitada quanto às obrigações contraídas pela cooperativa; d) concedem créditos a longo prazo; f) preconizam a organização de um banco central para atender às necessidades das diversas cooperativas de crédito; g) não remuneram os dirigentes da sociedade; g) não distribuem retorno.

Raiffeisen fundou também a *Associação de Socorro Mútuo para Agricultores*, em 1849, e participou da criação da *Associação de Caridade de Heddesdorf*, no ano de 1854, na cidade que passou a administrar desde 1852. Esta última estava claramente baseada em um ideal de formação moral mais abrangente, até o conhecimento técnico e prático em geral. (WERLE, 2014). Raiffeisen buscou atender crianças e adultos, abandonados e necessitados, oferecendo também ajuda financeira mediante empréstimos. Sua ideia foi seguida rapidamente sendo aperfeiçoada, até se institucionalizar como uma cooperativa de crédito mútuo rural, perseguindo princípios religiosos. “Fiéis ao lema de seu idealizador ‘um por todos, todos por um’ as Caixas congregaram-se, em 1887, na Associação Geral das Cooperativas Alemãs Raiffeisen”. (RAMBO, 2000, p. 19).

A partir da “Associação de caridade” é possível observar o envolvimento econômico e social de Raiffeisen, por meio da associação, preocupado com a formação ética e moral dos associados. Foi motivado também pelas frequentes crises e situação de fome do contexto do século XIX. Diante da crise no campo, trabalhadores rurais, agricultores que não possuíam propriedade de terras ou mesmo aqueles proprietários de terras que passavam por dificuldades colocavam-se à disposição dos proprietários de terra para suprir a demanda de trabalho, sendo estes últimos, empreendedores de dupla jornada. (WERLE, 2014).

A realidade social em que se encontravam os alemães auxiliou na conformação do objetivo cooperativo de Raiffeisen. Márcio Werle (2014, p. 31) fez em sua tese o exercício de analisar aspectos subjetivos e/ou espirituais e os sociais das instituições Raiffeisen, observando as relações possíveis entre as necessidades subjetivas e econômicas, que juntas formam uma simbiose. Para o autor isso

exerceu influência na constituição das cooperativas e é esse aspecto que nos interessa, sobretudo, em seu estudo.

A primeira metade do século XIX pode ser entendida como os anos que deram a base para a ação cooperativa. Na região de língua alemã destacamos o avanço da modernidade agrária na Prússia, que começou a introduzir a chamada “libertação camponesa”. Este avanço na modernização foi seguido por outros estados alemães, tornando agricultores individuais em proprietários, integrando dessa maneira o mercado. (WERLE, 2014; HOBBSAWM, 2017). Tal libertação concedeu alguns direitos assegurados pela lei aos agricultores, mas também gerou insegurança por não estarem mais sobre a proteção e deveres do senhor feudal. Além disso, tal emancipação pode nos levar a crer que todos os camponeses foram bem-sucedidos na nova empreitada, no entanto, poucos libertos ascenderam socialmente como proprietários e independentes. Dessa maneira, foi instituída uma nova relação de trabalho e de dependência, seguida de expropriações e concentração de terras baseadas nas ideias liberais.

E nesse contexto que Raiffeisen forjou novas formas de integração e relação de trabalho, primeiro com a associação Clube do Pão e depois com as caixas de crédito, baseadas no solidarismo e com o objetivo claro de auxiliar economicamente e socialmente os pequenos proprietários e trabalhadores rurais. Friedrich Raiffeisen não foi o primeiro a pensar em cooperativa de crédito na Alemanha, o ex-juiz Hermann Schulze (1808-1883) havia colocado em prática a ideia de bancos populares urbanos, em 1846. O sistema de Schulze ficou conhecido como Schulze-Delitzsch, acrescentando ao seu nome o nome da cidade onde nascera na Saxônia. Segundo Werle (2014, p. 43, grifo da autora), “Schulze-Delitzsch entendia que a associação é o meio encontrado pela sociedade para atuar de forma eficaz em setores que o Estado não consegue atingir e nas relações individuais de mercado que eram ineficientes”.

Há diferenças e divergências entre os sistemas idealizados por Raiffeisen e Schulze-Delitzsch. Enquanto o primeiro tem por área de atuação o meio rural, o segundo está direcionado ao meio urbano. Raiffeisen iniciou as atividades associativas como uma sociedade de ajuda mútua e admite auxílio filantrópico, enquanto que Schulze começara com objetivos estritamente econômicos.

Organizamos no quadro 1 características dos dois modelos de cooperativa de crédito alemã.

Nas associações de Raiffeisen, a profissão de fé era luterana, mas ele buscou apoio dos católicos e do clero⁵⁸ deixando suas instituições com um caráter interconfessional desde o início. As caixas de crédito propriamente ditas funcionavam como bancos rurais de empréstimo, a partir do apelo de Raiffeisen aos mais abastados de responsabilidade cristã. Até 1860, as transações nas caixas de crédito não eram limitadas, mas passaram a ser quando os associados abastados corromperam o princípio da caridade e retiraram suas contribuições. Desde então, as caixas passaram a ser conhecidas como Caixa de Poupança e Empréstimo com estatutos definidos, os quais serviram de modelo para outras experiências. Aquela “Associação de Caridade” se adequou ao estatuto rapidamente, já em 1864, sendo registrada como a primeira cooperativa de crédito. (WERLE, 2014, p. 57).

Quadro 1 - Cooperativas Raiffeisen e Schulze-Delitzsch

RAIFFEISEN	SCHULZE-DELITZSCH
Não há distribuição do retorno das sobras líquidas.	Retorno das sobras líquidas proporcional ao capital.
Área de atuação restrita.	Área de atuação irrestrita.
Não a remuneração dos dirigentes.	Remuneração dos dirigentes.
Não há capital social. Os sócios não são obrigados a fazer entrada alguma. O capital é constituído por filantropia e ajuda mútua.	Capital constituído por cotas-partes integralizadas pelos associados. Formação do próprio capital.

⁵⁸ As associações corporativas, as de socorro mútuo e as de previdência estavam sendo discutidas e vistas como vitais, nesse período, na Alemanha. Inclusive, as associações de agricultores e as caixas Raiffeisen começaram a aparecer como modelos, nos programas de partidos de orientação católica, para o argumento em defesa das sociedades privadas, e a não inversão da ordem social a partir da década de 1880. (SCHALLENBERGER, 2001, p. 84-85).

Não há distribuição dos ganhos para os associados.	Distribuição dos ganhos para os associados em forma de dividendos.
Fundo de reserva indivisível, mesmo em caso de dissolução da sociedade ou desligamento do associado.	Fundo de reserva limitado a 10% (geralmente) do capital.
Responsabilidade solidária e ilimitada quanto aos negócios realizados pela sociedade.	Responsabilidade solidária e ilimitada aos sócios para os negócios da entidade (participação direcionada a classe média urbana, embora todas as classes econômicas pudessem participar).
Valorização da formação moral dos associados.	Anticlerical e liberal.
A defesa de criação de um banco central para organização das cooperativas. Isto é de uma federação ou central.	
A singularidade de votos dos sócios.	
Empréstimo exclusivo aos sócios.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Outras cooperativas de crédito foram sendo criadas, o sistema Hass é outro exemplo alemão, de Wilhelm Karl Friedrich Hass (1839-1913). Essas representam uma mistura dos modelos de Schulze e Raiffeisen, uma espécie de intermediária entre os dois, com muitos pontos em comum com as cooperativas de Schulze. A cooperativa de Hass permite ao associado a compra coletiva de maquinaria e ferramenta a ser empregada na agricultura, assegurando bons preços dos produtos e seguro agrícola. Tinha uma preocupação estritamente econômica.

Conforme a *“Genossenschaftsgeschichte” (História das Cooperativas alemãs)*,⁵⁹ Wilhelm Hass criou em 1872, com o político Karl von Langsdorff, uma cooperativa agrícola que ele próprio foi o primeiro diretor. Hass defendeu o

⁵⁹ Retrato de Wilhelm Haas (1839-1913). Disponível em: <http://genossenschaftsgeschichte.info/>. Acesso em 22/08/2017.

estabelecimento de várias cooperativas individuais, separadas de acordo com sua finalidade comercial. Além disso, ele considerou que cada cooperativa fosse responsável pela formação de seu próprio capital cooperativo necessário. Tal como Hermann Schulze-Delitzsch defendeu, a cooperativa de Haas, seria formada pela aquisição obrigatória de ações pelos membros. No ano seguinte, Hass fundou a “Associação das Cooperativas Agrícolas Hessianas” e foi eleito presidente, organizando carvão, fertilizantes, alimento para os animais e sementes para as cooperativas individuais. Ele adquiriu um rápido crescimento e expansão do seu modelo cooperativo.

Quando da expansão do modelo de crédito rural por toda a Europa, sem dúvidas o modelo de Raiffeisen teve o maior alcance. Suas características podem ser observadas em maior ou menor grau em outros modelos que procuram se distanciar e se diferenciar de suas características. A ideia de cooperativa e cooperação foi se moldando na prática, sem muito reconhecimento entre eles mesmo do que era uma cooperativa moderna, fugindo dos princípios do corporativismo medieval ao mesmo tempo em que se tratava de uma organização coletiva. Isso vale, sobretudo, para Schulze e Raiffeisen, que gestaram a ideia simultaneamente. Com isso não queremos dizer, entretanto, que a rivalidade e a competitividade não existissem.

O político e economista Luigi Luzzatti (1841-1927) idealizou na Itália os bancos populares ou bancos cooperativos, em 1865 na cidade de Milão.⁶⁰ Inspirou-se nos pioneiros alemães, sobretudo em Schulze, permanecendo a preocupação com a responsabilidade solidária, mas limitada e adaptável, conforme os centros agrícolas. Ainda na Itália, Leone Wollemborg (1859-1932), economista e político também, criou cooperativas de crédito a partir de 1883 na cidade de Pádua. Em 1884, escrevera as normas adotadas para as cooperativas idealizadas por ele, fundando mais tarde uma federação.

As entidades de Wollemborg assemelham-se com aquelas de Raiffeisen, mas com características próprias que lhe dão originalidade. A preocupação com a responsabilidade solidária e ilimitada aos negócios realizados pela instituição permaneceu, porém a ideia de formação moral dos associados caiu por terra nas instituições de Wollemborg. Aliás, tanto Luzzatti quanto Wollemborg afirmaram

⁶⁰ Domingo Bórea registrou como sendo a primeira cooperativa Luzzatti o banco popular fundado em Iodi, em 1864 (1917, p. 320).

categoricamente a neutralidade de suas instituições, política e religiosa, informando que eram estritamente econômicas. Com a divergência dos dois economistas em relação à responsabilidade limitada ou ilimitada, a primeira proposta, a de Luzzatti, ganhou os grandes centros agrícolas, enquanto que a segunda teve mais adeptos nos pequenos centros.

As caixas de créditos e bancos populares também se expandiram para França. Voltemos ao personagem de Luiz Durand. Durante a década de 1890, as caixas rurais eram de funcionalidade local sob a coordenação dos sindicatos agrícolas. Nesta mesma época, Correa (2014) salienta que os sindicatos agrícolas e as caixas de crédito, na França, eram, em grande medida, controladas pela corrente corporativista de grandes proprietários de terras de influência católica. Os republicanos, por sua vez, procuravam colocar as caixas rurais sob a tutela do Estado buscando influência política e controle dessas instituições.

Durand, ao criar um manual próprio para as caixas rurais francesas, mantinha uma autonomia e independência em relação tanto ao Estado, quanto frente às caixas regionais controladas pela *Sociedade de Agricultores da França* (SAF). Em 1893, Durand organizou a União das Caixas Rurais que funcionaria como a central das caixas de crédito, organizadas por ele e ligadas a *Union du Sud-Est*. Essa característica pode ser comparada ao estatuto Raiffeisen de criação de centrais. Os republicanos desaprovavam tal autonomia e até passaram a destinar financiamentos do Banco da França para caixas rurais regionais, a partir de 1897, que estivessem sob a tutela do Estado. (CORREA, 2014, p. 118). Os republicanos liberais liderados por Jules Méline buscavam medidas protecionistas ao crédito agrícola indo contra a criação de bancos estatais, por isso tal autonomia e independência das caixas rurais causava uma tensão política. A sociedade criada por eles foi *Société d'Encouragement à l'Agriculture*, e a ideia era ter sob a sua tutela o associativismo rural, o que foi contrariado pela a SAF e pelas caixas rurais.

Com essas experiências, francesas e alemãs, buscamos relativizar práticas cooperativas e a ideia de um único modo de fazer. Nos anos de 1830, a expressão “cooperativa” aparece com a forma de uma associação. Ou seja, a cooperativa era vista e entendida como uma associação, sendo definida com o passar do tempo pela sua finalidade econômica. O traço econômico foi sendo o fator distintivo entre essas instituições. Desde os anos de 1820, estava sendo pensado um sistema associativo

em contraponto ao capitalismo e às cooperativas que estavam inseridas nesse contexto, mesmo que sem a clareza da sua natureza. Toda essa mística envolve o saber dos imigrantes na construção e na organização do espaço social em novas terras, principalmente, se tiveram vivências próximas, o que possibilitaria a reflexão do *habitus*.

Edward Palmer Thompson (1998) também pode ser considerado nesse ponto. Uma doutrina anticapitalista foi gestada ainda no século XVIII, conforme o autor, mas o termo “economia moral” foi registrado pelo jornalista Bronterre O’ Brien, em 1837, em uma polêmica contra os economistas políticos.

A verdadeira política é como a verdadeira economia doméstica, não consiste unicamente em escravizar e poupar. Assim como existe uma economia política, há igualmente uma economia moral. [...]. Esses impostos arruinam os afetos em troca de produção e acumulação incessantes. [...]. Na verdade, é a economia moral que eles sempre mantêm fora de seu campo de visão. Quando falam sobre a tendência das grandes quantidades de capital, da divisão de trabalho, de aumentar a produção e baratear as mercadorias, não nos falam do ser humano inferior que uma ocupação única e fixa deve necessariamente produzir. (THOMPSON, 1998, p. 256).

Assim, a economia moral é invocada como resistência ao livre-mercado, conforme o texto de Thompson (1981, p. 258) salientou que,

[...] a base da economia moral era esse sentido comunitário gerado pela experiência comum da indústria capitalista. As racionalizações ou ‘modernizações’ do mercado capitalista afrontavam as normas da comunidade e criavam ininterruptamente um antagonista moral.

Thompson retoma a “economia moral” nos ensaios reunidos em *Costumes em comum* para compreender a resistência à modernização e ao mercado capitalista dos trabalhadores rurais ingleses. O liberalismo econômico tornou-se uma afronta nas comunidades e, desde então, ininterruptamente criou-se um antagonismo moral naquelas comunidades que valorizavam os princípios da ajuda mútua e da coletividade. Os valores morais e culturais se sobressaem. Thompson ressalta que os trabalhadores estavam acostumados a uma economia organizada por eles, segundo as normas ditadas pelo costume. E, mesmo em tempos difíceis, se afirmava as prioridades do ofício e dos interesses da comunidade. Por isso, ele próprio utilizou o termo para falar das emoções despertadas nos plebeus frente à crise e ao desabastecimento. Dessa maneira, o termo economia moral auxilia-nos

na compreensão de uma herança, defensiva e conservadora dos grupos sociais que praticavam tal experiência, de reação e resistência ao livre mercado.

Entendemos, neste trabalho, que a compreensão histórica das práticas cooperativas deve ser inserida no espaço social e complexo que define Bourdieu (2004), isto é, da sua construção a partir dos bens e das práticas disponíveis e da posição que os indivíduos ocupam nesse espaço. Dessa maneira, a compreensão da lógica dessas práticas torna-se mais fácil, conforme os sujeitos e grupos vão se classificar, podendo ser como membros de uma classe. Além disso, os grupos e as classes sociais não estão dados na realidade social, nesse sentido, usamos menos da objetividade em análise da constituição dos grupos cooperativos nos nossos estudos de caso.

No caso da Argentina, as dificuldades agrícolas enfrentadas por aqueles imigrantes franceses, um grupo de 51 pessoas que teve a iniciativa de criar uma sociedade mútua na colônia de Pigüé, a qual foi registrada no ano de 1898. Essa sociedade recebeu o nome de *El Progreso Agrícola de Pigüé: Sociedade Cooperativa Mútua de Seguros Agrícolas y Anezos Ltda.* Ela foi a primeira experiência de uma cooperativa de seguros na Argentina, criada a partir das experiências associativas-cooperativas francesas e europeias. A cooperativa, existente até os dias de hoje, influenciou outros a unirem esforços mútuos, principalmente no meio rural, e a constituírem cooperativas. A *El Progreso* atuou também como uma linha de crédito para seus associados.

Destacamos os líderes motivacionais para levar a ideia adiante e os primeiros gestores, Esteban Miguel Simon, Clemente Cabanettes e Cipriano Alric. Eles defendiam os ideais do mutualismo para enfrentar as dificuldades da colheita e do trabalho de maneira geral. De acordo com o estatuto, a cooperativa foi feita por agricultores e para agricultores, ela respondia aos verdadeiros interesses dos produtores, cuidando de assuntos administrativos e examinando os acordos de indenização aos prejudicados, repartindo anualmente o capital de sobra e afirmando-se como uma cooperativa de seguros. (ACTA DE FUNDACIÓN E ESTATUTO, 1898). Explanaremos melhor a trajetória da cooperativa no quinto capítulo.

Pretendeu-se mostrar que temos, na Europa do século XIX, uma forma de cooperação embrionária que respondia aos anseios e às necessidades dos

trabalhadores daquele período, e não uma forma pronta e acabada, cujo momento histórico social exigia dos indivíduos novas soluções, para o turbilhão de acontecimentos políticos que ocorria. Nosso entendimento é que não há uma origem única do cooperativismo. A experiência da cooperação estava ocorrendo em vários países como Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica. A forma como os franceses lidaram com o associativismo católico e cristã propagou-se para Portugal e Espanha. O associativismo católico da Bélgica também foi forte, tendo, inclusive, a influência do partido católico no sindicalismo e no associativismo rural do país.

No caso do Rio Grande do Sul, a exemplo das caixas rurais Raiffeisen, a colônia de Nova Petrópolis teve a sua cooperativa oficializada no ano de 1902, junto à Associação Rio-grandense de Agricultores. A associação teve como finalidade atender às questões sociais e religiosas enquanto que a cooperativa atendia às questões econômicas dos imigrantes, como um braço dessa associação. Mediante a atividade da cooperativa, os líderes da associação acreditavam que poderiam dar conta da produção, da compra e da venda dos produtos agrícolas, sem a presença do comerciante. A cooperativa de crédito teve cada vez mais adeptos e, a exemplo do modelo de Nova Petrópolis, foram criadas novas cooperativas que se estenderam a outros núcleos coloniais.

A partir da cooperativa, os pequenos produtores e agricultores puderam resolver o problema da dependência, estatal e dos comerciantes, e serem responsáveis por gerir todo o processo de produção e escoamento. Na *El Agrícola*, ocorriam medidas similares, embora ela não tenha iniciado como uma caixa de crédito rural, atuava como prestadora de um serviço importante: o seguro agrícola, o qual gerava um sentimento de segurança aos pequenos proprietários que podiam, de um lado, assegurar a colheita e, por outro lado, manter o compromisso de pagar por seu lote.

Verifica-se que há muitas semelhanças no processo imigratório para os dois países, em especial, para cada região. No Rio Grande do Sul, assim como em Buenos Aires, tem-se uma colonização que atende à organização do espaço nacional em primeiro lugar, isto é, utilizando a colonização como fronteira: a) interna, diante da vivência e exploração da floresta, ou na possibilidade iminente de ataque indígena (inclusive depois de instalados); b) externa, frente às invasões internacionais (platinas no caso do Rio Grande do Sul e chilenas no caso argentino).

A Colônia de Pigüé foi criada poucos anos depois da principal investida militar contra a população indígena. Foi instalada em uma região que não estava desocupada, mas “abandonada” pelo Estado, cuja atenção voltou-se para o Sul de Buenos Aires. Já a Colônia de Nova Petrópolis foi criada a partir das linhas ou picadas abertas, quando da expansão para o norte da Colônia de São Leopoldo. Em ambos os casos, a localidade de instalação das colônias não confrontou com os grandes estancieiros na disputa da terra. Rodeados de morros, a produção ficaria limitada à agricultura e a pequenas chácaras, atendendo às necessidades agrícolas dos governos.

Sobre os subsídios recebidos para o transporte desde o lugar de origem até a América, verificamos diferenças, no entanto, naquele recebido para a viagem da província até a colônia correspondeu o mesmo tratamento para todos os imigrantes. Nos dois casos, os colonos tiveram o compromisso de pagar pela terra dentro de um prazo específico. Tal fato ao lado do pagamento de suas próprias passagens justifica, de certa maneira, o discurso que afirma a realização dessas colônias somente a partir de iniciativas particulares e espontâneas.

O Estado, após o incentivo e a propaganda para a imigração, não foi tão presente como os colonizadores gostariam que fosse, deixando-os, por muitas vezes, isolados na colônia. Isso pode ser mais evidenciado em Nova Petrópolis, com o problema da falta de estradas, por exemplo, que se arrastou por anos.

O surgimento do cooperativismo nessas colônias não foi imediato como vimos, mas certamente foi uma estratégia econômica que veio dar conta das demandas agrícolas locais, como, por exemplo, na compra de instrumentos de trabalho ou nos empréstimos para construções de estradas. As cooperativas de seguro e crédito foram possíveis, em boa parte, pelos conhecimentos prévios dos seus líderes que foram inspirados nas experiências europeias. Ademais, essa prática surgiu nesses países antes de qualquer legislação nacional sobre o tema. Sobre isso, também dedicamos um capítulo, para explorar as modalidades associativas e a legislação nacional, brasileira e argentina.

Os motivos de criação foram semelhantes nos dois países, no sentido de manter os compromissos de pagamento da terra em dia e aos interesses da produção agrícola. Entendemos que ambas cooperativas cumpriram seus objetivos, de associação e organização do trabalho imigrante, auxiliando, inclusive, na

inserção na sociedade que lhes acolheu, sendo este o assunto que desenvolveremos nos capítulos 4 e 5.

Neste capítulo, apresentamos as cooperativas em suas respectivas colônias refletindo sobre dois pontos. O primeiro diz respeito à constituição da cooperativa, isto é, avaliar as duas instituições quanto aos requisitos básicos de formação de associação-cooperativa. O segundo está relacionado a um modelo de corporação profissional, ou seja, vê-la como uma associação capaz de organizar e assessorar o trabalhador rural nas suas necessidades.

3 DAS ASSOCIAÇÕES ÀS COOPERATIVAS: PRINCÍPIOS COOPERATIVOS E AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA NO BRASIL E NA ARGENTINA (1890-1920)

Entiendo por principios no las reglas fijadas o generalizadas por la costumbre cooperativa, sino los postulados morales de donde esas reglas derivan.

(WATKINS, 1989, p. 21).

Para analisar a constituição dos princípios das cooperativas *Sociedade Cooperativa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis* (RS) e a *El Progreso Agrícola de Pigüé: Sociedade Cooperativa Mútua de Seguros Agrícolas y Anezos Ltda* (Bs As), selecionamos como unidade de comparação o entendimento jurídico das instituições cooperativas e o seu funcionamento no Brasil e na Argentina. Dessa maneira, buscamos compreender a conceituação do Estado e dos agentes que promoviam o cooperativismo, considerando a existência prática dessas cooperativas ser anterior à legislação.

A norma específica para esse tipo de organização foi estabelecida a partir da década de 1920, tanto no Brasil quanto na Argentina. Desde o século XIX, a legislação que regula o funcionamento das sociedades anônimas e privadas, o associativismo no seu amplo entendimento, inclui também as cooperativas que foram forjadas nesse período. Por isso, procuramos compreender o entendimento do Estado frente à constituição de cooperativas no início do século XX.

Falar de associações mútuas e de cooperativismo juntos pode parecer, à primeira vista, contraditório. No Brasil e na Argentina, é notadamente um assunto complexo. Há uma extensa bibliografia sobre os diferentes tipos de organizações associativas: beneficentes, devocionais, culturais, trabalhistas e de socorro mútuo. Todos esses tipos foram divididos em dois grupos, com e sem fins lucrativos.

Abordagens acadêmicas ou de especialistas em abundância mostram-nos como esses temas ainda geram questões a serem respondidas, no passado e no presente. Diante de tal temática desafiadora, chamamos a atenção para o aspecto associativo do cooperativismo, conceitualmente e nas suas práticas, respondendo aos anseios do grupo que o organiza, considerando seus dramas, problemas, dilemas e estratégias de sobrevivência.

Geralmente, quem se dedica ao trabalho de investigação sobre o associativismo separa o cooperativismo, por uma questão conceitual, de finalidade associativa, ou

metodológica, de pessoa jurídica, entre outros fatores. A discussão do cooperativismo estar ou não na égide do associativismo vem desde sua concepção pelos socialistas da primeira metade do século XIX. O embate de crenças e de perspectivas econômicas estavam presentes nos debates desses pensadores sobre a finalidade das associações trabalhistas e no próprio ensejo de uma “sociedade cooperativa” que crescia na Europa.¹

Nesse capítulo ainda, buscamos refletir sobre a construção da doutrina cooperativa internacionalmente e aquilo que foi apropriado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), na constituição do movimento cooperativo, na unificação dos princípios e na sua difusão. A partir das contribuições para o cooperativismo dos socialistas, em especial de Robert Owen, Charles Fourier e Philippe Buchez, avaliamos ser importante estudar essas ideias, observando esses diferentes posicionamentos à época. Diante da pluralidade, a prática cooperativa de Nova Petrópolis e Pigüé ficam inseridas na lógica das diversas manifestações cooperativas da época, ao mesmo tempo em que ocorreu a institucionalização internacional do cooperativismo.

Considera-se que o próprio termo *cooperativismo* entendido como doutrina/ideologia, é o movimento social cooperativo, o qual foi forjado nos anos de 1890, tendo como base a solidariedade, o humanismo e a justiça social. Diva Benevides Pinho (1966; 1987), considera que as cooperativas são sociedades de pessoas, associações organizadas em bases democráticas, que atuam suprindo de bens e serviços seus membros, assim como, devem realizar determinados programas educativos e sociais. O cooperativismo procura corrigir o social pelo econômico mediante associações com fins predominantemente econômicos, as cooperativas. Para a economista, o cooperativismo se propõe a uma reforma moral do Homem, inspirada na justiça social, liberdade, igualdade e solidariedade, assim, Pinho assume o papel reformista do cooperativismo na sociedade.

¹ Desde os anos de 1980, cientistas sociais e economistas, sobretudo, vêm retomando o debate sobre a finalidade do associativismo em relação ao seu impacto nas estruturas econômicas e políticas. Hoje configura-se na Economia Social e Solidária (ES) e no Terceiro Setor (TS). O cooperativismo está contemplado nessa discussão tão atual e com muitas controvérsias. De um lado, a cooperativa é entendida como uma forma de organização associativa que questiona e procura transformar o modo de produção capitalista. Por outro lado, as cooperativas não compreendem o universo associativo, cujo o cerne da questão é de cunho reformista. De acordo com Paul Singer (2001, p.105-106), as cooperativas são empresas criadas em decorrência da pobreza e da falta de oportunidade, tendo como base a prática da solidariedade. Assim, o autor afirma que, a solidariedade é o principal elemento que deve diferenciar a cooperativa de uma empresa capitalista porque incide em todas as suas práticas: de remuneração; da disciplina colaborativa; da autodisciplina e da autogestão. O trabalho de comparação de Maria Letícia Xavier e Carolina Andion (2010) mostra-nos que há uma ampla adesão no campo acadêmico brasileiro (especialmente nas áreas de administração e administração pública) pelo TS. Mesmo que o país sofra constantes influências dos países europeus e da coexistência de ambas as correntes, essa é uma diferença importante a ser observada. As autoras ainda salientaram que o termo TS, majoritariamente aceito no Brasil, tem origem em sua aceção nos países anglo-saxões, que possui como característica marcante o associativismo complementando as ações do Estado e do mercado. Ver também, Lechat (2002).

Entendemos que as cooperativas são primeiramente associações de socorro-mútuo porque nasceram dessa maneira no cenário europeu, a fim de solucionar e organizar uma ou múltiplas demandas e necessidades para um determinado grupo. Nesse sentido, nossa pesquisa a entende no universo associativo, não podendo ser dissociada do seu caráter de mutualidade em primeira instância. Sem essa primeira condição, não há ambiente para o objetivo final da cooperação e da própria organização coletiva. Nesse sentido, ressaltamos que uma cooperativa insere-se na definição de uma associação mutualista, a que tem por base a reciprocidade e que assegura a seus sócios serviços como: previdência (para acidentes de trabalho ou enfermidades); seguros agrícolas; entre outros, na definição de uma associação trabalhista, no sentido de garantir meios para exercer o trabalho. Podemos observar a função de cada uma delas no quadro 2,² que elaboramos. Essa simultaneidade de atribuições é a que a faz tão complexa e genial.

Desde a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, as instituições com fins lucrativos estavam abarcadas na mesma legislação associativa. Assim, quando da criação da Sociedade Cooperativa de Nova Petrópolis (1902) e da El Progreso Agrícola de Pigüé (1898), pioneiras no Brasil e na Argentina, respectivamente, foram regradas pelos postulados legais do associativismo.

Sabemos que se pode praticar a cooperação sem a instituição necessariamente se configurar como uma cooperativa, podendo ser pontual essa cooperação para um determinado fim. Dessa maneira, a cooperação entre as pessoas sempre existiu. No entanto, não é disso que se trata quando falamos das cooperativas do RS e de Bs As aqui estudadas. Assim, se faz necessário diferenciar as cooperativas de qualquer outra forma de cooperação do senso comum, entendendo-a como parte de um movimento, o qual possui uma doutrina, estabelecida pelos seus princípios e valores. Ela tem como eixo norteador a crítica ao capitalismo, o combate a algumas características do liberalismo e a busca pela justiça.

² Separamos no quadro as associações trabalhistas das mutuais por uma simples escolha didática. Todas as modalidades podem apresentar, em alguma medida, participação política, mas destacamos aqui as de trabalho. A ideia é marcar as pequenas nuances (ou o foco de concentração) na finalidade de cada uma, pois as sociedades de socorro mútuo são diversas, baseadas na assistência, assim como as corporações trabalhistas que datam desde a Idade Média. No século XIX, teremos também associações mutuais étnicas, formadas por imigrantes cujo objetivo cultural identitário também está presente.

Quadro 2 - Elementos comparativos entre associações e cooperativas

Associação Mutualista	Associações de Trabalho	Cooperativas
Tem por objetivo a ajuda mútua para assegurar aos seus associados: a) seguro de enfermidades e contra a invalidez por enfermidade crônica ou causada por acidentes de trabalho; b) assistência à saúde; c) aposentadoria.	Tem por objetivo a ajuda mútua para garantir os direitos dos trabalhadores e pode oferecer serviços de assistência ao trabalhador e sua família.	Tem por objetivo a ajuda mútua para assegurar aos seus associados ser também empresário e consumidor do empreendimento.
É diversa na modalidade, podendo ser por ofício ou beneficente.	Pode ser organizada por ofício ou ramo de atividade.	É diversa na modalidade, podendo ser de consumo, produção ou crédito.
O capital da sociedade é adquirido mediante quotas periódicas, ou pela assumida responsabilidade dos sócios com o socorro mútuo à instituição, sem interesse material.	Geralmente, o capital da sociedade é adquirido mediante quotas periódicas, sem interesse material.	Geralmente, o capital é formado pelo socorro mútuo, assumida a responsabilidade dos sócios com a instituição, ou pela aquisição de ações.
A sociedade possui um fundo de reserva para ser utilizado na própria instituição e no socorro dos sócios.	A sociedade possui um fundo de reserva para ser utilizado na própria instituição e no socorro dos sócios.	A sociedade possui um fundo de reserva, cujo valor líquido pode ser dividido entre os associados, sem exceder a uma determinada percentagem.
Finalidade sociocultural	Finalidade sociopolítica	Finalidade socioeconômica

Fonte: Elaborada pela autora.

Concordamos com o especialista argentino Dante Cracogna (1968, p. 16), sobre o cooperativismo ser uma doutrina, com história e princípios, sendo conceituado como

associação-empresa que se esforça economicamente para cobrir as necessidades financeiras e sociais de seus membros. As cooperativas são também um meio de intercâmbio cultural do associado com o seu próprio meio social, rural ou urbano, lugar passível de transformações e onde pode ocorrer a manutenção da doutrina cooperativa. No espaço onde as cooperativas estão inseridas, elas possuem a finalidade de melhorar socialmente, culturalmente o processo de transformação desta sociedade. Assim, a finalidade de uma cooperativa é não só econômica, mas também social, por isso o termo *associação-empresa*.

Essa simultaneamente de funções está intimamente ligada às condições socioeconômicas (regionais e de classe social) nas quais a cooperativa está inserida, podendo reproduzir no seu interior as desigualdades sociais e as próprias contradições da sociedade. Concordamos com Laura Duarte (2006, p. 15) ao afirmar que,

[...] de uma maneira geral, o cooperativismo apresenta-se com duas características básicas e, de certa maneira, contraditórias. A primeira engloba o desempenho econômico e relaciona-se aos aspectos organizacionais e empresariais das unidades cooperativas. A segunda diz respeito à função de legitimação e a formas específicas, por meio das quais busca salvaguardar uma unidade de interesses e representações de seus associados. Tanto uma quanto a outra estão relacionadas aos elementos que caracterizam os movimentos sociais: a organização e a ideologia.

Domingo Bórea (1917, p. 7), economista argentino, buscava, à época da década de 1920, o que diferencia o associativismo do cooperativismo. Para ele, o que as distingue institucionalmente é a responsabilidade ilimitada e solidária, para as associações, enquanto que as cooperativas teriam a responsabilidade limitada. Assim, o capital forma-se, em geral, por ações, das quais os sócios gozam dos dividendos. No entanto, podemos encontrar cooperativas com responsabilidade ilimitadas desde o início do século XIX, como, por exemplo, as caixas rurais de Friedrich Raiffeisen e a cooperativa que se formou no RS.

Sobre as benfeitorias do cooperativismo, outro especialista argentino escrevia em 1919, Mujica Farias procurou esclarecer que essas instituições existem para todas as classes sociais. O autor acredita que as desavenças entre as classes são diluídas se apoiadas nas benfeitorias ou vantagens que os sujeitos teriam de ser cooperados. Dessa forma, os membros associados, mesmo que pertencentes de diferentes classes sociais, tornar-se-iam companheiros. Nesse sentido, Farias (1919, p. 346) citou como exemplo as experiências do cooperativismo agrário na Bélgica, cujos princípios são predominantemente pautados na solidariedade e na moralidade cristã.

Las cooperativas difunden en las regiones donde actúan, el sentimiento de la mutualidad: afianzan la acción solidaria de sus miembros, establecen la reciprocidad de infinidad de maneras, propenden al seguro común, tienden a la organización de propósitos en instituciones similares, procuran que en las regiones donde actúan exista una legislación uniforme de trabajo y excluyen de su seno la política.

Para o autor, o cooperativismo é capaz de satisfazer os anseios de diferentes grupos sociais. Farias, Inspirado nas palavras de Hurtado (apud FARIAS, 1919, p. 347), afirma que:

[...] a los economistas, porque supone el ahorro; a los individualistas, porque es obra de la libertad; a los socialistas, porque los conduce a la organización; a los tradicionalistas, porque sanciona el espíritu cooperativo; a los revolucionarios, porque produce la transformación; a los políticos, porque es garantía de paz; a los ricos, porque sostiene el mantenimiento de la propiedad; a los pobres, porque les da un medio seguro de alivio inmediato y de redención al cabo de alguna perseverancia.

O associativismo tem sido defendido desde sua forma mais ampla a qual inclui partidos políticos, sindicatos e cooperativas, até as delimitações jurídicas, conforme a especificidade de cada organização. Esclarecemos que as cooperativas aqui estudadas não nasceram como associações mutualistas, seus iniciadores desejaram ser uma cooperativa e, assim, as definiram em seus estatutos. A confusão se estabelece devido à falta de leis cooperativas e a própria constituição conceitual do que é ser uma cooperativa, nesses países e mundialmente à época.

No Brasil e na Argentina, o entendimento sobre o cooperativismo foi discutido por diferentes sujeitos: agentes políticos, engenheiros agrônomos e intelectuais socialistas. Tanto a Sociedade Cooperativa de Nova Petrópolis quanto a El Progreso Agrícola de Pigüé receberam críticas quanto ao seu funcionamento, classificando-as como mutualistas, principalmente essa última. Essas críticas e suas fundamentações influenciaram na leitura que se faz hoje do que é e pode ser considerada uma cooperativa no passado, mesmo que isso implique carregar conceitos e definições consolidadas no presente para o passado, sem a história daqueles contextos de onde se originou a cooperativa.

Destacamos as observações feitas por Juan Bernardo Justo, médico, intelectual e socialista argentino, quando teceu críticas, no início do século XX, sobre a definição de *cooperativa*, a conhecer a primeira cooperativa de crédito do Brasil, a Sociedade Cooperativa de Nova Petrópolis. Esse seu posicionamento foi analisado por Fábio Luz Filho (1935), agrônomo e um dos pioneiros da difusão da doutrina cooperativa no Brasil. Essa cooperativa popularizou-se e logo teve filiais, servindo de modelo para a criação de outras

mais na região de imigração alemã, no Rio Grande do Sul (conforme veremos no capítulo 4). Luz Filho afirma que Justo entendia uma cooperativa a partir de esforços coletivos desde a produção até a comercialização. Nesse sentido, as cooperativas gaúchas, para ele, apenas organizavam o dinheiro, em uma relação de troca, sem precisar, necessariamente, de uma estrutura para isso.

Em nossa perspectiva, mesmo que Justo reconhecesse alguma contribuição das caixas rurais rio-grandenses, como o aumento da descentralização do poder bancário e o empréstimo de dinheiro ao pequeno produtor, ao comerciante e aos artesãos; a falta de uma estrutura física que promovesse artigos de consumo ou de trabalho lhe incomodava. O líder socialista e motivador de cooperativas de consumo na Argentina parecia referir-se e estar balizando sua crítica desde o modelo inglês dos Pioneiros de Rochdale. Essa cooperativa de consumo, *Rochdale Society of Equitables Pioneers*, criada em 1844 por industriários, estava alicerçada no humanismo e na solidariedade (conforme veremos em seus princípios mais adiante), inaugurando um armazém para os negócios cooperativos.³ Com essa ideia em mente, Justo via a cooperativa de crédito gaúcha atuando em complementaridade, como um recurso. De acordo com Adhemar Silva Jr. (2004, p. 414),

[...] o cooperativismo [para Justo] não seria apenas um “recurso complementario de carácter circunstancial “cuya legitimidad fincaría en prácticas que lo trascienden”, mas o foco de articulação de concepções que até 1909 seriam tratadas de forma autônoma, dispondo tanto sobre a coletivização possível dentro do capitalismo, quanto sobre a forma de catalisar apoio dos setores progressistas do país. O pensamento socialista argentino ainda desenvolveu uma reflexão sobre a distinção entre as “mutualidades autênticas” e as “pseudo-mutualidades”, este último grupo a incluir os Círculos Católicos de Obreros, as empresas médicas, caixas de empresa e mutuais de estrangeiros, as últimas por fazerem restrições ao ingresso e as penúltimas por não permitirem o controle dos associados.

Conforme o estudo de Carlos Rodriguez Braun (2000), Justo sofreu influências de cooperativas e de mutuais diversas, pois estudou na Suíça e na Áustria e teve oportunidade de viajar para os Estados Unidos e a Europa. Participou de reuniões socialistas em Copenhague e assumiu uma postura socialista moderada. Ele foi uma referência mutualista e cooperativista, incentivando a criação dessas instituições, e participando ativamente como fundador, em 1898, da *Sociedad Obrera de Socorros Mutuos* e, em 1905, da maior cooperativa de consumo da Argentina, a *El Hogar Obrero*. Justo apreciou a experiência dos

³ Para aplicabilidade deste armazém, os sócios organizaram os notórios princípios: adesão livre; controle; democrático; retorno dos excedentes em proporção às operações; taxa limitada de juros ao capital social; neutralidade política, religiosa, etc.

belgas e alemães e advogava por um coletivismo possível dentro do capitalismo. Rodríguez Braun (2000, p. 18) salienta que,

Justo, aunque no ignoraba las habituales dificultades competitivas de tales instituciones, defendía emocionado a las cooperativas “frente a la cooperación forzada que le impone la dirección capitalista...es ante todo uno de los métodos de la emancipación obrera, una de las modalidades de la moderna lucha de clases...la cooperación libre es el progreso técnico económico elevado en el pueblo a la categoría de sentimiento, de pasión”.

Sobre críticas na prática da cooperação, não foi diferente na cooperativa. Identificamos, no texto de Bórea (1917, p. 65-66), argumentos em defesa da definição de cooperativa para *El Progreso Agrícola*. O fato dela estar ligada, primeiramente, a oferecer seguro agrícola, a tornava como uma novidade no ramo, e em um primeiro contato o enquadramento que se deu a essa cooperativa foi naquilo que se entendia como finalidade mutualista. Ou seja, o fato de ser uma cooperativa especializada em seguros foi visto com desconfiança. Teria a *El Progreso Agrícola* caráter cooperativo? Essa discussão e a própria história da cooperativa levou-nos a formular algumas questões: o que precisa para ser uma cooperativa? Para nós, a cooperativa de Pigüé nasceu da ajuda mútua, respondendo a necessidade do seu tempo, que era o seguro e o crédito, como vimos nos exemplos alemães já citados no capítulo anterior e voltaremos a discutir a sua prática no capítulo 5 desta tese.

Mesmo com a divergência de concepção associativa, voltamos ao problema jurídico, uma vez que a falta de legislação e definição estabelecidas foi uma realidade nos dois países aqui em estudo. O que temos nos anos finais do século XIX e início do XX foram instituições cooperativas híbridas: mutuals que exerceram atividades cooperativas; cooperativas que exerceram algum elemento de associações mútuas, ao lado da atuação daquelas cooperativas que se dedicaram, exclusivamente, a ser de fins econômicos reconhecidos como de produção e consumo. Havia aquelas que procuraram ser forjadas como cooperativas e que foram se transformando e se constituindo como tal, na medida em que o exercício associativo se fazia presente. Em alguma medida, as instituições híbridas inclinaram-se mais para uma finalidade do que para outra, dependendo do seu contexto e necessidade do grupo.

Por isso, atentar às circunstâncias locais e nacionais de cada cooperativa é fundamental para se tecer análises das instituições. Principalmente, quando se trata de América-Latina, em que as conjunturas políticas e econômicas se diferenciam, sobremaneira, daquelas europeias, nas quais o cooperativismo desenvolveu-se. Nem as ideias mutualistas, nem as cooperativistas vieram tal qual se desenvolveram na Europa. A

ressignificação de velhos saberes e tradições transportados pelos imigrantes, de uma situação para outra, não quer dizer que tenha sido uma simples transposição de formas de organização, do Velho Mundo para o Novo.

Ao estudar movimentos sociais na América Latina consideramos essas diferenças históricas, conforme nos alerta Maria da Glória Gohn (1997, p.227-240). Algumas referências podem ser tomadas como realidades latinas como: o passado colonial e sua economia baseada na escravidão africana e/ou servidão indígena; um processo industrial tardio e de forma dependente, atrelada à economia agroexportadora; à configuração do Estado nacional, como resultado de lutas internas e intensas, em que a maioria delas teve a elite oligárquica defendendo e representando os interesses políticos e econômicos do Estado; dentre outros elementos em comum. Além disso, os regimes políticos latinos se configuraram a partir de alianças firmadas entre o clero católico tradicional e as oligarquias, pelo menos até 1930. Esse é o cenário que imigrantes europeus encontraram e iniciaram a prática cooperativa nessas condições. Tendo em vista as especificidades de cada país, veremos, a seguir, as relações entre as sociedades civis⁴ e o Estado, na Argentina e no Brasil, observando o início do cooperativismo nesses contextos.

Nas décadas de 1880-1890, houve uma intensificação do cooperativismo, na Europa e nos Estados Unidos, esse sistema passa a ser uma opção de reação às pressões do período, para sem-terras e proprietários desprovidos de bens líquidos. Com esses grupos, o cooperativismo veio a se transformar em um conjunto formativo, de doutrina e prática, pois, pelo intermédio em massa desse setor, a agricultura conseguiu reagir à longa fase de crise e depressão daquele período. (HOBBSAWM, 2011).

O consumidor foi a figura central eleita pelo cooperativismo, pois, a partir da identificação da livre concorrência como o elemento responsável pelas desigualdades econômico-sociais do capitalismo, era necessário pensar em como atingir e conquistá-lo. Dessa maneira, a união de esforços se faz também com o consumidor.

No Brasil e na Argentina, as últimas décadas do século XIX correspondem ao crescimento associativo e à difusão do cooperativismo por agentes diversos. A El Progreso Agrícola e a Sociedade Cooperativa de Nova Petrópolis foram forjadas nesse contexto de expansão da atuação da sociedade civil. A sociedade civil não se faz somente em contraposição ao Estado, essa ideia foi estabelecida na dicotomia entre a esfera política de poder e a esfera não política. Essa contraposição se deu no início da sociedade burguesa, como consequência natural de diferenciação “entre os que se ocupam da ‘riqueza das

⁴ Usamos para as cooperativas essa expressão *sociedade civil e ação coletiva*, como forma *sui generis* do próprio movimento cooperativo. Dentre as acepções apresentadas por Norberto Bobbio (1987), ficamos com aquela em que se admite a sociedade civil como um conjunto de relações não reguladas pelo Estado.

nações' e os que se ocupam das instituições públicas". (BOBBIO, 1987, p. 51). Elas também são espaços de lutas por manutenção ou emancipação do poder político e das relações de dominação, socioeconômicas.

Há uma concordância entre os autores consultados, da necessidade de novas interpretações, da busca por hipóteses mais complexas, para além da relação entre o fenômeno associativo e o desenvolvimento econômico ou da sua relação com o Estado. De acordo com Ronaldo pereira de Jesus (2007, p. 152),

a noção de reciprocidade e a percepção das associações como espaços de manifestação de solidariedades horizontais, em contraposição à ideologia que preconizava relações verticalizadas, entre o século XIX e o século XX, constitui uma alternativa importante introduzida na abordagem do fenômeno associativo.

No contexto brasileiro, o liberalismo esteve perfeitamente compatível com a prática política oligárquica, de controle político econômico e mandonismo local. "O arcabouço institucional das oligarquias agrárias não ameaçavam o empresariado, permitindo-lhe, inclusive, um desenvolvimento razoável". (GOMES, 2014, p. 65). Nesse sentido, do cooperativismo foi inserido na prática sindical, na primeira década do século XX. O empenho empresarial desse segmento com projetos de Governo teve respaldo nas próprias associações cooperativas. Como Angela de Castro e Gomes (2014, p.59-68) salienta, a burguesia brasileira, até certa medida, conseguia beneficiar-se desse projeto político, ao mesmo tempo que praticamente se formava à época e se apresentava fragilizada para sustentar um projeto político antioligárquico.⁵

O associativismo e as suas diferentes reações à política, aplicadas pelo Governo brasileiro, tiveram um crescimento gradual e lento. Segundo Gomes (1994, p. 42), a capital federal viveu intensos conflitos com a atuação dos movimentos sociais espontâneos e policlassistas nas primeiras décadas do século XX. Cláudio Batalha (2003, p. 174) ressalta que diante daquele cenário, sustentado pelo positivismo, "cooperativistas e toda uma série de manifestações do sindicalismo reformista", buscaram como primeira medida a obtenção de direitos sociais. Os direitos políticos aliados aos direitos sociais foram propostos pelos movimentos organizados por socialistas, anarquistas e setores mais politizados da sociedade. Nas regiões que receberam emigrados europeus, a organização coletiva foi um pouco mais difícil, pelos dissensos étnicos existentes, entre outros fatores. Segundo o mesmo autor, a perspectiva do imigrante de enriquecer e voltar para seu país de origem,

⁵ Angela Gomes (2014) está preocupada em mostrar que a burguesia urbana não foi apolítica ou submissa na Primeira República, e trouxe em seu trabalho uma série de exemplos de práticas políticas. O enfrentamento da questão social foi mediante a organização de associações trabalhistas, cuja participação, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, incidiram na legislação social de proteção ao trabalho.

reforçava o isolamento e a rejeição da ideia de organização classista, porém é pouco provável que tal pensamento tenha perdurado por muito tempo.

Na Argentina, a concentração do poder nas mãos das oligarquias não foi diferente. Controlavam verticalmente o mercado de trabalho, a economia, assim como a política. A partir de 1880, o Estado nacional cresceu ampliando serviços públicos e criando estruturas administrativas mais complexas. No entanto, a sociedade também tornara-se mais complexa, pelo grande contingente de imigrantes europeus (51% do total da população era estrangeira, registrado no censo de 1914), e pelos novos atores que se redefiniam na transição de ascensão social. Essas mudanças foram mais visíveis na cidade. O movimento trabalhista iniciado aos fins do século XIX teve na primeira década do século XX a forte expressão anarquista, seguida de socialistas e comunistas. A reconfiguração de identidade dos setores populares foram alentados pela própria transformação da estrutura das cidades. (CATARUZZA, 2009).

As reivindicações dos trabalhadores eram, sem dúvidas, por melhores salários e condições de trabalho, redução das jornadas de trabalho, no campo e na cidade, considerando as suas especificidades. Porém, nas zonas dedicadas à agroexportação, as reivindicações eram também por reconhecimento das organizações trabalhistas. Os conflitos sociais foram enfrentamentos diretos com o patronato, construindo uma “identidade de classe trabalhadora entre os chacareiros, peões e trabalhadores rurais contra os grandes proprietários de terras, contratantes e arrendatários”. (CATARUZZA, 2009, p. 94). O conflito de 1912 ficou conhecido como Grito de Alcorta,⁶ e a Federação Agrária Argentina foi forjada a partir deste movimento e se consolidou como um ator importante nessa disputa.

As manifestações rurais encontraram apoio nos sindicatos urbanos, buscando estender a sindicalização para o campo. As cidades mais populosas e com maior concentração produtiva, de transporte e comércio, Buenos Aires e Rosário, viveram as maiores agitações urbanas e conflitos entre trabalhadores assalariados e o patronato no período de 1917-1921.

Esses breves apontamentos sobre as estratégias coletivas de reivindicações sociais é para que possamos pesar a criação e a participação do cooperativismo à época. Contudo, a relação do movimento cooperativo com o Estado e a atuação das cooperativas com as políticas estatais não foram da mesma maneira que o movimento associativo tradicional. Em tese, o movimento social cooperativo se declara contra o capitalismo e o liberalismo, no

⁶ O Grito de Alcorta ocorreu inicialmente na localidade de Alcorta (Santa Fé), mas estendeu-se até as Províncias de Córdoba e Buenos Aires, gerando uma grande agitação no meio rural. Algumas lideranças conseguiram mobilizar um grande número de trabalhadores que se tornaram agremiados e formaram um grande coletivo participativo. Durante esta manifestação social foi fundada, na cidade de Rosário, a *Federación Agraria Argentina* no ano de 1912, com o propósito de defender os interesses dos pequenos agricultores. (ALONSO, 2004, p. 76)

entanto, isso não se dá em confronto com o Estado.⁷ Ainda que possamos encontrar práticas locais e regionais, de cooperativas ou de federações, envolvidas nos conflitos trabalhistas e de reivindicações, a lógica do movimento é unir esforços para existir e atuar dentro da lógica de mercado e em harmonia social.

Os questionamentos doutrinários da prática associativa da cooperativa emergiram mais tarde, já na segunda metade da década de 1920, isto é, voltada para os interesses sociais dos seus associados, procurando responder às perguntas: O que mais a cooperativa pode oferecer além do trabalho? Se oferecer outros serviços, ainda é uma cooperativa ou uma associação mutualista? É claro que diante da heterogeneidade do cooperativismo, os estudos de caso podem nos apontar estratégias, embates e caminhos tomados pelas unidades cooperativas que fugiram, em alguma medida, dessa afirmação.

No interior das cooperativas, os promotores à época buscavam solucionar os problemas sociais, dentro da lógica política estabelecida. Essa postura tem a ver com três elementos: neutralidade, reformismo e complementação, amplamente difundidos na forma dos princípios e valores sobre como a cooperativa deve atuar frente ao Estado, pela Aliança Cooperativa Internacional e pelos teóricos socialistas, como Charles Gide. Isso ficará mais claro até o final deste capítulo.

Gide foi um economista e teórico da doutrina cooperativa que defendia o humanismo, a solidariedade e a equidade, os quais formavam um conjunto de elementos fundamentais para a existência de uma cooperativa. Ele ganhou grande expressão a partir de sua sistematização dos princípios de Rochdale e sua difusão por meio de congressos e conferências. Não podemos deixar de falar nesse momento, embora voltaremos a ele mais adiante, como Gide conceituou a solidariedade. Embora pareça estar limitado à moralidade, concordamos com a interpretação do especialista em cooperativismo Walmor Franke (1973). O pensamento de Gide, sem dúvidas, se configurava como uma moral, bem como colocava-se a serviço da utilidade e da justiça. Nas palavras de Franke (1973, p. 4):

Sem embargo desse aspecto do solidarismo gideano, cuja fundamentação parece limitar-se a considerações de moralidade e utilidade, o que, realmente, prevalece no âmago da doutrina de Gide é o pensamento de que a solidariedade, como fato social, só é criadora de uma ordem jurídica mais razoável e humana, quando fecundada, na sua atuação, por um ideal de *justiça*, concretizado no

⁷ A ideia do associativismo ser neutro, despolitizado, é fruto do século XIX. Ele serviria para agregar as pessoas em torno dos interesses comuns e não como uma organização de reivindicação do Poder Público. As associações funcionariam como escolas de conformação dos comportamentos sociais e da convivência democrática. As pessoas aprenderiam expressar suas opiniões e a ouvir, além de planejar e realizar ações de interesses em comum. (Ver mais em: TOCQUEVILLE, [1835]1993). Desta forma, os grandes conflitos não existiriam, pois os indivíduos seriam de segmentos próximos da sociedade, na origem social, étnica ou religiosa. A neutralidade política da associação foi aderida pelos Pioneiros Rochdale e em outras experiências cooperativas.

auxílio-mútuo que os homens se prestem voluntariamente ou, se preciso for, mediante coerção do Estado, em busca do bem comum. "Urge, portanto", diz Gide, "transformar a sociedade dos homens em uma sorte de grande sociedade de socorros mútuos em que a solidariedade natural, ratificada pela boa vontade de cada um, ou, na falta, pela coerção legal, se transformará na justiça pela qual cada indivíduo será chamado a tomar sua parte do fardo e também do lucro de outrem".

Em 1903, o jurista-filósofo Léon Duguit (apud FRANKE, 1973, p. 5) também afirmava que, ao lado do sentimento de solidariedade estava o sentimento de justiça, fator que causa estranhamento, agora e naquela época, por remeter imediatamente à ideia de direito natural, ao se normatizar ou criar exigências para a solidariedade social. Mesmo que se considere a solidariedade um conceito vago que nos sugere um compromisso moral, sua apropriação pelos cooperativistas tem sido matéria de controvérsias. Contudo, certamente, há um consenso em se dizer que (FRANKE, 1973, p. 6, grifo da autora):

O solidarismo cooperativista acha-se vinculado, por igual, à concretização de um ideal superior de justiça, inspirador do direito positivo, e que no plano da ordem cooperativa se traduz no respeito à pessoa humana, na abolição do lucro capitalista, na remuneração de cada qual na proporção do trabalho realizado, no reconhecimento do valor da propriedade, no amor à liberdade, tudo, evidentemente, dentro da moldura de um regime de responsabilidade e auxílio mútuo, executado sob o lema: "Um por todos e todos por um".

A solidariedade de Gide visa à união de esforços coletivos para reagir a alguns elementos do capitalismo, desenvolvendo outros elementos para inserção no sistema. A evolução empresarial do cooperativismo desde os seus primórdios trouxe para o interior do movimento elementos contraditórios. Afinal, os associados cooperativos poderiam ser mais ativos na demanda social, sendo eles próprios donos da empresa? Desse modo, vistos como empresários e classe em ascensão, podemos concordar com a tese de Gomes (2014) e Cataruzza (2009) ao afirmarem que esses grupos viram vantagens e conseguiram se inserir socialmente diante do Governo centralizador.

A afirmação abaixo de Lattuada et al (2011, p. 6) também corrobora com nosso pensamento. Embora ele esteja analisando três casos de cooperativas agropecuárias na contemporaneidade argentina, as incoerências entre a prática real e as normas "originais" aparecem para nós desde a concepção das cooperativas aqui estudadas constituindo-se em seus princípios a partir da prática.

Es decir, dentro del cooperativismo encontramos formas organizativas que difieren en las relaciones de sus elementos constituyentes, aunque pueden tratarse como si formaran parte de un gran conjunto o "familia institucional". Si bien todas estas formas de

organización cooperativa permiten, en una etapa intermedia, la convivencia de normas y prácticas distintas o incluso contradictorias, se llega a un punto de inflexión donde sólo caben dos alternativas de desarrollo institucional: regresar a una situación en la que se dé una mayor coherencia entre las prácticas cooperativas reales y sus normas originales, o modificar drásticamente los principios fundacionales para posibilitar que las cooperativas funcionen como empresas administradoras de capital en sentido estricto.

3.1 Reconhecimento Jurídico e Definição das Cooperativas no Brasil e na Argentina

Por muito tempo, as cooperativas foram (e ainda são, a partir do entendimento do senso comum) confundidas com as associações de trabalho produtivas e comerciais ou com as de socorro mútuo. Embora a gênese de uma cooperativa é ser também uma associação, uma associação produtiva nem sempre é uma cooperativa. Elas são de naturezas diferentes e cada uma possui uma finalidade, além de, atualmente, possuírem uma legislação própria para seu funcionamento.

O cooperativismo chegou ao Brasil e à Argentina no século XIX com os imigrantes europeus. Caracteriza-se como uma imigração centralizada, organizada e subsidiada pelo Estado, respondendo aos ideários civilizacionais da época, como vimos no capítulo 2 desta tese. A prática cooperativa esteve ligada aos problemas de abastecimento, provocados pelo crescimento dos centros urbanos e industriais e pela necessidade de escoamento dos produtos agrícolas. Não há consenso entre os autores sobre o início do movimento cooperativo no país, para alguns, começou com pequenos grupos de idealistas e intelectuais; para outros, com os imigrantes.

Assim, não há como negar a participação e iniciativa do associativismo dos grupo de imigrantes, um exemplo de associação cooperativa antes do período de intensificação da imigração foi o da *Colônia Agrícola Tereza Cristina*. Essa colônia foi fundada em 1847, no Paraná, pelo imigrante francês Jean Maurice Faivre. Arlindo Aparecido Madoenho (2011) nos conta que ela recebeu esse nome em homenagem a Imperatriz Tereza Cristina.⁸

⁸ “Aproveitando as terras férteis às margens do Ivaí e de clima favorável ao desenvolvimento da agricultura, investem nas plantações de fumo, arroz, cana-de-açúcar, algodão café, milho e outros. No segmento industrial e aproveitando-se dos recursos naturais, constroem olarias, serrarias, moinhos, alambiques para fabricação de aguardente e rapadura. Buscavam comercializar o excedente da produção com outros povoados, como Ponta-Grossa e Guarapuava. Pelos princípios nos quais foram fundados, este empreendimento é reconhecido como o início do cooperativismo brasileiro, considerando o ano de 1847 como marco do movimento no país. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre inaugurou a Colônia Agrícola Tereza Cristina, com inspiração nos ideais humanistas, junto com outros colonos europeus no Paraná. O movimento serviu de referência para as experiências futuras”. (MADOENHO, 2011). A experiência é muito interessante, no entanto,

Conforme Roque Lauschner e Martinho Lens (1969, p. 171-172), outras experiências ocorreram no século XIX: em São Paulo, a *Associação Cooperativista dos Empregados da Companhia Telefônica*, Limeira (1891); em Pernambuco, foi criada a *Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe* (1895). Já no século XX, em 1902, no Rio Grande do Sul, houve a criação da cooperativa de crédito também conhecida como *Caixa de Empréstimo e Economia Amstad*. Desde então, o cooperativismo teve um crescimento vertiginoso até 1911-1914, impulsionado por engenheiros agrônomos e agentes do Estado.

Até 1903, as cooperativas no Brasil estavam sob a égide do associativismo mutual, conforme a Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860 e o Decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860. Considera-se uma associação um grupo de pessoas que se reúnem com uma finalidade em comum, organizam-se para defender os interesses privados dos seus sócios: civis, religiosos, políticos, étnicos, etc. Dessa maneira, diferentes tipos de associações foram descritas no Brasil e na Argentina, desde a segunda metade do século XIX, incluindo as sociedades com fins lucrativos como, por exemplo, as seguradoras e cooperativas, as caixas previdenciárias e as montepio.⁹

Sobre o associativismo no século XIX, destacamos aqueles trabalhos que têm demonstrado as estratégias de sobrevivência da própria sociedade civil, em busca de amparo e proteção social, mediante a ajuda mútua e a cooperação. A legislação permitia a auto-organização e a não intervenção do Estado, no entanto, para o cooperativismo, o que se percebe na prática é uma participação estatal bem presente, fomentando a cooperação entre os grandes proprietários, inclusive.

Cláudia Viscardi (2008, p. 120; 131) aponta que o próprio Império brasileiro teve dificuldades em nomear as associações pelo seu tipo: *beneficentes*, *filantrópicas* ou de *socorro-mútuo*. As sociedades se autodenominavam e, quando chegava na hora do registro nas autoridades competentes, a dúvida dos agentes se instalava na categorização dessas instituições. Nesse sentido, muitas vezes, as autoridades registravam o tipo em desacordo com aquele que constava no estatuto da associação, demonstrando, inclusive, desrespeito ao próprio entendimento que os membros associativos tinham da sua instituição.

Esses termos ainda hoje não são diferenciados claramente, considerando que podemos encontrar a heterogeneidade das associações em suas práticas. Assim, podemos dizer que, as associações compunham categorias fluidas que causam e causaram

poucas referências foram encontradas sobre esta experiência cooperativa. Há uma inspiração de sociedade associativa, humanista e da criação de uma colônia, a prática parece se vincular às ideias propagadas por Saint-Simon, Fourier e Owen. Por isso, usamos o termo de associações híbridas anteriormente.

⁹ Somente no Código Civil, Lei n. 10. 406, de 10 de janeiro de 2002, há definição e diferenciação de categorias de pessoas jurídicas, de direito privado (associações, fundações e sociedades civis). Assim, as associações passam a ser entendidas (art. 53) pela união livre de pessoas em torno de uma finalidade não econômica e sem fins lucrativos.

discussões. Ainda que, a legislação da época traçasse diferenças entre as sociedades, sobretudo no serviço que poderiam prestar,¹⁰ Viscardi (2008, p. 121) destaca que a diferenciação entre montepios e socorro mútuo é mais fácil de ser estabelecida.

Os montepios eram organizações de mercado e obedeciam a valores estritamente econômicos. Já as associações de socorro mútuo, ou beneficentes, compartilhavam de valores extra-econômicos, pois não limitavam sua ação às regras de mercado. Por serem organizações da sociedade civil, primavam pela preocupação em oferecer socorro aos necessitados, que podiam ou não ser seus sócios.

Segundo Tânia de Luca (1990, p. 14), a legislação foi inspirada na similar francesa, em meados de 1850 (Lei de 15 de julho de 1850 e no Decreto de 26 de março de 1852): “as disposições relativas aos objetivos das mutuais, à necessidade de autorização governamental prévia e às vantagens oferecidas às entidades que se submetessem aos desígnios legais eram literalmente idênticas”. A autora evidencia que, pelo menos até a década de 1880, a representatividade em sociedades de socorro mútuo de São Paulo era pequena, assim como as de beneficência.

O período de maior crescimento deflagra-se na década de 1890, com o advento da República e a abolição da escravatura, o número de sociedades crescia rápido, conforme o processo de industrialização despontava. Além disso, o novo Decreto n. 173, de 10 de setembro de 1893, permitia às sociedades de auxílio mútuo adquirir pessoa jurídica, mediante apresentação dos seus estatutos nas autoridades competente e publicação no Diário Oficial do Estado.¹¹

O trabalho de Adhemar Lourenço da Silva Jr. (2004) refere-se a essas diferentes formas de organização coletiva mutualista. O objetivo do autor foi de analisar o autogoverno e as estratégias de socorro mútuo interno, também, de identificar se essas associações “puderam” tecer estratégias para implementação de suas reivindicações no espaço público. Centrada no estado do Rio Grande do Sul, a pesquisa dele merece atenção pelo retrato que buscou fazer das associações existentes no estado (entre 1854-1940), sem perder de vista

¹⁰Viscardi teceu algumas diferenciações a partir da análise de estatutos de sociedades diversas e mostra que, por vezes, até os próprios fundadores das sociedades tinham dúvidas quanto à sua natureza. (VISCARDI, 2008).

¹¹Tânia de Luca (1990), ao analisar mais de uma centena de estatutos de associações, com diferentes finalidades e objetivos, em São Paulo, mostrou a diversidade dessas instituições, pois os documentos respondiam aos interesses e necessidades do grupo ao qual pertenciam. A autora evidenciou a fragilidade da tese que sustentava as associações mutuais como uma fase precedente dos sindicatos operários. Para ela, as associações não deram origem e nem foram confundidas com os sindicatos. Mostra como essas associações cresceram entre os trabalhadores urbanos das cidades de São Paulo e Santos e coexistiram com os sindicatos do final do século XIX até meados da década de 1920.

as comparações com experiências internacionais. A fragilidade do controle do Estado para com o associativismo foi registrado por Silva Jr. (2004, p. 52).

Não se pode dizer que o Estado brasileiro primou pelo cuidado com o registro estatístico das sociedades de socorros mútuos. Na prática, consta que eram as províncias/estados que notificavam o governo nacional sobre a existência de entidades em seu território, o que levaria à inexistência de um único critério de registro nacional. A busca pela precisão dos números foi quase infrutífera, pois o critério de sua organização variou ao longo do período de estudo: como ora aparecem como “sociedades beneficentes” (incluindo, portanto, aquelas que prestavam socorros a terceiros, com o caráter benemerente), ora na rubrica “previdência e assistência social” (incluindo, às vezes, os organismos da previdência estatal) ou ainda como “sociedades mutuárias”, é possível apenas estimar, se não o desenvolvimento do mutualismo, pelo menos a percentagem relativa de sua distribuição ao longo do território nacional. Com isso, penso a dispersão das entidades aqui trazidas mais como um conjunto de retratos – melhor comparáveis quando simultâneos – do que registros do desenvolvimento de um fenômeno.

O que nos chama atenção no trabalho do autor são os questionamentos levantados quanto à definição de uma mutual. Aquelas consideradas autênticas pela historiografia seriam as que tiveram como princípios a liberdade religiosa e étnica, definição com a qual ele discorda. O autor alerta sobre a rígida distinção entre as associações étnicas e as de trabalhadores, a qual exclui a possibilidade de estudos e compreensão da complexidade das associações mutuals. Isso quer dizer que, em grande medida, os estudos que dão conta de associações étnicas discutem a construção de identidade cultural étnica e a autoproteção.

Nesse trabalho, optamos por não pensar nas instituições cooperativas, entendidas como associação-empresa, a partir da identidade étnica ou como um instrumento de autodefesa das populações imigrantes. Mesmo que elas tenham sido fundadas por imigrantes, alemães e franceses, e que a consciência étnica tenha sido impulsionada pela afirmação cultural. Concordamos com Silva Jr. (1999; 2004) que pouco se explora e se sabe (ainda) das associações étnicas de trabalhadores, pois são ignoradas ou não lidas como organização de trabalhadores. O mesmo ocorre com as análises sobre o trabalhador rural não luso-brasileiro, especialmente, o pequeno proprietário de terra, tendo em vista a heterogeneidade de trabalhadores rurais, na perspectiva dos seus dramas, problemas, dilemas e estratégias de sobrevivência e inserção política, por intermédio da associação.¹²

¹²Sobre os estudos associativos que envolveram o perfil dos associados, ver os trabalhos de Sandra Fernández (2002; 2006).

Nesse sentido, procuramos desenvolver uma reflexão sobre o sujeito imigrante-trabalhador rural¹³ no espaço colonial e regional e suas necessidades de organização econômica e social, por meio do associativismo. Principalmente, nossa reflexão está voltada ao pequeno proprietário e produtor rural imigrante, sujeitos que desenvolveram esse associativismo empresarial, que são as cooperativas. As características desses sujeitos foram melhor exploradas a cada caso aqui estudado, nos capítulos 4 e 5 desta tese, nos quais percebemos a cooperativa aparecer e atuar como uma associação-empresa, simultaneamente, se inserindo economicamente.

As cooperativas do RS e de Bs As possuem em seus nomes o termo “sociedades mutuais”, a fim de serem reconhecidas e registradas em momentos que, não se tinha clareza jurídica do que era ou como deveria ser uma cooperativa. Foram se constituindo cooperativas em um processo que foi aos poucos se conformando com um público bem específico. Os associados eram majoritariamente lavradores, pequenos proprietários de terra e artesãos.

Quando da promulgação do Decreto nº 979 de 1903, no Brasil, a normatização do associativismo rural foi estabelecida de fato, pensando nas especificidades do meio, conforme lemos abaixo, em seus artigos 1 e 2 (BRASIL, 1903):

Art. 1º É facultado aos profissionais da agricultura e industrias ruraes de qualquer genero organizarem entre si syndicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses.
Art. 2º A organização desses syndicatos é livre de quaesquer restrições ou onus, bastando, para obterem os favores da lei, depositar no cartorio do Registro de hipotecas do districto respectivo, com a assignatura e rospnsabilidade dos administradores, dous exemplares dos estatutos, da acta, da installação e da lista dos socios, devendo o escrivão do Registro enviar duplicatas á Associação Commercial do Estado em que se organisarem os syndicatos.

Porém, o Decreto não facultou o incremento de cooperativas, ao mesmo tempo que não criou obstáculos para sua existência. No artigo 10, é o único lugar que as cooperativas

¹³Identificamos alguns esforços sobre associações de trabalhadores imigrantes, contudo são associações do espaço urbano, mas que nos ajudaram a refletir sobre o assunto. O trabalho de Beatriz Kuschnir (1996) que, ao investigar as associações que reuniam prostitutas judias no Rio de Janeiro, identificou que a associação serviu também para construir e manter uma identidade positiva do grupo, fundamentada na especificidade de serem judias. Patrícia Gomes Furlanetto (2008) nos informa sobre os membros de associações italianas em Ribeirão Preto/ SP, principalmente, comerciantes, artesãos, pequenos industriários, entre outros, que buscaram reconhecimento da sociedade local, por meio da prática associativa. Assim, a disputa pela participação representativa em reuniões, comissões dos diferentes segmentos sociais na colônia, era constante. Ainda que as sociedades estudadas pela autora se autodeclarassem apolíticas, demonstraram em suas ações, estratégias de inserções políticas. Como trabalhar na lavoura não era o objetivo de todo o imigrante europeu, a cidade na virada do XIX para o XX representava a autonomia de suas vidas, e para alcançá-la passava pelo exercício da coletividade e da solidariedade.

foram citadas, como modelos de consumo e de produção, cabendo ao sindicato organizá-las. Ou seja, o Decreto manteve juridicamente as cooperativas sob a lei das sociedades civis e anônimas de 1860 e não trouxe nenhuma especificação de modelos cooperativos. As caixas rurais de crédito agrícola, por exemplo, estavam sob a responsabilidade do sindicato rural, ou seja, um ano após a fundação da Sociedade Cooperativa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis, em 1902.

O Decreto n.1.637, de 1907, criou sociedades profissionais e cooperativas. Manteve a concepção sobre os sindicatos agrícolas, isto é, aqueles que tem por objeto a criação do gado ou a indústria pecuária. Sobre as cooperativas, o mérito do decreto foi ter inserido o cooperativismo, definindo legalmente as suas atribuições, ainda que a lei que regia essas instituições continuava a ser aquela das sociedades civis e anônimas. As cooperativas deveriam se registrar como *Sociedade cooperativa de responsabilidade limitada* ou *ilimitada*, conforme os seus atos. Transcrevemos abaixo, os art.10 e 11 (BRASIL, 1907).

As sociedades cooperativas, que poderão ser anonymas, em nome colectivo ou em comandita, são regidas pelas leis que regulam cada uma destas fórmulas de sociedade, com as modificações estatuídas na presente lei.

São característicos das sociedades cooperativas:

- a) a variabilidade do capital social;
- b) a não limitação do numero de sócios;
- c) a inaccessibilidade das acções, quotas ou partes a terceiros, estranhos á sociedade.

Uma definição ampla para pessoas jurídicas de direito privado, incluindo aquelas com fins lucrativos, sociedades civis; religiosas; morais; científicas ou literárias; associações de utilidade pública; as fundações e sociedades mercantis, encontramos na Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, o Código Civil do Brasil. Ainda assim, as cooperativas são mencionadas somente uma vez, na seção III do capítulo II, a qual se refere à autorização e registro das sociedades ou associações civis.

O atrelamento das cooperativas aos sindicatos foi pauta de discussão dos especialistas e agentes do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, fundado em 1906 (MAIC), como apontou Sônia Mendonça (2002, p, 30-31). De acordo com a autora, os pioneiros na difusão doutrinária do cooperativismo foram os agrônomos, que tinham como características, a formação na Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro e a ocupação em postos de destaque no Ministério da Agricultura.

De acordo com Leonice Aparecida Alves (2008, p. 78-82), a instituição mais importante à época, que atendia aos interesses agrários e fomentava o setor terciário, era a Sociedade Nacional Agrícola, fundada em 1897 (SNA). A associação organizou o primeiro Congresso Nacional de Agricultura em 20 de outubro de 1901, denunciando a crise da

lavoura por todo o país. A autora adverte que a SNA foi um poderoso instrumento de organização da elite agrária não-cafeeira, cujo lema era “conservar, ampliando e aumentando”. Essa afirmação pode indicar a manutenção da estrutura fundiária do país, do grande proprietário. Além disso, a associação teve um papel articulador que influenciou na legislação brasileira, principalmente, no que se refere à criação de sindicatos e cooperativas, em todo o território nacional. A SNA também desempenhou um papel importante na criação do MAIC, atuando como entidade consultiva. Vejamos (ALVES, 2008, p. 83),

A Sociedade Nacional de Agricultura constituiu-se então numa entidade que fazia às vezes de movimento político, de espaço para o debate e divulgação das ideias do ruralismo, além de implementar políticas públicas, acessando a pauta governamental.

Foi, nesse contexto, que o engenheiro agrônomo ganhou projeção, sendo considerado o profissional apto a modernizar o setor agrário e viabilizar os saberes necessários para modernização do setor. As cooperativas já eram vistas como instrumento de viabilização de acesso ao crédito, de novas técnicas e de transformação do setor para mais competitivo. (ALVES, 2008).

Os especialistas, detentores do saber técnico e que se dedicaram ao conhecimento doutrinário do cooperativismo, reconhecidos à época (e também contemporaneamente), foram responsáveis por instituir uma nova ordem social idealizada para o campo. Essa deveria estar balizada pelo cooperativismo e sindicalismo, cujas ideias estimuladoras era de colaboração entre as classes e a solidariedade. Estavam alinhados com a consultoria da SNA e a ação do MAIC. Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, José Saturnino de Britto e Fábio Luz Filho, na interpretação de Mendonça (2002, p. 30-35), foram os principais arautos desta nova concepção.¹⁴

Diante das crises na agricultura, das desigualdades da propriedade rural, da injustiça social no campo, dos efeitos nocivos do latifúndio e do intermediário comercial para os pequenos produtores, a criação de cooperativas justificava-se como ação transformadora e de superação das dificuldades. Para esses idealizadores, a associação dos indivíduos no campo poderia, inclusive, por um fim à instabilidade social no campo e no êxodo, criando novos hábitos de solidariedade e de pertencimento. O sindicato, em geral, foi entendido pelos engenheiros agrônomos como uma “associação de indivíduos empreendedores de uma determinada cultura ou indústria sem distinção de categorias”. Assim, essa modalidade associativa se esvazia de qualquer sentido político. (MENDONÇA, 2002, p. 32). Mesmo assim, criar sindicatos ou cooperativas foi um ponto divergente entre os especialistas.

¹⁴Sônia Mendonça (2002) traz em seu trabalho o posicionamento de cada um desses agrônomos-funcionários do Ministério da Agricultura e suas interpretações em relação ao cooperativismo /sindicalismo, no período de 1910-1945.

A sindicalização nacional e abrangente foi defendida por Custódio Raposo, sendo as cooperativas um setor econômico do sindicato e totalmente subordinado a ele. Para Luz Filho e Saturnino de Britto, o cooperativismo tinha uma essência própria, entendiam como emergente a criação de cooperativas de crédito agrícola, de modo a assegurar melhorias na agricultura e a viabilizar as demais cooperativas (de produção e consumo), harmonizando as desigualdades. Além disso, esses últimos defendiam a não tutela do sindicato, embora admitissem, a intermediação do Estado entre produtores rurais (pequenos, médios e grandes) e as suas relações com a propriedade rural, procurando conciliar interesses, que, por certo, nem sempre eram comuns. (MENDONÇA, 2002, p. 30-35).

Em relação às cooperativas de crédito, a década de 1920 foi a que mais deu atenção a essa modalidade. Plácido de Melo, líder cooperativista e católico engajado nas causas da Igreja, foi dirigente e atuante do Centro Católico¹⁵ (criado em 1910-1911), e mais tarde da Liga Eleitoral Católica (LUSTOSA, 1990, p. 143), criou no interior do estado do Rio de Janeiro, uma Caixa Rural Raiffeisen, no ano de 1908. Melo contribuiu para a propagação do cooperativismo apolítico, mediante conferências e publicações no Rio de Janeiro.

Mesmo com a discussão doutrinária, que cresceu a partir da década de 1920, o cooperativismo no Brasil seguia com as limitações jurídicas e a dualidade da vertente cooperativa/sindicato. Dessa forma, a cooperativa era concebida também como uma instituição desprovida do caráter político. No final da década, os especialistas doutrinários começaram a consolidar um entendimento sobre o que era uma cooperativa. Conforme lemos no trecho abaixo, do livro de José Saturnino de Britto *Um brado de defesa da cooperação* (1927, p. 5):

A Cooperativa é uma Sociedade commercial suigeneres de pessoas, não de capitães, isto é, o contrario exactamente da sociedade anonyma, que é de capitães, não de pessoas, sociedade com que o decreto 1.637, de 5 de Janeiro de 1907 confundio a cooperativa, e duma forma como nunca se vio em legislação alguma.

Saturnino de Britto, agrônomo que incentivou o cooperativismo no Brasil, e ainda mais intensamente nos anos de 1930 com suas publicações, considerava o cooperativismo um verdadeiro remédio contra a especulação capitalista. Para um bom funcionamento, era preciso afastar o cooperativismo da ideia do sindicato, a qual ele não aprovava, assim como das associações civis. Britto (1927, p. 6) teceu duras críticas à legislação brasileira, reconhecendo suas falhas aos princípios cooperativos e doutrinários, principalmente, a Lei 1.637, de 5 de janeiro de 1907, pois, atrelado ao sindicato, o cooperativismo brasileiro já nasceu distorcido.

¹⁵O Centro Católico deveria funcionar como um partido público a exemplo da Alemanha, em defesa dos interesses católicos.

Somente com a Lei nº 4.984, de 31 de dezembro de 1925, o Brasil passa a ter uma fiscalização que considerou as especificidades das cooperativas, pelo menos aquelas de crédito, conforme o texto abaixo, transcrito do original (BRASIL, 1925):

Art. 40. Não estão compreendidas no regimen do decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921, as cooperativas de credito que se organizarem nos termos do decreto n. 1.637, de 5 de janeiro do 1907, e obedecerem aos systemas Raiffeisen e Luzzatti: não sendo, por conseguinte, obrigadas á exigencia da expedição de cartas patentes e pagamento de quotas de fiscalizaçãõ, para a respectiva organizaçãõ e funcionamento. Paragrapho unico. Para gosarem de taes favores, estas cooperativas ficarãõ sujeitas, sem onus algum, á fiscalizaçãõ do Ministerio da Agricultura, que verificará si observam ellas as prescripções do decreto n. 4.637 citado e os fins para que foram fundadas.

Além, disso, no ano seguinte, as caixas rurais do tipo Raiffeisen e bancos Luzzatti passaram a ter regulamento próprio e fiscalização gratuita, conforme o Decreto nº 17.339, de 2 de junho de 1926. No art. 1º, o decreto revelou qual era o órgão responsável por regular e fiscalizar, gratuitamente, as cooperativas.

Paragrapho único. O Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas promoverá, nos meios agrícolas, a idéa e a pratica da organizaçãõ cooperativa, em ordem a se tornar o credito agricola factor decisivo do progresso econômico do paiz, e velará pela exacta applicaçãõ da lei, afim de evitar a deturpaçãõ ou a ruina dos institutos de credito cooperativo, verificando si estãõ devidamente organizados e si preenchem os fins a que se destinam, de modo que realizem, principalmente, obra de elevaçãõ social e moral. (BRASIL, 1926, grifo da autora).

Saturnino de Britto (1927, p. 5-6, grifos da autora) comemorou a nova legislação, citando teóricos da doutrina do cooperativismo, como se lê na seguinte passagem:

Felizmente para as Caixas-Raiffeissen e os bancos Luzzatti, cuja consagração é mundial dentro da fórmula a mais explícita, o decreto n. 17.339 de 2 de Julho de 1926, «aprovando o regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e funcionamento das Caixas- Raiffeisen e dos bancos-Luzatti», veio indubitavelmente sanar, por uma exceção, ou lei especial, o que é comum e mais próprio para cada espécie, o mal causado por aquelle decreto na parte concernente ás cooperativas em geral. Nem mesmo a regulamentação daquela lei poderia constitucionalmente sanar tamanho mal, contemporizando apenas os estágios da nossa legislação de adaptação duvidosa, até que se reformasse de vez a lei das cooperativas mais de acordo com a doutrina, o que depende só de Congresso, que poderá verificar veracidade do que pregamos, sem nunca mudar de atitude, nos seguintes autores: Charles Gide, Totomianz, Niccoli, Virgilli, Pietro Sibert, Giovanni Rota, Alfredo Ficarelli, Antonio Maffi, Felice Mangredi, Radaeli, Rabbeno, Luiz Durand, Arrigo Valentini, Bodio, Pizzamiglio, G. J. Hyoake

[Holyoake], Vergnanini, G. Micheli, Wollemborg, Valenti, Delachenal, Zardo, A. Leger, P , Noguer, Coppola d'Anna, além dos manuais impressos pelos institutos centraes das federações das cooperativas nos países cultos, e do que conhecemos do Dr. Carvalho de Mendonça e Visconde de Ouro Preto, Wenceslau Bello, e outras notabilidades.

O que se percebe na citação acima é a comparação com os outros países que Britto faz, autores, precursores e difusores do cooperativismo no mundo. Britto segue no texto argumentando que cooperativas puderam ser salvas por essa legislação, mas as outras ainda estavam ligadas às deturpações do Decreto de 1907, salvo quando fundadas pelo proletariado.

Para Britto, a lei de 1926 obrigava a seguir o método de Luiz Durand e de Arrigo Valentini, teóricos do cooperativismo desde os anos finais do século XIX, cujas obras eram clássicas a respeito dos princípios que instituíam uma cooperativa de crédito. O *Manual Prático e o Del Mecchanismo delle Banche Popolari* foram escritos por eles respectivamente, inspiradas no modelo de crédito Raiffeisen. Britto reforçou a sua preocupação doutrinária cooperativa e a importância democrática no seu interior, ressaltando o princípio de “um homem, um voto”.

Luz Filho (1935) também falou sobre a importância do crédito agrícola e de sua preocupação com as distorções doutrinárias. O autor considerou as cooperativas de crédito como uma das formas clássicas da cooperação, tendo como expoentes os modelos Raiffeisen e Luzzatti. Sobre as caixas rurais Raiffeisen, Luz Filho ressaltou a finalidade dos empréstimos, isto é, concedidos somente para fins úteis e produtivos, limitados em uma região.

Se, no início do século, a confusão conceitual de uma cooperativa estava imbricada em sua própria constituição e na interpretação dos seus difusores no país, a legislação brasileira contribuiu para a fragilidade de sua definição. A preocupação doutrinária da cooperativa revelou-se nos trabalhos dos especialistas da época. Após a década de 1920, a propagação de uma cooperativização “certa”, cresceu com esses agentes da SNA e teóricos, e a cooperação passou a ser um projeto de Governo, construindo, inclusive, uma prática cooperativa, a partir de 1930. Muito se deve aos próprios entendimentos dos especialistas que viam no Estado a competência necessária para implantar o sistema cooperativo, em acordo com as ideias de cooperação, solidariedade e reciprocidade.

Na Argentina, a Lei de 22 de agosto de 1822 regimentou as diversas colônias agrícolas de tipo social e possibilitou a formação de comissões pelos colonos¹⁶, o que

¹⁶Estamos utilizando o termo colono neste trabalho para designar o indivíduo migrante, inserido numa determinada área para explorar, cultivar e habitar nela; viver na colônia.

atendia à crescente chegada de imigrantes no país. Essas comissões tinham como objetivo suprir as necessidades de órfãos, velando pela sua educação, e de viúvas. Além disso, permitia à comissão custear os interesses materiais daqueles que necessitassem. Portanto, essa lei regulava a prática solidária e motivava nos colonos a constituição de instituições muito similares a que, mais tarde, veio a ser conhecida como sociedades de socorro mútuo.

O desenvolvimento da sociedade civil já era visível na década de 1850, com a criação de instituições associativas, sobretudo na cidade de Buenos Aires, baseadas nos valores de igualdade e liberdade, que foram instaurados logo depois da independência. As elites ilustradas e governantes buscaram na vida associativa diferentes ações e medidas que contemplassem as políticas consideradas modernas. Assim, passaram a incentivá-las ao lado do Estado, principalmente, entre as décadas de 1860-1890, período do fervor associativo. (SABATO, 2002).

No entanto, é preciso dizer que o ímpeto principal vinha das pessoas, cujas motivações eram diversas e múltiplas. Nos finais do XIX, a Argentina experimentava profundas mudanças, conflitos e tensões que afetavam diretamente na vida econômica, política e social dos seus habitantes. Segundo Hilda Sabato (2002, p. 106), a sociabilidade associativa contribuía para o exercício da vida republicana, considerando que, em tese, praticavam os seus princípios.

La actividad asociativa funcionaba como un tejido conectivo a través del cual la población podía satisfacer necesidades concretas surgidas de las nuevas relaciones económicas y sociales, construir lazos de pertenencia y solidaridad; representar y defender intereses sectoriales, desarrollar actividades recreativas, festivas y culturales; actuar colectivamente en el espacio público.

As associações de socorro mútuo são muito expressivas no cenário argentino, intensificaram-se nos finais do século XIX e multiplicaram-se nas primeiras décadas do século XX. Aos poucos, as sociedades cooperativas foram aparecendo nesse cenário. Em 1885, na cidade de Chubut, em uma colônia de galeses, foi fundada a *Companhia Mercantil de Chubut*, reconhecida pelo Governo em 1892. Segundo Bórea (1917, p. 63-64), em 1901, transformou-se em sociedade anônima.

Outras experiências cooperativas relatadas por Bórea (1917, p. 64) são de Buenos Aires e tiveram curto tempo de exercício, cujos motivos foram diversos, desde dificuldades em registrar-se como pessoa jurídica, até a falta de capital. São elas: a *Sociedade Anônima Cooperativa de Centros Agrícolas* (1889-1901); a *Cooperativa Agrícola* (1889-1898); a *Cooperativa Frutícola* (1904-1905). O autor considera a cooperativa aqui em estudo, a El

Progreso Agrícola de Pigüé, a primeira sociedade cooperativa mútua e cooperativa da Argentina, “destinada ao seguro e ao crédito”.¹⁷

Assim como no Brasil, temos na Argentina uma heterogeneidade de expressões cooperativas, fundadas genuinamente para resolver os problemas de crédito, financiamento bancário, no caso das cooperativas de crédito, e da necessidade trabalhista e de mercado, no caso daquelas de produção e consumo. O que se percebe nos dois países é que, as primeiras expressões cooperativas foram de consumo, seguida do crédito. No ano de fundação da El Progreso, em 1898, a lei em vigor era a do Código de Comércio, sancionada em 5 de outubro de 1889,¹⁸ que tratou entre os artigos 300 e 394 das sociedades civis. Sobre as sociedades cooperativas, elas são mencionadas somente no Livro II, Título III, Capítulo VI, entre os artigos 392-394 (ARGENTINA, 1889), os quais transcrevemos abaixo:

Art. 392. Las sociedades cooperativas deberán adoptar para su constitución alguna de las formas establecidas en los capítulos anteriores y quedarán sujetas á las respectivas prescripciones, con las modificaciones del presente capítulo.

Deberán siempre acompañar su firma ó denominación social, con las palabras Sociedad Cooperativa, limitada ó ilimitada, según fuere.

Art. 393. En el acto constitutivo deberán siempre expressarse las condiciones de admisión y cese ó exclusión de los socios, así como el mínimo del capital social y la manera de constituirlo.

El capital podrá aumentarse, conforme al acto constitutivo.

Art. 394. Las acciones serán siempre nominales, y cada socio no tendrá más que un voto, sea cual fuere el número de ellas que posea.

Salvo estipulación expresa en contrario, los socios tienen derecho de salir de la sociedad en las épocas establecidas, ó á falta de esto, al fin de cada año social, dando aviso con diez días de anticipación.

Assim, aquelas primeiras experiências citadas foram registradas como sociedades anônimas, estando sob a égide dessa lei, inclusive a El progreso Agrícola. E, ainda que suas existências tenham sido efêmeras, mostra-nos o florescimento destas instituições naquelas décadas.

O que precisamos observar no Código Comercial é que ele possuía 3 características do que se entende por uma cooperativa internacionalmente à época: o direito a um voto, independente do capital aplicado; as condições de admissão e desligamento de sócio expressas em estatuto; assim como, para que se destina as ações da cooperativa. Atentamos para a denominação da instituição, pois, mesmo que se autodenominasse uma

¹⁷Outras experiências foram impulsionadas por imigrantes: a Sociedade Cooperativa de Produção e Consumo de Buenos Aires (1875); a Sociedade Cooperativa de Armazéns (1884). Ver mais, em: PLOTINSKY, 2009a.

¹⁸Salientamos que estamos utilizando as leis em sua escrita original. Ademais, aquelas leis argentinas que aparecem sem número estão sendo citadas de acordo com o que consta no documento e como a bibliografia argentina as cita.

sociedade cooperativa, o seu reconhecimento jurídico não era esse, devendo a instituição adotar como registro, uma das prescrições de sociedade anônima ou companhia: de *comandita* ou de capital, de sociedade coletiva ou de uma sociedade industrial.¹⁹

Daniel Plotinsky (2009a), em seu trabalho, salienta que algumas instituições criadas nesse período cumpriram parcialmente com os princípios cooperativos rochdaleanos, outras eram meramente sociedades mercantis. “Según las escasas y poco confiables fuentes estadísticas, hasta comienzos del siglo XX se habían desarrollado poco menos de 60 entidades cooperativas, llegando a ser 206 entidades con 118.945 asociados en 1924”.

Tomas Amadeo, engenheiro agrônomo e professor de Economia Rural das universidades de La Plata e de Buenos Aires, escreveu em 1922 o livro sobre os sindicatos rurais, *Los sindicatos profesionales: en el extranjero y en la Republica Argentina*. Sublinhamos o capítulo XIV do livro que trata especificamente da liberdade sindical, das tendências socialistas, neutras ou democratas no interior das instituições cooperativas e das associações sindicais e mutualistas. Para Amadeo (1922, p. 209, grifo da autora),

[...] los sindicatos se organizan y clasifican según las ideas de sus asociados: católicos, socialistas, demócratas, neutros, etc. [...]. Lo curioso de constatar es la uniformidad de opiniones y tendencias que se observan entre los socialistas y los católicos en favor del sindicato ser obligatorio.

Amadeo refere-se ao Projeto do Congresso da Cooperação, patrocinado pelo *Museo Social Argentino - MSA*, do qual fazia parte, e a citação acima que transcrevemos refere-se, especificamente, aos artigos 5 e 6 desse projeto, a favor da livre associação sindical. O que nos interessa destacar desse caso é que Amadeo é contra aquilo que ele chama de tirania sindical, a forte corrente de sindicalização obrigatória. Ele próprio fica surpreso com a concordância de ideias entre os socialistas e os católicos em relação ao sindicalismo. Esse posicionamento nos auxilia a pensar na atuação desses sujeitos juntos, em algumas regiões, como na nossa hipótese de convergências de ideologias no interior e na formação dos empreendimentos associativos e cooperativos.

A anexação da legislação brasileira de 1903 e de 1907 (aquelas apresentadas acima, em relação às associações, cooperativas e sindicatos) pelo autor, assim como, de outros países, demonstra o estudo internacional que ele fez com profunda análise. A preocupação de Amadeo foi também, sem dúvidas, delinear a diferença entre os sindicatos e cooperativas, as quais deveriam estar previstas em lei. Assim, o livro traz em apêndice

¹⁹De acordo com o artigo 301. *Sociedade Coletiva* é a forma de duas ou mais pessoas jurídicas se unirem para comercializar em comum sob um registro social. São de responsabilidade solidária e ilimitadas. Podiam fazer parte desta sociedade apenas comerciantes (ARGENTINA, 1889).

projetos de lei sobre a temática, inclusive aquele cujo objeto eram as cooperativas, proposto pelo MSA.

Amadeo foi o idealizador e constituiu o grupo fundador do MSA,²⁰ em 1911. O objetivo dessa organização, de acordo com María Guillermina Zanzottera (2013, p. 219), era de reunir e transmitir informação sobre a economia social (inspirada naquela praticada na França e no Museu Social de Paris). Seus fundadores desejaram preencher um vazio nacional sobre a discussão cooperativa, criando uma instituição que representasse o cooperativismo no país. Isto é, a criação do Museo Social Argentino consolida uma instituição capaz de oferecer informação e consultorias a fim de intermediar os problemas sociais entre o Estado e as associações.

Armando Moraino foi outra personagem que atuava no MSA, contador público nacional e advogado, busca discutir a legislação das cooperativas, com a publicação, *Organización de las sociedades cooperativa* de 1947. Preocupou-se em fazer uma análise minuciosa da Lei 11.388, de 1926, analisando suas contribuições e limitações. O principal ponto positivo da lei destacada pelo autor é que ela regimenta legalmente como pessoa jurídica a sociedade cooperativa, sem precisar inscrever-se como sociedade anônima ou industrial. A Lei foi composta por 12 artigos e reconhece os princípios cooperativos de Rochdale, em maioria dos seus artigos, permanecendo vigente no país até 1973, quando foi outorgado a Lei n. 20337.

O Ministério da Agricultura na Argentina, criado em 1898, passou a ser a instituição responsável pela inscrição das atas constitutivas e fiscalização das cooperativas, ou seja, ele se assumiu como órgão controlador das cooperativas. A partir da Lei 11.388, de 1926, as cooperativas de todo o país registrar-se-iam no Registro Nacional, antes ou depois da inscrição de pessoa jurídica em Registro Civil.

A cooperação rural está intimamente ligada às frequentes crises agrícolas, advindas de sinistros naturais (no caso da El Progreso Agrícola), e da necessidade de crédito. O Poder Público por meio do Ministério da Agricultura passou a incentivar e estimular a associação cooperativa, frente às necessidades e transformações econômicas no país. O primeiro secretário desse segmento, Emílio Frers, designou uma comissão de agrônomos para realizarem estudos sobre o crédito rural e a criação de cooperativas ou sociedades anônimas.

²⁰De acordo com os documentos que Zanzottera (2013, p. 221) pesquisou de Amadeo, a missão do MSA se define em “recoger datos e información referente a la organización social pasada y actual, y a las obras económicas y sociales existentes o que hayan existido, a las cuestiones y los distintos factores que la producen o que pueden influir directa e indirectamente en su solución, a las opiniones que se emitan en discursos, libros, folletos, periódicos referente a esos asuntos, a los detalles del ambiente físico, económico y social”.

Também na Argentina, esses agentes públicos foram fundamentais na construção de um pensamento cooperativo a favor do Estado. Tomás Amadeo fez parte da comissão e do projeto nacional, tendo em vista o trabalho publicado *Cooperativas Agrícolas*, citado por Bórea (1917, p. 75), como um belo levantamento de sociedades rurais. Os membros do MSA, como Moirano e Amadeo, por exemplo, atuaram efetivamente na elaboração de projetos de lei e de propostas associativas e cooperativas, promovendo encontros e congressos. Ocuparam cargos públicos e de destaque, atuaram juntos no Centro de Estudos Cooperativos, conforme se lê no prólogo da segunda edição do livro de Moirano (1947, p. 9), escrito por Amadeo, conforme lemos abaixo.

El autor mi muy estimado amigo el Doctor Armando A. Moirano, Contador Público Nacional, Abogado y al mismo tiempo 2º Jefe del Registro de Cooperativas, ha sido durante varios años y los es todavía compañero de tareas en el Museo Social Argentino en el que ha prestado servicios importantes como miembro distinguido y eficaz del centro de Estudios Cooperativos y es, desde hace muchos años, asesor, en la especialidad, del Consejo Directivo.

O MSA promoveu três congressos cooperativos na Argentina, 1919, 1921 e 1936. De acordo com Célia Gladys López (2005), as temáticas abordadas foram ao encontro das preocupações sociais daquele momento, conforme lemos nas palavras da autora.

El primer Congreso, fue el de la adecuación jurídica, el segundo, el de la defensa gremial, y el tercero, además de todas estas cuestiones, trató intensamente la ingerencia del Estado en decisiones institucionales, por lo que inauguró, sin desearlo, la serie de Congresos Agrarios Cooperativos Argentinos, dedicados in extenso, y solamente, a debatir y solucionar la problemática agraria, que por su importancia, era merecedora de un foro para sí sola.

A realização desses congressos, cujo empenho foi discutir como tema central o cooperativismo e o associativismo teve seu grande mérito no contexto argentino. Contudo, não significa que não houve posicionamento político, considerando muitos dos seus membros terem feito parte do Ministério da Agricultura e ocuparem cargos públicos. Salientamos a ideia de reformismo adotada pelos agentes estatais, do MSA e pelos próprios princípios ingleses rochdaleanos.²¹

Sobre congressos, no Brasil, foi realizado em agosto de 1908 o II Congresso Nacional da Agricultura, que contou com a presença internacional do belga Emílio Vlieberg. Conforme Fábio Correa (2014, p. 123-125), Vlieberg foi apresentado como autoridade, especialista em caixas rurais e sindicatos agrícolas. O líder da Liga Democrática Belga falou

²¹Amadeo (1922, p. 247) publicou vários projetos de lei em anexo no seu livro, incluindo aqueles propostos pelo Museo Social Argentino.

também sobre a política católica. Vlieberg realizou conferência também no Congresso Católico, que foi realizado em julho do mesmo ano. O autor observou que, no Rio de Janeiro, por exemplo, a defesa do sindicalismo agrícola e das caixas rurais Raiffeisen aproximava a Sociedade Nacional de Agricultura do Círculo Católico do Rio de Janeiro, desde o início do século XX. Após 1913, iniciou um distanciamento entre eles, pois Plácido de Mello, a principal referência cooperativa católica, passou a defender uma liga agrícola católica, alegando que o sindicato era uma ideia cristã. Para São Paulo, o autor ressalta que o incentivo às caixas e ao sindicato foi menos doutrinário e sem vinculações com o modelo francês da SNA.

Diante desse cenário de construção associativa e cooperativa, brasileiro e argentino, contrastamos a conjuntura latino-americana com a europeia. Podemos dizer que na Europa, daquela época, se tinha um quadro social bastante agravado pelo processo de industrialização. O cooperativismo apareceu como um caminho viável de mudança. Ainda que as motivações cooperativas partem da necessidade e possuem sentimentos de coletividade em comum, as reivindicações, o comportamento político frente ao Estado e as formas que assumiram essas instituições, foram expressados diferente em solo latino-americano.²² Nesse sentido, aquele modelo de Rochdale pode não ter sido empregado tal qual foi na Inglaterra, mesmo que saibamos que sua história foi contada e amplamente divulgada por George Holyoake²³ e Charles Gide.

Ivete Manetzeder Keil e Silvio Tavares Monteiro (1982 p. 4, grifo da autora) alertam sobre a formação da cooperativa de Rochdale e seus princípios, os quais foram adotados internacionalmente.

O importante é notar-se que estes princípios não nascem com a Sociedade, vão surgindo no seu processo de afirmação. O princípio de neutralidade, por exemplo, surge devido à necessidade de evitar-se que ocorram litígios entre os sócios devido a motivos religiosos pois Rochdale não é um empreendimento “neutro”, é claramente hostil, em sua proposta inicial, à sociedade capitalista envolvente.

A ideia transformadora da Sociedade de Rochdale de ser uma alternativa ao capitalismo é pouco falada (ou negada) pela historiografia cooperativa. No seu processo de formação e finalidade, a Sociedade foi atraída pelas condições econômicas do liberalismo inglês. “Rochdale abandonou alguns princípios igualitários essenciais, isto é, aceitou o assalariamento, a exploração do homem pelo homem dentro de seu meio”. (KLEIN;

²² Sobre a abordagem comparada e América Latina, ver mais, em PRADO, 2005.

²³ William Watkins (1973, p. 26) diz que a história foi publicada a partir da publicação dos artigos, em 1856, os quais foram traduzidos para outros países. No prólogo da recente edição em espanhol do livro de Holyoake, Dante Cracogna (apud HOLYOAKE, 2016, p. 7) fala que a primeira publicação foi no ano de 1878, alcançando logo muitas edições em diversas línguas.

MONTEIRO, 1982, p. 8). Dessa maneira, passa a ser uma Sociedade que aceita as estruturas capitalistas e não mais se opõe a ela. Na passagem abaixo, podemos observar o posicionamento do sócio John Brerley (apud HOLYOAKE, 2016, p. 83, grifos da autora), que exercia a função de secretário, em 1867, sobre a mudança do retorno do capital ser somente por operações; e discursou no momento de inauguração de um novo armazém da cooperativa, em 1854.

En 1853 se estableció, en esta ciudad, una manufactura cooperativa a instancias de los miembros del almacén de Toad Lane [Rochdale]. Su propósito era entregar parte de las utilidades obtenidas al capital y parte al trabajo. Esa Sociedad tuvo mucho éxito en sus primeros años, pero los capitalistas socios pensaron que los trabajadores iban a recibir demasiados beneficios y entonces resolvieron suprimir la parte reservada al trabajo (voces de indignación). Esperamos ver, dentro de poco, restablecido ese derecho (bravo) y los principios de la cooperación completamente desarrollados, pues estamos convencidos que encierran incalculables ventajas para el pueblo.

Tendo em vista o processo interno de constituição dos Pioneiros de Rochdale e as normas elaboradas para as situações que lhes afetavam, enquanto grupo de trabalhadores, serviram para sublimar o desemprego, a fome e a falta de moradia. Por meio da ajuda mútua, a Sociedade desejava promover: a formação intelectual dos associados; melhores condições de moradia, de produção e de comercialização. Porém, para América Latina, cujas estruturas capitalistas e liberais se desenhavam diferentes, outras demandas envolveram o ímpeto associativo. As profundas raízes de dominação colonial gerou igualmente as desigualdades sociais, por isso a transferência mecânica dos princípios de Rochdale para realidade latina não dá conta das definições cooperativas nessas terras. Além disso, há um lapso em relação aos princípios alemães e franceses que igualmente contribuíram para a constituição do movimento cooperativo. A imposição do modelo inglês, internacionalmente pelo movimento cooperativo e nos estudos dedicados à teoria do cooperativismo, impede a valorização dos processos constitutivos da sociedade latino-americana. Concordamos, assim, com as noções de Keil e Monteiro (1982, p. 9).

A estratificação dos princípios de Rochdale em dogma para o cooperativismo, como é amplamente divulgada pelos propagandistas, nega ao movimento na América Latina, a oportunidade de criatividade, reproduzindo modelos alienígenas que não levam em conta a nossa dinâmica social e caem num pragmatismo que acaba levando a mera manipulação social.

3.2 O Cooperativismo na Perspectiva dos Socialistas Europeus no Século XIX

A pergunta que se faz aqui é: a partir de quais ideias a cooperação nasce como modelo de prática econômica? Para responder esse questionamento, julgamos ser necessário analisar as forças que se impuseram e disputaram um terreno que se mostrou fértil: o campo do saber socialista. Busca-se pelas formulações teóricas das formas associativas no século XIX, que contemplam os valores de solidariedade, de igualdade e de ajuda mútua, quais conformaram o pensamento das instituições cooperativas.

A população mundial continuava majoritariamente camponesa e buscava uma inserção nos núcleos industriais a cada crise na colheita. A atividade agrícola passava por tempos difíceis em plena depressão, pelo menos até 1850, aumentando a pobreza dos trabalhadores do campo, ao mesmo tempo em que a população mundial crescia. Além disso, houve a revolução da propriedade de terras que rompia com a tradição da sociedade agrária, acompanhando o desenvolvimento do liberalismo político e econômico. Assim, estabelece-se uma nova economia rural balizada pelo mercado mundial, o que estimulou novos métodos agrícolas e novas culturas.

Nosso argumento sobre a inserção histórica específica do movimento cooperativo (de revoluções, de frequentes crises na produção agrária, de fome e busca de participação política) justifica-se pelas características socioeconômicas desde o final do século XVIII.²⁴ Esses elementos deram condições para que a cooperação deixasse de ser algo inerente à solidariedade humana e à sobrevivência para ser pensada sistematicamente, como um ideário social. Observemos algumas dessas características nos Estados alemães e na França, de onde foram emigrados os fundadores das cooperativas do Rs e Bs As, respectivamente.

Houve, no século XIX, em diversos países europeus, uma multiplicidade de organizações coletivas, com finalidades que as diferiam em algum grau, mas, com o objetivo de socorro mútuo e de ação pela solidariedade. Assim, discutimos a partir do pensamento dos precursores socialistas, o contexto de formação associativo e as experiências cooperativas europeias. Os diferentes ideais de associativismo e reciprocidade estavam sendo discutidos e experimentados, de um lado, pelos ingleses Robert Owen (1771-1858) e William King (1786-1885); por outro lado, pelos franceses Claude-Henri de Rouvroy (Conde de Saint-Simon, 1760-1825); François Marie Charles Fourier (1772-1837); Philippe Joseph

²⁴Não desconsideramos a importância e a herança corporativa e religiosa do associativismo, que datam antes do século XIX, incluindo-se associações da Antiguidade e do Medievo. “Não obstante, é na discussão dos pré-requisitos [da associação de Socorro Mútuo] que aparecem na bibliografia afirmações ou menções sobre a relação das mutuais com formas corporativas de organização do trabalho, com maior ou menor influência religiosa. Creio que essa relação é tão mais fácil de ser encontrada quanto mais ampla seja a definição do fenômeno”. (SILVA Jr.2004, p. 89)

Benjamin Buchez (1796-1865); Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865); e Louis Jean Joseph Charles Blanc (1811-1882). Destacamos, mais adiante, para um olhar um pouco mais atento, o pensamento de Owen, de Fourier e de Buchez, por conta de suas expressividades na historiografia do cooperativismo.

A realidade da França, no século XIX, era de um país predominantemente rural, de uma diversidade patronal, pois adotou métodos modernos e padronizou-os após a Revolução Francesa com a reforma agrária, originada da pressão camponesa. Isso não quer dizer que as tensões no mundo rural haviam cessado (proprietários, arrendatários, diaristas), ainda que tivessem diminuído, se comparado com outros países europeus. A reforma feita em 1789 pode ter garantido certa estabilidade econômica com baixos fluxos de mão de obra excedente para cidade, pois permitiu a atividade de pequenos proprietários e artesãos associados no mundo rural. Pode-se considerar também que o retardo em desenvolver-se industrialmente da França se deve ao retraído êxodo rural, o que ocasionou uma transição sem grandes transformações. (OTERO, 2012).

A questão agrária foi retomada na Revolução de 1848, por não ter estabelecido outrora um Código Rural sobre pastagens, exploração de bens e o direito das comunas de utilizarem as florestas. Conforme Maurice Agulhon (1991, p. 18),

[...] temos aí outra faceta da questão camponesa em 1848: o pauperismo e o arcadismo rurais se haviam atenuado muito pouco, ao passo que os motivos de queixa eram inúmeros, e ainda mais irritantes por visarem a pessoas próximas - os grandes proprietários, os guardas, os cobradores de impostos. Incluam-se nesta lista os usuários, pois o capitalismo incipiente ainda não criara uma rede de crédito satisfatória para a indústria e o comércio urbanos, e por isso mesmo era ainda mais distante do campo. As pessoas tomavam empréstimos com vizinhos ricos e com os negociantes que compravam as safras; ou então endividavam-se com hipotecas.

Nos modelos econômicos da Bélgica e da Prússia, observa-se variações em relação ao francês. A população excedente cresceu rapidamente e deparava-se com situação agrária ruim, por fatores climáticos e ambientais, agravada ainda mais no período de 1846-1848. A fome aumentou muito na Prússia, por exemplo. Todos esses fatores econômicos em uma sucessão de crises, de má colheita e fome; somados à instabilidade política, estimularam durante o todo o século XIX a emigração e migrações, sobretudo, na segunda metade.

Para o camponês, o lavrador, a revolução da propriedade não lhe trouxera muitos benefícios, aliás, o tornou mais miserável com instabilidade econômica, embora alguns direitos legais lhe foram concedidos. Na Prússia e em outros Estados alemães, a concessão de posse de terra para os camponeses lhes tirou bastante, sendo cedido somente dois

terços ou metade da terra que já cultivava. Nesse sentido, muitos dos camponeses lamentaram o fim da ordem patronal e reivindicaram a assistência do seu ex-senhor, em casos de reparos na sua casa ou em tempos de má colheita. (HOBBSAWM, 2017, p. 249). De acordo com Márcio Werle (2014, p. 36), “a reforma e a libertação dos camponeses não deu origem às novas propriedades agrícolas modestas, como fora pretendido no ideal dos seus promotores, pois as grandes propriedades rurais continuaram existindo ao lado de outras pequenas e médias”.

Hobsbawm (2017) assinala que uma boa parte dos camponeses proprietários preferiu seguir como agricultura local ou buscou suas tradições, sem ou raramente transformar-se em pequenos fazendeiros da classe burguesa rural. Esse pensamento foi na contramão da teoria econômica liberal, isto é, o conflito sobre a propriedade e o seu uso persistiram ao lado da redistribuição; a qual não produziu empreendedores rurais em larga escala. No exemplo dos estados alemães e Prússia, temos a experiência dos ajustes necessários para o exercício da atividade rural, conforme afirma WERLE (2014, p. 41).

Essa adaptação do contexto rural à dinâmica capitalista também assumiu alguns momentos de transformação pacífica, nos quais, em alguns pontos de produção agrícola o pequeno agricultor soube se ajustar sua tradição; e pode adaptar-se às novas condições de administração. O aumento constante do arrendamento nas vizinhanças das cidades, a elevação dos preços da carne, laticínios, verduras, bem como o cuidado intensivo do gado novo, possível ao pequeno agricultor que trabalha por conta própria, são fatores que habitualmente constituem oportunidades muito favoráveis para o pequeno agricultor que trabalha sem auxiliares contratados próximos de grandes centros.

Em geral, nos Estados alemães, o mercado de terras, a propriedade rural e a emancipação do camponês, não foram algo favorável para a maioria da população rural, entre 1789-1848, sobretudo, ao camponês pobre, que se viu muito mais explorado, pelo proprietário de terras ou pelo seu patrão, em uma relação de trabalho assalariada, do que assistido em algumas necessidades, como ocorria no antigo regime senhorio.²⁵ Será, nesse contexto, que as resistências ou insurgências do campesinato acontece. No primeiro momento, contra ao rei ou a Igreja; depois, contra o liberalismo econômico e político. Hobsbawm (2017, p. 314) destacou três possibilidades para os trabalhadores pobres à margem da sociedade burguesa que florescia: 1) a luta para tornar-se burguês; 2) a permissão da opressão; 3) a possibilidade da rebelião.

²⁵A interpretação de Márcio Werle (2014, p. 36) em relação à emancipação dos produtores rurais, na Prússia e outros estados alemães, diz respeito às consequências desastrosas para o pequeno produtor; tendo em vista a acelerada concentração de terra e a expropriação desse. Os pequenos acabaram por se transformar em sub-proletários rurais, dada a situação e as formas de adaptação a sociedade capitalista.

Os movimentos dos trabalhadores e o surgimento de associações e sindicatos, no início do século XIX, fazem parte das expressões do trabalhador pobre, do Homem pobre. Se o movimento almejava pertencer a uma classe, a classe trabalhadora, as instituições associativas atuavam como agentes vigilantes de uma estabilidade social que se desejava; ou articuladores do restabelecimento social após tensões. A crença em uma “sociedade cooperativa” tornaria o trabalhador próspero, por meio do trabalho, em oposição aos seus opressores e da representação coletiva nas instituições trabalhistas. (HOBSBAWM, 2017, p.326-327).

O pensamento cooperativo dava seus primeiros passos, naquele contexto, e como veremos a seguir, os pensadores sociais idealizaram uma rebelião, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, permitiram a existência do capitalismo, aquilo que estava sendo combatido, tudo por meio da associação e da solidariedade. Diante daquele contexto, nem todos os intelectuais e líderes trabalhistas concordavam com uma transformação lenta e gradual da sociedade, uma revolução, para outros, parecia ser inevitável. Mas esse pensamento social também era novidade, de acordo com Hobsbawm (2017, p. 328),

[...] tanto na Grã-Bretanha quanto na França, a discussão intelectual deu lugar ao conceito e à palavra “socialismo” na década de 1820, imediatamente adotados pelos trabalhadores, em pequena escala na França (como pelos grêmios parisienses de 1832) e em escala bem maior pelos britânicos que logo teria Robert Owen como líder de um vasto movimento de massas para o qual ele estava singularmente despreparado. Em outras palavras, por volta do início de 1830 já existiam a consciência de classe proletária e as aspirações sociais.

Robert Owen tem grande expressão no movimento cooperativo, sendo recorrente na literatura menções à notabilidade de suas ideias. Destacamos da sua trajetória a idealização, assim como a tentativa de colocá-la em prática. Owen pretendeu iniciar a mudança da sociedade por uma unidade menor, seu intento foi estrear pela fábrica, a verdadeira estrutura social, “uma religião da caridade”. Ali se desenvolveria a caridade, ainda que desligada da fé, mas com toda a instrução moral de uma “Nova Visão”. A razão é a religião de Owen (2002, p.112), é a busca da verdade por meio dos fatos apresentados pela natureza.

A religião do novo mundo, unindo em lugar de dividir os homens, consiste não em palavras, mas em atos, e repousa sobre fatos, verdades universais que ninguém pode derrubar, isenta de cerimônias e de mistérios, existe no coração e no espírito de todos desde a infância. Sua prática consiste, em somar seus esforços aos de seus semelhantes, para a eliminação das causas que produzem o mal e a criação de uma nova ordem de circunstâncias superiores, tanto quanto o permitam os conhecimentos e meios atuais.²⁶

²⁶ Originalmente publicado em 1836-1844.

A industrialização defendida por Owen é a velha forma, é aquela aos moldes agrários, porém, com a eliminação da propriedade privada. A industrialização na Grã-Bretanha já era uma realidade, enquanto que a França se desenvolvia em passos mais lentos. A reforma social preconizada por Robert Owen não foi desde o seu início pensada em cooperativas. Suas atividades foram motivadas pelo sentimento filantrópico patronal até chegar a um socialismo associativo, seguido da apropriação de trabalhadores para a ideia de cooperação.

Muito jovem (18/19 anos de idade), Owen se tornara diretor de produção em uma indústria têxtil de Manchester. Fez um empréstimo dez anos mais tarde, aproveitando a prosperidade da Revolução Industrial, e comprou quatro fábricas de algodão do seu patrão, David Dales, localizadas na região próxima a Lanark de Escócia. Dales tornou-se seu sócio e sogro. Como patrão, Owen iniciou um projeto de harmonia pacífica entre as classes. Com 1800 funcionários, dentre eles 500 crianças, Owen horrorizou-se com a estrutura que evidenciou nas fábricas ou, pelo menos, sentiu-se desconfortável com tal situação. Propõe, então, mudanças apoiadas em um sistema de mérito e regeneração moral do indivíduo, ao invés de castigos. Planejou a produção, diminuiu a jornada de trabalho, aumentou a produtividade e os salários.

Além disso, Owen proibiu o trabalho das crianças menores de dez anos nas fábricas e criou escolas para elas junto às fábricas, enquanto seus pais trabalhavam. A escola acolhia crianças a partir de dois anos de idade, com uma pedagogia livre e ao mesmo tempo orientada. Por isso, ele é reconhecido como precursor da Educação Infantil.²⁷ Desde então, ele conformou naquele espaço um projeto social, conhecido por todos como *New Lanark*, uma microssociedade com suas próprias regras.

New Lanark logo foi um centro de atração e admiração por toda a Europa, diversas pessoas estrangeiras iam visitar e conhecer o empreendimento, o que acontecia ali, e que relação de trabalho era aquela; mas seu exemplo não foi imitado de imediato, como bem lembra Diva Pinho (1987). Ele foi malvisto pelos sócios e outros patrões, ademais, esse empreendimento dispendia valores onerosos. Seus funcionários também o viram com desconfiança. Owen só conseguiu colocar em prática seu projeto de cooperação entre

²⁷"As concepções de Robert Owen, sobre a Educação Infantil, estão baseadas em: assistencialismo, desenvolvimento natural das crianças, educação compensatória e preparatória e concepção global e harmônica da criança, de 2 a 6 anos". (RODRIGUES, 2015). Uma das primeiras instituições surgidas na Europa foi a escola de tricotar ou escola de principiantes, criada na França, em Oberlin, no ano de 1769, e tinha como objetivos a formação de hábitos morais e religiosos, bem como o conhecimento das letras e a pronúncia das sílabas. Na França, foram também criadas as salas de asilo, em 1826, cujos propósitos de atendimento versavam sobre o provimento de cuidados e educação moral e intelectual às crianças de 3 a 6 anos de idade, ao passo que as creches surgiram para atender às crianças até 3 anos. (ANDRADE, 2010, p. 129).

classes em prática porque era diretor e co-proprietário do complexo industrial. A experiência patronal o auxiliou na teorização socialista.

Robert Owen abandonou New Lanark por conta de suas inovações e da tensão com os seus sócios. Voltou seus esforços a convencer o Estado das melhorias que necessitavam ser implantadas à classe operária. A partir de sua experiência em New Lanark, Owen sentiu-se capaz de auxiliar o Estado a solucionar os problemas sociais agravados com a Batalha de Waterloo (1814-1815). Ao invés de culpar a guerra com Napoleão pela situação, Owen culpava a competição do homem com a máquina, a produção em excesso, que gerava o desemprego, e, por consequência, a diminuição de consumo. Essa atitude lhe conferiu ainda mais fama e foi convidado a expor suas soluções à crise na comissão londrina. Conforme podemos verificar na pesquisa de Carolina Walter (2011, p. 34).

Sem demora, produziu o Relatório à Comissão de Assistência aos Operários Pobres (1817), que na realidade era um completo e articulado modelo de reorganizar a sociedade de maneira cooperativa. Ele sugeria que os fundos de sustento dos pobres, fossem destinados à compra de terras e construções de aldeias cooperativas. Em cada uma delas viveria cerca de 1200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias para sua própria subsistência. O excedente seria trocado entre as aldeias. Com cálculos minuciosos ele mostrava a redução de custos, pois os pobres desocupados estariam voltados à produção.²⁸

Não tendo sido atendido pelo governo, e sem apoio da classe dirigente, agravado pelas críticas que ele fez à Igreja sobre a propriedade privada e ao casamento, Owen ficou com o seu prestígio fragilizado. Em 1820, escreve *Report to the county of Lanark*, texto que, de alguma maneira, marcou a sua transição intelectual: de uma economia patronal para a socialista. Conforme podemos verificar no texto de Owen (1820, p. 11, tradução livre).

O motor a vapor e as máquinas de fiar, bem como as intermináveis invenções a que deram origem, provocaram, no entanto, males na sociedade, que agora superam muito os benefícios deles advindos. Essas invenções criaram um conjunto de riqueza e colocaram-no nas mãos de alguns, que, por sua vez, continuam a absorver a riqueza produzida pela indústria por muitos. Assim, a massa da população está se tornando digna de escravos da ignorância e do capricho desses monopolistas, e são muito verdadeiramente mais desamparados e miseráveis do que eram, antes que os nomes de WATT e ARKWRIGHT fossem conhecidos. No entanto, esses homens célebres e habilidosos têm sido o instrumento de preparação

²⁸O foco de Owen era adquirir subsídios e intervenção estatal na propriedade privada para gerar empregos e não apenas a distribuição de donativos e que, em efetivo, não transformavam a realidade dos pobres e trabalhadores.

da sociedade para as importantes e benéficas mudanças que estão prestes a ocorrer.²⁹

Todos agora sabem e sentem que o bem calculado dessas invenções à comunidade ainda não foi realizado. A condição da sociedade, ao invés de ser melhorada, foi deteriorada, sob novas circunstâncias a que elas tenham dado à luz; e agora a sociedade está experimentando um movimento retrógrado. "Algo, portanto, deve ser feito", como exclama a voz geral, dar para a nossa população sofredora, e para a sociedade em geral, os meios de derivar dessas invenções as vantagens que todos os homens da ciência esperam deles.³⁰

O *Report to the county of Lanark*, embora o nome sugere, não se trata de um informe sobre a sua experiência na Nova Lanark, o foco principal do texto de Owen, com um pouco mais de quarenta páginas, é apresentar ao mundo uma nova sociedade possível, ideal, livre e autossuficiente, com a criação de vilas comunitárias. Se antes ele procurava a intervenção do Estado, a partir dos anos de 1820, ele estabeleceu pouca ou nenhuma participação, fundamentando as comunidades somente na ajuda mútua. Assim, a associação passou a ser o objeto de estudo do economista político (OWEN, 1820, p.16-17, tradução livre), conforme se lê abaixo.

O primeiro objeto do então economista político, ao formar esses arranjos, deve ser para considerar bem em que limitação de números os indivíduos devem ser associados, para formar o primeiro núcleo ou divisão de sociedade.³¹

Mas, entre 800 e 1.200, será encontrado o número mais desejável para se formar aldeias agrícolas; e a menos que algumas causas locais muito fortes interfiram, os arranjos permanentes devem ser adaptados à acomodação completa daquela quantidade de população apenas.³²

²⁹The steam engine and spinning machines, with the endless mechanical inventions to which they have given rise, have, however, inflicted evils on society, which now greatly over-balance the benefits which are derived from them. They have created an aggregate of wealth, and placed it in the hands of a few, who, by its aid, continue to absorb the wealth produced by the industry of the many. Thus the mass of the population are become mere slaves to the ignorance and caprice of these monopolists, and are far more truly helpless and wretched than they were before the names of WATT and ARKWRIGHT were known. Yet these celebrated and ingenious men have been the instruments of preparing society for the important beneficial changes which are about to occur.

³⁰All now know and feel that the good which these inventions are calculated to impart to the community has not yet been realized. The condition of society, instead of being improved, has been deteriorated, under the new circumstances to which they have given birth; and it is now experiencing a retrograde movement. 'Something, therefore, must be done,' as the general voice exclaims, to give to our suffering population, and to society at large, the means of deriving from these inventions the advantages which all men of science expect from them.

³¹ The first object, then, of the political economist, in forming these arrangements, must be, to consider well under what limitation of numbers, individuals should be associated to form the first nucleus or division of society.

³² But from 800 to 1,200 will be found the most desirable number to form into agricultural villages; and unless some very strong local causes interfere, the permanent arrangements should be adapted to the complete accommodation of that amount of population only.

Aldeias desta extensão, em outros bairros de descrição semelhante, com as distâncias devidas, serão encontradas, capazes de combinar dentro de si mesmas todas as vantagens que as residências da cidade e do país agora oferecem, sem nenhum dos inúmeros inconvenientes e males que se anexam a ambos os modos da sociedade.³³

Mas uma opinião muito errônea será formada pelos arranjos propostos e as vantagens sociais que eles exibirão, se o que foi dito fosse imaginado em qualquer aspecto, se assemelharia a qualquer uma das aldeias agrícolas atuais da Europa, ou as comunidades associadas em América, exceto na medida em que este último possa basear-se no princípio de trabalho unido, despesas e bens, e privilégios iguais.³⁴

Foram essas aldeias agrícolas, propostas por Owen, que não tiveram o apoio esperado do Estado e nem dos empresários. Owen decidiu mudar-se para a América,³⁵ instalando-se nos Estados Unidos, em 1824. Compra a colônia de Harmony, no estado de Indiana e inaugura lá o seu projeto de aldeia agrícola, em 1825, com 900 pessoas. Owen tornou-se o líder e a autoridade absoluta da colônia, renomeada de *New Harmony*. Essa nova sociedade comunitária almejada por Owen tinha como fim a eliminação da propriedade privada. Porém, logo entrou em declínio, por volta de três anos mais tarde, com tensões entre as ideias capitalistas e as de Owen.

Quando do seu retorno à Inglaterra, em 1829, Owen se dedicou, ao movimento operário, marcando outro momento da sua vida e intelectualidade. A reforma social desde a comunidade-exemplar de Lanark, com a aplicação de uma pedagogia voltada para a moral, Owen afirmava que a sociedade poderia ser reformada sem depender do Estado e tampouco pela tomada do poder. No *Livro do Novo Mundo Moral* (2002), Owen estruturou seu pensamento a partir dos princípios da ciência da natureza humana; da religião racional

³³ Villages of this extent, in the neighborhood of others of a similar description, at due distances, will be found capable of combining within themselves all the advantages that city and country residences now afford, without any of the numerous inconveniences and evils which necessarily attach to both those modes of society.

³⁴ But a very erroneous opinion will be formed of the proposed arrangements and the social advantages which they will exhibit, if it should be imagined from what has been said that they will in any respect resemble any of the present agricultural villages of Europe, or the associated communities in America, except in so far as the latter may be founded on the principle of united labour, expenditure, and property, and equal privileges.

³⁵ Di Filippo (2003, p. 61) relata uma experiência posterior na América Central, no México, no início de 1888, por seu filho. Na vila *Topolambo* se procurou concretizar uma experiência socialista. O fundador de *Topolambo*, Albert Kimsey Owen (1848-1916), era um reformador social, engenheiro civil, que se inspirou no cooperativismo, procurando instalar no México, uma colônia utópica. Construiu um porto e uma linha ferroviária na baía de *Topolobampo*, durante o governo de Porfirio Díaz. No entanto, não encontramos referências em relação a sua filiação com Robert Owen (Di Filippo não diz o nome do filho de Owen). Em acesso à documentação de *On Line Archive of California*, encontramos descrições que se referem a Albert Kimsey Owen, como fundador de Topolambo, americano da Pensilvânia e filho de um médico Quaker. (ON LINE ARCHIVE OF CALIFORNIA, <http://bit.ly/2yxL7uU>. Acesso: 10/09/2017).

e da economia social. Nesse texto, uma sociedade mais romântica fica evidente, idealizada mediante a formação do caráter. Owen atraiu muitos seguidores, que auxiliaram certamente a propagar as suas ideias. Ganhou muito destaque por sua posição social, o que lhe permitia financiar seus próprios projetos.

Por diversas vezes, sobretudo, após 1830, seguidores de Fourier e Owen uniram esforços para a realização de práticas associativas. Em geral, havia muitas associações em funcionamento, sendo a organização em cooperativas um fato ainda novo, sem muita clareza do seu funcionamento. Afinal, o que a diferenciava do princípio associativo de ajuda mútua? Essa era uma pergunta persistente na medida em que as experiências e ideias caminhavam juntas. Saintsimosianos, fourieristas, cabetianos,³⁶ proudhonianos, owenistas estavam convivendo e dividindo o mesmo espaço de ideais coletivos.

De acordo com William Watkins (1973, p. 17-18), Robert Owen foi o mais notável pensador para o cooperativismo porque pensou na cooperação como método, o qual permite desenvolver a ordem social, aquela que imaginou ser mais justa e humana. Em 1835, Owen expôs, no semanário *The New Moral World*, um plano para criar uma associação internacional, a *Associação de Todas as Classes e de Todas as Nações*, procurando organizar seus seguidores e as associações já existentes (a partir de 1826, eles fundaram associações por todas as partes da Grã-Bretanha; em 1839 elas somavam mais de 50 associações). A Associação conseguiu concretizar-se até 1837-39 e pretendia ser internacional, expandindo o seu modelo de associações. Segundo Watkins (1973), Owen circulou pela Europa divulgando suas ideias, ancoradas nos princípios da tolerância, respeito às convicções e pela propriedade coletiva. Pregava uma associação humanista que devia estar alicerçada na educação e na formação do caráter.

Fourier criticou ferrenhamente Robert Owen.³⁷ Segundo o estudo de Diva Pinho (1987, p. 22), no ano de 1822, Fourier até desejou trabalhar ao lado dos projetos de Owen, mas isso durou por pouco tempo. Ele passou a acusar Owen de querer ridicularizar a ideia de associação as convertendo em instituições governamentais, além de querer modificar o caráter das pessoas, por meio da educação, tornando-os todos iguais. De acordo com Fourier, as máximas difundidas por Owen aos seus seguidores: “son de buena moral civilizada, preconizando el amor a la virtud por la virtud en sí; sin embargo, no son atractivas”.

³⁶Seguidores de Étienne Cabet (1788-1856), o qual foi um socialista, simpatizante das ideias de comunismo agrário do século XVI e da teoria de Robert Owen. Ele participou das lutas políticas do proletariado francês, de 1830 e de 1840. Ele propagou um comunismo pacífico. (AGUAD, 2004). Ver, também: MANIKA, 2009.

³⁷ Para ele, as experiências da Inglaterra (New Lanark, cerca de 1800) e da América (referindo-se aos EUA, em 1825, a aldeia modelo, que teve como nítida preferência o comunismo-agrário, chamava-se colônia de New Harmony) foram seitas coordenadas por Owen para desacreditar a associação e o estado societário.

Pinho (1987, p. 19) salienta o pensamento social de Owen. Para ele,

[...] el hombre es el resultado de su medio social: no es bueno ni malo por naturaleza. Para modificarlo se hace necesario modificar el medio social, pero de una forma pacífica, gradual y moderada, a fin de que 'ninguna parte del cuerpo político y ningún individuo sufran con el cambio'. La modificación del carácter de los individuos, por su parte, originará cambios en el sistema social.

Para Fourier (2002, p. 71),³⁸ as experiências e o pensamento de Owen não passavam de seitas.

A seita owenista, ademais, não seduziu nem os selvagens nem as civilizações vizinhas: nenhuma tribo, nenhuma província dos Estados Unidos quis adotar este regime monástico de comunidade de bens, esse semi-ateísmo ou ausência de culto divino e outras monstruosidades que o Sr Owen deduz da palavra associação. Ele lança ao descrédito a palavra; ele a torna objeto de especulação, fantasiando-a com formas filantrópicas; e desperta a apatia das corporações de sábios a respeito desse grande problema, sua negligência em precisar as condições a cumprir e o objetivo a atingir, dando motivos aos intrigantes para desviar a atenção sobre o tema”.

Charles Fourier foi um crítico tenaz do sistema de industrialização, que se perguntava se a indústria era realmente uma coisa boa para a sociedade, no auge do liberalismo econômico. Como possível resposta à sua pergunta, Fourier procurou o bem-social analisando as paixões humanas. A partir das paixões humanas, Fourier fundamentou uma proposta revolucionária para organização da mão de obra. Di Filippo (2003, p. 59, grifo da autora), salienta que,

Fourier llega enunciar al menos ochocientas pasiones distintas, que hace jugar en su intento de diseñar una sociedad a la medida del hombre, combatiendo la deshumanización generada por la ética económica del primer capitalismo. La pasión por el deseo de cambio novedad, que cultiva el gusto por la intriga y la emulación que resulta de la rivalidad, le sugiere la organización de esa célula social llamada falansterio en cuyo seno el trabajo, basado en la asociación, resultaría atractivo por la multiplicidad de actividades y de pasiones que supondría.

Na interpretação de Diva Pinho (1987, p. 22), Fourier imaginou os falanstérios como centros reformadores de toda a sociedade. Com a ideia de um sistema de comunidades autossuficientes, denominadas falanges, o pensamento de Charles Fourier ganhou muitos seguidores. Dentre as defesas de Fourier está a “desigualdade entre ricos e pobres ser obra

³⁸ Originalmente publicado em 1829.

divina e que, portanto, deveria ser respeitada, afinal, na lógica de Fourier tudo que vem de Deus é bom”.

Fourier não abandonou a defesa da propriedade privada e tampouco defendia uma sociedade comunista, o que parece uma contradição para quem luta contra o capitalismo. Seu pensamento é anti-igualitário e antidemocrata, defendendo também o direito de heranças. Dessa maneira, o falanstério não elimina a propriedade privada, pertencendo a uma determinada associação, onde todos podem ser associados (capitalistas, proprietários e trabalhadores). Dessa maneira, ele reafirmava a noção de Estado federativo, constituído de associações livres. Nas palavras de Pinho (1987, p. 23), o falanstério é “um grande hotel em regime comunitário”.

Conforme Aloísio Teixeira (2002), Fourier foi menos expressivo que Saint-Simon³⁹ e Owen, mas o autor reconhece a sua grandeza, principalmente em relação às suas críticas ao capitalismo e à sua interpretação global do universo. Assim, procurou reorganizar a sociedade por intermédio da associação voluntária. Tal projeto reflete os anseios da classe média urbana prejudicada pelo desenvolvimento capitalista.

No texto *O novo mundo industrial e societário*, publicado em 1829, Fourier apresentou a sua tese sobre o que seria uma sociedade mais solidária. Criticou a concentração de riqueza, advinda com o capitalismo, e reforçou a ideia de uma ordem distributiva, a qual, segundo Fourier (2002, p. 67), deveria garantir:

- a) repartição proporcional e participação da classe pobre nesse crescimento de produto;
- b) equilíbrio da população, cujo crescimento ilimitado poderia neutralizar imediatamente uma quadruplicação e até mesmo uma decuplicação da riqueza efetiva.

Para Fourier (2002, p. 74), a atração industrial seria formada a partir da experiência das Séries Passionais, permitindo que o modelo fosse imitado, inclusive por todos os selvagens e por todos os negros da África. Sobre o novo mundo societário Fourier (2002, p. 68-69) argumentou.

É sobretudo para os sábios e para os artistas que o regime societário será um novo mundo e um mundo direito; eles conseguiram facilmente o objeto de seus mais caros desejos, uma imensa riqueza, muito maior do que podem esperar no estado civilizado, para eles um

³⁹Conforme Di Filippo (2003, p. 63-64), a ordem social para Saint Simon viria de uma transição, a própria Revolução Francesa foi vista por ele como uma transição, das forças temporais e espirituais às mãos dos industriários. Saint-Simon não propagava o desaparecimento da religião, ao cair o sistema feudal, defendia a sua adequação aos progressos científicos. Dessa maneira, a transição, para ele, viria com a reunião de homens de uma sociedade entendida como um corpo social, onde todas as partes contribuem de maneira diferente ao todo. Esta noção da sociedade como um órgão se deu do mesmo modo que a fisiologia estuda os indivíduos, não sendo a sociedade encarada como um aglomerado de indivíduos.

verdadeiro caminho de espinhos, no qual são cobertos de desgostos e submetidos a todas as servidões.

[...]. Quanto às outras classes, às quais anunciou a quadruplicação da renda, vão inicialmente acusar-me de exagero; mas a teoria societária é de tão fácil compreensão que qualquer um poderá julgá-la e avaliar, de forma rigorosa, se é verdade que o método natural, descrito aqui sob a denominação de Séries Passionais, irá levar a um produto que seja o quádruplo do de nossa indústria, fragmentada e subdividida em tantas unidades de produção quanto o número de famílias.

O idealizador das falanges combateu criticamente outros autores, Owen e Saint-Simon foram seus principais alvos. Para Fourier, esses autores falavam sobre associação sem conhecimento da finalidade e do vínculo societário. A atração passional seria o único caminho de sucesso na associação, na qual pobres também estariam satisfeitos na atração industrial, “transformando o trabalho em prazer e garantindo a permanência do povo no trabalho e a obtenção do *minimum* que lhe teria sido adiantado”. (FOURIER, 2002, p. 70).

A partir desse ideal coletivo, a grande maioria dos pesquisadores credita a Fourier o título de *pai do cooperativismo*,⁴⁰ e sua teoria nos oferece pontos de contato com outros pensadores de sua época e posterior a ela. Curiosamente, os dois principais socialistas, considerados precursores do cooperativismo e com grande destaque, Owen e Fourier, não concordavam sobre a concepção de associativismo adotado, Fourier se achava muito mais revolucionário do que Owen. Em síntese, os dois desejavam ver no associativismo uma evolução para um Estado associativo, capaz de se autogestar, com cooperação entre classes e baseado na ajuda mútua, igualdade e justiça, dentro da lógica capitalista e liberalista.

Por fim, falemos da contribuição de Philippe Buchez. Dentre os seguidores ilustres de Saint-Simon, Buchez permaneceu com a ideia de cooperação entre as classes, ampliando os horizontes da tese de fisiologia social do mestre. Para ele, a ideia de progresso e as analogias sociais com o corpo humano foram elementos próprios da história. Assim, “una fisiología social en la que los primeros principios hacían de la especie humana un ser colectivo que se desarrolla en la sucesión de generaciones siguiendo una ley verificable por la observación”. (BUCHEZ, 1834, p.48 apud DI FILIPPO, 2003, p.80).

⁴⁰A bandeira do cooperativismo, inclusive, foi inspirada nas cores do arco-íris, conforme Fourier pensara como símbolo do falanstério, de paz universal e esperança na humanidade em um mundo mais justo. Charles Gide propôs essa bandeira como símbolo no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, em 1923. Essa informação é amplamente difundida nos sites institucionais das Federações e confederações cooperativas. (HISTORIA, Filosofia, Doutrina, Principios, Valores y Fines del Cooperativismo. Paraguai, <https://bit.ly/2sxCi2>. Acesso: 04/06/2017). Gide defendia que a base do cooperativismo estava no pensamento de Fourier (PINHO, 1983, p. 32).

Buchez tornou a história factível e comparável, utilizando o método de observação, o qual era eminentemente aplicado nas ciências da natureza. Para ele, o progresso era algo previsível, em acordo com o devir histórico. Para a configuração do seu projeto de ciência da sociedade, ele acrescentou a Biologia, conforme Di Filippo (2003, p. 81) afirma.

El progreso de la especie humana es el resultado de la sucesión de edades lógicas que se resuelve en un paralelo entre la fisiología individual y la social. “La sociedad es como un hombre, está dotada de deseos que exigen su satisfacción, vive, se agita y cuando más se agita, más viva está. Porque tiene una vida vegetativa está sometida a tendencias invariables, porque tiene una vida animal ofrece las alternativas y sucesiones de movimientos lógicos”.

De acordo com a mesma autora, somente com a previsão poderia se pensar a indústria, que para Buchez tornar-se-ia uma subdivisão da ciência. Isso era uma forma de se contrapor aos economistas que estavam agindo, no seu ponto de vista, ao acaso e com interesse na lei da oferta e da demanda.

Buchez foi profundamente católico, o que explica sua aproximação com Saint-Simon. Ele foi mais entendido como um sanitsimosiano do que um, propriamente dito, precursor social. No entanto, para nossa compreensão de princípios associacionistas, Buchez torna-se um precursor de experiências com êxito. Ele colaborou com o jornal saintsimosiano *Le Producteur* (1824-1828).⁴¹ Em 1828, tornou-se dissidente da Escola de Saint-Simon e passou a defender a tese de uma associação cooperativa aos produtores livres. Nesta cooperativa, poderiam se organizar e realizar as seguintes funções: a) ter fundo em comum, mediante as economias de todos; b) obter empréstimos; c) produzir coletivamente; d) assegurar a todos um salário; e) reunir o lucro num fundo comum. (PINHO, 1987, p. 25).

Luiz klaes (2005, p. 69, grifo da autora) salienta que,

Philippe Buchez dava grande importância a esse “fundo indivisível, indissolúvel e inalienável”, pois via nele a forma de se evitar que estas associações, constituídas em benefício geral dos trabalhadores, se convertessem em empresas particulares a serviço de determinados grupos de associados. Esta preocupação o induziu a propor que tais sociedades não pudessem emprestar a trabalhadores não associados por um período superior a um ano, entretanto uma vez transcorrido este tempo, admiti-lo-ia como novo membro.

⁴¹Encontramos duas datas da colaboração de Buchez ao jornal. Diva Pinho (1987) nos fala em 1824, e na tese de Luiz Klaes (2005) há a data de 1826. Controvérsias à parte, o que nos interessa é mostrar o seu envolvimento com o pensamento da Escola de Saint Simon e sua ruptura. Klaes (2005, p. 49-74) traz em sua tese umas informações sobre sua biografia, assim como de Fourier, Owen, Blanc e King.

Em 1831, Buchez publicou *Meio de Melhorar a Condição dos Assalariados e das Cidades*. Apresentava, nesse trabalho, que as melhorias seriam possíveis por meio de uma associação profissional com um determinado número de trabalhadores. Das disposições essenciais, destacamos duas delas: a) a capitalização de recursos dava-se com o ingresso, o que tornava o associado dono deste empreendimento coletivo (das máquinas e do próprio *office*); b) o associado era considerado um empresário que poderia eleger um ou vários representantes para a associação. (PINHO, 1987, p. 26). O modelo associativo de Buchez lembra-nos as corporações anteriores ao século XIX. Trata-se de dizer que o cerne da ideia está nos trabalhadores, de uma mesma indústria ou comércio, exercem funções e são responsáveis pela empresa. Da possível adaptação de Buchez configurou-se uma cooperativa. Nas disposições destacadas, temos a adesão por cotas de capital, o entendimento de empresário e o exercício do voto no seu interior. A associação de Buchez não possuía aspirações generalizantes da sociedade.

Recém passada a Revolução de 1830 da França, o governo provisório incentivava a criação de cooperativas de produção, o que parecia ir em acordo das ideias de Buchez. No entanto, Buchez não aceitava a intervenção do Estado, promovendo cooperativas privadas. Em 1831, com influência direta de Buchez, foi criada em Paris pelos tecelões de seda a *Societé des Bijoutiers en Doré*. Essa foi a cooperativa de produção de maior expressão, ao lado das *oficinas* de Blanc. (PINHO, 1987, p. 27).

Em 1832, Buchez publicou na revista *L' Européen*. Pouco tempo depois, em Lyon, várias associações foram sendo criadas aos moldes buchezianos. Para Watkins (1973), o modelo associativo de Buchez foi o mais organizado desta década. Ele procurou listar algumas orientações práticas, mas não conseguiu elaborá-las, dificultando o funcionamento da associação, inclusive para a realização de empréstimos. Aquelas associações que resistiram, por algum tempo, foram mantidas pelo Estado, até 1855. O interessante é que essas experiências influenciaram outras, "la idea de cooperativas obreras de producción inspira na Francia algunas conversiones famosas de empresas privadas de decoración Lectaire y de la fundición de J.B.A. Godin". (WATKINS, 1973, p. 23).

O otimismo empreendido por estes intelectuais se mostrava como uma alternativa ao progresso. O progresso idealizado por esses socialistas pode ser visto como reacionário, pois difundia um socialismo que queria reverter à industrialização ou retroceder ao primeiro estágio do processo. O setor agrícola foi destacado, diante da verdadeira pobreza que o meio atravessava. Contudo, o foco desses socialistas, ainda que romantizado e conservador, estava em buscar soluções para àquela realidade de extrema pobreza, "especialmente entre os trabalhadores assalariados que não possuíam propriedades, os

trabalhadores rurais domésticos e, é claro, entre os camponeses pobres ou entre os que vinham da terra infértil". (HOBBSAWM, 2017, p.321).

No capítulo anterior, vimos as experiências específicas do cooperativismo de crédito na França e na Alemanha. Nesse, buscamos identificar as contribuições dos intelectuais socialistas que, ainda hoje, seguem influenciando o movimento cooperativo em sua perspectiva como um movimento social.

3.2.1 A Constituição da Aliança Cooperativa Internacional e a Unificação da Doutrina Cooperativa

Como vimos anteriormente, há diferentes correntes interpretativas do cooperativismo a partir da concepção de sociedade daqueles socialistas. Procurando colocar em prática a solidariedade, é possível desenhar duas correntes, que se tornaram complexas no seu interior. De um lado, está aquela procura no associativismo e no cooperativismo uma terceira via, transformando-os em um sistema ou, até mesmo, em um lugar autônomo e harmonioso. Essa primeira interpretação está mais ligada às experiências francesas e inglesas, do século XIX. Por outro lado, está a busca por uma reforma social que, baseada na ajuda mútua, minimizaria os males do capitalismo e do individualismo, oportunizando aos mais pobres alguma autonomia e autogestão da sua produção, além de também oferecer aos mais afortunados a possibilidade de concorrer no mercado com as grandes corporações, unindo-se coletivamente.

Sempre que possível, frisamos que a criação e o pensamento cooperativo estavam simultaneamente sendo gestados. Olhemos agora para o processo de unificação dos princípios cooperativos frente às diversas ideias e experiências que se tinha à época. Foi nesse processo que a institucionalização internacional do cooperativismo ocorreu, com a fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1895. A principal referência que encontramos sobre o tema foi a bibliografia de William Pascoe Watkins (1893-1995), inglês, professor de cooperativismo e pesquisador sobre a história da ACI. Ele foi membro de uma cooperativa inglesa e atuou, inclusive, como ex-diretor da ACI no período entre 1951-1963.

No livro em que escreve sobre a história da ACI, Watkins (1973) faz uma homenagem aos autores que fizeram o mesmo antes dele e destacou a relação que esses tinham com a ACI, ou seja, se haviam sido membros da associação ou se eram pesquisadores independentes. Para o autor, essa informação é relevante, assim como é para nós, para se pensar na narrativa histórica. Watkins coloca-se no lugar de historiador oficial da ACI, dada sua forte ligação com ela, inclusive, afetivamente. Ele teve livre acesso aos documentos necessários para a escrita dessa história, além da colaboração de autoridades e funcionários da ACI. Por que nos referimos a isso? Para nós, essa

informação também torna-se indispensável para análise que queremos fazer da doutrina cooperativa. Interpretamos a partir dessa consciência de escrita histórica que Watkins se refere, considerando o seu lugar de fala e as escolhas que fez para nos contar a história da ACI.

Sobre a sua compreensão histórica do cooperativismo, Watkins (1973, p. 11) observa: “Historia, en este sentido, es una base necesaria de la política cooperativa y el complemento indispensable para el estudio de los principios cooperativos”. E, para se escrever uma história é necessário decidir quais fatos serão contados, estabelecendo uma diferença entre o historiador *científico* e *oficial*. Nas palavras de Watkins (1973, p. 13),

[...] a diferencia del historiador científico, que puede llegar a la interpretación de los hechos desarrollando con libertad su inteligencia y la libre elección de los métodos científicos de investigación, el historiador oficial no goza de esas libertades. Tiene que mantenerse en estrecho contacto con las evidencias y observar fielmente una abnegada disposición en relación con comentarios e interpretaciones, de manera que los hechos puedan por sí mismos explicar y él lector extraer su propias conclusiones.

É possível se ter duas ou mais interpretações dessa citação. A primeira é que o historiador científico teria mais autonomia para interpretar; a segunda, que ele poderia usar esta liberdade para fins de imaginação ou acrescentar inverdades. Ficamos com a primeira opção, pois a liberdade implica o compromisso com a verdade daquela realidade (que pode ser diferente do tempo da escrita ou até contraditória) e responsabilidade ao contar esta história. Com essas observações sobre o autor presentes, vejamos primeiro quais princípios que foram utilizados como referência para a unificação da doutrina cooperativa.

Os princípios conhecidos atualmente⁴² no movimento cooperativo foram feitos a partir das regras propostas pela cooperativa inglesa, amplamente conhecida como Pioneiros de Rochdale. Em síntese, a cooperativa e suas normas foram apresentadas ao mundo, conforme apresenta José Odelso Schneider (1994, p. 11).

Eis os princípios, postulados em 1844, divididos em dois grupos: a) Princípios gerais, de inspiração democrática: 1. adesão livre; 2. controle democrático; 3. neutralidade política, religiosa e étnica; 4. desenvolvimento do ensino. b) Princípios especiais: 1. vendas segundo o justo preço; 2. retorno pro rata das compras; 3. vendas a dinheiro e a vista; 4. juros limitados ao capital.

⁴²No Congresso de Viena da ACI, de 1966, os princípios cooperativos foram reafirmados, conforme veremos mais adiante neste capítulo. Outra mudança nos princípios foi feita no Congresso de Manchester da ACI, de 1995, e acrescentado o interesse pela comunidade: 1) Adesão livre e voluntária; 2) Gestão democrática; 3) Participação econômica; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação; 7) interesse pela comunidade. Essa alteração teve como principal foco de preocupação a reorganização de princípios, agregando elementos que estavam destacados, como a neutralidade religiosa e política. A neutralidade que antes era um princípio pode ser refletida e compreendida a partir dos dois primeiros princípios.

O grupo de vinte e oito tecelões foram responsáveis pela criação da *Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale*, no condado de Lancashire, Inglaterra, iniciando suas operações em 21 de dezembro de 1844, Toad Lane, Rochdale. (HOLYOAKE, 2016, p. 17). Rochdale foi uma paróquia (*Parish* ou *Town*: pequena cidade) que se configurou como um centro fabril têxtil⁴³ (tapetes, lãs e flanelas, industrializados e comercializados ali, bem como a seda e o veludo), isto é, se insere na realidade desenvolvimentista industrial do século XIX, de algodão e lã. Nos anos de 1840, os problemas da cidade industrial acirravam-se, ao lado das frequentes más safras. Esse cenário contribuiu para a constituição de um grupo associativo diverso, trabalhadores do campo e da cidade, embora se sobressaísse o industriário. (BHO, 1911).

Esta cooperativa inglesa constituiu-se como uma cooperativa de consumo e foi fundada baseada na ajuda mútua e na cooperação entre seus associados, cujo fim se destinava a abastecer o seu pequeno mercado e comercializar quatro produtos, indispensáveis para as famílias empobrecidas, sobretudo, os industriários tecelões, são eles: açúcar, farinha de trigo, farinha de aveia e manteiga. Esses alimentos básicos estavam com alto custo e frequentes adulterações pelos comerciantes. Em meio às tensões socioeconômicas daquele contexto, essa foi a solução encontrada pelos trabalhadores para amenizar os prejuízos que estavam tendo, com o avanço do liberalismo e das más condições de trabalho nas fábricas. (WATKINS, 1973, p. 21-22; HOLYOAKE, 2016).

Georges Jacob Holyoake (1817-1906), britânico e fervoroso militante a favor da separação do Estado e a Igreja, ao escrever a *História dos Pioneiros de Rochdale* (2016)⁴⁴, na segunda metade do século XIX, afirma que esta foi a primeira cooperativa que se inspirou no pensamento de Robert Owen, o qual tem sido visto por uma maioria de especialistas do cooperativismo, como o mais notável socialista, o idealizador da cooperação. Nessa obra, o autor (HOLYOAKE, 2016, p. 14) salienta que a cooperativa desejava transformar o mundo a partir das proposições que os seus sócios aderiram em 1854, as quais transcrevemos abaixo.

“La Sociedad tiene por finalidad y por objeto realizar un beneficio pecuniario y mejorar las condiciones domésticas y sociales de sus miembros, mediante el ahorro de un capital integrado por acciones de una libra esterlina a fin de llevar a la práctica los siguientes planes:

“Abrir un almacén para la venta de provisiones, ropas, etcétera.

“Comprar o construir un cierto número de casas destinadas a los miembros que deseen ayudarse mutuamente para mejorar su condición doméstica y social.”

⁴³ Atualmente Rochdale é uma cidade residencial e faz parte do condado de Manchester.

⁴⁴ Originalmente publicado ca.187?

“Iniciar la fabricación de los artículos que la sociedad estimare conveniente para proporcionar trabajo a los miembros que estuvieran desocupados o sujetos a repetidas reducciones de sus saláries.

“A fin de dar a sus miembros más seguridad y mayor bienestar, la Sociedad comprará o adquirirá tierras que serán cultivadas por los sócios desocupados o cuyo trabajo fuera mal remunerado.”

Dez anos após a sua fundação, os sócios da cooperativa de Rochdale estruturam os objetivos e a finalidade da instituição, buscando organizar a produção, a distribuição e a educação, conforme Holyoake (2016) nos apresenta em seu processo desde 1844. A ideia de associar à criação da cooperativa com Owen, está ligada ao fato da cooperativa ter expressado o desejo de estabelecer entre eles “uma colônia indígena, que se basta a si mesma”, o que remete diretamente ao pensamento do socialista. Assim como os sócios terem prezado pela temperança, sobre essa característica, Holyoake sublinha como segundo plano.

Há um consenso entre os estudos teóricos que a economia cooperativa inicia com o Fourier, sobretudo, com seus dissidentes que procuraram colocar em prática a sociedade cooperativa idealizada pelo mestre. No entanto, pesquisas recentes nos mostram que, durante o ano de 1833, saitsimosianos de Lyon passam a se reunir mais efetivamente e formaram vários grupos, principalmente, com a elite intelectual (médicos e escritores), da qual Michel-Marie Derrion, fundador da primeira cooperativa de consumo francesa, frequentava.⁴⁵ (BAYON, 2000). Esses grupos começaram a reivindicar as ideias de Fourier, acreditando que elas lhes afastavam do pragmatismo mutualista de Saint-Simon. Na verdade, para todos aqueles seguidores dos precursores, owenistas, fourieristas, proudhonianos e cabetianos, não estava claro o que de fato diferenciava o cooperativismo dos princípios associativos. As concepções que mais se aproximavam, afirma Watkins (1973, p. 20), eram de Owen e Fourier.

Ainda na França, teve-se a associação de Buchez, em Paris, organizada em estatuto e difundida na imprensa, ganhando grande expressão em 1831. A ideia de organização dos trabalhadores tomou força, principalmente, depois dos anos de 1840, com Louis Blanc, publicando artigos em revistas a favor dessa forma de organização trabalhista. O que pesa na análise daqueles que se dedicam à problemática das origens do cooperativismo é a pretensa falta de um estatuto com princípios mais claramente constituídos das cooperativas francesas, anteriores à inglesa. Dessa maneira, elas se afastariam da ideia de uma

⁴⁵A *Le Commerce Véridique et Social*, teve uma curta atuação, em Lyon, entre 1835-1838. Ela foi constituída aos moldes de princípios socialistas e democráticos. Ao considerá-la cooperativa, ela torna-se anterior a inglesa e abre-se uma discussão teórica que não se finda em si mesma, pois está preocupada em quem deu o primeiro passo nas origens do cooperativismo, se essa experiência ou aquela dos Pioneiros.

associação trabalhista, ao passo que os Pioneiros teriam feito suas normas com excelência. Mas o que é ser uma cooperativa nesses tempos? Pergunta que nos parece relativamente objetiva, tendo em vista que a ideia de associação e de cooperativa estava baseada na democracia, na equidade e na solidariedade.

Segundo Watkins, (1973, p. 26), naquele tempo, exilados da França e da Europa Central, democratas, republicanos e socialistas, encontraram refúgio na Grã-Bretanha, e tomaram conhecimento da cooperativa de Rochdale, a qual se tornava muito conhecida a partir dos anos de 1850. O livro de Holyoake teve origem em suas publicações anteriores. Em 1856, publicou no *Daily News* de Londres uma série de artigos que contavam a história dos Pioneiros de Rochdale. Os artigos foram traduzidos para o francês e, anos mais tarde, para o alemão e outras línguas. Para o Watkins, ao retornar para os seus lares, os exilados puderam falar em cooperação sem medo de perseguição política, pois a experiência de Rochdale era simples, com objetivos bem definidos e sem ameaça ao Estado ou a transformação social. Outros dois nomes ingleses foram importantes nessa divulgação, Edward Vansittart Neale e John Malcom Ludlow.⁴⁶

De acordo com Bórea (1917), o professor alemão Victor Aimé Huber, inaugurou na Alemanha o cooperativismo de consumo, entre 1847 e 1869 (ano de sua morte), como um verdadeiro teórico e discípulo da experiência rochdaleana. Ele realizava conferências regionais, a fim de propagar o cooperativismo. Esses exemplos sobre o acolhimento da ideia dos Pioneiros e a sua divulgação, servem para que possamos dimensionar, mesmo que ligeiramente, o crescimento do que agora se pode dizer, movimento cooperativo, fortemente marcado pela experiência inglesa.

Realçamos essa ampla difusão dos princípios e forma de cooperação rochdaleana porque, depois da criação da Aliança Cooperativa Internacional, ela se intensificou ainda mais, como modelo a ser seguido. Contudo, ressaltamos a existência de outras formas de cooperação e a possibilidade das outras delas possuírem estatutos ou normas próprias, como já estava ocorrendo e procuramos mostrar. A partir de década de 1860, todas aquelas primeiras experiências europeias de associação-cooperativa começaram a encontrar seu próprio caminho e a se desenvolver dentro de seu contexto. As cooperativas de Raiffeisen e de Schulze-Delitzsch aperfeiçoaram suas práticas de economia, expandindo-se cada vez mais, assim como aquelas associações que desejavam uma transformação da ordem social, reacenderam com as tendências liberais, procurando colocar em prática projetos possíveis e realizáveis dentro do sistema. Se Rochdale recebeu grande atenção dos intelectuais e

⁴⁶De acordo com Holyoake (2016, p. 83), Ludlow e Neale fizeram parte da *Sociedade Para o Desenvolvimento das Associações de Trabalhadores*, a qual foi responsável por projetos de lei enviados ao Parlamento sobre o cooperativismo. Esse último, ao lado de E. O. Greening, estavam presentes na inauguração de um novo armazém da cooperativa de Rochdale, em 1867, como também, havia a presença de autoridades do Parlamento.

políticos da época, as caixas de crédito de Raiffeisen e os bancos populares de Schulze-Delitzsch também a receberam. As cooperativas inglesa e alemãs foram sendo reconhecidas como modelos de cooperação, de consumo e crédito respectivamente, ganhando o cenário internacional.

Com toda a efervescência do pensamento cooperativo, a ideia de uma associação internacional foi tomando forma nos anos de 1860, a fim de reunir todos os modelos de cooperação que as representasse. De acordo com Watkins (1973), foi Jean Pierre Beluz, discípulo de Étienne Cabet desde 1846 e autor de *Las Asociaciones Consecuencias del Progreso* (1863), que sugeriu uma aliança internacional e financeira entre as cooperativas britânicas e a *Le Travoil* (Sociedade de Crédito ao Trabalho, fundada em 1863), da França. Em 1866, essas cooperativas conseguiram planejar um Congresso Cooperativo, para conhecer as cooperativas existentes nos países e mostrar a proposta de associação internacional. Para 1867, outro congresso se realizaria em Paris, durante a Exposição Universal, mas não se realizou devida à não autorização do evento por autoridades parisienses. Esse primeiro esforço de agregar as cooperativas foi significativo para também incentivar a organização local e regional de cooperativas. Os congressos nacionais passaram a ocorrer na Inglaterra desde 1869, exercendo o cargo de secretário geral da União de Cooperativas, Edward Vansittart Neale.

A busca por reconhecimento do Estado também foi iniciado na década de 1860. Era necessário respaldo jurídico para funcionamento cooperativo, como elaborar os estatutos e obter registro de autenticidade cooperativa. França e Alemanha, por exemplo, obtiveram êxito em 1867. Sobre isso, William Watkins (1973, p. 38) pondera,

Por un lado, un movimiento que trabaja para promover hábitos de ahorro entre los trabajadores y educarlos en la gestión de sus propias empresas, significaba un efectivo antídoto contra el descontento y la agitación; y por outro, era esencial, en primer término, que las cooperativas fueran reconocidas como personas morales, distintas de sus socios individuales, autorizadas para efectuar transacciones comerciales y administrar bienes en su propio nombre.

Na década de 1880, a vontade da internacionalização foi retomada. Até esse momento frisamos que o cooperativismo estava ocorrendo em suas múltiplas definições de valores associativos e em suas práticas. Nas últimas duas décadas do século XIX, entraram em cena outros intelectuais que contribuíram amplamente para difusão do cooperativismo e da cooperativa inglesa de consumo de Rochdale, e se torna indispensável que falemos dos franceses Édouard de Boyve e Charles Gide. O primeiro é citado por Bórea (1917) como o criador do movimento cooperativo na França. De certa forma, Bórea pode ter razão, se considerarmos a influência que Boyve exerceu na união mais eficaz entre as cooperativas

nacionais francesas e britânicas. Além disso, o cooperativismo, como um movimento mais ou menos homogêneo, configurou-se na década de 1880 como uma corrente de pensamento que determinou cooperativa a associação com fins econômicos.

Na Alemanha, como movimento, o cooperativismo também crescia. Em 1883, se constituía a *União das Cooperativas Agrícolas Alemãs* durante o congresso de Hamburgo. (KLAES, 2005, p. 92). Em 1894, inaugurava-se a União Central das Cooperativas de Consumo da Alemanha.⁴⁷

Voltando ao caso, às influências de Boyve e Gide: o primeiro adotou os princípios rochdaleanos e estabeleceu um órgão central de propaganda da cooperação de consumo na França (WATKINS, 1973, p. 38). Até então, o ramo de cooperativa mais evidente no país era de produção. Porém, em Nimês, havia uma cooperativa de consumo, presidida por August Fabre, protestante e simpatizante das ideias de Fourier.

Boyve (1840-1923), também protestante e aristocrático, muda-se para Nimês, em 1880. De acordo com Pinho (1983, p. 37-38), Boyve era um dos maiores representantes da *Escola Socialista Cristã* e mantinha correspondências com Vansittart Neale, secretário da União Cooperativista da Inglaterra. Com o desejo de criar uma sociedade educativa para adultos, naquela localidade, Boyve e Fabre uniram-se e criaram a *Société d'Economie Populaire*. Essa Sociedade foi presidida por Boyve e ganhou grande proporção, passando a ser conhecida por *Escola de Nimês*. A mesma autora atribui a denominação da escola como pejorativa, conforme publicado por Ernest Brelay, economista da escola liberal. Talvez, com a preponderância de um ensino baseado na moral e na ética social protestante, a denominação pode ter sido dada para desqualificar o ensino ofertado pela instituição de Boyve e Fabre. Watkins (1973) também considera a intenção de desqualificar a escola ao não chamarem a Sociedade pelo seu nome, e também revela que este nome *Escola Nimês* foi dado pela diferença e pela qualidade do que se fazia ali.

No ano de 1885, aconteceu o Congresso de Cooperativas, em Paris, com forte influência de Boyve e Fabre (Itália também teve seu primeiro congresso nacional, no mesmo ano, em Milão). Charles Gide (1847-1932), professor de economia política, vai ter maior expressão no congresso de 1886. Ele era conterrâneo de Fabre, e frequentemente mantinham contato. Gide foi convidado por Fabre e Boyve para dar uma conferência na escola que criaram, a *Sociedade de Economia Popular*, sobre os problemas econômicos da

⁴⁷A primeira cooperativa alemã de consumidores foi fundada em 1850, na Saxônia. Em 1899, a legislação cooperativa (*Genossenschaftsgesetz*) é promulgada. Schulze-Delitzsch (cooperativas comerciais), Raiffeisen (cooperativas rurais), Huber (cooperativas de habitação) e Pfeiffer (cooperativas de consumo) moldaram o desenvolvimento do movimento cooperativo alemão com os princípios de autoajuda, autogoverno e autorresponsabilidade. (ASSOCIAÇÃO CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES ALEMÃS, Disponível em: <https://www.zdk-hamburg.de/>. Acesso: 04/06/2017).

época. Outras reuniões foram realizadas em Lyon entre eles. Diva Pinho (1983, p. 32). registrou o discurso que Gide proferiu no II Congresso de cooperativas francesas, em 1886:

En este, expusó las ideas de Fourier, mostrando que el cooperativismo tenía sus raíces en el pensamiento de ese autor, y que su finalidad era la supresión de la lucha de clases mediante la abolición del, trabajo asalariado, de los intermediarios comerciales y de los patrones, en la esfera productiva.

Esse congresso, realizado em Lyon, reuniu representantes do cooperativismo inglês, como Neale. Gide defendeu a solidariedade humana e a justiça e condenou o trabalho assalariado. “Gide proferiu um verdadeiro discurso-programa, no qual lançou as bases da doutrina cooperativa. Em seguida, em numerosos estudos posteriores, ampliou e aprofundou os princípios doutrinários cooperativistas”. (PINHO, 1966, p. 25). Desde então, Gide passou a estudar e a sistematizar as ideias cooperativas que estavam dispersas, sobretudo, o pensamento rochdaleano, atitude que lhe rendeu fama e expressivo reconhecimento, como um difusor cultural do movimento cooperativo.⁴⁸

Gide tinha como pretensão uma nova ordem por meio do cooperativismo, ele queria constituir uma República Cooperativa e para se chegar a ela previu três etapas principais: 1) organizar as cooperativas de consumo de tal maneira em que a lucro não exista; 2) criar cooperativas de produção industrial com os próprios fundos das cooperativas de consumo; 3) organizar cooperativas agrícolas. Nas cooperativas de produção ou industriais abolir-se-ia o salário. (PINHO, 1983, p. 41). Ele destacou o consumidor, a ideia de uma *hegemonia do consumidor* pressupõe que todas as pessoas de uma sociedade são consumidoras e, portanto, esse deveria ser o objetivo último da cooperativa. De acordo com Pinho (1966, p. 56), Gide pensou:

[...] a cooperativização integral da sociedade, partindo das cooperativas de consumo para chegar, por etapas sucessivas, às cooperativas de produção industrial e agrícola. É o seu célebre ‘Programa em Três Etapas’ que permitirá atingir a ‘República Cooperativista’, qualificada de utópica por alguns cooperativistas, e defendida com ardor por outros.

Gide entendia que ajudar o próximo em regime de cooperação era útil e moral. A solidariedade para ele se trata de um interesse geral. De acordo com Walmor Franke (1973), ele rechaçava o capitalismo e o seu individualismo competitivo, assim como o comunismo. Para ele, o comunismo ameaçava a liberdade do Homem, subordinando-o à

⁴⁸ É claro que houve outros sistematizadores, que certamente eram conhecidos em suas respectivas regiões, como, por exemplo, o trabalho de Eduardo Pfeiffer, Ele fazia parte de um grupo de Hamburgo e desde, pelo menos, 1883 propôs na Alemanha um sistema econômico cooperativo que se opusesse ao socialismo, possibilitando uma reforma social, lenta e pacífica. Conforme Pinho (1983), a falta de maior divulgação deste trabalho possa ter sido a barreira linguística.

máquina do Estado. Nas palavras de Gide (1908, p. 17-18 apud FRANKE, 1973, p 2, grifo da autora):

Tudo isso faz temer que o Estado, pelo menos sob um regime democrático como o da França, não tenha a energia nem a independência necessárias para dirigir a produção e a repartição das riquezas ou mesmo para as controlar. Tornava-se, pois, mister que a escola político-social encontrasse, para atingir os seus fins, palavra mais popular que aquela de Estado. Encontrou-a, afinal. Chama-se solidariedade. Esta palavra, de quinze anos para cá, teve uma sorte prodigiosa. É só no que se ouve falar... Todas as leis novas a respeito do que quer que seja, denominam-se leis de solidariedade social.... Entretanto, não se deve entrever simples verbalismo nessa fórmula que substituí a palavra Estado pela de Solidariedade; é preciso que nela se veja tentativa bastante nobre para justificar a coerção legal, pondo-a a serviço de uma dívida social, de uma dívida de cada um de nós em relação a todos e, especialmente, dos favorecidos da fortuna em relação aos deserdados.[...] É evidente que a solidariedade pode realizar-se por outros meios que não pela intervenção do Estado, a começar pelos inumeráveis modos de associações. A associação cooperativa sob suas diversas formas é, juntamente com a associação sindical e a mutualidade, a solução mais frequentemente preconizada pelos solidaristas. E os solidaristas, em cujo rol nos incluímos, estimam que aquelas formas, por serem livres, são superiores à ação do Estado que é necessariamente coercitiva - o que não quer dizer que a coerção não se torne indispensável onde quer que os indivíduos sejam incapazes de realizar, por si próprios, a solidariedade livre.

Dez anos mais tarde daquele I Congresso de Paris, ocorreu em Londres, em 1895 o Congresso que constituiu a Aliança Cooperativa Internacional. Diante dos diferentes modelos de cooperação, realizou-se plenárias para todas elas, tendo sido programado o evento para toda a semana, iniciado no dia 19 de agosto de 1895. As discussões para formação da ACI estavam travadas desde 1892, até serem concluídas nesse congresso. Foi discutido as bases dos princípios cooperativos, a partir do discurso de E. O. Greening. O discurso dele, anunciando a tarefa principal da Aliança e do próprio congresso, lemos abaixo, segundo Watkins (1973, p. 58-59, grifo da autora).

Nuestra constitución ha de tener suficiente flexibilidad para unir todos los elementos que aseguren su fuerza y su éxito. No quiero significar con ello el menor abandono de los principios. Hagamos todo lo necesario para que esta conferencia las que le sigan decididas sobre todo lo que sea esencial para practicar la auténtica cooperación y se beneficiara del inmenso poderío moral que asegura una gran unanimidad para inducir a todos nuestros amigos a reconocer los puntos de vida adoptados y cesen las pequeñas discusiones locales. Pero que donde quiera sea respetado lo esencial de los principios, se tolera aquellas variedades de organización que puedan ser lealmente reconocidas como cooperativas. Tengamos nuestra puerta abierta para que toda organización cooperativa pueda adherirse a la Alianza.

A semana demandou uma série de decisões e resoluções com organização em comitês, mas destacamos aquelas que consideramos fundamentais para o entendimento da constituição dos princípios cooperativos e finalidades da ACI. Por exemplo, sobre as cooperativas agrícolas, basicamente as resoluções destacaram os benefícios econômicos e sociais dos associados da cooperativa e recomendaram ações de desenvolvimento social. Para alguns autores atuais, dentre os setores que compõem o cooperativismo, o que mais cumpre a missão dos princípios doutrinários é o setor agrário. Eles acreditam que esse setor desenvolve o trabalho cooperativo com mais eficácia, tendo em vista os fins sociais e econômicos sendo desenvolvidos simultaneamente.

Organizou-se um comitê, que teve a função de estudar a constitucionalidade da Aliança e elaborar resoluções para serem discutidas e aprovadas em assembleia. O comitê propôs 12 resoluções, as quais englobaram os princípios fundamentais de uma cooperativa. De acordo com Watkins, (1973, p. 63, grifo da autora), Aneurin Williams foi o porta voz do comitê apresentando as resoluções, a primeira diz o seguinte:

Se crea una Alianza Cooperativa Internacional entre las asociaciones y las personas físicas que ahora o en adelante se adhieran a los trabajos iniciados por el lamentado Vansittart Neale y sus amigos para promover la cooperación en todos sus formas, dándole por bases los principios de libertad y de participación en los beneficios. Las resoluciones adoptadas por el primer congreso cooperativo internacional (Londres 19-23, agosto, 1895) deberán servir de regla para la preparación de los estatutos de la Alianza y para sus actividades.

Após a leitura, houve discussões e discordâncias, principalmente, na frase que se refere aos princípios e à participação nos benefícios, isso porque formou-se dois grupos opostos, que já vinham de anos anteriores e que se enfrentaram neste congresso. De um lado, havia o grupo de Manchester, apoiado pelas uniões cooperativas de consumo inglesas, em defesa da tese de *hegemonia do consumidor*,⁴⁹ isto é, a organização de cooperativas por atacado, *wholesales*, organizando armazéns de consumo, conforme os Pioneiros. Por outro lado, estava o grupo de Londres (do qual Neale fazia parte até a sua morte em 1893) apoiado por Holyoake, pelos representantes das cooperativas de produção e de consumo francesas e pela Escola de Nimês (Desde o congresso de Lyon, Gide havia se tornado membro, no entanto, ele defendia a hegemonia do consumidor, ou seja,

⁴⁹O grupo de Manchester defendia a vitória da produção cooperativista de consumidores, com retorno proporcional às operações, ou seja ao capital). Eram os defensores dos consumidores associados. (PINHO, 1983, p. 49).

apoiando o grupo de Manchester nesse ponto.). O grupo de Londres,⁵⁰ cujas lideranças eram socialistas cristãs, defendia o plano de *emancipação do produtor*, isto é, evitar os obstáculos que o sistema *wholesales* oferecia, criando um movimento cooperativo aliado àquelas cooperativas com experiência empresarial. (PINHO, 1983, p. 42-43).

Watkins (1973, p. 60-65) ressaltou que muitos oradores quiseram a palavra, e as discussões foram calorosas. Sobre a participação dos benefícios não se chegou a um acordo. Talvez, as únicas concordâncias entre eles foram em relação ao respeito a todas as formas de cooperação e ao seguimento das normas de Rochdale. Com as reconsiderações, formulou-se o primeiro artigo (WATKINS, 1973, p. 65, grifo da autora), que ficou assim:

Se crea una Alianza Cooperativa Internacional entre las asociaciones y las personas físicas que ahora o en adelante se adhieran a los trabajos iniciados por el lamentado Vansittart Neale y sus amigos para promover la cooperación y la participación en los beneficios bajo todas sus formas. [...] Las resoluciones adoptadas por el primer Congreso Cooperativo Internacional (Londres 19-23, agosto, 1895) deberán servir de guía para la elaboración de los estatutos de la Alianza y para sus actividades.

Naquele momento, os cooperadores (de maioria inglesa) saíram com a certeza de pelo menos um princípio: o de liberdade de participação, ou seja, a adesão livre. O comitê central do congresso acolheu a proposta e colocou em pauta a natureza e os objetivos da Aliança. A declaração sobre isso começa afirmando que a cooperação é um movimento social e que, por meio de associações de trabalho e ajuda mútua, tem por objetivo proteger os interesses do trabalhador manual e intelectual. De acordo com Watkins (1973), essa foi uma declaração socialista, expressando o desejo de estreitar relações entre as organizações políticas, as cooperativas e os sindicatos, sem que um ou outro perdesse sua independência.

Destacamos a participação de Gide nesse processo. Se o plano de emancipação do produtor do grupo de Londres foi sobrepujado, o entendimento do cooperativismo dos “amigos de Neale” destacou-se na discussão. O grupo de Manchester teve sua voz ouvida em relação à hegemonia do consumidor. Gide teve grande influência nesse sentido. Mesmo que não tenha entrado no estatuto da ACI alguma menção clara sobre a participação dos benefícios de uma cooperativa, seguiu-se o que foi defendido por Gide. Ou seja, a forma como ele sistematizou os princípios de Rochdale e o seu entendimento sobre o retorno das sobras ser conforme as operações, foram acolhidos pela ACI, conforme afirma Pinho (1983,

⁵⁰Em 1892, esse grupo anglo-francês lançou um documento de oito páginas, *Proposal for an International Alliance of the Friends of Cooperative Production* (Proposta para uma Aliança Internacional dos Amigos de Cooperativas de Produção), que reivindicava as concepções cooperativas dos Pioneiros de Rochdale. Esse documento foi assinado por Neale e Greening. A emancipação do produtor quer dizer também: a produção de trabalhadores cooperativizados com retorno segundo o seu trabalho e não às operações. (Ibidem, p. 40; 49).

p. 41): “a la ACI cupo incorporar las ideas doctrinarias cooperativistas sistematizadas por Gide y dar carácter normativo a la parte referente al consumo – que pasó a constituir la base del cooperativismo mundial.”

Gide se apropriou das últimas mudanças ocorridas no interior da cooperativa de Rochdale, as quais evidenciaram o objetivo de eliminar o patronato ao mesmo tempo que exercia o trabalho assalariado no interior da cooperativa. Como procuramos mostrar anteriormente nesse capítulo, os Pioneiros de Rochdale iniciaram com ideias equitativas e transformadoras. De acordo com Pinho (1983, p. 70),

En tal sentido, los Pioneros de Rochdale afirmaron que el objetivo principal de su sociedad era la distribución equitativa de las ganancias (o beneficios) provenientes de las fábricas de algodón y de lana. Sostenían que deben participar en la distribución todos aquellos que contribuyen a la creación de la riqueza. Y en el “Almanaque de Rochdale”, publicado en 1864, consta el pesar de los fundadores por la infidelidad de su cooperativa con relación a ese principio.

Contudo, salientamos que a constituição dos princípios na formação da ACI foi tão tensa e calorosa, assim como ainda hoje o é. As discussões doutrinárias ultrapassam a prática cooperativa, pois cogitam o pensamento social de cada instituição e qual o papel do cooperativismo como movimento na sociedade.⁵¹ O estatuto da ACI foi sendo construído a cada congresso seguinte, mas, os princípios e a formação da doutrina cooperativa ainda eram discutidos e permaneciam em aberto. Adotaram e institucionalizaram as regras dos Pioneiros de Rochdale, como foram entendidas por Gide, o que relevou ainda mais a sua importância.

Depois a fundação da ACI, a discussão em torno dos princípios foi retomada no XIII Congresso de Viena, em 1930. A partir de um questionário, enviado às cooperativas nacionais filiadas à ACI, perguntava-se sobre o modo que cada cooperativa aplicava os princípios de Rochdale (um homem, um voto; venda a dinheiro; dividendo sobre as compras; eliminação de benefícios sobre os preços; juros limitado sobre o capital; neutralidade política e religiosa). Com as respostas recebidas, foi organizado uma comissão especial e um secretariado geral para estudá-la durante o congresso. O resultado dessa organização foi a elaboração de sete princípios que se justificam, segundo a comissão especial, em base na história de Rochdale, escrita por George Holyoake. Outros dois princípios foram acrescentados

⁵¹Georges Fauquet (1873-1953) foi opositor e crítico da ideia de cooperativização integral de Gide, que idealizava uma República Cooperativa. “la realidad demuestra que ni la cooperativa de consumo, ni las otras formas de cooperativa, conseguirán invadir toda la economía. Pueden ocupar solamente un sector, cuya extensión variará según la naturaleza de las fuerzas económicas, la política, el ambiente y los propios cooperativistas”. (PINHO, 1983, p. 61). Conforme Pinho, Fauquet confiou no valor moral e educativo do cooperativismo, capaz de renovar os valores da civilização, e assim tornar-se-ia um movimento de qualidade.

pela comissão, que não estavam explicitamente nos estatutos de Rochdale: a venda exclusiva aos sócios e a adesão voluntária. O Comitê considerou partes imprescindíveis para se considerar uma cooperação os primeiros quatro princípios e os outros três seriam apenas orientações, conforme podemos observar no quadro 3. (WATKINS, 1973, p. 126).

Quadro 3 - Congressos da Aliança Cooperativa Internacional com elaboração dos princípios cooperativos

Viena- 1930	Paris- 1937	Viena- 1966
1) adesão livre;	1) adesão livre	1) adesão livre
2) controle democrático;	2) gestão democrática	2) gestão democrática
3) dividendo sobre as compras (distribuição do excedente, pro rata);	3) retorno pro rata das operações.	3) distribuição das sobras
4) juros limitado sobre o capital;	4) juros limitado ao capital.	4) taxa limitada de juros ao capital.
5) neutralidade política e religiosa;	5) neutralidade política e religiosa.	-----
6) venda a dinheiro, à vista;	6) venda à dinheiro	-----
7) desenvolvimento da educação.	7) desenvolvimento da educação em todos os níveis.	5) Constituição de um fundo para a educação dos cooperados e do público em geral.
Adicionados: 1) a venda exclusiva aos sócios; 2) adesão voluntária.	-----	-----
-----	-----	6) ativa cooperação entre as cooperativas em todos os planos (Intercooperação).

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de KLAES, 2005, p. 161.

No congresso de 1934, em Londres, o assunto principal foi a organização do programa econômico para o movimento cooperativo internacional, o qual também teve um comitê especial encarregado de orientar as tarefas. Nesse congresso, foi retomado a questão dos princípios, de acordo com Watkins (1973, p. 259), o informe apresentado revela que os participantes não desejaram nenhuma mudança.

No Informe da ACI de 1934, os primeiros quatro princípios foram reafirmados como imprescindíveis para a prática cooperativa, mas não deixaram os outros três apenas como orientação, mas sim como parte do plano moral e social de uma cooperativa (WATKINS, 1973). A ACI, como representante internacional do movimento cooperativo, institucionalizou e estabeleceu uma norma para ser seguida por todas as cooperativas filiadas. Porém, a ideia ainda não estava concluída, uma vez que, durante o Congresso de 1937, em Paris, voltou-se a discutir e rever os princípios junto à Comissão dos Princípios Cooperativos da

ACI. O debate desse congresso estava centrado na vida econômica e social dos associados. Nesse sentido, era preciso pensar o significado daqueles sete princípios, elaborados a partir de uma ideia do século XIX.

Somente no Congresso de Viena de 1966 que o ciclo de debates sobre a constituição dos princípios é completado. Mais uma vez, criou-se uma comissão especial para organizar as discussões e resoluções. Essa comissão foi criada para pensar em que medida os princípios de Rochdale eram, naquele momento, observados pelas cooperativas e por quais razões eles não eram cumpridos. A ACI (1966, p. 31-32) informa que,

[...] en comparación con a comissão de 1930-1937 los problemas fundamentales son los mismos. La tarea especial del Comité Especial no era solamente la de aclarar sino también reafirmar los principios transmitidos al nacimiento desde la época de los pioneros. La misma Alianza Cooperativa Internacional tenía menos organizaciones adheridas y, financieramente, dependía sobre todo del movimiento de cooperativas de consumo europeo, hecho que necesariamente debía influenciar los puntos de vista y interés de Comité Especial.

Durante o Congresso, revelou-se o conhecimento de um número expressivo de cooperativas da América Latina que ainda não eram filiadas a essa entidade representativa internacional. Nesse sentido, perceberam que a ACI estava formada, principalmente, por cooperativas de consumo europeu. Aquela comissão pode ter sido influenciada por esses dados (ACI, 1966, p. 34), conforme podemos observar:

[...] las diferentes manifestaciones existentes entre los sistemas económicos y sociales dentro de las cooperativas. Precisó reconocer que los sistemas cooperativos necesitan de variaciones no solamente segundo el tipo y propósito, pero también de acuerdo con el medio de actuación, en beneficio a los socios.

No congresso de 1966, foi abandonada aquela ideia rochdaleana de dividir os princípios em dois escalões com importâncias diferentes, isto é, em princípios democráticos e obrigatórios e outros especiais. Desaparece a neutralidade política e religiosa e a venda a dinheiro e à vista, conforme pudemos observar no quadro 3. Rui Namorado (1983, p. 51-52) salienta que a comissão da ACI de 1966 viu necessária a retirada desses dois princípios, sendo eles contemplados na justificativa de outros dois: na “adesão livre” e na “gestão democrática”, respectivamente. O autor também reconhece que a escolha desse conjunto de princípios pela ACI não é a única possível e tampouco foi uma seleção pacífica. Argumentamos que até chegar esse momento desde a década de consolidação do movimento cooperativo, em 1880, passaram-se, pelo menos, 80 anos, de discussões e resoluções, a fim de se forjar uma base cooperativa.

Nesse sentido, destacamos que somente em 1966 a ACI reconhece as particularidades de cada região, procurando formular princípios gerais que possam ser observados em todas as culturas e contextos sociais. Trata-se de algo relativamente recente, mas que ainda sim influência na categorização das cooperativas a partir de um olhar rochdaleano. Sendo o estudo desta tese dedicado a analisar cooperativas do início do século passado, ponderamos que esses princípios não contemplam unicamente aquela realidade e, portanto, não eram normas dadas e óbvias desde o início do movimento cooperativo. A partir disso, concordamos com o posicionamento de José Odelso Schneider (2012, p. 255-256) ao dizer que os Pioneiros de Rochdale constituíram o núcleo originário da doutrina, o qual foi sendo sistematizado constantemente para manter os princípios essenciais e adaptar outros, conforme as peculiaridades regionais e culturais de cada cooperativa.

Desde esta construção doutrinária, a própria palavra “cooperativismo” assume duas acepções: a primeira como um sistema econômico, e a segunda como doutrina que unifica esses princípios, ou seja, é o próprio conjunto que rege o funcionamento da cooperativa e o comportamento do indivíduo cooperado. Por isso, ele não é estático, o cooperativismo é um convite para formar um grupo ou se integrar ao movimento, que é, sobretudo, dinâmico, conforme Marluza Harres (2007, p. 371) afirma:

Difícilmente poderíamos falar de um modelo universal de cooperativismo, embora possam ser encontradas, nas mais diversas experiências, um fundo comum que pode ser traduzido nos ideais de um humanismo social. Existe uma pluralidade de estruturas e métodos, cujo desenvolvimento tem desafiado de modo positivo e inovador a preservação dos valores e princípios cooperativos.

Essa pluralidade de modelos e disputas identificadas na formulação do movimento cooperativo levanta críticas ao destacado papel que Gide teve. Ele é acusado por alguns teóricos do cooperativismo de ter modificado e subtraído o socialismo das normas dos Pioneiros Rochdale. (SERAEV, 1981 apud CERUTTI, 2000). A evidência atual dessas disputas reforçam ainda mais a justificativa do nosso estudo em buscar historicizar, estas cooperativas de crédito e seguro, configuradas como primeiras experiências em seus países, Brasil e Argentina, respectivamente. A partir de uma investigação local, procuramos elucidar de que forma os grupos de imigrantes se apropriaram de tais discussões cooperativas, formulando seus próprios princípios e valores, no início do século XX.⁵²

⁵²A Espanha, por exemplo, iniciou a organização coletiva rural a partir da crise agrícola, das últimas décadas do século XIX, tardiamente em relação aos outros países. As associações espanholas tiveram seu início com os proprietários de terra, impulsionando um corporativismo agrário que buscava a modernização da agricultura, sob o controle e direção dos proprietários rurais. As grandes concentrações latifundiárias foram reforçadas na Espanha após a revolução da

O que tivemos na Europa do século XIX foi uma forma de Cooperação que respondia aos anseios e necessidades dos trabalhadores daquele período. Dessa maneira, não há uma única origem do cooperativismo, pois os três segmentos do sistema cooperativo foram constituídos, quase que simultaneamente, em diferentes países: na Inglaterra, a cooperativa de consumo; na França, as cooperativas de consumo e de produção; na Alemanha, a cooperativa de crédito. Temos que considerar a novidade sem precedentes que, naquele contexto de ideias românticas, liberais e socialistas, instituía-se. Muitos dos precursores não tomaram conhecimento do que estava ocorrendo em outro lugar, ou se ignoravam mutuamente, até mesmo por não se reconhecerem como parte de uma mesma ideia e de um mesmo sistema, que ali, entre eles, surgia.

propriedade, mostrava um velho feudalismo com uma cara nova. O pequeno comprador ou camponês pouco se beneficiou. Nas câmaras agrícolas, por exemplo, identifica-se a primeira experiência de serviços cooperativos da Espanha, orientada fundamentalmente ao fortalecimento do grupo dos proprietários rurais, reorganizando socialmente seus empreendimentos e procurando manter a hegemonia do grupo na região da Catalunha. De acordo com Jordi Planas (2009), a presença de associações católicas, ligadas ao cooperativismo, aparece na Espanha após 1890, coincidindo com a encíclica *Rerum Novarum* (1891).

4 O PIONEIRISMO DAS COOPERATIVAS DO RIO GRANDE DO SUL E DE BUENOS AIRES E SUAS PRÁTICAS NO SÉC. XX

A cooperação é para as famílias pobres de proletários, de funcionarios que não roubam o thesouro, de soldados, e toda sorte de gente honesta, necessitada. (BRITTO, 1927, p. 11).

Até aqui, temos apresentado a constituição dos princípios cooperativos, os quais fazem parte do próprio conceito do cooperativismo enquanto doutrina. Vimos que tais princípios, tão conhecidos atualmente, foram construídos em meio a disputas ideológicas daquele contexto do XIX até primeiras décadas de XX, no interior, inclusive, do grupo dos pioneiros, amplamente divulgado naquele século e oficializado como norma a ser seguida pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Neste capítulo, retomamos nossa discussão das representações sociais e do *habitus* dos imigrantes ao forjarem cooperativas no meio rural, no Rio Grande do Sul e em Buenos Aires. As práticas empregadas em cada instituição e as normas construídas por eles podem nos sugerir algum modelo europeu, sobretudo, aqueles de crédito. Conudo, esses modelos não foram transladados tal e qual, em que pese o próprio contexto latino-americano e a realidade de cada subespaço regional, às respectivas colônias. A partir do estudo de caso, podemos analisar a própria construção de princípios cooperativos em acordo com aquele grupo que almejou a organização coletiva. Mas para que fins? O que esses imigrantes, alemães e franceses buscavam com suas ações?

Essas são perguntas que pretendemos responder sempre a partir da construção de princípios locais para organização e funcionalidade do empreendimento, sem ficarmos presos à imposição das normas rochdaleanas, como se toda a instituição cooperativa que nascia, sobretudo na América Latina, tivesse clareza delas ou somente o conhecimento delas. Quando da criação das cooperativas, *Caixa de Economia e Empréstimo Amstad* e *El Progreso Agrícola*, 1902 e 1898 respectivamente, a discussão doutrinária ainda era presente e pulsante nos congressos europeus. O que havia eram algumas diretrizes, daquilo que se

queria e daquilo que não se queria nesse “novo” movimento social, conforme abordamos no capítulo anterior desta tese. O humanismo, a solidariedade e a equidade formavam os elementos fundamentais de uma cooperativa, conforme conferências e a sistematização de Charles Gide.

Nesse sentido, a escolha do indivíduo por uma associação cooperativa em defesa de suas economias individuais e na valorização humana pressupõe um ideário socioeconômico. Como esse ideário manifestou-se para os diferentes grupos aqui estudados é o que pretendemos elucidar a partir de agora, no caso da cooperativa de Nova Petrópolis. Nossa análise foi pontual nos acontecimentos e desdobramentos sociais da cooperativa para compreensão das suas práticas, isto é, dos benefícios que a cooperação poderia trazer individualmente para cada produtor, para cada associado e para a própria comunidade onde estava inserida.

A ação ou a prática cooperativa está sendo percebida como um conjunto de costumes concretos, apoiados em ideias e experiências que circulavam à época. Afinal, queremos justamente analisar que apropriações sociais foram feitas por esses imigrantes, dos modelos culturais que desenhavam (ou projetavam) o cooperativismo.

Temos utilizado nesta tese a expressão sociedade civil¹ para frisar que as cooperativas El Progreso Agrícola e a Caixa Amstad se originaram da necessidade, do momento de crise econômica e da ausência ou omissão do Poder Público em relação às demandas coloniais. Concordamos com os argumentos utilizados por Josei Pereira (2012, p. 100) em sua dissertação sobre as Caixas Rurais, “essas cooperativas se constituíram como formas de poder localmente situado e legitimado pela necessidade de organização social e desenvolvimento econômico num contexto de livre mercado”. Esse argumento serve para ambas cooperativas aqui estudadas. A precisão local e os agentes sociais envolvidos certamente foram fatores que auxiliaram na própria construção de um fazer cooperativo, que valorizou processos e aspectos de determinados modelos em detrimento de outros.

¹ Dentre as acepções apresentadas por Norberto Bobbio (1987, p. 51), ficamos com aquela em que se admite a sociedade civil como um conjunto de relações não reguladas pelo Estado. Dessa maneira, ainda em acordo com o autor, a sociedade civil não se faz somente em contraposição ao Estado, essa ideia foi estabelecida na dicotomia entre a esfera política de poder e a esfera não política. Essa contraposição se deu no início da sociedade burguesa, como consequência natural de diferenciação “entre os que se ocupam da ‘riqueza das nações’ e os que se ocupam das instituições públicas”.

No interior dessas sociedades civis, são experimentados diferentes conflitos que desafiam os indivíduos na relação com o Estado e com suas próprias crenças, sendo o motivo da existência organizacional os interesses (políticos, econômicos, sociais) em comum que os une. Assim, Norberto Bobbio (1987, p.37) considera parte da sociedade civil, grupos com interesses de diversos fins.

A sociedade civil representa o lugar onde se formam, especialmente nos períodos de crise institucional, os poderes de fato que tendem a obter uma legitimação própria inclusive em detrimento dos poderes legítimos – o lugar onde, em outras palavras, desenvolvem-se os processos de deslegitimação e de relegitimação.

Mais uma ressalva, cabe destacar a condição de movimento social que tomou o cooperativismo ao final do século XIX, isto é, o cooperativismo como uma expressão da necessidade que se traduz de forma associativa, cujas demandas têm se traduzido prioritariamente nos fins econômicos. Salientamos que nossa análise tem a ver com as experiências e conhecimentos dos indivíduos imigrantes, que tornaram possível a constituição da cooperativa, motivando e incentivando sua criação. Nesse sentido, sejam quais forem os princípios associativos que conjecturaram as normas cooperativas dos empreendimentos aqui estudados, nossa visão crítica vai além do senso comum associativo cujas lutas foram norteadas: por Deus, pela razão, pela liberdade, pela justiça, pela igualdade. Afora essas motivações, entendemos que há uma manifestação consciente do indivíduo de fazer parte desse movimento, assim como há a manifestação coletiva na necessidade histórica de sair em defesa da liberdade e da justiça. Conforme Alain Tourraine (1984, p. 104), os movimentos sociais não estão isolados dos conflitos sociais. Eles são orientados e orientam a partir dos modelos culturais, de conhecimento e moralidade, apropriados pelo grupo.

Assim como foi verificado pelo autor no movimento operário, o cooperativismo propõe-se a reformar as instituições políticas, se considerarmos a luta pacífica, portanto, não se define pela ruptura, mas pela participação em ação coletiva. Essa participação pode ser nos diferentes segmentos cooperativos, cujos anseios trabalhistas pesam em maior ou menor grau (as de produção e de consumo certamente possuem demandas trabalhistas maiores que as de crédito, por exemplo), desde seus princípios institucionalizados (aqueles de Rochdale e Gide) como mostramos no capítulo anterior.

Com isso estabelecido, focamos o estudo na cooperativa Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, retomando ao exame do distrito colonial de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. A colônia foi fundada em 1858, duas primeiras áreas foram abertas para receber os imigrantes europeus, a Linha Imperial e a Linha Olinda. A Linha Imperial, iniciando do lado oriental do centro da povoação Nova Petrópolis (a área de planície onde o centro administrativo funcionava e onde estava localizada a praça denominada Imperador), estende-se a estrada em direção aos Campos de Cima da Serra. Nesse local, os imigrantes ficavam alojados no momento de sua chegada, principalmente, aqueles que foram subsidiados pelo Governo Imperial. Em Olinda, a primeira área a ser aberta, estava localizada ao leste do centro da colônia e lá foram construídos 12 ranchos para abrigar os imigrantes e outros que se encontravam em construção. Conforme Helga Piccolo (1989, p. 68),

[...] de acordo com o Relatório do Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, na abertura da 2ª sessão da 8ª Legislatura Provincial, em 05 de novembro de 1859” a colônia teve um expressivo crescimento em um pouco mais de um ano. Dos 2.576 colonos que entraram na Província de São Pedro, 483 destinaram-se a Nova Petrópolis. Desses, 131 foram subsidiados pela União, 143 imigrações espontâneas e 209 pela Companhia Martim Valentim, com quem a província tinha contrato para introdução de colonos.

No entanto, a mesma autora fez uma ressalva em relação aos dados populacionais, do relatório de Joaquim Leão. Ao confrontar os dados do relatório com o Cadastro da Colônia, a autora percebeu que muitos daqueles 483 que estavam destinados a Nova Petrópolis não seguiram ou não se estabeleceram na colônia. Em setembro de 1859, Nova Petrópolis registrava apenas 312 habitantes.

Podemos ter um panorama geral do fluxo migratório ao estado, desde o século XIX até meados do século XX, pois Theodor Amstad (1999) procurou sistematizar a fundação de colônias na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dois grupos foram destacados: público e privado. As *colônias públicas* subdividem-se em Imperiais/ União, bem como as colônias de São Leopoldo (1824), Jaguari (1889), Ijuí (1890), Guarani (1891); Provinciais/Governo Estadual, como as de Santa Cruz (1849), Nova Petrópolis (1858), Santa Rosa (1915), Guarita (1917); e Municipais, com recursos e iniciativa da municipalidade, como as de Pelotas (1882), Santo Ângelo (1902) e São Luís (1918).

Imagem 2 - Alojamentos para recepção dos imigrantes em Nova Petrópolis

Fonte: Jornal *A Ponte*, julho de 1987, p. 19.

Já as colônias de iniciativa privada, Amstad subdividiu em três grupos: *colônias de empresas*, *colônias de associações* e as *colônias particulares*. As primeiras foram implantadas por empresas de capital, as segundas por entidades associativas como o *Bauernverein*, e as terceiras, por pessoas físicas. Internamente, essas colônias poderiam ainda ser étnicas ou mistas, e confessionais, ou seja, selecionado um grupo, sua profissão de fé, protestante ou católico. Até 1924, somaram-se 50 colônias do governo, 27 colônias de empresas e 186 colônias particulares, independentemente da nacionalidade dos colonos, totalizando 263 colônias. O *Bauernverein*, *Associação Rio-Grandense dos Agricultores*, teve forte atuação nos primeiros anos de 1900, financiando novas colonizações no estado a partir das cooperativas de crédito, conforme veremos mais adiante.

No início, havia uma expectativa em relação à colônia de Nova Petrópolis, de ser um grande sucesso no projeto de colonização provincial. De acordo com o relatório de 05 de novembro de 1860, do presidente Joaquim Antão Fernandes Leão, encontram-se os seguintes dados da colônia na sessão na 9ª Legislatura: um total de 497 habitantes, desses, 280 eram solteiros; 214 casados; 3 viúvos. Sobre a

religião, 68 declaram-se católicos e 429 protestantes. De maioria lavradora, produziam feijão, milho e batata, com capacidade também para exportação.

A autossuficiência comunal conseguia resolver os problemas do dia-a-dia de 1824 a 1880 nos núcleos coloniais. Os imigrantes conheceram a fartura cultivando milho, feijão, batata inglesa, batata doce, feijão, mandioca, criação de porcos, entre outras culturas. A colonização expandiu-se pelos Vales dos rios do Sinos, Caí, Taquari, Pardo e Jacuí. O sucesso da colonização tornou a economia mais dinâmica e rentável. Geravam excedentes que eram colocados nos mercados regional e nacional. Os mercados do centro do país eram bons compradores desses produtos sem concorrência. Esse período de boa circulação de rendas ficou conhecido como “Período das onças de ouro”, e fez diversificar e sofisticar as expectativas de consumo. Com isso, a rotina de importação cresceu com diversos produtos, banha, manteiga, tecidos, muitos desses com preços elevados. (RAMBO, 2011, p. 52-58).

Em 1899, quando da aspiração por fundar uma associação de agricultores, o jesuíta Theodor Amstad, que recentemente, em 1885, havia chegado ao país, frisou em seu discurso sobre a armadilha das importações, que seduzia ao mesmo tempo em que endividava os colonos. Conforme podemos ler na assertiva de Amstad (2011, p. 70).²

O que, porém, consome a maior parcela da poupança dos colonos são os miseráveis trapos com que os estrangeiros nos inunda (sic). Estou convencido de que, no momento em que um chefe de família fizer o controle das despesas domésticas, a parcela maior das entradas anuais é devorada com a aquisição das assim denominadas fazendas. O fato não seria tão grave, se o dinheiro permanecesse no país, para dessa maneira, retornar, ao menos em parte, para os colonos como remuneração pelas matérias primas produzidas. Acontece, entretanto, que exatamente os tecidos estrangeiros fazem às vezes de voraz sanguessugas, a permanente sangria, que mais debilita a nossa força econômica. O senhor doutor deverá nesse caso prescrever remédios muito fortes, caso não queiramos assistir à anemia econômica e à tuberculose na bolsa da nação, com origem neste mal.

Carlos von Koseritz, quando assumiu o cargo de agente intérprete de colonização, em 10 janeiro de 1867, descreveu em seu relatório escrito para o presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, que o número de lotes distribuídos para cada Linha existente era de 8 no total. A colônia já contava com

² Originalmente publicado em 1899.

1000 habitantes, tendo maior concentração de prazos (de acordo com o registro de medições) nas localidades de Imperial e Olinda, 120 e 76, respectivamente.

O intérprete ressaltou também a importância de Nova Petrópolis para o desenvolvimento da Província, mas era necessário dar continuidade à estrada da Povoação ou de Imperial em direção ao Porto do Guimarães no Caí e os Campos de Cima de Serra, o que a tornaria um entreposto comercial entre esses Campos e Porto Alegre. Esse foi, sem dúvida, o principal projeto que serviu de base para a fundação da colônia. Para von Koseritz, cujos relatórios são bastante minuciosos, Nova Petrópolis seria o celeiro da Província, abastecendo os mercados com farinha de trigo e centeio. Apostava Koseritz (1867, p. 35) que a principal produção da colônia seriam os cereais, trigo, cevada e centeio, prosperando, sobretudo, nas linhas de Olinda e Imperial, localizadas no alto da cordilheira entre os rios Jacuí e Cadeia. Para esse sucesso de produção e economia, eram necessárias vias de comunicação para o comércio e moinhos de vasta proporção. Ele mesmo reconhecia em suas observações que a colônia até aquele momento tinha apenas uma boa estrada, que chamava de Estrada Geral, ligando Nova Petrópolis a São Leopoldo.

Como já dissemos, a colônia provincial de Nova Petrópolis foi estabelecida como continuidade da colônia de São Leopoldo, cujos núcleos mais ao norte eram a Linha Nova e a Linha Grande de Dois Irmãos, e deveria chegar até o Caí. Em termos fluviais, a expansão daria-se do rio dos Sinos ao rio Cadeia. Conforme Dalva Reinheimer (2007, p. 30):

A questão econômica, de forma adequada ou não, envolvia-se com a geografia da área. O certo, porém, foi que a Vila de São Leopoldo surgiu num lugar de fácil comunicação com os núcleos coloniais que foram se desenvolvendo ao longo do curso do rio, e com a capital da Província. Essa ligação foi efetivada através da navegação fluvial e, mesmo com as dificuldades apontadas, garantiu o crescimento da área servida pelo rio dos Sinos, crescimento esse baseado na relação comercial com o Porto Alegre.

Em resumo, desses primeiros tempos coloniais, pode se dizer que houve um considerável crescimento econômico. A agricultura colonial alcançou, em sua fase de exportação, o mercado nacional via Porto Alegre, o que foi muito importante para o crescimento do interior e da própria capital. No núcleo de Nova Petrópolis, havia, pelo menos, treze tipos de feijões, além da variedade de espécies de trigo e cevada. Entretanto, já na década de 1860, as dificuldades de transportes foram sendo

sentidas e, até o final do século XIX, esse era um dos principais problemas dessa região. Reinheimer (2007) destaca que, até a instalação de vias férreas³, o transporte mais utilizado era o hidroviário, havia empresas atuando nesse ramo para diversas regiões do Rio Grande do Sul. De acordo com a autora, o rio dos Sinos mantinha uma linha de navegação regular, em 1860, Porto Alegre - São Leopoldo, mas apresentava obstáculos que precisavam ser resolvidos para melhorar a navegação.

Quando observada as dificuldades navegáveis do rio dos Sinos para o escoamento da produção sobretudo para o núcleo em estudo de Nova Petrópolis, cujos mercados principais eram a Vila de São Leopoldo e a Capital da Província, o Porto do Guimarães no Caí⁴ ganhou importância. Esse porto comunicava São Leopoldo com os núcleos coloniais (Linhas/ picadas) e recebia produtos das colônias estabelecidas à margem esquerda do rio Cadeia, afluente do rio Caí, onde se encontram as colônias de Nova Petrópolis. Vapores e lanchões chegavam até ele e navegavam pelo Caí até desaguar no rio Jacuí e chegar a Porto Alegre e, quando das condições mínimas de navegação do rio, chegava até o porto pela estrada de Feliz. (REINHEIMER, 2007).

Desde o início da colônia de Nova Petrópolis, o fator tráfego era uma incógnita, o primeiro diretor foi o argentino Maria José Vidal, cuja direção havia assumido logo da fundação da colônia e permaneceu até 1860. De acordo com o relatório de von Koseritz (1867), este não foi um bom administrador, deixando a Colônia em desordem total para os próximos administradores. Os problemas, em

³ A partir de 1870, o RS passa a contar com a via férrea, mas poucas foram as linhas instaladas. Além disso, não se interligavam entre si, mas convergiam com a capital. A necessidade de uma estrada de ferro que ligasse São Leopoldo a Porto Alegre fora discutida desde 1866, quando sua construção foi aprovada pela Lei Provincial n. 599 de 10 de janeiro do mesmo ano, mas a justificativa da via fluvial bastava para o Governo naquele momento. Essa via férrea foi efetivada somente no ano de 1874. (REINHEIMER, 2007).

⁴ O porto, cujo nome deriva de seu proprietário Antônio Guimarães, ganhou grande importância na região, estava localizado a Sudoeste da freguesia de São José do Hortêncio, 7º distrito do município de São Leopoldo. De acordo com Helga Piccolo, o desenvolvimento do porto resultou na remoção da sede da freguesia de São José do Hortêncio para a povoação do porto. Com a construção de uma igreja matriz na localidade, a povoação passou a se chamar São Sebastião, o patrono da igreja. Daí nasceu a freguesia de São Sebastião do Caí, tornando-se vila em 1875. São José do Hortêncio passa a ser uma nova freguesia, criada em 1874, com sede localizada na povoação de mesmo nome. Nova Petrópolis que integrava o distrito de São José do Hortêncio passou a integrar o novo município de São Sebastião do Caí. Como distrito do Caí permaneceu até ser elevado à vila, em 1938, e a município, em 1953, conforme as mudanças normativas para a criação de municípios no Estado. (PICCOLO, 1989, p.133-136).

grande medida, eram em torno da medição de terras e da não prestação de contas de Vidal ao governo provincial.

Vidal não permaneceu por muito tempo, o segundo diretor assumiu já em 1859, Henrique von Reichenbach.⁵ Ao todo, Nova Petrópolis teve seis diretores. Inclusive, a colônia ficou conhecida, pelo menos em sua primeira década, como, “Nova Tristeza” ou “Nova Desolação”⁶, porque não atendia os anseios do imigrante. A “Nova Cidade de Pedro”, fazendo referência ao Imperador, nada tinha de próspera em facilidades. Ao que parece, a colônia começou seu processo de desenvolvimento com a gestão de Frederico Guilherme Bartholomay,⁷ o qual também assumiu em 1859. (PICCOLO, 1989). Von Koseritz o elogia muito por ter organizado as medições de terras e cumprido com os deveres burocráticos, mantendo em dia os documentos de cadastro e títulos. Também foi ele quem procurou estabelecer as negociações para abertura de estradas, cuja responsabilidade era do governo da Província. Foi Bartholomay, por exemplo, que abriu a estrada de Picada Feliz em direção aos Campos de Cima de Serra, no ano de 1868, seu último ano de gestão.

No recorte abaixo da imprensa local *A Ponte* (1987), encontra-se a reportagem *Um pouco de história: os diretores da colônia provincial de Nova Petrópolis*. Sem assinatura, a notícia evidencia alguns fatos que julgou serem importantes para o desenvolvimento da colônia, destacando, sobretudo, a direção de Bartholomay e de Sellin,⁸ esse último representado na imagem 5. A imagem 4 traz informações de acolhida de norte-americanos na colônia. Verificamos, nos informes do presidente da província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello para a 2ª sessão da 12ª legislatura, a menção de novos imigrantes destinados a Nova Petrópolis. Recém-assumindo a presidência da província, Homem de Mello tomava ciência das condições dos núcleos coloniais. Baseado no relatório anterior de Von Koseritz, ele apresentou, em 10 de setembro de 1867, a chegada na capital de 239

⁵ Diretor da Colônia de Nova Petrópolis (1860-1862). (AHRS, Códice: F- 329-332).

⁶ Denominação encontrada em alemão *Neu Betrübnis*. (PICCOLO, 1989, p. 69).

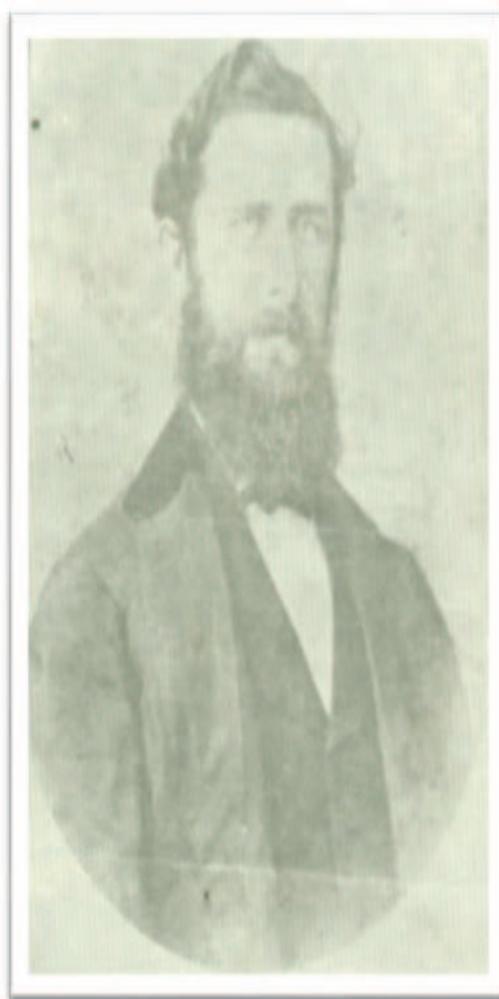
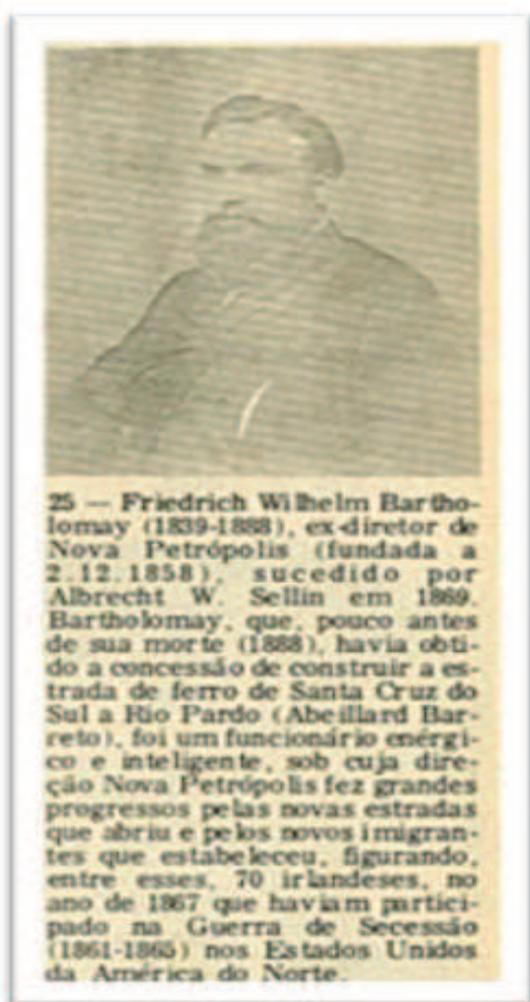
⁷ Frederico Bartholomay exerceu a função de agrimensor e vice-diretor de Nova Petrópolis (1860-1861) e diretor agrimensor da colônia (1864-1869). Era vice-diretor da colônia de Santa Cruz e assumiu internamente a de Nova Petrópolis, sendo nomeado efetivamente em 11 de outubro de 1864 e demitido por Portaria de 14 de abril de 1869. (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, AHRS - Fazenda, códice: F-327 a 337).

⁸ Alberto Guilherme Sellin aparece nos registros do AHRS (Códice F- 336 a 346) como professor de Instrução Primária de São Lourenço (Pelotas) entre 1868-1869, e, diretor da colônia de Nova Petrópolis, entre 1869-1879. Patricia Bosenbecker (2012, p. 61) nos conta que Sellin não era “benquisto” pelos colonos do sul, um dos motivos seria por ter sido chamado para dar aulas a quem pudesse pagar.

imigrantes alemães e 157 norte-americanos, motivados pela Guerra de Secessão (1861-1865). De acordo com o relato, 85 dos americanos e 48 dos alemães foram destinados a Nova Petrópolis entre 01/01/1866 e fim de junho de 1867.

Imagem 3 - 3º Diretor da Colônia de Nova Petrópolis Frederico G. Bartholomay

Imagem 4 - 5º Diretor da Colônia de Nova Petrópolis Guilherme Alberto Sellin



Fonte: Jornal *A Ponte*, julho de 1987, p. 19.

No relatório de 15 de julho de 1867 de von Koseritz, o agente intérprete, registrou as dificuldades dos norte-americanos de se adequarem. Apenas 75 deles chegaram a Nova Petrópolis de fato. Para Koseritz, esses colonos eram muito inoportunos e geraram desconfortos na colônia, já que não eram lavradores, mas receberam prazos na Linha Sebastopol. Além disso, dos 157 imigrantes, apenas 13 eram norte-americanos natos, os demais eram irlandeses, franceses, ingleses,

escoceses e até alemães, cujos registros de entrada no país têm como origem os Estados Unidos. Sobre isso, transcrevemos (RELATÓRIO, 15/07/1867),

Se em geral, não tem sido satisfatório o resultado colhido no império da imigração norte-americana, triste e muito desanimadoras têm sido as experiências que a Província do Rio Grande do Sul tem feito com esses novos imigrantes cuja vinda fora enunciada ao país como a aurora de uma nova era de prosperidade e progresso.

Koseritz deixava ainda mais claro os seus descontentamentos com os imigrantes norte-americanos ao se referir a eles como inexperientes e sem vontade de trabalhar quando da ocasião da construção de estradas nas Linhas Christina e Pirajá, essa última localidade foi ocupada a partir de 1860. A construção dessas estradas estava acordada se ele próprio convencesse os imigrantes devedores a trabalharem nelas sob o desconto de 50% do seu salário para amortização da dívida (das passagens, alojamento e terra) com a Província. Os colonos alemães não aceitaram tal proposta e Koseritz deu o trabalho para os novos imigrantes, muito a contragosto, salientando em alguns trechos que os colonos alemães deveriam ter aceitado o desconto, pois eram mais especialistas no serviço. Essas duas estradas mostravam-se muito necessárias para o escoamento da produção das Linhas mais afastadas de Nova Petrópolis.

Essa situação das estradas, que estava sendo pautada frequentemente nos relatórios e documentos da colônia, colaborava para o não desenvolvimento da colônia e o seu endividamento. Aquela autossuficiência colonial não foi sentida por Nova Petrópolis na primeira década de sua existência e se agravou ainda mais na década de 1870. O quinto diretor da colônia, Guilherme Alberto Sellin, teve grandes desafios, assumiu em 1869 e permaneceu até 1878.

No relatório de Sellin de 18 de janeiro de 1871, referente ao ano de 1870, percebe-se a permanência dos problemas de vias comunicáveis, mesmo tendo uma colheita muito boa de milho e centeio, salientando que até os colonos muito pobres das partes estéreis da colônia conseguiram ganhar algum dinheiro. O valor da exportação orçada para aquele ano foi de 43:350\$000 e da importação 29:345\$000, com uma diferença significativa entre uma transação e outra, justificada pela distância aos pontos de embarque e má condição das estradas. Sellin chamava atenção ainda para necessidade de desobstrução do rio Caí entre os portos e de algumas estradas em construção. (PICCOLO, 1989, p. 100-101).

A partir de 1869, Lothar de la Rue assumiu como agente intérprete após alguns meses de diretor substituto. Carlos von Koseritz foi demitido de sua função no mesmo ano, assim como Bartholomay. O presidente da Província agora era Israel Rodrigues Barcelos, mas a alteração mais significativa para Nova Petrópolis foi a entrada de Sellin na administração, o qual se dedicou a melhorar as condições de exportação e as medições dos prazos.

Sellin afirmava que, para melhorar as condições dos colonos, era necessário melhorar as condições das vias de escoamento. Durante sua gestão, o artigo 1º da Lei 1057 de 23 de maio de 1876 concedia aos colonos devedores da província o prazo de 2 anos para sanar suas dívidas. Nesse caso, já havia passado os cinco anos de prazo que o contrato trazia. No ano seguinte, a Lei 1110, de 14 de maio de 1877, autorizava o presidente da Província a emancipar as colônias sob sua administração, tendo em vista aquelas que teriam condições de serem emancipadas. O artigo 6º da mesma lei reforçava o prazo de dois anos para o pagamento das dívidas da Lei 1057, de 23 de maio de 1876.

Com a Lei 1110, a Província deixava clara a sua impossibilidade de arcar com os gastos de novos projetos de colonização. Essa medida também influenciou diretamente na construção das estradas que, desde a década de 1860, já estava sendo negociada com os imigrantes para trabalharem nelas em troca do pagamento da dívida com a província. A partir daí, o sentimento de abandono dos colonos por parte da província só cresceu até o final do XIX.

Sellin pediu exoneração do cargo em 1879, a qual lhe foi concedida em 19 de abril do mesmo ano pelo presidente da Província Felisberto Pereira da Silva. O último diretor nomeado da colônia foi João Frederico Aveline Heissen,⁹ o qual já atuava como substituto interino de Sellin. Com todo o esforço dos administradores,

⁹ Coube ao novo diretor passar a fazer concessões de terras somente a pagamento à vista. Em ofício encaminhado às autoridades, Heissen também foi responsável por listar os colonos devedores. O Parlamento da província decidiu, em 1881, declarar emancipadas as colônias provinciais ainda existentes, cortando despesas com a colonização. As dívidas ainda existentes eram majoritariamente das recentes Linhas, Marcondes, Araripe e D'Ávila. O responsável pela cobrança da dívida foi o Engenheiro José da Costa Gama. O engenheiro acabou sensibilizado pela situação e descreve isso no Ofício dirigido às autoridades: "*é realmente iníquo expulsar um pobre colono que não conseguia apartar do necessário à subsistência a importância de seu lote, como também sendo das cousas mais odiosas comprar terras nestas condições, conseqüentemente talvez poucos ousem oferecer dinheiro em tais casos (refere-se ao leilão de lotes não pagos, que estava previsto). Além da parte moral deste negócio, devemos ter em vista a economia*". (Of. Eng. José da Costa Gama, 22/01/1883. Livro 1878-84, p. 153-154 *apud* PAZ et al, 2006, p. 52). Ao comparar a colônia com aquelas existentes no EUA, Gama salientou a diferença entre elas. Lá estradas e canais foram anteriores à colonização; aqui, já com 25 anos de existência, a colônia ainda sofria com a carestia do frete.

Nova Petrópolis ainda figurava entre as colônias com menos desenvolvimento em um ciclo que se repetia do endividamento com a Província, distância e dificuldades de escoamento da produção, à falta de investimento nas vias.

A Província do Rio Grande do Sul, até o final do século XIX, era quase exclusivamente fornecedora de feijão para o mercado nacional. Nesse sentido, Nova Petrópolis até poderia ter tido melhores resultados como produtora da cultura, mas usufruiu, em grande medida, desse momento. De acordo com Arthur Rambo (2011), os preços de exportação eram bons e as colônias desfrutaram de um confortável conforto econômico, em que pese às variações das colônias mais interioranas. Os colonos estavam até com vantagens para realizar compras de tecidos, ferramentas e outros objetos importados de outros países. Tudo parecia estar bem encaminhado, as preocupações com estradas e produção, pareciam estar se resolvendo¹⁰, e um olhar positivo era lançado pelo prisma da alta de preços do feijão, da farinha de mandioca e da banha de porco.

Todo o desenvolvimento colonial dos anos de 1870 em diante não beneficiou diretamente o pequeno proprietário. O comerciante era aquele que realmente acumulava o capital. O comércio realizava-se em etapas, desde a “picada” aberta na mata ao longo da qual se delimitavam os lotes agrícolas até a venda rural, no entroncamento das picadas. Daí os produtos seguiam até a casa comercial do núcleo (São Leopoldo), sendo levados até o centro do país, Buenos Aires e até mesmo Hamburgo. (PESAVENTO, 2014, p. 46).

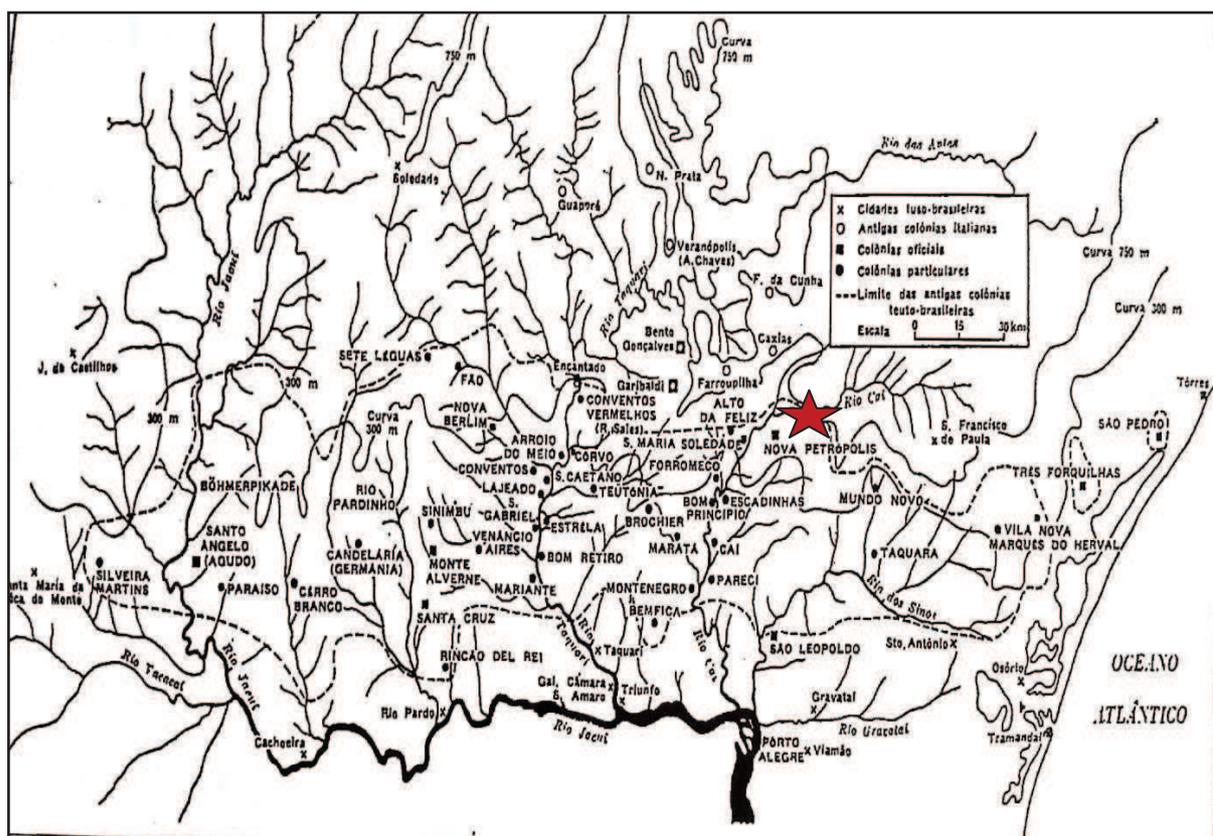
As rotas comerciais das colônias pareciam seguir a lógica do tropeirismo que citamos no capítulo 2. Para a mesma autora, o comerciante alemão foi aquele que mais lucrou com a produção agrícola colonial, no transporte e na realização de transações financeiras, de empréstimo e de guarda do dinheiro, o que lhe oportunizava capital de giro frequente para investir. Esse acúmulo de capital do comerciante¹¹ trouxe duas consequências, observadas pela autora: a primeira foi

¹⁰A estrada que liga Nova Petrópolis a Novo Hamburgo finalmente foi iniciada em 1885. Segundo Ivonir Paz et al (2006), tratava-se da *Estrada Lucena*, homenageando o desembargador Henrique Pereira Lucena, então presidente da província. A Estrada Presidente Lucena (hoje a RS-23) foi concluída em 1887. É importante deixar claro que esta era a estrada mais almejada de todas, desde o início da instalação da colônia, era aquela que ligaria até os Campos de Cima de Serra. A Estrada Federal (hoje a BR-116) somente foi construída em 1944, quase cem anos depois.

¹¹Enriquecido, o comerciante pode diversificar seus negócios e atividades, investindo em indústria, comércio, empresas de navegação, bancos, companhias de seguro, hotéis, loteamentos. (PESAVENTO, 2014, p. 47). Nessa época, a profissão de “caixeiro viajante” consolidou-se. Para Rambo, os caixeiros desempenharam uma função imprescindível, representando as casas de

sobre a capacidade de importação de produtos do exterior, o que desestimulou a economia de base familiar, praticada nos núcleos coloniais; a segunda, sobre ainda mais oportunidades para o surgimento da indústria.

Imagem 5 - Nova Petrópolis e os núcleos coloniais rio-grandenses no Império brasileiro.



Fonte: ROCHE, 1969, p. 111. (Destaque da cidade de Nova Petrópolis pela autora).

Naquele momento, os colonos não investiram em uma produção local ou uma indústria doméstica. Em grande medida, predominava a pequena propriedade em Nova Petrópolis, e vendiam apenas o excedente. Quando da década de 1890, as coisas começaram a dar sinal de mudança. A concorrência dos produtos do Sudeste passou a ser sentida com o investimento de São Paulo e Minas Gerais na monocultura. A produção do café foi sendo acompanhada de outras culturas como feijão e milho. Amstad (2011, p. 79) afirmou em seu discurso “De importadores dos nossos produtos transformaram-se em perigosos concorrentes” que:

importação e exportação na capital da província. Eles foram os grandes responsáveis pela consolidação de elos permanentes entre o meio urbano e colonial, percorrendo sistematicamente toda a região colonial. “Não faziam fluir apenas mercadorias e dinheiro, como também cultura, ideias e conhecimentos”. Geralmente de posicionamento liberal, nem sempre eram bem-vindos nas colônias. (RAMBO, 2011, p. 53).

[...] a cada safra crescia o volume desses produtos. Com a sua entrada no mercado consumidor do país, avolumou-se também progressivamente a concorrência com seus congêneres procedentes do Sul. Dessa forma, a produção do Rio Grande do Sul foi perdendo competitividade, os preços aviltaram-se e a concorrência corroeu a economia colonial. O fantasma do empobrecimento tornou-se uma realidade.

Pedro Dutra Fonseca (1983, p. 50), ao escrever sobre a economia no Rio Grande do Sul, observa que a concentração da produção agrícola no Estado está no Norte: na Serra e no Planalto, com exceção do arroz que estava mais próximo da Lagoa dos Patos. No cenário nacional, o Rio Grande do Sul apareceu com destaque, tendo se especializado na produção pecuária e tomando impulso com o imigrante na agricultura, cuja produção ganhou destaque de exportação nas décadas finais do XIX.

Na segunda metade do século XIX, ocorre a consolidação do plano social do Rio Grande do Sul, por meio do crescimento dos setores médios, ligados aos imigrantes que a província recebeu, desenvolvendo o comércio de exportação e importação. Além disso, esses imigrantes estavam vinculados a profissões liberais, a dinamização dos serviços públicos, pequeno comércio e indústria, sem o atendimento necessário no plano político. Esses segmentos não eram representados tendo em vista a sociedade rio-grandense dominada pela camada senhorial da Campanha. (PESAVENTO, 1980, p. 26).

O elemento “imigrante” aparecia na província como um novo fator social. Ao lado dos grandes proprietários, o imigrante do campo, pequenos proprietários de terra, pouco peso tinham na economia estadual, constituindo-se em setores disponíveis na disputa política¹². A região serrana, onde se encontrava grandes

¹²Sandra Pesavento (2014, p. 46-47) identificou a formação de uma pequena burguesia de imigrantes urbanos descompromissada com a política. Conforme a autora, a participação política do imigrante até 1881 foi praticamente nula oficialmente, até a Lei Saraiva estender o direito ao voto aos católicos e aos estrangeiros naturalizados. Comerciantes e uma elite cultural alemã se destacavam, ocupando espaços administrativos e até legislativos a nível municipal. Estudos recentes têm demonstrado a relação de imigrantes alemães com a política, dentre eles René Gertz, que mostrou como os imigrantes defenderam seus interesses de forma heterogênea durante a Revolução Federalista. “Cada grupo em cada lugar tinha suas razões específicas para participar ou não e não se preocupava com a posição ‘dos alemães’ do município vizinho. Portanto, não existia a segregação, ninguém estava interessado em dizer ‘nós alemães do Rio Grande do Sul assumimos esta ou aquela posição frente ao conflito’. A posição de cada um ou de cada grupo era ditada por condicionantes específicos – o que não exclui a possibilidade de que eventualmente um determinado conflito podia ter como origem uma clivagem étnica. Simplesmente não existiam ‘os alemães’ na revolução ou frente à revolução e isso mostra que a integração não era tão inexistente quanto é apregoad”. (GERTZ, 1994, p. 36). Ainda sobre política e imigrantes alemães, ver

núcleos coloniais, sentiu o abandono político da mesma maneira que os pecuaristas da região, apresentando tensões no interior do grupo de latifundiários, pois fazendeiros da região serrana, por exemplo, identificaram-se numericamente com o castilhismo¹³.

No cenário geral do Rio Grande do Sul, desde a segunda metade do século XIX até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, a economia estava baseada na agropecuária. A Província que até então se manifestava como o “celeiro do país”, com forte comércio nacional, demonstrava crise no setor pecuário, bem como na agricultura. A crise foi refletida em todos os cantos, conforme já nos referimos acima, incluindo os núcleos coloniais. Ilustramos esse sentimento de crise na década de 1890, ao mesmo tempo em que observamos o descontentamento colonial, nas palavras de Amstad (2011, p. 68):

Utilizando uma visão míope e imediatista o governo estimulou a importação sempre crescente, pois, com a cobrança das taxas alfandegarias, conseguia mais facilmente os recursos de que precisava. Como o Rio Grande apresenta um volume de exportação insignificante, dificilmente suportaria a pesada carga de importação, na hipótese de seus produtos coloniais não encontrar em boa colocação nos demais estados. Como de ano para ano se produzia mais e os produtos gozavam na média de bons preços, com as receitas provenientes dos estados brasileiros irmãos, o Rio Grande pagava os manufaturados vindos de fora. Mesmo no período da revolução [creio que se refere a Revolução Federalista, 1893-1895], percebeu-se pouca falta de dinheiro. As duas facções enviavam grandes somas em dinheiro para o Rio Grande, território disputado por ambas. Exatamente no tempo da guerra os nossos produtos foram melhor pagos. [...] S, portanto, até em dois ou três anos atrás não se verificava carência de dinheiro, as condições econômicas do Rio Grande não eram nada sadias.

A integração econômica do norte da Província aparece politicamente nos últimos anos de 1890, com dois planos antagônicos. Conforme Fonseca (1983, p. 78), o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) tinha uma posição clara a favor da imigração no seu programa, destacamos duas: 1) o governo provincial continuava a receber imigrantes, elementos fundamentais para a policultura da província e diversificação da estrutura produtiva; 2) o governo incentivava a pequena

também, a tese de Marcos Witt, que contribui para desconstrução do imigrante descompromissado, ao trazer o estudo de redes sociais na colônia do Norte do estado, Três Forquilhas. (WITT, 2015).

¹³Segundo Pesavento (1980, p. 26-28), os setores aqui referidos não viam seus interesses representados politicamente. A província sob o domínio do Partido Liberal revelava-se incapaz de atender os novos setores sociais que se formavam e solucionar as necessidades que se apresentavam, como a expansão das forças produtivas.

propriedade, mesmo que contrariando a ideia positivista que a via como um obstáculo ao progresso. O governo provincial passou a oferecer aos novos imigrantes a concessão de terras e outros incentivos, complementando o subsídio da União, que era o transporte até o porto de Rio Grande ou Porto Alegre. Criou colônias oficiais, aumentando a população do norte da província. O autor mostra-nos a argumentação do governo de Borges de Medeiros a favor da imigração, argumentando para os seus opositores que havia uma diferença entre o imigrante assalariado e o pequeno proprietário. Com esse último, o plano da diversificação da economia estava garantida, ainda que contrariasse o próprio programa do PRR. Borges (apud FONSECA, 1983, p. 80) argumentava ainda que a colonização, desse modo, constituía-se uma exceção moralizadora no Rio Grande do Sul, sem o perigo de os imigrantes formarem uma massa flutuante, que refutaria nossos costumes e as nossas leis, porque não era a simples importação de trabalhadores assalariados.

A oposição do governo pensava diferente. Não considerava a imigração um fator de suma importância e omitia-se em seu programa sobre a situação de novas colonizações. Baseado no discurso de Assis Brasil, líder do Partido Republicano Federalista (PRF), de 1908, Fonseca (1980, p. 79-80) observa o posicionamento da oposição favorável à imigração para o país, criticando a prática de aliciamento do imigrante. Assis Brasil também traçou diferenças entre o colono nacional e o estrangeiro, colocando sua opinião sobre a necessidade de ambos terem a atenção do Estado, pois as vantagens que se teria com essas imigrações eram distintas. Do lado nacional, já se tinha a adaptação cultural e social; de outro lado, o estrangeiro representava o progresso da nação. Dessa maneira, observa-se que Assis Brasil amplia o problema da imigração e procura uma solução interna, ou seja, para aqueles colonos nacionais, com incentivo às zonas já ocupadas para ampliação da produção. No sentido estrito do programa, o autor identificou que os federalistas apoiavam somente as imigrações espontâneas.

Toda essa discussão política, aqui resumidamente ilustrada, levou ao incremento do transporte, cujo governo positivista entendia que deveria levar a todas as regiões, sem beneficiar uma em particular. A ferrovia que havia se iniciado no Império se estendeu ao norte e a noroeste da Província. O governo do PRR, também procurou atender à região serrana e do planalto na construção de estradas, mesmo que a região da campanha também necessitasse. O terreno acidentado e as múltiplas solicitações dos colonos deixaram, de certa maneira, visível a escolha do

governo. Tal escolha certamente trouxe descontentamentos entre os opositoristas, fortemente ligados à prática pecuária.

A necessidade política de englobar os núcleos coloniais era pelo bom senso, tendo em vista a fragilidade das colônias e o desejo de desenvolver globalmente as forças produtivas. No ano de 1903, Antônio Augusto Borges de Medeiros, agora presidente da Província, escrevia sobre os problemas dos pequenos produtores e as desvantagens que tinham frente à concorrência. Borges julgava caber à iniciativa privada a organização de associações e sindicatos para “amparar os fracos”. (PESAVENTO, 1980, p. 76).

As preocupações do governo iam ao encontro das reivindicações dos colonos e das iniciativas do Ministério da Agricultura, conforme falamos no capítulo 3 desta tese, propiciando a vinda de técnicos para o interior, incentivando e introduzindo o associativismo e o cooperativismo. Nessa conjuntura, o cooperativismo de crédito vai ser criado, atendendo a necessidades múltiplas dos colonos alemães: uma mistura de isolamento e abandono associados às dificuldades de transporte, ao escoamento da produção e as dívidas acumuladas com a Província. Nova Petrópolis entra no século XX buscando ajustar-se ao crescimento econômico da Província e de o seu próprio desenvolvimento frente às outras colônias.

4.1. Das Caixas Rurais Mutualistas às Caixas Cooperativas de Crédito

A opção por unir forças dos teuto-brasileiros possui diversas motivações, como pretendemos mostrar. A explicação mediante uma possível tradição germânica de associativismo¹⁴ seria a mais simplista delas. Como apresentamos anteriormente, diferentes foram as experiências associativas na Europa, em um contexto de incertezas e necessidades sociais. O que moveu esses indivíduos na colônia de Nova Petrópolis novamente é a necessidade. Pensamos o cooperativismo como um movimento da sociedade civil, ou seja, não estatal, que busca organizar as demandas daquele grupo (s).

¹⁴Neli Schäfer Tesch da Silva (2003, p. 203), em sua tese de doutorado, verificou o associativismo nas colônias como uma prática dos sacerdotes jesuítas, procurando, no primeiro momento, inserir a criança e o jovem em alguma associação religiosa assistencial ou devocional. Essas associações deveriam ser seguidas também na vida adulta. Dessa maneira, os jesuítas acreditavam estar evitando de o católico entrar em qualquer outra associação profana, longe das determinações da Igreja. Desde os finais do século XIX, eles se empenharam a criar Uniões e Alianças Católicas com atividades culturais e educativas.

Os pioneiros do cooperativismo de crédito viram possibilidade de luta diante da situação socioeconômica desestimuladora, não necessariamente uma luta contra a ordem social ou contra o Estado. Não se desejou mudar a ordem como Saint-Simon ou transformá-la como o grupo de Rochdale. Com uma organização em rede, por meio das associações centrais, as caixas rurais apresentaram-se de forma reformista, focada nos interesses e necessidades locais, apoiadas na prática sociocultural da Companhia de Jesus, que procurava fomentar a vida dos colonos. No entanto, é importante lembrar que a ideia de Friedrich Raiffeisen partiu da ideologia protestante. No Rio Grande do Sul, essa base cristã do movimento esteve norteadada pelo catolicismo, sobretudo, pelo catolicismo restaurador dos jesuítas.¹⁵

Os jesuítas começaram a chegar na província a partir de 1849. Eles tiveram envolvimento na vida do povo, incentivando a educação e o bem-estar material como um pressuposto para a vida espiritual saudável. Concentraram maior atenção em assistência social e liderança em projetos que visavam à promoção da vida humana. Depois de 1869, quando da criação da Missão Sul-Brasileira, sob a responsabilidade da Província Germânica, os jesuítas trabalharam intensamente. “Os sacerdotes encontraram imigrantes católicos sem a prometida assistência religiosa e foi a partir de atividades paroquiais que eles passaram, em meio aos protestantes, a chamá-los às práticas sócio-religiosas católicas comunitárias”. (SILVA, 2003, p.191).

Introduziram o Apostolado da Oração, a Congregação Mariana dos Jovens, a Associação das Filhas Marias, as Uniões e Alianças Católicas, além das escolas. Um bom exemplo é o Colégio Nossa Senhora da Conceição (mais tarde agrega a função de Seminário Central) criado em 1869, em São Leopoldo, o qual teve grande relevância na educação e na formação do clero. Através dessas atividades associativas, eles procuraram atuar em meio à crise entre Estado e Igreja no fim do Império.

¹⁵Com a convocação do Concílio Vaticano I, sob a orientação do papa Pio IX, os padres conciliares tomaram como referência o Concílio de Trento, reafirmando as linhas doutrinárias e as diretrizes disciplinares. A Restauração Católica baseia-se na volta do catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do pontífice em Roma. (RAMBO, 1998, p. 148). “*Esse projeto tinha como pontos centrais a retomada da doutrina formulada pelo Concílio de Trento; a obediência à autoridade do romano pontífice e dos bispos; e a distância e a rejeição à ingerência do Estado e das autoridades leigas na vida e nos assuntos da Igreja*”. (RAMBO, 2002, p. 60). Sobre o projeto de Restauração Católica Regional empreendida pelos jesuítas, ver também: SILVA, 2003.

Pode-se dizer que a criação de uma associação para agricultores contempla este conjunto de obras pastorais, ao mesmo tempo que responde às necessidades socioculturais. Em 1902, oficializavam-se os estatutos da Associação Rio-Grandense de Agricultores, durante a Assembleia Geral dos Católicos¹⁶ de São José do Hortêncio. (RAMBO, 2000, p. 20). Essa associação teve como finalidade atender às questões sociais, religiosas e econômicas dos imigrantes alemães. Por intermédio da integração entre os colonos e da ajuda mútua, atreladas a uma atividade financeira, os líderes desse empreendimento acreditavam que pudessem dar conta da produção, da compra e da venda dos produtos agrícolas. Os motivadores para a criação da Associação foram: o jesuíta Theodor Amstad, o jesuíta Eugênio Steinhardt, e o Sr. Hugo Metzler. A ideia de criação foi difundida no Segundo Congresso Geral dos Católicos, realizado em Santa Catarina de Feliz,¹⁷ no ano de 1899.

¹⁶ Sobre a Assembleia Geral dos Católicos de 1900, na localidade de São José do Hortêncio, Arthur Rambo (2011, p. 87) nos fala da tônica desse evento que foi a discussão e aprovação do estatuto provisório, com a assinatura de 400 homens. As assembleias serviam como fórum para discussão de grandes temas relacionados à colonização e à melhoria da colônia. Essa de 1900 teve como pauta também a organização e suas subdivisões, isto é, a constituição de núcleos associativos. Assim, a instalação oficial da Associação ocorreu nessa Assembleia, no Terceiro Congresso Católico (Ibid. p. 60). No entanto, no mesmo trabalho, o autor se refere a uma segunda Assembleia Geral, ocorrida em São José do Hortêncio, em 1902. Nessa, várias foram as pautas, e enfim, se concluiu aquele estatuto provisório, incluindo a finalidade, disposições sobre a diretoria, sobre a realização da assembleia geral, etc. Assim, ficou definido a finalidade e ações vitais da associação (Ibid. p. 92).

¹⁷ Na dissertação de mestrado, referimo-nos a esta localidade como Santa Clara de Feliz. (SANTOS, 2013, Cap.1). Uma confusão de nomes que se explica pelo nome do município hoje, e aproveitamos o momento para corrigir. Santa Catarina de Feliz de outrora era uma localidade próxima de Lajeado, de acordo com os estudos de Arthur Blásio Rambo, atualmente é o município intitulado Santa Clara do Sul/ RS, conforme a sua *web site* (Disponível em: <https://bit.ly/2l6JAnv>. Acesso em: 02/02/2012). Afora esse equívoco, salientamos que o acontecimento e a data do Congresso Católico de 1899 procede, conforme a bibliografia utilizada de Arthur Rambo, cuja a palestra de Amstad foi, “De que maneira podemos tornar-nos economicamente independentes do estrangeiro”? Assim, as atividades associativas iniciaram em 1900. Na tese de Márcio Werle, encontra-se a seguinte informação: “[...] no ano de 1900, durante o terceiro Congresso Católico, na localidade de Santa Catarina da Feliz (atualmente município de Feliz-RS). Naquela ocasião, Pe. Amstad expressou uma palestra com o título ‘Como podemos nos libertar economicamente do exterior’”. (WERLE, 2014, p. 129). Percebemos que há uma certa confusão de datas e lugares quanto à realização do Terceiro Congresso Católico, 1900 ou 1902. Talvez, pelo fato de ter ocorrido dois eventos na mesma localidade, São José do Hortêncio, e pela presença discursiva do padre Theodor Amstad em quase todos os primeiros congressos. Ambos os autores utilizaram fontes em alemão para seus estudos. Tudo indica que a oficialização dos estatutos da Associação Rio-Grandense dos Agricultores foi feita nos dois momentos porque as discussões das pautas seguiram para a assembleia de 1902, conforme mostramos anteriormente, e geraram sugestões que foram incorporadas no estatuto. Esses desencontros de datas e nomes das cidades não nos parece trazer grandes prejuízos em nossa análise, mas achamos conveniente esclarecer ao leitor, pois se for um interessado no assunto, provavelmente já tenha cruzado com outras leituras, e possivelmente tenha encontrado essas nuances ou as tenha identificado agora.

Esses congressos ou assembleias eram conhecidas como *Katholikentage*, “Dias dos Católicos”. Os *Katholikentage* eram a organização maior dos católicos, eram reuniões com assembleias gerais para definir diretrizes do social catolicismo, no contexto do Movimento Católico,¹⁸ nos países germânicos, ainda no século XIX. Os assuntos eram definidos de acordo com a conjuntura social, buscando formas de ajuda mútua dos católicos. (SCHALLENBERGER, 2012, p. 19). A primeira experiência nas colônias alemãs do Sul foi, em 1897, na localidade de Bom Jardim (Ivoti). Todas essas atividades estavam sendo realizadas em consonância com o projeto pastoral da Cúria Metropolitana, conforme Neli Schäfer da Silva (2003) nos mostra em seu estudo, ao trazer as análises de documentos episcopais e correspondências entre superiores.

Com o advento da República, não foi muito diferente. Se os primeiros anos de república foram marcados pelo distanciamento entre Igreja e Estado, no Rio Grande do Sul, a Primeira República se configurou como um ambiente muito propício para o Projeto de Restauração, tendo em vista as peculiaridades do governo republicano.¹⁹

Naquele congresso de 1899, Amstad e Metzler apresentaram a ideia de criar naquele mesmo momento uma alternativa econômica para os agricultores. A organização econômica fazia-se necessária. Metzler propôs discutir, naquela assembleia de 1899, um sistema de crédito conhecido como modelo *Raiffeisen*, utilizado com êxito na Alemanha, entre outros países europeus. O padre Eugênio Steinhardt, o então presidente da assembleia, introduziu o assunto sugerindo a criação de uma caixa de poupança a exemplo daquela concebida no ano anterior, em São Leopoldo, e da qual se tinha boas notícias. Ambas as discussões foram pertinentes e representaram a semente para aquilo que ficaria conhecido como Caixa Rural.

Para Amstad, ficou a missão de convencimento dos congressistas sobre uma organização financeira; por ser uma pessoa conhecida e agraciada por todos, tiveram de mudar a ordem do dia e antecipar sua conferência. “O pequeno padre”, como era conhecido Amstad (fazendo referência à sua baixa estatura), era a figura

¹⁸Ver mais sobre o Movimento Católico Alemão e seus reflexos nas representações sociais e na organização social do teuto-brasileiro no Sul do Brasil, em: SCHALLENBERGER, 2001.

¹⁹“Júlio de Castilho absorveu do positivismo os elementos necessários para a construção de um Estado centralizado, capaz de promover o progresso social. Castilhos procurou desenvolver um padrão de relacionamento com o catolicismo baseado em um *modus vivend* harmônico. Para ele, o catolicismo era aceitável como força capaz de colaborar com o acatamento social necessário para a vigência da ordem”. (SILVA, 2003, p. 141).

popular perfeita para a ocasião, por seu conhecimento e comprometimento com a comunidade. Sua responsabilidade foi desenvolver o tema “De que maneira podemos tornar-nos economicamente independentes do estrangeiro”. Em meio a uma narrativa repleta de parábolas e de conhecimento crítico da situação econômica, Amstad (2011) fez seu discurso. Reproduzimos abaixo alguns trechos para nossa análise:

Quando um carroceiro se descuida e a carroça fica presa num atoleiro, a primeira coisa que deve fazer é verificar onde está presa, para, em seguida, tomar as providências para libertá-la. Na atual conjuntura, temos de agir da mesma forma. A dependência do estrangeiro representa o atoleiro profundo no qual o carro com a riqueza nacional brasileira se encontra aprisionado. É preciso descobrir como é que chegamos nessa situação. Depois refletimos sobre os meios e os caminhos que nos podem libertar. Dito de outra maneira: respondamos a duas perguntas: no plano econômico, quais as causas que nos levaram à dependência do estrangeiro? Sempre no plano econômico, qual o caminho para libertar o país do estrangeiro? (AMSTAD, 2011, p. 67).

Como podemos tornar-nos economicamente independentes do estrangeiro? Como primeira providência, buscar menos na venda, isto é, no estrangeiro. É sobre essa questão que nos concentraremos de modo especial. Antes de mais nada, deveríamos saber que nem o Brasil e, de modo especial, nem o Rio Grande deveria importar alimentos, ou muito poucos. Deveriam ser reduzidos a trinta milhões, no máximo a cento e trinta milhões anualmente mandados para fora do país com a compra de alimentos. Para o nosso Rio Grande significaria, em primeiro lugar, cobrir, com produção própria. (AMSTAD, 2011, p. 69).

Então como conclusão, quero restringir-me à pergunta: qual seria a forma prática de concretizar as proposições? Por que vocês se contentaram apenas em dizer: “O pequeno padre” tem razão, assim deve ser feito, mas nada fizeram de concreto? Então, meus caros ouvintes, nada nos adiantará, nem a mim, nem a vocês, e melhor teria sido se tivesse poupado os meus pulmões. Não! Aquilo que se reconheceu como verdadeiro e como acertado, tem de ser atacado com vigor. (AMSTAD, 2011, p. 73).

A reflexão tem de ser complementada pela ação. Um sem o outro nada resolve. E quando se trata de resolver um problema muito sério, não basta que se lute isoladamente. Não basta que um indivíduo ponha mãos à obra. Será a tarefa de muitos em regime de cooperação. Assim se quiserem mover uma grande pedra e estiverem presentes vinte homens, e cada um isoladamente tenta removê-la, nada conseguirá. Se, porém, os vinte homens agarrarem em conjunto, obedecendo a um comando, fizerem força ao mesmo tempo, levantarão com facilidade a pesada carga.

[...]

Se, porém, nos reunirmos, se criarmos uma associação de grande porte e abrangente, tornar-nos-emos fortes e sempre mais fortes. (AMSTAD, 2011, p. 74, grifo da autora).

O discurso é muito rico, cheio de informações e conhecimentos econômicos e da sua conjuntura. Destacamos os trechos acima porque ilustram a pergunta que foi feita aos presentes, ao mesmo tempo que o próprio conferencista busca pela resposta, em uma reflexão sobre a situação da colônia. A criação de uma associação foi a resposta aos problemas apontados, a qual foi acolhida pelos presentes.

A Associação dos Agricultores Rio-Grandense, o *Bauerverein*, foi criada para fins múltiplos, buscando representar os interesses de todos. Para o arrecadamento de fundos e primeiras providências de organização financeira da Associação Rio-Grandense, a proposta de Amstad (2011, p. 75, grifo da autora) foi a seguinte:

São exatamente as dificuldades de natureza econômica de hoje favoreceram a criação de uma associação com finalidades múltiplas [...]. Apenas um obstáculo poderá afastar alguém de se filiar. Cada associação precisa de dinheiro e onde buscá-lo numa época tão carente dele, a fim de saldar os compromissos mensais e semestrais. Também já pensei nessa dificuldade e, por isso, não peço dinheiro para a nova associação, ou melhor, dito, apenas solicito o dinheiro que vocês costumam jogar fora descuidadamente: cabelos, pelos chifres, penas, ossos, ferro velho, cacos de vidro, retalhos de fazenda, caixas de fósforos e coisas assim. Cada sócio coleta esses objetos considerados inúteis, leva-os de tempo em tempo aos locais de coleta em cada picada. De lá será transportado por algum sócio, a certos intervalos e sem ônus, a um depósito central. Para muitos desses objetos existe mercado. A colocação ficará ainda mais fácil, quando o negócio estiver uma vez em pleno andamento.

Após o discurso e a marcante liderança de Amstad, a ideia de atender a necessidades econômicas também foi lançada, como vimos na citação acima. A situação econômica seria contemplada também pela unidade da Associação de Agricultores local. No entanto, em Nova Petrópolis, na reunião da associação local (acabou sendo local porque os representantes das outras associações que foram convidados a participar, não compareceram), foi abordada a possibilidade de implantação de Caixas Rurais, aos moldes das Caixas Raiffeisen. (WERLE, 2014, p. 132). Neste dia 19 de outubro de 1902, a *Sociedade Cooperativa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis* foi gestada. Anton Maria Feix ficou responsável por elaborar o estatuto da nova sociedade.

A colônia de Nova Petrópolis foi o primeiro núcleo associativo e de assistência econômica da região de colonização. Para aprovação do estatuto da Caixa Rural, os interessados reuniram-se na casa de Nicolau Kiehl, no dia 28 de dezembro de 1902, na localidade da Linha Imperial, sendo essa a data oficial da cooperativa de crédito. Theodor Amstad redigiu a ata em alemão e nela se refere a Caixa Rural também pelo nome de *Caixa de Economia e Empréstimo Amstad*, a *Sparkasse Amstad*.

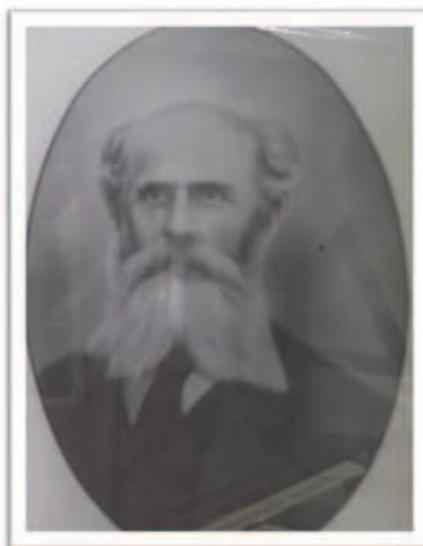
Os participantes que assinaram a ata foram: Alfred Steglich; August Stahl; Anton Maria Feix; Josef Oppitz; Nicolau Kehl; Josef Hillebrand; Franz Hillebrand; Anton John; Carl Bratz; Josef Neumann Filho; Johann Brunner; Hermann Kaiser; Jakob Krug; José Neumann Sênior; Johann Franz Oppitz; Albert Drechsler; Friederich Stofels; Johann Grings e Franz Raimann. Esses dezenove indivíduos nomeados foram os primeiros associados e fundaram definitivamente a *Caixa de Economia e Empréstimo Amstad*, aprovando os estatutos apresentados com pequenas alterações. Logo após o registro, que, conforme a legislação vigente de 1860 deveria ser enviado ao setor responsável que o presidente da Província ou o Governo designasse, a Caixa passou a funcionar. Ficou determinado que as cotas de capital de giro deveriam ser pagas até 15 de janeiro do próximo ano. Como tesoureiro provisório, foi escolhido José Neumann Sênior, o qual ficou encarregado de tomar as devidas providências.

Até a data da próxima reunião, 15 de janeiro de 1903, outros membros associaram-se à Caixa Rural: Johann Wazlawich; August Mass, Johann Muller; August Dunker; August Schwantes, Eduard Kny; Giuseppe Colliselli; Josef Neumann Sênior; Wilhelm Allmann; Jakob Backers; Johann Stocker; Carl Stocker; Carl Schmaedecke e Anton Weber, somando trinta e três membros. Foi nessa reunião que se fez a escolha da primeira diretoria da Caixa Rural: na função de presidente, Anton Maria Feix; de secretário, Franz Hillebrand; de gerente, Josef Neumann Sênior. Ainda se designou para função de revisores de caixas, Alfred Steglich e Johann Wazlawich. (CERUTTI, 2000, p. 58).

Imagem 6 - Franz (Francisco) Hillebrand 1º secretário (1903-1920)
Imagem 7 - Anton (Antoônio) Maria Feix 1º presidente (1903-1927)



Imagem 8 - Josef (José) Neumann Sênior 1º Gerente (1903-1910)



Fonte das imagens 6, 7 e 8: Museu da Primeira Caixa Rural, Nova Petrópolis/RS.

De acordo com Márcio Werle (2014, p. 133), a publicação de janeiro de 1903, no *Der Bauernfreund*²⁰, comunica a criação da Caixa Rural, Sparkasse, de Nova Petrópolis e do núcleo da Associação dos Agricultores dessa localidade, que estava

²⁰*Bauernfreund*, o “amigo do agricultor”, circulava desde 1900 e passou a ser um veículo de comunicação entre a associação e os colonos, com o formato de jornal. Tinha como princípio informar os colonos de tudo aquilo que lhes interessava nas questões econômicas, políticas, sociais, educacionais e culturais. “Ao *Bauernfreund* foi confiada também a tarefa de formar uma nova mentalidade entre os colonos”. (RAMBO, 2000, p. 9). Editado em Porto Alegre pela Typografia do Centro. Foi o órgão oficial da Associação Rio-Grandense dos Agricultores até 1914. (RAMBO, 2011).

bem-sucedido. A notícia também anuncia que tinham conhecimento do interesse de outras cinco filiais, a serem criadas em outras associações distritais. Além disso, registraram que desejavam, tão logo, a data da próxima assembleia geral, para incentivar a criação de outras Caixas.

Na mesma publicação de janeiro de 1903, o autor (possivelmente Theodor Amstad, o qual era responsável por redigir esse periódico) procurou convencer os agricultores a se organizarem em Caixas Rurais. Reproduzimos abaixo um trecho traduzido por Werle (2014, p. 134):

[...]. Para fortalecer uma associação torna-se necessária ter força de capital (*kapitalkräftig*) e é possível com uma caixa central [...]. Para isso, irmãos tenham coragem e confiança uns nos outros e formem uma ação ou fundo, uma caixa central nos modelos das caixas centrais europeias, respectivamente uma caixa de poupança. “Sim, mas nós temos nossas dificuldades, não temos nada sobrando nesses tempos difíceis, possivelmente daqui a 10 ou 15 anos”, diriam alguns. Se todos os membros associados acreditassem no enunciado “*Viribus Unitis*”, “com união de forças”, deveriam também esse “*Viribus Unitis*” ser aplicado ao dinheiro.

A Caixa Rural inseria-se essencialmente em um espírito comunitário. Ela se limitava a atuar na localidade. É importante frisar aqui que a funcionalidade dela estava na lógica do assistencialismo, ou seja, sua atuação estava imbricada com os valores da ajuda mútua e acompanhava os princípios preconizados pela Associação dos Agricultores. Nesse sentido, a caixa rural procurava limitar as suas funções na prática econômica, constituindo uma direção própria. Se a intenção dos presentes naquela assembleia era de criar caixas rurais isoladamente e logo formar uma central, igual ou similar ao sistema raiffeisiano, a ideia não se concretizou de imediato: por um lado, pela falta de compreensão (ou pelo investimento, conforme mostra o incentivo no trecho da publicação acima) dos agricultores para o funcionamento dessas Caixas, tendo em vista que recém haviam empreendido esforços na criação da Associação de Agricultores; por outro lado, pela própria legislação brasileira, do início do século, que entendia a cooperativa como uma sociedade anônima mútua.

A Caixa Rural não foi constituída, naquele momento, com a concepção dos princípios postulados pelos Pioneiros de Rochdale ou aqueles que se conhece hoje formulados pela ACI. Assim como aquelas da Europa, as caixas rurais nasceram para o socorro mútuo do pequeno agricultor. A ideia fundamental era a união de

forças, isto é, de esforços coletivos e comprometidos com o desenvolvimento da localidade. Não se tinha clareza da sua prática ou de princípios cooperativos, mas sim daquilo que se queria através dela, ou seja, a resolução de problemas que foram inviabilizados pelo Estado, ou não resolvidos por eles próprios, com um profundo sentimento de solidarismo.

No ano de 1903, postos de coleta de depósitos foram criados na colônia de Nova Petrópolis, para iniciar as primeiras operações, seguindo a sugestão de Amstad, isto é, com a criação de armazém para a venda de objetos “inúteis”. Na assembleia geral da Associação dos Agricultores, de abril de 1903, foi sugerido a criação de caixas rurais em outras sedes, conforme a publicação no jornal *Der Bauernfreund*, da associação. A conferência de Alfredo Steglich, de Nova Petrópolis, sobre crédito levou como exemplo a *Caixa de Economia e Empréstimo* do núcleo de Nova Petrópolis, cuja experiência de seis meses era satisfatória. De acordo com Rambo (2011), os associados de Santa Cruz do Sul e de São Sebastião do Caí decidiram ali implantar a caixa rural em seus núcleos associativos.

A partir de 1904, a caixa de crédito e poupança caiu no gosto dos colonos e espalhou-se pelas colônias alemãs. Na mesma assembleia, recomendou-se o incentivo da caderneta de poupança, principalmente para as crianças, estimulando desde cedo o espírito da economia. Ademais, é possível verificar tanto nas traduções de Werle (2014) quanto nas de Rambo (2011) que a presença de uma formação moral católica acompanhou o tempo todo os incentivos e pautas da associação nas caixas rurais.

É importante esclarecer que a Caixa Rural funcionava ao lado da Associação de Agricultores. Conforme a pesquisa de Arthur Rambo (2011),²¹ em atas e jornais (sobretudo em alemão) da localidade, a Associação de Agricultores organizava-se a partir de sedes individuais em cada localidade. Podia-se ter uma sede em uma Linha, em um distrito, em uma paróquia ou um município. Os dirigentes de cada localidade formavam juntos a diretoria da Associação e do município, elegendo entre eles a direção geral. Nesse sentido, a distribuição dos postos de coleta e da própria criação da Caixa de Crédito seguiu, em grande medida, a localidade onde já se tinha uma sede da associação. Todas essas sedes e suas respectivas Caixas Rurais formavam a Associação Rio-Grandense de Agricultores. Isso quer dizer que,

²¹ Ver mais em: RAMBO, 1988, p. 276p.

simultaneamente, duas instituições diferentes foram se constituindo em um grande empreendimento associativo, atendendo a necessidades distintas e complementares, a de representatividade e de fins econômicos, em um trabalho conjunto.

Nesse sentido, era necessário ter linhas de atuação mais definidas, sobretudo para a sociedade cooperativa que surgia. Isso ocorreu na quarta assembleia geral da Associação, em abril de 1904, na cidade de Santa Cruz do Sul, em que Amstad novamente foi o protagonista, propondo aos presentes pensar um modelo cooperativo. Foi durante os três dias desta assembleia que se percebeu a necessidade de se distinguir os dois tipos de atividades que a Associação de Agricultores tinha: da vida associativa e da participação nas cooperativas rurais que também estavam destinadas para vários fins, em conformidade com a necessidade local.

O debate da assembleia de 1904 se concentrou, inclusive, em pensar em incentivos para fundação de cooperativas de produção nas colônias, principalmente para a indústria de laticínios. Desde então, a Associação dos Agricultores passou a recomendar e orientar a estruturação de cooperativas de laticínios e de produtos agrícolas. (RAMBO, 2011).

O jesuíta Amstad explicou aos presentes os diferentes tipos de cooperativas (produção, consumo e crédito) e trouxe como pauta novamente o modelo de cooperativa Raiffeisen para a Caixa Rural (Hugo Metzler já havia mencionado o modelo, em 1899). Além disso, chamou a atenção da assembleia para se ampliar a preocupação com o crédito, com os planos de seguros, com a proteção legal dos associados e com a organização interna da Associação. A resolução dessa pauta foi registrada por Rambo (2011, p. 110).

Já que a assembleia geral vê nas cooperativas rurais um dos instrumentos mais poderosos para promover o auxílio mútuo, estimada aos associados a associação dos agricultores a fundá-las em número cada vez maior. Atenção toda especial deve ser dada as cooperativas de crédito de tipo "Raiffeisen".

As cooperativas de crédito e poupança eram consideradas as meninas dos olhos do padre Amstad, pois as considerava um modelo indispensável, cuja função era também viabilizar outras cooperativas. As cooperativas passariam a ser os motores da economia colonial. Em 1906, Amstad volta ao assunto e insiste nos

princípios morais da doutrina cristã, no interior das relações de trabalho, isto é, na cooperação e na solidariedade. Para Amstad, deixar o pensamento do individualismo crescer, pensando somente em si, é terrível e viola a vontade de Deus, e continua, conforme registra Werle (2014, p. 138):

Para corrigir essa situação uma das melhores maneiras é a formação de uma Caixa de Poupança e Empréstimo como já existem no contexto da Associação de Agricultores. Ela associa os pobres e os ricos, com os mesmos direitos e deveres, e constam como as mais antigas formas de responsabilidade humanas sobre ajuda e amor ao próximo. Para nenhuma outra associação se aplica melhor o lema cristão: “Um por todos e todos por um”.

Como já dito, a Associação tinha como campo de ação atender às demandas da população rural, que poderiam ser diversas, desde um simples socorro mútuo para assegurar prejuízos a um financiamento de colonização. Era baseada nos princípios básicos de ajuda mútua, comprometimento na base solidária, interconfessionalidade e interetnicidade. Diante do contexto daquele início do século XX, os colonos tiveram que enfrentar problemas graves: a crise agrária; a concorrência crescente; o comerciante intermediário; o escoamento da produção; o excedente populacional e, até mesmo, auxiliar na resolução dos inventários e hipotecas dos colonos. Não contavam com a presença do Estado.

A escolha dos princípios cooperativos não se deu de forma óbvia, ainda que Amstad e Metzler advogassem para assumirem a lógica doutrinária de Raiffeisen. Ressaltamos, também, que, mesmo ao adotar essas práticas, não seriam tal e qual foram na Alemanha ou naquela rochdaleana. Há muita influência francesa e alemã como procuramos mostrar no capítulo 2, com as cooperativas de crédito de Durand e Schulze-Delitzsch, respectivamente.

Aqui convém retomar a discussão em que falamos de transnacionalidade, por conta da pluralidade de concepções acerca do cooperativismo. A interpretação de Rochdale que prospera e chega na América Latina é aquela que Charles Gide fez. No Brasil, no início do século XX, a influência do Raiffeisen-Durand também progrediu, a qual primava pela autonomia das caixas regionais. Em meio a isso tudo, como sujeitos do seu tempo, os associados da *Caixa de Economia de Empréstimo Amstad* voltaram a pensar nos princípios cooperativos na assembleia geral da Associação de Agricultores, a qual se realizou em Novo Hamburgo, entre os dias 15 e 17 de maio de 1908, e a pauta da autonomia estatal se fez presente. Ressaltamos

que, no último dia do encontro (lembrando que é a realização de um Katholikentage), se teve a presença de autoridades, como o intendente de São Leopoldo, Guilherme Gölzer Neto, o cônsul da Áustria e Hungria, senhor Konstanjevic e o cônsul imperial da Alemanha, senhor Wolf.

A definição doutrinária fez-se em trânsito. O que se tinha muito claro era a ideia de solidariedade e fraternidade impulsionadas pelos princípios cristãos que contemplavam tanto os teuto-brasileiros católicos quanto aqueles protestantes. Raiffeisen, em sua origem, tem como propósito a formação moral e teve, em suas raízes, a interconfessionalidade. A responsabilidade cristã associa-se ao projeto social e pastoral, realizado pela Companhia de Jesus na região de colonização.

Na assembleia de 1908, duas questões muito importantes foram decididas para o funcionamento das cooperativas. A primeira foi sobre os empréstimos feitos pelos colonos com comerciantes, isso ainda era o maior problema das colônias. Era preciso disseminar ainda mais a modalidade de empréstimo feita nas Caixas Rurais, cooperativas de crédito tipo Raiffeisen. Amstad ressaltou a importância do crédito a juros baixos e condições de pagamento definidas e fixas. Somente com a completa utilização dessas cooperativas que o colono melhoraria sua condição financeira e aprenderia a maneira correta de realizar empréstimos. Assim, foram reforçados ainda mais os princípios cooperativos. (RAMBO, 2011, p.129-130).

Claramente, o jesuíta referia-se não só aos comerciantes, empregadores que também realizavam empréstimos a altos juros, o que dificultava para o trabalhador e o pequeno agricultor sanar as dívidas, mas também poderia estar se referindo às instituições financeiras, públicas ou privadas, que não possuíam uma linha de crédito agrícola específica. Ele não perdia a oportunidade de fazer a formação moral, no que diz respeito ao poupar dinheiro em família, pois ensinar jovens e crianças a pouparem direito tem um sentido moral e material, cuja responsabilidade de ensinamento era dos pais. A família nesse cenário assume o papel de protagonista da vida econômica cristã com base na solidariedade.

A outra questão foi pautada pelo pastor Gans, sobre a necessidade de se organizar indenizações por sinistros para cada associado, cada agricultor atingido, não o deixando entregue à caridade. A partir de sua conferência “A aplicação do princípio cooperativo na organização das instituições de assistência”, Gans propôs o desafio de pensar como estruturar as caixas rurais existentes para essa demanda. Afirmava também que o Estado deveria ficar de fora da administração e condução

da associação, pois não tinha o Governo condições de auxiliar a cada um em particular. A ideia de Gans era fazer uma Associação de Caixas diversas, conforme o Decreto de 1903. “Essas associações podem constituir-se independentemente da autorização do governo e estão livres de qualquer imposição ou restrição”. (RAMBO, 2011, p. 136). Além disso, ressaltava a não remuneração dos dirigentes nas caixas rurais, atentando para a sua organização solidária nas colônias, frente ao art. 23 do novo Decreto de 1907.²²

Sobre esses assuntos abordados é preciso fazer algumas considerações sobre dois pontos. O primeiro é em relação ao empréstimo e as instituições financeiras. Conforme Eugenio Lagemann (1985), até 1930, operaram nove bancos no Rio Grande do Sul, sendo o mais antigo deles o Banco da Província do Rio Grande do Sul, fundado em 1858. Este banco, embora tenha sido iniciado por um grupo de investidores comerciantes, teve apoio do poder público estadual para sua criação. Somente em 1909, o Banco da Província teve autorização para implantar Caixa de Depósitos. Segundo Corazza (s/d, p. 11):

Com a Caixa de Depósitos, o Banco da Província pretendia ampliar outras funções bancárias, assim como receber depósitos e conceder empréstimos populares e descontar letras comerciais, bem como estender seus serviços também ao interior do Estado, através da difusão das Caixas de Depósito. Em 1910, abre a Carteira Hipotecária de Crédito Real, para empréstimos hipotecários e de prazos longos ao setor rural.

Das nove unidades bancárias existentes na Província do RS, oito eram de capital privado e um estatal. Em grande medida, os bancos privados dedicavam-se ao depósito e ao financiamentos de curto prazo; mesmo quando abriam filiais distante dos interesses da região e de sua constituição, permaneciam os interesses comerciais do grupo econômico que motivou a sua criação. O banco estatal foi fundado já no final da década de 1920.

Em 1928, o Banco do Rio Grande do Sul foi fundado para suprir a necessidade persistente de financiamentos a longo prazo, uma solicitação que já vinha de longa data, principalmente dos pecuaristas. De acordo com Gentil Corazza

²²Conforme afirma Rambo (2011, p. 136) a respeito das disposições da assembleia de 1908, da Associação dos Agricultores, foi pautada a opção de responsabilidade das Caixas, devido às circunstâncias da Lei. Argumentou-se que se deveria dar preferência à responsabilidade ilimitada: “[...] nossas associações de caixas não podem distribuir lucros ou conceder dividendos, à maneira das sociedades anônimas”. Ou seja, mesmo que quisessem alterar seus estatutos para responsabilidade limitada, a lei não permitiria.

(s/d), a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul foi a primeira instituição bancária a desempenhar um papel importante nas localidades do interior, atuando desde 1875.²³ Esta instituição dedicou-se à captação de depósitos e à concessão de empréstimos populares. Além disso, surgiram muitas Casas Bancárias que desempenharam algumas funções de bancos comerciais. De acordo com Lagemann (1985, p.76), “a atividade comercial bancária se constituía em prática bastante comum no interior do Estado”.

De fato, é o que estamos mostrando neste trabalho. As caixas rurais prosperaram nos núcleos coloniais. Se antes as caixas estavam organizadas a partir da Associação Rio-Grandense de Agricultores, a partir de 1912, as caixas rurais se congregariam à nova associação, a Sociedade União Popular (SUP)²⁴, também conhecida como *Volkssverein*. As cooperativas de crédito alcançaram seu ápice na década de 1920, formando uma cooperativa de segundo grau, a Central das Caixas Rurais União Popular, em 1925. Tema que abordaremos mais adiante.

A falta de instituições de crédito para atividade produtiva no interior e nas áreas de colonização é confirmada no estudo de Lagemann (1985) assim como no de Pesavento (1980; 1983). O pequeno produtor acabava buscando crédito com os comerciantes locais. Esses eram igualmente integrados aos bancos dos grandes centros²⁵, o que deixava o colono submisso à aceitação das condições do empréstimo. Conforme Lagemann (1985, p. 25-26),

²³De acordo com o que dispõe a Lei de 22 de agosto de 1860 e o Decreto de 19 de dezembro do mesmo ano, autoriza-se o funcionamento das Caixas Econômicas como estabelecimento de beneficência, como os Montes Pio e Sociedades Anônimas. Seus diretores deveriam ser nomeados pelo Governo e os serviços prestados gratuitamente.

²⁴A primeira fase da Sociedade União Popular pode ser chamada de “a era Amstad”, conforme Erneldo Schallenberger (2001), compreendida entre 1912-1920. Junto com o senhor Hugo Metzler, o jesuíta Theodor Amstad foi o grande responsável pelo Congresso Católico de Venâncio Aires de 1912, data de fundação da associação. Além de levar um esboço do estatuto já naquela ocasião, orientou a confecção do estatuto definitivo. Theodor Amstad foi o diretor, o secretário-geral e o secretário itinerante da associação. A SUP “*fundou-se como uma entidade leiga, mas católica, imune por seu estatuto, à fiscalização e à tutela das autoridades eclesíásticas*”. (RAMBO, 2012, p. 98). Tinha a presença dos padres jesuítas como Max von Lassberg, Johannes Rick, Amstad, e também dos párocos das regiões, como conselheiros. A presença do clero secular na associação, intencional ou não, diluiu um pouco a ideia de um projeto jesuítico.

²⁵Conforme Lagemann, destacamos outros dois bancos, o Banco Nacional do Comércio, criado em 1895, que teve uma importante atuação na região Sul, assim como o Banco Pelotense, criado em 1906, cuja importância é destacada no financiamento das atividades produtivas, sobretudo, atendendo aos produtores pecuaristas. Para os pequenos comerciantes e produtores, nos anos seguintes, foram criados o Banco Porto-Alegrense e o Banco Pfeiffer. O primeiro, fundado em 1916, dedicado a pequenos depositantes fundamentalmente ao comércio. O segundo, criado em 1919, cuja atuação centrou-se no “*alto comércio importador-exportador, que floresce apoiado no florescimento da economia colonial*”. (LAGEMANN, 1985, p 58).

[...] o contato do “colono” com o mercado ocorria via vendeiro com o qual estabelecia uma relação comercial em grande parte omitindo a moeda, a monetarização atingia apenas os “saldos” registrados no “caderno” de “haver/dever”. Desfrutava esse vendeiro, por isso de situação privilegiada frente aos demais integrantes de uma linha ou picada, refletindo-se a importância de seu papel comercial sobre as demais atividades, políticas e religiosa, do grupo.

O discurso do padre Amstad faz sentido, acompanhado da rejeição à usura que a Igreja critica desde tempos mais remotos, pois o empréstimo nessas condições apresentava-se como um problema social que deveria ser combatido e resolvido, por intermédio da prática de empréstimos nas caixas cooperativas.

O segundo ponto destacado da assembleia de 1908, em Novo Hamburgo, é a constituição normativa da Caixa de Empréstimo e Economia Amstad. A Lei de associações, de 22 de agosto de 1860, n. 1083, permitia a criação, genericamente, de companhias e sociedades anônimas mutualistas (beneficentes e de socorro mútuo) que praticassem transações financeiras com limitações de valores.²⁶ O marco legal cooperativo veio somente no século XX, no Decreto nº 979, de 1903, pois trouxe, de acordo com Limberger (1982, p.10), ao movimento que se formava no Brasil a:

- 1) possibilidade de organização de tais cooperativas, com o implícito reconhecimento de sua efetiva existência em alguns pontos do território pátrio;
- 2) equiparação das cooperativas às sociedades civis, no que se avantajou sobre muitos outros diplomas legais, mesmo específicos. Só hodiernamente esta caracterização fundamental se tornou clara. Mas já então incipiente diploma legal o previra pioneiramente!

O incipiente Decreto de 1903 foi dedicado a regular e dar o direito aos trabalhadores rurais de se organizarem em sindicatos agrícolas. A cooperativa foi mencionada no Artigo 10:

A função dos sindicatos nos casos de organização de caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativa de produção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência, etc., não implica responsabilidade directa dos mesmos nas transacções, nem os bens nella empregados ficam sujeitos ao disposto no nº 8, sendo a liquidação de tais organizações regida pela lei commum das sociedades civis.

²⁶Os estatutos deveriam ser publicados na imprensa de maior circulação da localidade; no caso das caixas rurais e da própria Associação dos Agricultores, os estatutos foram publicados no periódico *Der Bauernfreund – O Amigo do Agricultor ou do Colono*.

Mas foi no Decreto n.1.637, de 1907, que as cooperativas foram normatizadas em seu funcionamento. Se antes eram apenas reconhecidas a sua existência, a partir desse decreto, torna-se obrigatória a designação de cooperativas para as sociedades civis que apresentassem:

Número mínimo de (sete) associados; a existência de órgãos administrativos e de fiscalização; mínimo de capital social e possibilidade de ausência do mesmo para as cooperativas de crédito agrícola; possibilidade de federalização; exigência do fundo de reserva; limitação da duração da sociedade em 30 anos; recebimento de dinheiro em depósito, inclusive de terceiros. (LIMBERGER, 1983, p. 11).

A norma de 1907 admitia a constituição de uma sociedade cooperativa por escritura pública ou por deliberação dos sócios em assembleia. As cooperativas deveriam ter variabilidade de capital, não limitar o número de sócios e limitar ações ou quotas partes a terceiros, alheios à sociedade. Esta legislação admitia o conteúdo mercantil de natureza lucrativa, ferindo a peculiaridade fundamental das cooperativas.

Era necessário expressar que desejavam a ausência do Estado no funcionamento da caixa rural e da própria Associação dos Agricultores. No entanto, o Decreto de 1907 também orienta a organização em sindicatos.²⁷ O registro em cartório civil como sindicato foi orientado para todos os delegados das sedes ali presentes, em Novo Hamburgo.²⁸ O interesse em transformar-se em sindicato explica-se pelas diferentes atividades que a Associação desenvolvia. Vejamos (SANTOS, 2013, p 38):

²⁷Na crônica escrita pelo professor Carlos Robinson, o direito à organização em associações passa ser garantido na Constituição de República de 1891, embora nada se refira sobre questões trabalhistas. “A primeira legislação brasileira, referente à questão sindical urbana, é o “Decreto n.1637”, de 1907. Esta lei orientou a atividade sindical até 1930 e era surpreendentemente avançada. Estabelecia regras jurídicas claras que garantiam a liberdade de organização sindical, a liberdade de filiação, de não filiação e desfiliação ao sindicato. Possibilitava a liberdade de administração e a faculdade de os sindicatos constituírem uniões ou sindicatos centrais, sem limitação de circunscrições territoriais. Os sindicatos, com o simples registro no cartório civil, revestiam-se das faculdades de personalidade jurídica”. (ROBINSON, 2009). O Decreto 979, de 06 de janeiro de 1903, orientava a criação de sindicatos agrícolas, que compreendiam por objeto a criação de gado ou a indústria pecuária (ficou vigente até o ano de 1933). Sendo assim, desde o início da legislação do século XX, a sindicalização aparecia como o mote da questão para resolver os problemas de ordem associativista. A especificidade da lei, direcionada aos criadores, tardou a sindicalização das Caixas e da própria Associação dos Agricultores.

²⁸Considerando ser uma região de imigração, é importante dizer que a direção do sindicato deveria ser composta por brasileiros natos ou naturalizados, com residência no país, de mais de cinco anos, no gozo de todos os direitos civis, conforme o parágrafo segundo do Art 2º do Decreto n. 1637.

A transformação em sindicato tinha suas vantagens. A proteção e a aceitação oficial do governo eram duas delas, pois, mesmo que não aceitassem a sindicalização, poderiam sofrer penalizações na forma de imposto ou multas, se funcionasse como uma associação com transações financeiras sem estar ligada a um sindicato. A decisão da assembleia e os estatutos foram entregues para publicação no órgão oficial, *Der Bauernfreund*. A partir dessa decisão, muitos líderes importantes se afastaram, católicos e protestantes, que não concordavam com a sindicalização, inclusive Theodor Amstad, seu idealizador e fomentador. O encontro de 1909 foi o último a se realizar nos moldes originais. O *Bauernverein* [Associação Rio-Grandense dos Agricultores] teve vida curta, mas cumpriu os objetivos a ele confiados, sobretudo os de traçar caminhos econômicos e diversificar o trabalho por meio da “união de forças” e do cooperativismo.

Além disso, para manter as atividades de crédito e poupança das caixas rurais era necessária a mudança, sem prejuízos para os associados, seguindo a orientação do Art. 6º do Decreto, de 05 de janeiro de 1907.

Quando, na fórmula do art. 3º, letra c, o sindicato houver constituído corporações distintas de mutualidade, previdência, crédito ou outra qualquer, o sócio que se retirar do sindicato não perderá as cotizações e outras vantagens, podendo ser conservado ou excluído, mediante o pagamento de uma indenização correspondente contribuições pagas, da fórmula que for fixada, nos estatutos.

Sobre as cooperativas de crédito, o referido Decreto também trouxe regulamentações, e o pastor Gans trouxera o assunto de criação de novas caixas na assembleia de 1908, para assegurar os associados dos sinistros agrícolas, muito acertadamente. A Lei de 1903 já garantia este tipo de organização no Art. 10, e o Decreto de 1907 passou a permitir que as caixas rurais realizassem transações de empréstimo de pequeno valor com isenção e realizar empréstimo de hipotecas e penhor agrícola. Era necessário pensar como articular as demandas entre a associação e a caixa rural; entre a assistência e a economia.

Nos artigos que seguem, é possível perceber a influência germânica-francesa, ou seja, da interpretação do modelo de cooperativa Raiffeisen ou Durand-Raiffeisen. Nesse sentido, a definição pela solidariedade e o modelo raiffeisiano tornou-se ainda mais viável.

Art. 23. As cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em pequenas circumscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias, gozarão de isenção de selo para as operações e

transacções de valor não excedente de 1:000\$ e para os seus depósitos.

Art. 24. As sociedades cooperativas organizadas de acordo com esta lei podem unir-se ou federar-se com o fim de admitir reciprocamente os sócios de uma ou outra, que mudarem de residencia, ou organizar em commum os seus serviços.

Contudo, entendemos que essas foram normas legais bem abrangentes, que ainda não compreendiam a cooperativa em sua especificidade associativa para fins econômicos. Isso é muito compreensível tendo em vista que, naquele momento, constituía-se a célula do movimento cooperativo, na prática, em tentativa e erro dos indivíduos envolvidos. Por isso, reiteramos que a *Sociedade Cooperativa de Empréstimo e Economia Amstad* é uma cooperativa em plena construção doutrinária, semelhante ao processo de construção dos princípios nas experiências europeias.

Além disso, entre 1903 e 1925, localiza-se um vazio normativo específico, embora sejam louváveis as iniciativas de criação de lei. Cabe ressaltar que na Argentina ainda não havia nenhuma lei voltada aos sindicatos e associações rurais neste período. O Decreto brasileiro de 1903 aparece referenciado pelos engenheiros, na literatura e na imprensa que encontramos, como modelo a ser seguido. As caixas rurais, da forma como foram concebidas, não eram orientadas e tampouco fiscalizadas pelo Poder Público. Passaram a ter maior visibilidade conforme a fama, o sucesso das práticas entre os colonos. De acordo com Leonel Cerutti (2000, p. 61), a experiência da Caixa Rural de Nova Petrópolis procurou, a partir dos valores anunciados por padre Theodor Amstad, da solidariedade, da seriedade e da simplicidade, resolver os problemas financeiros de maneira privada.

Observamos que o espírito associativo e econômico encorajado pelos seus líderes está em acordo com a disposição da encíclica de 1891. De acordo com a *Rerum Novarum*, o Estado deve preservar o direito natural da sociabilidade do homem, isto é, a organização em sociedade civil. A intervenção estatal aparece na encíclica assegurando leis de proteção aos mais pobres e à injustiça social. O Estado deve utilizá-las somente diante de uma ameaça à tranquilidade pública, como, por exemplo, as greves. O Estado deve respeitar religiosamente o direito das ações coletivas, organizadas pelas associações, como direito particular e não público. A encíclica prega a harmonia nas relações sociais, em defesa do salário justo e digno, e não tolera a luta de classes. (LEÃO XIII, 1891).

A referência que encontramos frequentemente ao espírito associativo do imigrante, mais precisamente do teuto-brasileiro, poderia ser aplicado à colônia de Nova Petrópolis. Porém, concordamos com o professor francês Jean Roche (1969), que assinalou que o associativismo aconteceu décadas depois da instalação dos imigrantes, porque a sobrevivência estava em primeiro lugar, cujos motivos temos apontado neste texto. Por outro lado, assinalamos o projeto do Governo para o campo, autorizando o funcionamento de organizações sindicais e caixas rurais no século XX. Em consonância com a União, o governo estadual do PRR contribuiu para o desenvolvimento desse espírito, estimulando a criação de associações privadas para resolução das necessidades.

Ao lado dessas ações governamentais, o Movimento de Restauração Católica no RS teve terreno fértil para atuar, nos núcleos coloniais teuto-brasileiros. Preconizado pelos jesuítas, encontrou na liberdade de organização coletiva um caminho promissor, para desenvolver os projetos sociais e a vida pastoral. Conforme a análise feita por Neli da Silva (2003, p. 142), os jesuítas tinham o apoio de Júlio de Castilho, o qual pregava um governo isento frente às atividades educacionais e religiosas, de acordo com as convicções comtianas. O seu chefe de gabinete, inclusive, Aurélio V. de Bittencourt, era muito ligado à Igreja Católica (MOREIRA, 2014). O castilhismo e a posição tolerante dos governos gaúchos favoreceram um relacionamento viável com a Igreja, sem distanciamento; nesse ambiente, o bispo do RS e os jesuítas aproveitaram para desenvolver a Restauração Católica.

4.1.1 “Tudo para Todos”: Lideranças e Princípios de Solidariedade Cristã na Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, Nova Petrópolis

Desde o início, a caixa cooperativa usou uma frase de efeito para motivar a sociedade. *União de forças*, para começar junto à Associação de Agricultores; *tudo para todos*, para consolidar seu funcionamento. *Omnibus Omnia* está presente na Bíblia, I Carta de Coríntios 9, 22, portanto, por si só representa a ligação intrínseca da solidariedade, sobretudo da veia socialista cristã do cooperativismo no Brasil, conforme mostramos em capítulo anterior. O iniciador do cooperativismo de crédito no Brasil, sendo um sacerdote jesuíta, usou e abusou dessa expressão em seus discursos. Theodor Amstad transformou essa frase em lema da cooperativa, no

momento da fundação da nova associação confessional alemã, em 1912, a Sociedade União Popular. (SANTOS, 2013, p. 40).

Com a sindicalização da Associação dos Agricultores e o seu rápido encerramento das atividades, a SUP foi a associação que trabalhou ao lado das caixas rurais, assumindo o papel de representatividade dos teuto-brasileiros católicos. De acordo com Amstad (1912 *apud* RAMBO, 2000, p. 30-31),

[...] a finalidade da Associação é a promoção dos interesses espirituais e materiais dos católicos alemães do Rio Grande do Sul. Tendo em vista que os objetivos são grandes, abrangentes e que dizem respeito a nós todos, a participação na Associação deverá ser a mais ampla possível.

Falaremos agora de algumas lideranças, ainda que com informações superficiais desses sujeitos, do núcleo colonial de Nova Petrópolis e daqueles que atuaram para forjar a Associação dos Agricultores e, conseqüentemente, a *Sparkasse* Amstad, organizando o espaço social a partir do *habitus*. Essas lideranças incentivaram os indivíduos a unir-se a favor de uma economia organizada por eles próprios, isto é, que tivessem o controle de todo o processo produtivo, inclusive, no escoamento e na comercialização. Cabe aqui lembrar da economia “moral”. Thompson (1998, p. 225) afirma que o uso do termo moral não foi utilizado para designar superioridade àqueles seguidores da filosofia de Adam Smith, mas para mostrar que a experiência econômica daqueles pobres camponeses ingleses funcionava sem a teorização, ou seja, em um mercado real, alicerçado no costume.

Eles tiveram dificuldades em convencer os demais, sobretudo, da autonomia que queriam do Estado, porém, não desistiram. Pensamos por que entre esses líderes havia um compartilhamento de saberes e princípios cristãos que os unia na conformação do tipo de associação e de cooperativismo que se queria. Sendo eles teuto-brasileiros e imigrantes alemães, a memória da antiga pátria e dos conhecimentos da vida camponesa de lá foram frequentemente acionados pelo jesuíta Theodor Amstad, em discurso ou na publicação do periódico *Amigo do Agricultor*. Será por esse personagem que começaremos uma breve descrição biográfica, sendo ele, o germe cooperativo na colônia.

As experiências, associativa, cooperativa e cristã, foram vivenciadas por Theodor Amstad desde a vida familiar na Suíça, formando um conjunto de saberes que marcaram toda a sua trajetória de vida. Certamente, eles contribuíram para

novas práticas ou remodelações daquilo que conhecia. As práticas familiares, a liderança associativa do pai, o fervor religioso familiar, somado à sua formação jesuítica, compõem importantes referenciais que contribuíram para organização do espaço social em Nova Petrópolis. (SALATINO, 2017^a, p. 193). Tudo isso relacionado ao trabalho coletivo e à concretização de um projeto de ação coletiva, inaugurado no Sul do Brasil.

Amstad era suíço, nascido em 09 de novembro de 1851. Chegou ao Brasil com 34 anos de idade, no ano de 1885, quando da sua designação missionária, após a conclusão dos estudos teológicos na Inglaterra (de 1881 a 1884), para o Rio Grande do Sul. Desde a década de 1840, o modelo associativo em cooperativa crescia nos países alemães, com Raiffeisen e Schulze-Delitzsch. E também, na Inglaterra, onde Amstad pode ter conhecimento de tensões sociais do contexto fabril, de um país com industrialização consolidada.

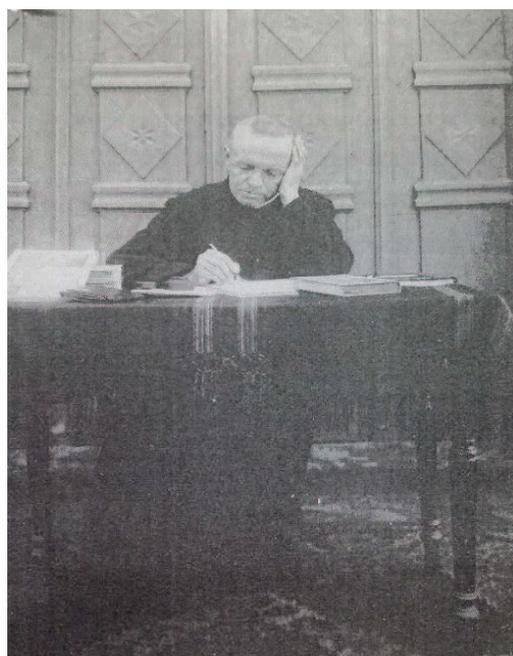
Atuando inicialmente como coadjutor paroquial de São Sebastião do Caí (1885-1897) e de São José do Hortêncio (1897-1905), ele atendia às capelas do interior, incluindo a comunidade católica de Nova Petrópolis. Registrou em sua autobiografia que a capela mais frequentada da colônia era aquela localizada na Linha Imperial. (AMSTAD, 1981). A administração da paróquia de Nova Petrópolis estava a cargo dos padres jesuítas de São José do Hortêncio (1865-1880), de São Sebastião do Caí (1881-1897), e novamente de São José do Hortêncio (1887-1905), de 1865 até 1905. A referida capela foi elevada à paróquia com invocação a São Lourenço, em 1889. Depois de todo esse período, circulando por diversas capelas e observando as necessidades da colônia, Amstad firmou residência na recente paróquia, permanecendo como vigário por lá de 1905 a 1908.

A Companhia de Jesus é a ordem religiosa que vai atuar como o carro-motor na Restauração Católica Alemã do século XIX, como bem lembram Olgário Vogt e Roberto Radünz. Foi um movimento baseado no romantismo alemão, com ideias conservadoras, e no renascer da espiritualidade do século XVIII. Assim sendo, essa mobilização do mundo católico alemão passa por esse movimento, que não foi progressista, conforme os autores (VOGT; RADÜNZ, 2013, p. 275) afirmam:

O catolicismo social, no confronto que teve inicialmente com o liberalismo e o capitalismo, e posteriormente também com a democracia e o socialismo, buscou no passado, mais precisamente no corporativismo medieval, práticas para manter a ordem e os valores culturais vigentes. Portanto, o associativismo cristão alemão, originalmente, não teve características progressistas. Ao contrário, foi

gestado em contraposição a um mundo de instabilidade social marcado pelo desenvolvimento industrial, pelo aumento do proletariado, pelas migrações que desestruturavam psicologicamente e afetivamente as comunidades rurais, pela concentração de renda, pela falta de trabalho, enfim, de um clima propício para o desenvolvimento do radicalismo político e de movimentos de contestação social.

Imagem 9 - Padre jesuíta Theodor Amstad, na residência de São Leopoldo



Fonte: AMSTAD, 1981, p. 203.

Acreditamos que esses elementos fizeram com que as ideias propostas por Amstad na colônia de Nova Petrópolis tivessem boa receptividade, isso porque os imigrantes, em grande medida, vieram da região de Hunsrück²⁹ e puderam identificar semelhanças nas inovações propostas pelo jesuíta. Ou seja, as “velhas” organizações favoreceram uma matriz norteadora, ou uma lembrança que fazia

²⁹Da região serrana do Hunsrück e dos territórios anexados pela Prússia, após o Tratado de Viena (1815), chegou ao Brasil um grande número de imigrantes. Também vieram de regiões alemãs limítrofes com a Bélgica e a Suíça, os quais se instalaram no Sul do país. Essa população, majoritariamente católica, vivia da pequena propriedade rural e da prática da agricultura familiar, marcada pelo conservadorismo agrário. (SCHALLENBERGER, 2012, p. 16-17). “Dessa área, localizada no Sudoeste da Alemanha, eram procedentes a maioria dos imigrantes teutos católicos do RS. Nessa região montanhosa, em que predominavam as pequenas explorações familiares camponesas se formou uma tradição católica milenar. Nesse ambiente, depois das investidas do Império Napoleônico e o avanço, seguido de recuo das Revoluções Burguesas, floresceram movimentos religiosos de renovação católica, em especial o romantismo alemão e o catolicismo social”. (VOGT; RADÜNZ, 2013, p. 274).

sentido, tanto para católicos quanto para protestantes. O fato é que o conhecimento das representações associativas, trazidas por Amstad, tornou possível o reconhecimento dessa prática para os colonos e a efetivação de uma organização social na colônia. E ela foi caracterizada e constituída pelas raízes culturais, baseadas nos princípios ético-religiosos do catolicismo. Essas experiências e o surgimento do pensamento social-cristão na Alemanha habitaram a realidade social de Theodor Amstad, assim como daqueles que compartilharam “costumes e experiências sociais”. (BOURDIEU, 2004).

Amstad parece ter feito muitas adaptações dos fundamentos cooperativos que conheceu. De Schulze-Delitzsch e seus bancos populares, apropriou-se da ideia de atuar onde o Estado se apresentava insuficiente, no caso das relações individuais com o mercado financeiro; por outro lado, a formação moral dos empreendimentos Raiffeisen lhe agradava na medida em que esse fator caminhava junto com suas funções sacerdotais. Ele próprio ressaltou em sua autobiografia que: “Cada visita a uma das seções associativas também era uma visita de caráter pastoral para a respectiva comunidade, importando, pois em confissões, santas missas, prédicas, etc.” (AMSTAD, 1981, p. 198).

Em grande medida, a presença de jesuítas nas colônias alemãs foi bem mais intensa do que nas de outras ordens. O Rio Grande do Sul era a Província dos Missionários alemães na lógica administrativa da Companhia de Jesus, no período entre 1869 a 1925. Se antes dessa data chegaram sacerdotes alemães de forma esparsa, em 1885, já somavam 78 jesuítas, com 13 residências. No ano de 1900, já havia 100 padres na província. (SANTOS, 2013).

A presença e a atividade desse clero foi indispensável para a Igreja Romana, tanto para sua missão profética quanto para animar e dirigir as comunidades cristãs. Arthur Rabuske (1986, p. 54) destaca a importância de o povo cristão e suas comunidades terem o direito divino de escutar o Evangelho em sua língua materna, independentemente de qualquer outro direito humano. Fato que demorou a ocorrer nas colônias alemãs, até a chegada desse clero, a partir de 1849.

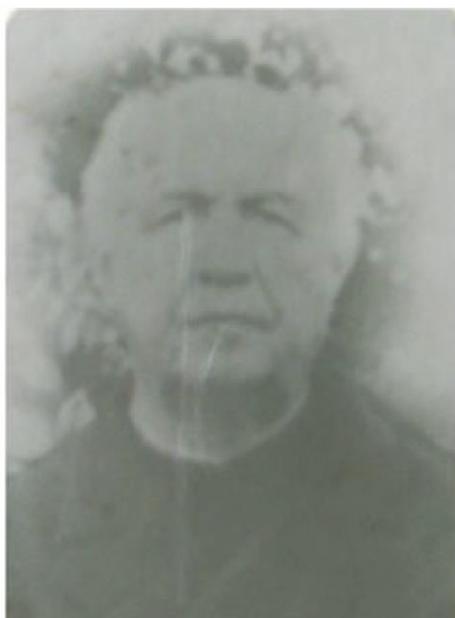
A Restauração Católica no Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde era impulsionada pela Companhia de Jesus, teve um projeto cujo cerne fundamental era pautar a vida particular e suas funções na sociedade de acordo com os princípios da Igreja Romana. Dessa maneira, segundo Rambo (1998), as ações deveriam ser pautadas conforme a moral e a disciplina do catolicismo renovado, isto é, levando a

vida sacramental a sério. A organização do espaço social colonial se deu conservando a religiosidade e incentivando a educação nesses parâmetros.

Outro personagem da Companhia de Jesus que destacamos é Eugênio Steinhardt, aquele que presidiu a primeira assembleia dos católicos de 1899. De acordo com Neli Machado e Marcos Kreutz (2009, p. 99), ele nasceu em Dettingen, Alemanha, em 01 de junho de 1838. Foi nomeado administrador da nova freguesia de Santo Ignácio de Loyola dos Conventos (Lajeado/RS) em 1881, permanecendo até 1883. Steinhardt era pároco de Estrela (1880-1896) e acumulou funções, o que era comum naquela época. Antes disso, atuou na Paróquia de São Pedro de Bom Jardim, na Picada de Bom Jardim (Ivoti/RS), entre 1870-1875. (RUBERT, 1998, p. 273).

Steinhardt foi o promotor do Partido Católico do Centro (PCC), fundado no ano de 1890, a exemplo do partido católico da Alemanha. O partido não prosperou. De acordo com Silva (2003, p. 140), embora tenha chegado a participar das eleições gerais e regionais para a Constituinte, acabou por se aliar ao Partido Republicano Rio-Grandense após as eleições.

Imagem 10 - Padre jesuíta Eugênio Steinhardt



Fonte: MACHADO; KREUTZ, 2009, p. 98.

Na ata da assembleia geral de 15 de novembro de 1896, dentre outros assuntos, encontramos o ponto central da discussão, referente ao posicionamento

do Partido no futuro governo da Província, tendo em vista a Revolução Federalista (1891-1895).³⁰ O relator dessa pauta foi o senhor Alfredo Clemente Pinto (ATA DA ASSEMBLEIA DO PCC, 15/11/1896),³¹ o qual registrou a sua fala, que reproduzimos abaixo.

O Centro está perante duas opções: ou procura ganhar de volta sua velha autonomia, ou terá que ser dissolvido. Com a indicação de que somente com base na sua autonomia o Partido poderia se elevar novamente, encerrou o relator - muitas vezes interrompido por animadas aclamações.

Outro personagem que estava totalmente envolvido e afinado com o projeto católico jesuítico era Hugo Metzler. Ele esteve presente nas decisões importantes sobre os rumos associativos e econômicos das colônias. Esteve ao lado de Amstad, discursando e incentivando a Caixa Rural, assim como teve influência direta em todos assuntos que dizia respeito aos alemães no Rio Grande do Sul.

Ele nasceu na Alemanha, em 1 de abril de 1868, e estudou em escola de irmãs vicentinas na infância. O jornalista Metzler morou em Novo Hamburgo e, depois de casar-se com Bertha Petry (irmã do primeiro prefeito eleito de Novo Hamburgo, Leopoldo Petry), mudaram-se para Porto Alegre nos anos finais do século XIX.

Em março de 1871, a Companhia de Jesus fundou, em São Leopoldo, uma pequena tipografia, com uma impressora manual encomendada da Alemanha, e lá editaram o primeiro jornal católico, o *Deutsche Volksblatt* (Gazeta Popular Alemã). Os próprios jesuítas colaboravam com artigos para o jornal, sendo o redator responsável o professor e jornalista Jacob Dillenburg até 1874. O jornal foi utilizado

³⁰ Com o advento da República e a construção da Constituição de 1891, a província do Rio Grande do Sul teve o seu o ponto máximo de discordância política, de acordo com Schneider, entre os aliados e também cunhados, Júlio de Castilhos e Assis Brasil. O primeiro, líder do PRR, fundado em 1882. Foi estruturado desde a ideologia política positivista e com evidente centralismo político, assumindo o governo da província após proclamação da república. “Esse último não aprovava a nova Constituição, alegando não ter participado de sua construção. Assis Brasil discordava do pensamento político-ideológico impregnado na Carta, através da ideologia positivista e da ditadura castilhista. Sua insatisfação fez com que ele se aliasse ao parlamentarista Gaspar Silveira Martins, líder do recém fundado PRF”. (SCHNEIDER, 2013, p. 51). Com a vitória de Castilho nas eleições de 1891, a oposição pediu sua renúncia e ameaçou a lutar com armas. Assim, iniciou uma guerra civil na província.

³¹ A assembleia não chegou a uma decisão sobre qual caminho tomaria diante às iminentes eleições. Na ocasião, o relator Alfredo Pinto foi aclamado presidente do diretório geral do partido e pediu que o jornal *Deutsche Volksblatt* fosse o órgão oficial do centro, mantendo e orientando a posição política completamente pela direção geral. (ATA DA ASSEMBLEIA DO PCC, 15/11/1896).

inicialmente para responder às tensões provocadas entre evangélicos, maçons e católicos.

Com o advento da República que proclamava um Estado laico e o anticlericalismo crescente, os jesuítas decidiram vender a tipografia. Mesmo com o apoio de Júlio de Castilhos, os jesuítas priorizaram a autopreservação da Ordem. O *Volksblatt* tinha ficado conhecido por suas lutas e a nova situação exigia mais cautela. Em 1891, o jornal passou a ser impresso em Porto Alegre por seus novos proprietários, a *Typografia do Centro Católico*, uma sociedade anônima da qual Hugo Metzler fazia parte.

Hugo Metzler era sócio-proprietário e lá editava três jornais católicos: o jornal de língua brasileira *A Epocha*; em italiano *Corriere Cattólico*; em alemão *Deutsches Volksblatt* (TONINI, 2003, p. 52). Esse último tornou-se porta-voz das preocupações pastorais dos jesuítas e foi, sem dúvidas, um difusor importante nesse processo associativo por meio dos congressos católicos. Metzler desempenhou um papel de liderança católica decisivo, colocando em evidência o papel do leigo na organização socioeconômica que se queria alcançar. A sociedade anônima se desfez em 1895³² quando Metzler tornou-se o único proprietário da *Typografia do Centro*. (SILVA, 2003, p. 140-143). Conforme Amstad (1999), a maioria dos folhetos editados pelas associações católicas eram impressos na *Typografia do Centro*.

³² Em setembro de 1895, o jornal publicou um artigo crítico, Hugo Metzler, sobre a invasão do maçom Giuseppe Garibaldi (1807-1882) em Roma. Os italianos comemoraram tal feito de Garibaldi e desaprovaram o artigo de Metzler, resultando na depredação da *Typografia* por italianos e na dissolução da sociedade. (SILVA, 2003, p. 143).

Imagem 11 - Jornalista Hugo Metzler



Fonte: BRAUN, 2011, p. 70.

No momento de criação das duas associações (Associação dos Agricultores e a SUP), ele discursou. Na primeira, falou sobre a importância do crédito e da possibilidade de se criar caixas rurais, pois a organização econômica fazia-se necessária. Na segunda, a de 1912, Hugo Metzler discorreu sobre os interesses culturais dos teutos católicos no Rio Grande do Sul e apresentou um dado interessante.

O analfabetismo era alarmante no Rio Grande do Sul. De acordo com o Boletim da Diretoria de Estatística de Porto Alegre de 1909, o número total de analfabetos no estado era de 774.689 (67%) de uma população de 1.149.070. Dentre esses 774 mil de analfabetos, temos 66.775 (8,61%) estrangeiros ou de nacionalidade ignorada. De toda a população estrangeira e ignorada de 135.084, temos 49,43% de analfabetos. (BOLETIM DA DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, 1909. p.38). De acordo com esses dados, observa-se que a preocupação de Metzler era legítima. Para ele, atentar para o nível cultural dos colonos iria refletir diretamente na economia e no próprio sucesso do associativismo, representativo e econômico.³³ Por isso, sugeriu, naquele momento de constituição da SUP, uma organização mais

³³ A pauta do analfabetismo estava sendo abordada nas colônias alemãs, desde 1898, quando foi fundada a Associação dos Professores. Ver mais em Rambo (1994).

abrangente, que envolvesse os professores nas escolas e os sacerdotes nas atividades desenvolvidas na comunidade.

Certamente Hugo Metzler representou para todas as colônias e para Porto Alegre, seu lugar de residência, o papel desempenhado de um leigo muito afinado com a política católica e com a Igreja jesuítica de então, cuja liderança parecia ser inquestionável nos diferentes espaços que circulava. Ele fez parte, inclusive, de um grupo de trabalho, constituído para ficar em Porto Alegre e cuidar dos interesses da Associação dos Agricultores.

Contudo, outros líderes leigos tiveram seu protagonismo, e é sobre eles que falaremos agora. Franz Hillebrand fez parte da primeira direção da cooperativa de Nova Petrópolis, cuja função de secretário exerceu por quase duas décadas (1903-1920) até o ano de sua morte, em 1920.

O professor Franz Hillebrand nasceu em 26 de agosto de 1858. Emigrou em 1874 de Dittersbach, Friedland, na Bohemia³⁴; desde 1887, atuava lecionando na Linha Imperial. Sua primeira atividade associativa foi na Associação dos Professores Católicos, fundada durante o Primeiro Congresso Geral dos Católicos, no ano de 1898, na localidade de Harmonia (distrito de São Sebastião do Caí), que reuniu centenas de agricultores. O tema que norteou os debates foi a educação, pois o alto nível de analfabetismo e a situação das escolas primárias públicas preocupava desde então. Hillebrand foi também um dos redatores do jornal oficial da associação, o *Lehrerverein – Jornal do Professor ou Jornal da Classe*.

Em 1898, Hillebrand iniciou no cargo de subintendente de Nova Petrópolis, então 5º Distrito de São Sebastião do Caí. Quando da Segunda Assembleia Geral em São José do Hortêncio, 1902, ele se inscreveu para discursar sobre a importância de bibliotecas e sua instalação no distrito, por meio da direção central da Associação dos Agricultores. Nesse sentido, ele também apontava para uma

³⁴No cadastro de imigrantes da colônia, José Hillebrand aparece como um dos primeiros lavradores da Bohemia a se estabelecer na Linha Imperial. Pelas informações que estão contidas em blogs familiares, José era irmão de Franz. Encontramos registro de um professor no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRG (Códice, F-338 a 340), Teodoro Hillebrand, da Linha de Olinda, na Colônia de Nova Petrópolis (1870-1872), mas não conseguimos verificar se ambos os professores faziam parte da mesma família. Salientamos que, dos 19 fundadores da cooperativa, pelo menos 13 eram da Bohemia, constituindo uma instituição fortemente baseada nos laços familiares (Disponível em: <https://goo.gl/jQnCeD>; <https://goo.gl/SF26zo>. Acesso em: 10/01/2017). A emigração da Bohemia para o RS ocorreu por volta de 1870, e foi o maior contingente católico que a colônia de Nova Petrópolis recebeu, de acordo com Helga Piccolo. Em sua maioria, não eram lavradores, tinham profissões urbanas, como operários de fábrica. A colônia de Nova Petrópolis, desde então, ficou cada vez mais diversificada: havia alsacianos, franceses, bohemios e holandeses que se juntaram aos emigrados da Prússia e Saxônia. (PICCOLO, 1989, p. 80).

deficiência em específico do distrito a qual atrasava o progresso agrícola, por conta da falta de conhecimento teórico e técnico entre os colonos, assim como a falta de produtos capazes de concorrerem com o mercado nacional. Para solucionar essa deficiência, o professor sugeriu duas publicações direcionadas à agricultura e à criação de animais. Assim, a diretoria central ficou autorizada a adquirir livros para as bibliotecas distritais que também seriam organizadas.

Antonio Maria Feix foi o primeiro presidente da cooperativa, permanecendo até 1927 (ou 1926), ano de sua morte. Ele também participou ativamente dos congressos católicos e das assembleias gerais da Associação dos Agricultores sendo delegado de Nova Petrópolis. Durante a oitava assembleia de Novo Hamburgo, em 1908, Feix falou sobre a importância de estradas em boas condições para tornar o transporte mais ágil e eficiente. Para o presidente, o critério para se traçar novas estradas (as caixas rurais financiavam suas construções mediante aprovação na assembleia geral da Associação dos Agricultores) deveria ser a utilidade e a funcionalidade, principalmente correspondente ao transporte de mercadorias.

A família Feix esteve muito presente e atuante na Caixa Rural e na própria Associação. Após a morte de Antonio Feix, o filho Carlos Feix assumiu a presidência e permaneceu até 1960. Toda a direção da Caixa de Economia e Empréstimo de Nova Petrópolis esteve nas mãos de três famílias: Feix,³⁵ Hillebrand e Neumann. Suas casas foram cedidas como sede da Cooperativa. A primeira sede foi a casa do gerente Josef Neumann Sênior, o qual teve participação fundamental na elaboração dos estatutos prévios e na atuação como gerente até 1910. Depois, José Neumann Filho assumiu a gerência da cooperativa até 1928, sendo substituído por outro membro da família, José Otto Neumann (1928-1975). O secretário da cooperativa também era Neumann na década de 1920. Primeiro o próprio Jose Otto (1920-1928) exerceu este cargo, depois Rudolfo Francisco (1928-1975).

³⁵Uma curiosidade sobre a família Feix é evidenciada no relato do jesuíta Emiliano Limberger (s/d): era normal para os imigrantes trocarem a profissão de fé, de católicos para protestantes, ou vice-versa, na medida que contraíam o casamento misto. Para o jesuíta, os imigrantes católicos da Bohemia deram trabalho para se manter na fé. O fato de todos terem um só Deus justificava a mudança de religião. Antônio Maria Feix era católico, mas abraçou o protestantismo devido ao casamento com a sra. Weismann e, desde então, a família Feix tornara-se protestante. (LIMBERGER, s/d).

Imagem 12 e 13 - Casa de Josef Neumann Sênior - Linha Imperial

Fonte: Arquivo Histórico de Nova Petrópolis.

A atuação dessas lideranças, na implantação de suas ideias, teve terreno fértil, no sentido de reconhecimento dos muitos emigrados, na fala desses líderes. Pensamos que, em alguma medida, puderam comungar de algum costume ou tradição em comum, o que lhes indicava a possibilidade de essas instituições darem certo. Além disso, precisamos considerar que o padre, o pastor e o professor eram figuras essencialmente políticas nessas localidades, conforme argumentaremos nos próximos parágrafos.

No projeto de Restauração da Igreja Jesuítica no RS, foi se estabelecendo uma organização eclesial na comunidade paroquial e filial, sem faltar os três elementos: o templo, a escola comunitária e a escola paroquial. Com acolhimento da comunidade católica, suscitaram novas vocações religiosas e sacerdotais. Assim, organizaram uma infraestrutura por meio do associativismo e da Igreja, passando a suprir necessidades básicas da população, em uma região onde havia pouca ou nenhuma intervenção do Estado. Com e por essas ações, tais líderes religiosos marcaram uma nova fisionomia na Igreja do Rio Grande do Sul. (RABUSKE, 1986, p. 65).

As lideranças protestantes tiveram sua importância e igualmente possuem uma participação efetiva na conformação do espaço social e da doutrina cooperativa com bases nos princípios morais cristãos. O pastor Gans, de Lajeado, teve atuação de protagonista também nas assembleias de Associação dos Agricultores. O pastor Heinrich Hunsche, a quem foi entregue a comunidade da Linha Nova, tinha como sua responsabilidade administrativa Nova Petrópolis e a Linha Hortêncio, entre

1868-1908. Ele foi responsável pela fundação da paróquia luterana na colônia. Contudo, seu filho Theodor Hunsche foi o primeiro pastor da comunidade de Nova Petrópolis, quando ela se constitui autônoma, servindo-a de 1897-1912. Todos eles tiveram um papel importante desempenhado na colônia.

Roberto Radünz (2008) reforça o sentido da comunidade para os protestantes, sendo ela uma instituição socialmente aceita, possui a autoridade para balizar as ações humanas. Assim, a organização da comunidade colonial passa pela necessidade sociorreligiosa. Para se entender o cotidiano colonial e a interconfessionalidade³⁶ na Caixa Rural, devemos considerar as tradições e o legado do passado coletivo dos imigrantes. Assim como para “Igreja Católica Jesuítica” foi importante a estruturação de uma vida sacramentada, para o luteranismo também o foi.

O atendimento religioso contemplava toda a existência do membro da comunidade, do nascimento à morte. Pelas necessidades que os ritos impunham, o fiel permanecia toda a sua vida vinculado a ela. Cada um desses atendimentos inseria o membro num novo estágio – espiritual e social, uma vez que os ritos tinham como objetivo introduzir a pessoa na vida religiosa e, por via de consequência, na vida social. Esse imbricamento entre vida social e espiritual era algo vital no cotidiano do mundo colonial. (RADÜNZ, 2008, p. 60).

A importância da figura do padre em algumas colônias, sobretudo nesta em que nos debruçamos a estudar, ela se fazia extremamente eficaz para todos os assuntos da colônia. Esses sacerdotes realizaram alguns pioneirismos e desempenharam atividades diversas, políticas e sociais, como procuramos mostrar na figura de Amstad e também de Steinhardt. Esse último foi, por exemplo, buscar auxílio com um médico em Porto Alegre, para saber como lidar com a epidemia de bexiga que assolava sua paróquia de Bom Jardim e depois assolou a de Estrela. Conforme Rabuske (2001, p. 277), Steinhardt vacinou e ensinou os paroquianos a aplicar a vacina, assim como orientou os cuidados com os doentes.

³⁶ Sendo catolicismo reconhecido como religião oficial no Brasil Império, as demais eram toleradas, não devendo ter qualquer prédio que as identificasse como templo. Nesse cenário, os imigrantes protestantes que chegaram no século XIX, organizaram suas comunidades com estrutura própria para sanar a lacuna espiritual. De acordo com Radünz, não raras vezes, o atendimento religioso foi realizado por alguém escolhido do grupo. (RADÜNZ, 2008, p. 52-53). Helga Piccolo também identificou estas escolhas entre os colonos de Nova Petrópolis, na falta de pastor e professor. Chamavam-se *livre-pastor* ou *pseudo-pastor*. Em 1866, foi inaugurada a igreja sem um pastor, recebendo visitas de pastores das localidades vizinhas e Porto Alegre. O primeiro pastor foi o missionário Heinrich Hunsche, chegando à comunidade de Linha Nova, em 1868, e permanecendo até 1908. Ele cuidava também da Linha Hortêncio e de Nova Petrópolis, serviu a esta última até 1897. (PICCOLO, p. 124-130).

Convém considerar a ideia de preservar os costumes no seio da família. Conforme Schallenberger (2001, p. 169) salienta, pastores e padres temiam pela *cabocliização* da comunidade. A preservação da cultura, dos princípios, da religião e da ordem social seriam encontrados no seio familiar, cujo vigor seria sempre renovado pela Igreja e a Escola. Dessa maneira, se assentou uma visão de mundo comunitária, ao mesmo tempo que se alimentou um romantismo nas colônias alemãs, nos primeiros anos do século XX.

A diversificação do elemento imigrante que chegava nas colônias da Serra e do Planalto noroeste e norte do Rio Grande do Sul preocupava alguns líderes religiosos, pois crescia a presença de relações capitalistas, em sua formação, ao passo que se queria manter as relações de trabalho, autonomamente, como uma economia moral. Tanto católicos quanto protestantes entendiam que, para se adquirir uma organização social sólida, deveria se ter os valores éticos-cristãos, a solidariedade étnica e os princípios de ordem. Para Johannes Rick, por exemplo, sacerdote jesuíta que aparece com grande protagonismo, principalmente a partir dos anos de 1920, “as comunidades misturadas desvalorizam o aspecto religioso”. Já para Theodor Amstad, “a comunidade mista não era o grande vilão do desenvolvimento social e econômico, mas sim, o estado de abandono que se encontravam”. (SCHALLENBERGER, 2001, p. 168-170). Para o desenvolvimento do cooperativismo, Walter Frantz, Vagner Hilgert e Ricardo Corrêa (2006, p. 41) afirmam que:

O envolvimento tanto da Igreja Evangélica quanto da Católica para a implantação do cooperativismo no Estado do Rio Grande do Sul foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constitui-se em instrumento de inserção no mercado.

O associativismo confessional dos finais do século XIX e início do XX aparece para os pequenos proprietários agrícolas e profissionais liberais imigrantes como estratégia étnica, identitária, política. Baseados na mutualidade, conseguem, em grande medida, consolidar redes sociais, como Paulo Roberto Staudt Moreira (2014, p. 116) evidenciou, ao analisar a trajetória do pardo Aurélio Viríssimo de Bittencourt, desde a sua inserção social e política, em meados do século XX. O autor verificou que Aurélio Bittencourt ocupava um posicionamento de prestígio na sociedade rio-grandense e supõe que a sua participação no associativismo devocional

(irmandades) lhe favoreceu positivamente. As iniciativas que essa associação teve ligadas à esfera pública podem ter estabelecido redes sociais, profissionais e políticas, as quais lhe deram condições para a inserção no trabalho público.

Gostaríamos muito de ter empreendido um estudo que traçasse metodologicamente as redes sociais dessas lideranças, o que não nos foi possível fazer. Precisaríamos de mais sorte ou mais tempo porque a maioria dos personagens citados são brevemente lembrados por um trabalho ou outro, são fios soltos que precisam ser costurados. Além disso, muitas das fontes documentais estão sob a posse familiar. Contudo, acreditamos poder contribuir para estudos posteriores, levantando aqui as diversas possibilidades de relações, políticas e socioculturais, entre esses imigrantes, que foram desenvolvidas seja na cooperativa do RS, seja naquela de Bs As, como veremos mais adiante.

4.1.2 Representação e Solidariedade: Ações e Eficiência Social da Caixa de Economia de Empréstimo Amstad

Tendo atuado junto à Associação de Agricultores, na filial do distrito de Nova Petrópolis, questionamo-nos sobre a efetiva participação da Caixa Rural, afinal, ela servia apenas como um banco na localidade ou também havia algum tipo de representação dos pequenos agricultores? Procurando responder a essa pergunta, apresentamos nesta seção algumas das práticas da instituição as quais elencamos como importantes, a fim de compreender seu processo em uma prática cooperativa.

Vimos que, desde a sua constituição, a Caixa Rural iniciou-se com um desejo mutualista e cooperativista; ainda que não tivesse clareza dos princípios cooperativos, sua intenção não foi de transformar a ordem social, isso devido à sua própria liderança, engajada na solidariedade cristã. Pensamos, por conseguinte, em outra interpretação, associada à solidariedade cristã, a de Robert Owen. Se, no início de suas teorias, Owen demonstrou alguma transformação, após a década de 1830, ficou cada vez mais suprindo o que o Estado não dava à população. A ideia de atender bem aos trabalhadores e de criar uma colônia não exclui empregados e proprietários, isto é, o cooperativismo baseado em Owen está inserido na lógica capitalista, em uma relação de trabalho e de classe sociais. O cooperativismo pregado por Charles Gide assemelha-se ao de Owen e claramente aceita a intervenção ou coerção estatal para o bem de todos. Gide parece corroborar com a

tese do fato social³⁷ de Émile Dürkheim ao afirmar que, por meio da solidariedade, pode-se justificar a coerção legal, entendendo-a como uma dívida social, dos mais afortunados em relação aos deserdados. (FRANKE, 1973, p. 2).

Considerando a formação da classe operária no século XIX, os pequenos proprietários imigrantes, talvez, nem se vissem como uma classe socialmente definida. A consciência coletiva que despertava era de ajuda mútua para as demandas que surgiam, as quais já ressaltamos nesse capítulo. A cooperativa, como já afirmamos, assume um papel reformista. A relação política que vemos é de colaboração e apoio entre a Igreja e o Estado, por meio dos seus representantes (da igreja: Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão e Dom João Becker; do Estado: Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros) no Rio Grande do Sul. A união de forças refere-se ao associativismo e ao cooperativismo como uma saída mais segura e eficaz para o exercício do liberalismo. Destacamos que a ideia de colaboração pressupõe algum alinhamento político das lideranças leigas da instituição, o que não quer dizer que se manteve uma relação sem tensões, tanto no seu interior, quanto com as autoridades.

No entanto, esta tese pretende discutir as ações concretas da cooperativa ao lado da sua constituição doutrinária. Algumas das demandas dos associados conseguimos definir como sendo da cooperativa. Tendo em vista o seu funcionamento junto com a Associação dos Agricultores até 1909 e a partir de 1912 com a Sociedade União Popular, as ações conectam-se e misturam-se. As associações acabaram ganhando, em alguma medida, maior visibilidade do que as caixas rurais (em seus respectivos núcleos e filiais), sendo essas últimas apenas mencionadas como financiadoras do ato. E, nesse sentido, o nosso maior desafio foi identificar a atuação das instituições em separado, mesmo considerando que os indivíduos pudessem ser associados nas duas entidades, assim como quais seriam essas finanças e práticas realizadas pela Caixa Rural.

³⁷Para Durkheim (2007, p. 4), o fato social consiste em crenças e práticas bem definidas (regras jurídicas, sistemas financeiros, dogmas religiosos, morais, etc.). O autor argumentou que somente ter essas regras não basta para que o fato social exista. É preciso reanimar o espírito da família, o qual ele esteja enfraquecido. Quando Gide se refere a aceitação da coerção legal para um bem maior, seu pensamento coincide com o de Durkheim (2007, p. 93-94) no sentido de recorrer a solidariedade, a fim de construir tradições para um espírito em comum, ou seja, que mostre a importância da necessidade do Estado. Nesse caso, a família é a do cooperativismo, sendo orientada sobre a sua autonomia, pois a intervenção do Estado se faz necessária, quando da incapacidade dos indivíduos de realizar a solidariedade livre por si próprios.

É importante dizer que, para se associar à Associação Rio-Grandense dos Agricultores, não era necessário entrar com qualquer capital. As contribuições eram feitas mediante a coleta de materiais e vendida nos armazéns organizados para a venda. Para se associar à Caixa Rural, também não era necessário nenhum capital para a sua admissão. Baseada no sistema Raiffeisen, era de responsabilidade ilimitada e solidária, ou seja, todos eram responsáveis pelo capital, bens e dívidas da cooperativa. Somente a SUP tinha um valor estipulado para admissão de sócios, de acordo com o artigo 9 do estatuto de 1915 (ESTATUTO DA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR, 1915).

N. 4. Sócio pode tornar-se todo o católico que fale alemão, que tenha procedimento irrepreensível e dezoito (18) anos de idade completos. Ficam sendo membros da sociedade com a aquisição de cartão de sócio. A retirada da sociedade é feita por meio de comunicação.

N.5. Cada sócio é obrigado a uma contribuição semanal, que no ato de sua admissão importa dois mil réis (2\$000) e nos anos subsequentes de um mil réis (1\$000). Com a quota inicial de trinta mil réis (30\$000) fica sendo membro vitalício e remido. Paga a contribuição anual o sócio tem direito ao órgão oficial. Em caso de atraso na contribuição será considerado membro demissionado.

N.11. Sócios demissionados não tem direito ao capital de sócios.

A Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, ao longo de sua existência, teve outros nomes, a primeira mudança foi a adequação à legislação de sindicatos, e passou a chamar-se Caixa Auxiliar “Sparkasse” do Sindicato Agrícola “*Bauernverein Neu Petropolis*”, em Nova Petrópolis (1914-1917). O novo Código Civil de 1916 assegurava seu funcionamento, como Sociedade ou Associação Civil, mantendo o disposto nas Leis e Decretos anteriores. No entanto, trazia no art. 21 a possibilidade de cassar a autorização, por ato do Governo, que considerasse atos nocivos ao bem público. Imaginamos que o medo da cassação do registro ou de uma não aprovação na tentativa de mudança, que resultasse em um novo registro, naquele contexto, indicava que o melhor caminho era manter tudo como estava, em acordo com a nova Lei (BRASIL, 1916).

Art. 20. As pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros.

§ 1º Não se poderão constituir, sem previa autorização, as sociedades, as agências ou os estabelecimentos de seguros, montepio e caixas econômicas, salvo as cooperativas e os sindicatos profissionais e agrícolas, legalmente organizados.

Assim que criada a cooperativa de Nova Petrópolis, na Linha Imperial, esse modelo foi rapidamente copiado, ainda em 1903, em outras localidades da colônia. Formaram-se filiais da Caixa Rural de Economia e Empréstimo Amstad, a qual permaneceu como sede jurídica e social, na casa do seu gerente, cuja administração se estendia para: Vila de Nova Petrópolis; Linha Brasil; Linha Araripe; Linha Marcondes e Linha Sebastopol. A poupança foi incentivada para crianças e jovens, também como ideal moral de economia e ética, isto é, conforme Werle (2014, p. 136), “o ato de poupar deveria ser um hábito ensinado pelos pais para os filhos, melhorando o aspecto financeiro familiar e reforçando os laços familiares pelo bom exemplo”.

Na poupança, poderia se depositar até 200 reis,³⁸ o que já representava um bom começo para a cooperativa. Cerutti (2000, p. 59) mostrou-nos, em sua dissertação, que o primeiro crédito concedido foi para Felipe Kikow, no valor de 300\$000 (trezentos mil réis), dois meses após o funcionamento da Caixa, no dia 15 de março de 1903. O segundo foi concedido a Augusto Stahl de 50\$000 (cinquenta mil réis). Mas o maior empréstimo daquele ano foi realizado no dia 15 de dezembro. Com quase um ano de existência, a Caixa concedeu um empréstimo para comunidade evangélica de Nova Petrópolis, no valor de 1:000\$000 (mil mil réis ou 1 conto de réis) para construção da igreja ainda existente. Piccolo (1989, p. 128) fala-nos da inauguração de uma nova igreja protestante, em 1905, tendo sido financiada pela comunidade, os custos alcançaram 26:5000\$000. Provavelmente, é esta a igreja que contou com o empréstimo da Caixa.

Um assunto que sempre esteve presente nas atividades a serem realizadas pela Caixa Rural foi o de possibilidade de financiar novas colonizações. O excedente populacional, a estrutura fundiária e o uso da terra nas velhas colônias, motivavam deslocamentos entre os imigrantes. De acordo com Rosane Neumann (2016, 257-258):

No final do século XIX, esse movimento de pessoas tornou-se ainda mais intenso, e a distância entre o lugar de saída e o destino era cada vez maior. Nesse contexto, insere-se a migração das colônias

³⁸No *Acervo do Estadão*, pode-se calcular o valor da moeda nacional na Primeira República. Inserimos a data de 15 de março de 1903 para a conversão, ainda que saibamos das variáveis (como, por exemplo, a inflação da época e o poder aquisitivo), fizemos para obter alguma noção de valor da aplicação e de empréstimo realizados na Caixa Rural. Para Rs 200, teríamos no valor atual em torno de R\$8. O que parece relativamente acessível para começar uma poupança. Em relação a Rs 1 conto de réis (1:000\$000) convertidos teríamos em torno de R\$40.000.00. (ACERVO ESTADÃO, Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 10/01/2017).

velhas para as colônias novas e, entre as colônias novas, e, principalmente a partir da década de 1920, das colônias novas para o oeste catarinense, e assim sucessivamente. Todo projeto de colonização, ao se lançar, carregava consigo uma leva de migrantes.

O *Bauernverein* e depois o *Volksverein* realizaram novas colonizações no interior do estado do Rio Grande do Sul e na Argentina, no período entre 1904 e 1926, e contavam com companhias de colonização especializadas para isso. Os novos núcleos coloniais, em solo gaúcho, foram constituídos conforme as orientações do governo gaúcho que organizava a imigração espontânea, particular e associativa. Foram eles: no RS, Serro Azul (hoje Cerro Largo); Santo Cristo; Vale do Caí; Vale do Taquari; Serra; Rio Jacuí; Vale do Rio Pardo e Alto Uruguai; San Alberto e Puerto Rico, em Misiones, na Argentina. A migração interna de uma colônia para a outra, ou dentro da mesma colônia, trocando prazos e Linhas, além do retorno da imigração espontânea, foram elementos que marcaram todo o processo de colonização no Rio Grande do Sul.

Exemplificamos as dificuldades políticas da colonização com a ata de 1926 da Central das Caixas Rurais União Popular, sediada na SUP, em Porto Alegre. O relato do padre jesuíta Johannes Rick refere-se às dificuldades de diálogo com o presidente da Província Borges de Medeiros em relação ao projeto de colonização da Sociedade, ao norte da Província. Rick chegou a chamar o presidente de “nativista e antipático à causa religiosa” por não ter aceitado a colonização alemã nessas áreas e também pelos próprios desencontros políticos com a elite católica.³⁹

Cada nova fronteira agrícola pensada pela Associação decidia em assembleia geral qual Caixa Rural financiaria o empreendimento, se uma ou várias, e definia em ata condições de pagamento, juros, prazo, etc., tecendo, assim, as cláusulas do contrato a ser estabelecido. Chamamos a atenção ao caso da colônia de Serro Azul, cujo financiamento foi da Caixa Rural de Nova Petrópolis, oportunizando a migração de mais de 10 famílias da região de Montenegro, em 1902.⁴⁰ Em relação à atuação com a colonização, a Caixa Rural possuiu o mesmo entendimento dos Pioneiros de Rochdale, isto é, buscou garantir moradia aos associados a quem necessitava; no

³⁹ Sem acordos, a SUP decidiu colonizar o Oeste de Santa Catarina, nomeando a área de Porto Novo (hoje Itapiranga), sendo esse o último empreendimento de colonização que a SUP empreendeu sozinha, com o financiamento da Caixa Rural Santacruzense, de Santa Cruz.

⁴⁰ A cidade registra como data de fundação 04 de outubro de 1902. (Disponível em: <https://www.cerrolargo.rs.gov.br/site/conteudos/2039-historia>. Acesso em: 12/09/2017).

caso dos ingleses, a ideia foi de construir casas.⁴¹ Para Caixa Rural, atentamos à importância dada à propriedade como um direito.

Desde 1902, a nova área de colonização para os lados do rio Uruguai era pauta nas assembleias gerais da Associação dos Agricultores. Desde 1901, umas das sugestões na assembleia era separar os lotes por confissão religiosa. A Associação, atuando como Companhia Colonizadora, comprou a área oferecida pela Companhia Colonizadora Estrada de Ferro Noroeste, a qual compreenderia hoje a cidade de Cerro Largo e circunscrições vizinhas. Uma comissão liderada pelo padre jesuíta Max von Lassberg aprovou a compra após a visita ao local. (RAMBO, 2011, p. 107; 109).

Contudo, a colonização deu diversos problemas e causou, inclusive, atritos entre a cooperativa de Nova Petrópolis e a direção central da Associação. Serro Azul foi pauta de todas as assembleias gerais da Associação, o que culminou em um sério conflito. Por conta da demora na expedição de títulos, os pagamentos a Nova Petrópolis demoraram mais que o esperado. O caso foi resolvido com o empréstimo da Caixa Rural Santacruzense para a direção central da Associação, a fim de pagar a Caixa Rural Amstad.

Após esse conflito com os pagamentos da colônia de Serro Azul, não identificamos outro empréstimo para colonização da Caixa Rural de Nova Petrópolis. A Caixa de Economia e Empréstimo Amstad manteve certa coerência cooperativa, mesmo quando a legislação normatizava o depósito para terceiros, por exemplo. Ao falar sobre o registro da assembleia, de 1908, em Novo Hamburgo, Rambo (2011, p. 128; 135) destacou os estímulos e intenções de economia e cuidado para todas as fases da vida. Na ocasião, novas demandas foram apresentadas, Gans sugeriu que organizassem todo o tipo de seguro sob os princípios cooperativos, mas, as caixas destinadas para esse fim não foram concretizadas, embora tenham tido boa aceitação dos presentes. Rambo não localizou a existência da prática desse tipo de assistência no âmbito da Associação dos Agricultores, que atuava como uma grande central das caixas rurais, a primeira que se tem notícias no Brasil. Por conta da legislação de 1907, n. 1637, a associação tornou-se sindicato, no ano de 1909.

⁴¹“Comprar o construir un certo número de casas destinadas a los miembros que deseen ayudarse mutuamente para mejorar su condición doméstica y social.” (HOLYOAKE, 2016, p. 14).

No trabalho de Werle (2014, p. 154), por exemplo, encontramos uma afirmação mais concreta quanto a isso, cujos documentos datam a partir de 1912, o que já se insere na organização da SUP. Para esse autor, essas demandas foram sanadas com a criação de outras caixas rurais mutualistas, ainda sob a égide da Associação dos Agricultores. Eram as chamadas Caixas de Pecúlio, assim como foram criadas as Caixas de Poupança para Crianças. De acordo com Werle (2014, p. 155),

[...] essa era uma tendência geral: as iniciativas no âmbito das Caixas Rurais e seus desenvolvimentos e adaptações, seja para crianças, para a escola, para os jovens ou as de pecúlio, estavam praticamente todas orientadas para a realização de poupança e a noção da necessidade de economizar. Isso pode ser observado particularmente nas publicações da Skt Paulusblatt.

Desse modo, essas modalidades podem não ter existido à parte das Caixas Rurais de Empréstimo e Poupança, tendo em vista a autorização de funcionamento desde o Decreto de 1903, isto é, era possível organizar instrumentos de assistência, considerando também a lei geral, que ainda era a das associações de 1860. As Caixas Rurais de Empréstimo eram autônomas em seus núcleos coloniais, e nelas poder-se-ia encontrar à prática do socorro mútuo, empréstimo e depósito juntos. Sendo assim, ainda que elas estivessem reunidas em rede, a atuação e aplicação de regras eram locais.

Em seguida, é importante dizer que as Caixas de Pecúlio, das Crianças, de Empréstimo e Poupança, deveriam ter (conforme a proposta do pastor Gans) um fundo diferente, com valores pré-determinados em seus estatutos. Com esse tipo de assistência e envolvimento das caixas rurais tivemos pouco contato e consideramos necessário e interessante empreender mais estudos nesse ponto, sobretudo, investigando caso a caso, baseado no material que está em alemão gótico.

Não se pode deixar de citar a abertura de estradas pela Associação dos Agricultores e caixas rurais como um todo, pois o transporte e as más condições das vias aparecem sempre como um grande problema da colônia. Podemos dizer que até 1910, a cooperativa dedicou-se aos problemas da localidade, conforme o sistema raiffeisiano; limitada à sua circunscrição, procurou melhorar a renda e as condições de trabalho do pequeno produtor. Ou seja, a função das caixas rurais era financiar também os projetos elaborados pela Associação de Agricultores e pela SUP, decididos em assembleia, afora suas atividades de crédito e poupança, desde

o financiamento de uma igreja até uma estrada. Marcadamente a cooperativa agiu conforme o modelo de Raiffeisen que, a partir do fundo de reserva indivisível, aplicava esses recursos na localidade, assim como seus diretores não eram remunerados, apenas o gerente recebia um *pró-labore* por ser ele o responsável pela contabilidade. Conforme podemos ler no estatuto abaixo de Raiffeisen, registrado pelo agente do Ministério da Agricultura, José Saturnino de Britto (1927, p. 15-16), quando refletia sobre as deturpações desse sistema:

É tempo, porem, de reproduzir os principios essenciaes do systema de Raiffeisen, estabelecidos pelo Congresso Internacional Raiffeisenista de Tarbes em 1897, como se lê na maravilhosa obra do Pe. Narciso Nogueira:

“1 - O fim é procurar para os socios um proveito material e moral por meio do credito.

2 -A actividade da Caixa não vae alem do municipio, d'uma parochia; em summa, d'uma pequena circumscripção equivalente.

3 - Os cargos da administração se desempenham gratuitamente. Exceptua-se o Caixa, se não for membro do Conselho de Administração.

4 - Os socios não percebem dividendo algum, ou pelo menos, elle deve ser tão baixo quanto a lei o permitta (analogia embora attenuada com o systema de Schul-ze? Será para contentar as leis que, em certos paizes, obrigam a formar o capital de inicio?)

5 - Os socios são responsaveis pelas opera-ções da Caixa solidaria e illimitadamente.

6 - A Caixa só empresta a seus membros, tendo em conta a honradez e solvabilidade de cada qual.

7 - Os beneficios que realiza a Caixa formam uma reserva que não pode ser repartida entre os socios, mesmo no caso de dissolução”.

No que vamos chamar de segunda fase, diz respeito à pós-queda da Associação dos Agricultores na tarefa de organizar as caixas rurais. A Caixa Rural de Economia e Empréstimo Amstad seguiu suas atividades sendo registrada como sindicato, conforme indicam os documentos e previa a legislação. Ou seja, as relações de crédito deveriam estar sob a organização sindical, mesmo que não implicasse a responsabilidade direta das transações nem nos seus bens. No entanto, encontramos documentos que se referem a transações hipotecárias e empréstimos diversos.

Procuramos explorar outros tipos de documentos considerando os diversos estudos existentes sobre o tema. Encontramos em correspondências passivas⁴² de

⁴²As cartas (1914, 1917) que utilizamos foram traduzidas do alemão gótico por Lisiane Schumann para realização deste trabalho. (CORRESPONDÊNCIAS da Diretoria da Caixa de Economia e Empréstimo Amstad para Theodor Amstad, Memorial Jesuítico UNISINOS).

Theodor Amstad, como secretário geral⁴³ da SUP, o pedido de auxílio e aprovação das demandas que chegavam à Caixa Rural de Nova Petrópolis. As hipotecas parecem ser as necessidades mais recorrentes, conforme exemplificamos com as traduções abaixo.

Anton Feix, o presidente da Caixa, comunicava-se frequentemente com Theodor Amstad que, desde 1912, residia em Porto Alegre. Ele continuou sendo peça importante na orientação dos rumos da Caixa. Aquelas Caixas Rurais que tinham como membros majoritariamente católicos foram incorporadas à SUP. De outro modo, seus presidentes ou representantes participavam das assembleias gerais e Congressos Católicos definindo soluções e caminhos para os núcleos coloniais. Por isso, compartilhavam com Amstad preocupações diversas para além da solicitação de conselhos administrativos, como podemos observar na correspondência.

Nova Petrópolis, 3 de abril de 1914.
Reverendo Senhor P. Th. Amstat*
Porto Alegre.

Através do senhor Jos. Neumann fiquei sabendo que as freiras evangélicas em São Leopoldo gostariam de obter um empréstimo. Agora, de imediato, enquanto eu não tiver ideia da situação, não posso prometer nada, pelo menos não em tão pouco tempo. A crise pela qual todo o país foi atingido, que parece também se colocar para nós com toda severidade, uma verdadeira caça ao dinheiro, há tempos não conseguimos atender a todos que buscam empréstimos no Distrito. Durante anos a cotação do milho era abundante aqui, o grão tinha bom preço 5 – 6 Rs, e o preço da banha de porco foi excepcionalmente bom ao longo do ano. Este ano o milho ainda está melhor cotado (preço 3,5 – 4 Rs) mas falta valorizar o porco e a soja, assim, com a falta de chuva local, o milho ficará mais barato e haverá escassez de banha, esse é o sinal do próximo período. Meu caro Senhor Amstat, eu gostaria de pedir-lhe para nos informar e fazer um comunicado através do jornal, se uma nova avaliação dos dados se realizará ou se tudo irá permanecer igual. Eu acho que temos uma nova ou talvez uma reforma da lei do imposto sobre o preço da terra sem benfeitorias, segundo a qual o valor da terra deve ser tributado. Por favor, informe-nos sobre isso se estiver ao seu alcance para nos esclarecer. Além disso, eu queria pedir-lhe para se informar junto ao moleiro (Niemeier) se devemos esperar depois pelo intermédio da Secretaria do Ministério da Agricultura para obtermos sacas de semente. Aqui não há absolutamente nenhuma semente boa para

⁴³Também conhecido como secretário itinerante: “Sua principal tarefa consistia em percorrer sistematicamente todos os núcleos coloniais, propagando a Sociedade [União Popular], angariando novos associados, difundindo o periódico SKt. Paulusblatt e as demais publicações de interesse comum. Além disso, cabia-lhe difundir, através de conferências, palestras, reuniões e contatos individuais, as propostas, as conclusões e as resoluções das assembleias dos delegados e das assembleias gerais”. (RAMBO, 2011, p. 250). Arthur Rambo diz que essa função exercida por um padre contribuía para o trabalho pastoral nas comunidades.

aproveitar, a perda da colheita foi total. As sementes boas devem ser do Uruguai ou Argentina, onde este ano a colheita deveria ser boa. Por favor, deixe-me saber sobre este assunto para que possamos nos orientar, o tempo de plantação está se aproximando. Sobre o assunto do empréstimo eu irei propor no próximo encontro do Conselho e tão logo possível eu enviarei uma mensagem. Portanto, não o veremos novamente na nossa Nova Petrópolis, já que não pode mais viajar; desejo muito que o senhor aproveite este merecido descanso, mas devemos saber que teremos futuramente que renunciar sua influência pessoal, a qual tanto apreciamos. É um conforto para nós que sua nova atividade lhe traga tantas coisas boas. Para hoje termino aqui. Desejo-lhe tudo de melhor tendo-o aqui em rica estima.

Sempre atencioso e grato.
Anton M. Feix

Na próxima correspondência, podemos observar que a Caixa Amstad de Nova Petrópolis estava passando por dificuldades, pois havia solicitado empréstimo para a SUP, o qual foi recebido prontamente.

Nova Petrópolis, 29 de outubro de 1914.
Senhor Padre Theodor Amstad, Reverendo
Porto Alegre.

Recebi a sua carta deste mês. O senhor ficaria surpreso ao saber o longo tempo que leva para a carta percorrer tão curto percurso, por isso gostaria de lhe esclarecer que a nossa “mala” chega na sexta-feira a noite de P.A.* no Caí e lá ficam deitadas até a próxima sexta-feira, porque o carteiro no posto de Caí só trabalha até o meio-dia de sexta-feira. O Sr. J. Neumann irá lhe enviar um cheque na importância de 500\$000 Rs, 300\$000 Rs que o senhor nos emprestou lhe serão creditados pelo seu empenho em nome da Associação, o senhor aceite nosso afável agradecimento.

No próximo domingo, após a missa, os demais participantes da diretoria terão uma conferência sobre a aceitação da hipoteca Kölsch do Schönwaldscher** como assunto. Sem dúvida que este assunto será de tal forma regulamentado e o senhor de qualquer forma será informado acerca disso após seu término, ou no início da próxima semana, com notícias a respeito. Aos poucos começamos a ver a confiança ser restabelecida, mas a “história dos fanáticos” ainda “cospe” sobre as cabeças e prejudica o caixa em seu estabelecimento. Espero que o assunto sobre Schönwaldsche seja resolvido, ele já nos trouxe aqui dores de cabeça o suficiente. Além disso, não há nada de interesse para informar daqui, e, portanto, concluo com os melhores desejos para o seu futuro bem-estar (grifo da autora).⁴⁴

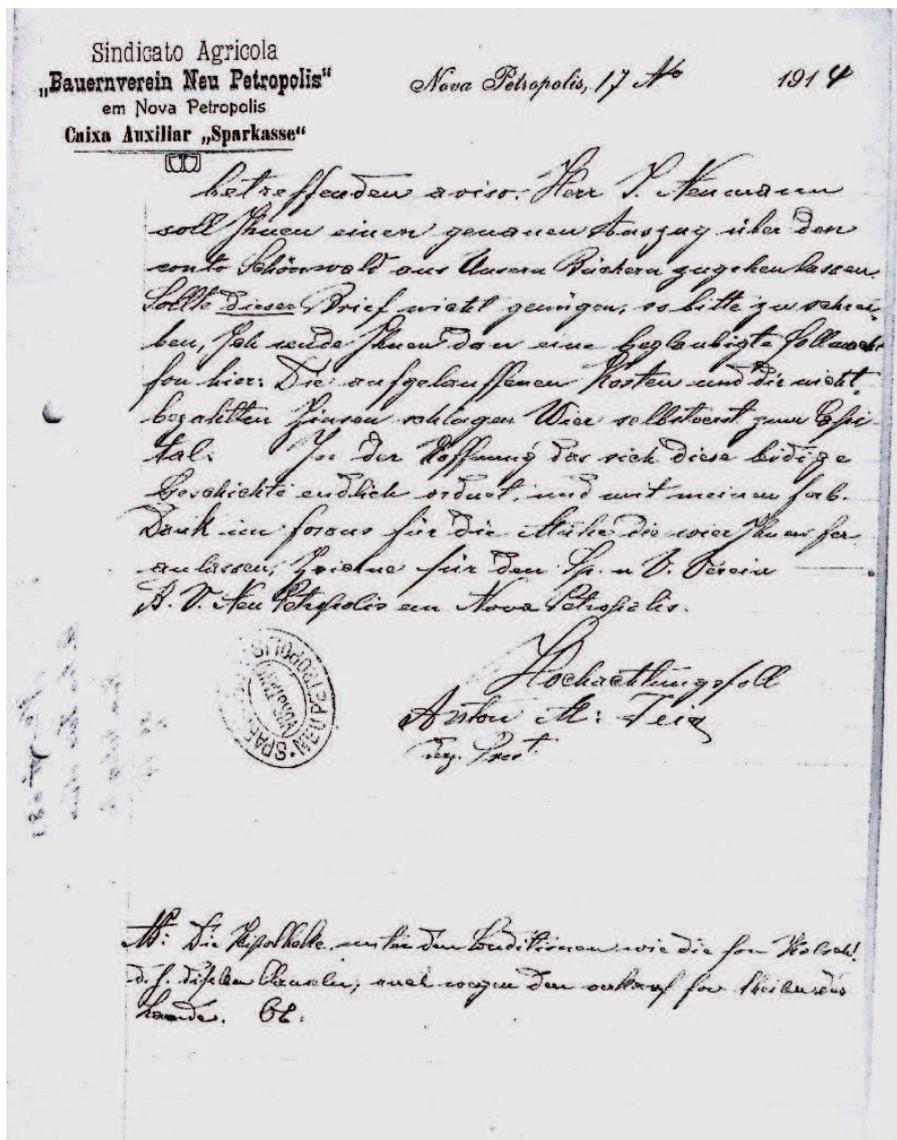
Seu sempre leal,
Anton M. Feix.

⁴⁴ Observações feitas pela tradutora Schumann: *Provavelmente refere-se às iniciais de Porto Alegre.

**Schönwald – pode ser o nome de uma localidade na época, mas não encontrei menção a isso, ou ainda uma referência a Otto Schönwald, mas pelo contexto não é possível concluir.

Os tempos que precedem a Primeira Guerra Mundial foram difíceis, uma série de problemas assolaram os núcleos coloniais alemães. Havia instabilidade no comércio e na produção agrícola, como se refere na carta de 03 de abril, assim como desconfiança generalizada com os alemães, regulando e proibindo o uso da língua alemã em escolas e publicações. Foi, neste contexto, que a SUP criou uma agência de empregos. E, de acordo com Gertz (2005), durante o conflito internacional, em 1917, intensificou-se a política de nacionalização nas colônias alemãs, proibindo e interferindo nas atividades das colônias. Isso estendeu-se até 1918, ano que a rigor foi de intensa nacionalização, ainda que a guerra tivesse findado. Os fanáticos a quem Feix se refere devem estar ligados às perseguições étnicas desse período, inclusive política, como mostra a seguinte carta, cheia de preocupações.

Imagem 14 - Correspondência emitida pelo presidente da Caixa Rural de Nova Petrópolis Anton Feix, 17/11/1914



Fonte: Memorial Jesuítico UNISINOS.

Nova Petrópolis, 17 de abril de 1917
 Rev. Senhor P. Theodor Amstad
 Porto Alegre!

Eu venho até o senhor para pedir seu conselho e ouvir sua opinião sobre a atual circunstância. Favor falar com o senhor do banco, e depois nos escrever sobre o seu parecer. Não posso acreditar até agora que o governo estadual trabalha em desqualificar as colônias alemãs ou então permita que digam que cidadãos com descendência alemã sejam terroristas. Peço-lhe para, havendo essa necessidade, representar nosso interesse tanto quanto possível, ou que nos aproxime de alguém confiável, que possa nos representar eventualmente. Aqui não há tumulto. Até agora tudo tranquilo, mas qualquer ato de violência será como acender uma fiação. Nós, eu e a

paróquia, aconselhamos todos manterem a calma e confiança no próximo governo estadual; por favor, sua orientação o mais breve possível, para que eu possa tranquilizar suas almas da semente do medo. Queira Deus que o senhor consiga atender nosso pedido Sr. Reverendo.

Atenciosamente,
Anton M. Feix.
R. V. Nova Petrópolis.
Com os melhores cumprimentos.

M: A hipoteca está sob as mesmas condições da Kölsch! Por que há as mesmas cláusulas, também por causa da venda de parte da terra.

Como agir quando um mesmo sócio solicita pela segunda vez uma hipoteca? Anton Feix também tinha essa dúvida e perguntou ao associado que julgou mais preparado para respondê-lo.

Nova Petrópolis, 17 de novembro de 1914.
Rev. P. Theodor Amstad,
Porto Alegre.
Reverendo!

Eu espero que a carta com o cheque tenha chegado em suas mãos; pelo atraso, peço desculpas, o senhor sabe, que às vezes pode dar tudo errado do que se planejou. A sua carta, sobre a 2ª hipoteca de Schönwald, respectivamente, eu entreguei aos membros da diretoria, justificando haver necessidade de ouvirmos sua opinião. Ao mesmo tempo, uma lista foi distribuída na reunião, em que todos tiveram que assinalar com sim ou não. A mesma com sim encontra-se em nossas mãos e eu peço sua autorização para levantar a soma junto ao *Banco Brasileiro para Alemanha em Porto Alegre para juntar a soma que o senhor precisa para a compra da hipoteca Kölsch para a nossa Caixa Econômica, juntamente com o montante necessário para pagar as custas; Junto ao senhor Koelzer ou outro advogado de sua escolha, o importante é o senhor tomar as providências necessárias, e por favor, senhor Reverendo, em todos os casos em que precisar de um esclarecimento, escreva para mim. A soma necessária eu pedirei ao banco que rescinda. Estou escrevendo hoje para o banco, o aviso em questão. O senhor Neumann deverá lhe enviar um extrato dos nossos livros da conta Schönwald. Se esta carta não for suficiente, por favor escreva, eu enviarei uma procuração autenticada daqui. Os custos acumulados e as taxas de juros não pagas, naturalmente abateremos do capital. Na esperança de que esta história enfadonha seja finalmente resolvida e com meus melhores agradecimentos antecipadamente pelo esforço que o senhor empenha à Sp.** e para a Associação.⁴⁵

⁴⁵Observações feitas pela tradutora Schumann. *Brasilianische Bank für Deutschland. ** Acredito ser abreviatura de Sparkasse, o Sindicato Agrícola em questão, mas a letra está praticamente ilegível.

A prática da hipoteca era utilizada para crédito de longo prazo e era fornecida principalmente, por prestamistas particulares, e com raras exceções por instituições bancárias. (CORREA, 2014, p. 17). Não era um crédito fácil de ser obtido, sendo adquirido mais facilmente por grandes fazendeiros e comerciantes. Fábio Correa (2014, p. 26) identificou que o empréstimo sob a condição de garantia hipotecária estava relacionado aos gastos mais elevados, desde 1860, como, por exemplo, nas melhorias na propriedade, na reposição de escravos ou na expansão das unidades produtivas. Ainda que, em 1910, tenha sido aberto a Carteira Hipotecária de Crédito Real no RS, os juros da Caixa Rural eram mais acessíveis. Aqueles 90% dos seus associados agricultores, poderiam realizar empréstimos de até dez anos com juros, em média, de 3 a 5%. Além disso, acreditamos que esta prática foi iniciada após o Decreto de 1907, o qual autorizava que as caixas rurais realizassem essas transações e o penhor agrícola. Ressaltamos que o fundo da Caixa Rural era indivisível, logo, se o associado não conseguisse pagar o seu empréstimo, sua hipoteca era comprada e somada ao fundo. Infelizmente, não encontramos os balanços da Cooperativa desse período, para que pudéssemos ver a finalidade desses bens na cooperativa ou, até mesmo, na SUP.

Cabe lembrar que, no estatuto da Sociedade União Popular, consta como idioma empregado o alemão. Também, a busca por orientação do senhor Feix explica-se pela finalidade da SUP:

O fim da sociedade é promover a organização cristã e principalmente orientar os católicos teuto-brasileiros na solução dos problemas religiosos e sociais, oriundos do desenvolvimento moderno, como também, ensinar-lhes praticamente a colaborarem no aperfeiçoamento intelectual e econômico de todas as classes. A sociedade se propões igualmente a defender as bases religiosas da sociedade humana contra os ataques que lhes são dirigidos, e combater as manifestações (ilegível) subversivas das instituições sociais. (ESTATUTO DA SUP, 1915).

A carta acima e a que segue abaixo demonstram cautela para se dar empréstimo no período da Grande Guerra. Percebemos uma certa dependência da influência de Amstad o qual estava trabalhando na agência de empregos em Porto Alegre, entre 1917-1919, e continuava a exercer a função de secretário geral da SUP (1915-1919). Observemos os detalhes que o presidente da Caixa Rural dá a Amstad, procurando deixá-lo a par de toda a transação. Para nós, isso não demonstra apenas um pedido de orientação, mas também uma insegurança no

exercício do trabalho cooperativo, cujos princípios ainda não eram dominados por todos. Amstad era a figura que parecia concentrar os saberes cooperativos e a maneira de aplicá-los. A função de Amstad na Caixa Rural não ficou clara neste período, tendo em vista que, na diretoria, não exercia cargo algum, somente na SUP. Nesse caso, ressaltamos que a SUP era a Associação que organizava todas as caixas rurais, cumprindo o papel que antes era do *Bauerverein* (Associação dos Agricultores Rio-Grandense). A divisão organizacional da SUP, nas colônias alemãs, era paroquial, ou seja, “cada paróquia em que existir o Volkverein forma um distrito do mesmo, cada corporação que tem por centro uma capela ou uma escola, forma uma seção. Várias seções podem se unir em grupo local”. (ESTATUTO DA SUP, 1915).

Nova Petrópolis, 16 de fevereiro de 1917.
Rev. S. P. Theodor Amstadt
Porto Alegre.

Agora nós negociamos com o Sr. Koelzer e acordamos com os seguintes valores: o Sr. P.J. Koelzer receberá os desejados Rs 30 000 Contos de Réis, isto é, trinta mil Réis, com as seguintes condições: primeira hipoteca, 6% de juros, pagável semestralmente, amortização anual de Um Conto de Réis; a dívida permanece diretamente sobre o montante acima descrito de Trinta Contos para amortizar. O prazo de rescisão é de 90 dias. Garantia este ano! Nós o enviaremos um cheque com o valor acima descrito, (30 Contos) Trinta, sobre o qual nós imediatamente avisaremos ao banco. Logo o senhor terá uma procuração que o autorize fazer a hipoteca do senhor Koelzer. Através de sua carta tomamos o devido conhecimento e lhe parabenizamos por avançar em interesse da Instituição de Caridade. Caro Reverendo, precisando de maiores informações, por favor peça (grifo da autora).

Com os melhores cumprimentos,
Anton M. Feix.

Outra mudança no nome da Caixa Rural ocorreu em 1922, quando a cooperativa se assume ainda mais publicamente como sistema Raiffeisen, com o nome *Caixa Auxiliar “Sistema Raiffeisen” de Nova Petrópolis*. O sistema Raiffeisen crescia no Brasil e ganhava visibilidade nacional. A expressão do líder leigo católico e cooperativista Plácido de Mello, no Rio de Janeiro, deve ter contribuído para o alastramento ao lado da experiência sulina. Mello publicou no ano de 1920, *O Crédito Popular e Agrícola e as Caixas Raiffeisen*. O nome *Sparkasse* já deixava claro as suas origens como uma referência às caixas de economia e empréstimo Raiffeisen, mas a mudança do nome também indica o processo de nacionalização

do país. Consideramos a importância dessa mudança para afirmação dos princípios cooperativos que assumia.

No ano de 1929, identificamos ainda outra mudança em sua denominação, *Cooperativa de Crédito Caixa Rural de Nova Petrópolis “Sistema Raiffeisen” de Responsabilidade Ilimitada*, e esse nome seguiu até 1969.⁴⁶ Todas essas mudanças correspondem à busca de adequação à legislação da época. A Lei 4.984, de 1925, estabelece: 1) as cooperativas de crédito que obedecem ao sistema Raiffeisen e Luzzatti não estão obrigadas à exigência da expedição de carta patente (autorização de funcionamento) e pagamento de quotas de fiscalização. 2) para gozarem de tais benefícios, estas cooperativas ficarão sujeitas, sem ônus, à fiscalização do Ministério da Agricultura que observará se realmente funcionam como cooperativas. Em 2 de junho de 1926, o Decreto n. 17.339 trazia pontos relevantes às cooperativas de créditos: o serviço de inspeção e fomento agrícola promoverá, nos meios agrícolas, a ideia e a prática da organização cooperativa, em ordem de se tornar o crédito agrícola fator decisivo do progresso econômico do país, e valerá pela exata aplicação da lei, a fim de evitar a deturpação ou a ruína dos institutos de crédito cooperativo, verificando se estão devidamente organizadas e se preenchem os fins a que se destinam, de modo que realizem, principalmente, obra de elevação social e moral. (CERUTTI, 2000, p. 64).

As caixas rurais tinham características bem específicas de outras associações com fins econômicos existentes, como as sociedades Monte Pios, e não devem ser confundidas. Procuramos mostrar que as caixas rurais, sobretudo a caixa de Nova Petrópolis, buscaram discutir e aplicar os princípios cooperativos desde os seus primeiros anos, ao mesmo tempo em que seguia a legislação vigente.

O Decreto de 1907, que colocava as cooperativas sob a organização de um sindicato, foi pauta de discussão dos agentes públicos do Ministério da Agricultura, como procuramos mostrar no capítulo 3. Ao permitir empréstimo sob a garantia hipotecária, o Decreto também causou distorções no cooperativismo. Podemos evidenciar o descontentamento de alguns agentes sobre esse aspecto.

Fábio Luz Filho (1935, p. 46-48), a partir dos seus estudos sobre cooperativas, mais intensamente nos anos de 1930, acredita que o crédito agrícola estava se confundindo com outros tipos de crédito, como o territorial e o hipotecário.

⁴⁶Atualmente, a cooperativa integra o Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi, reconhecida como Sicredi Pioneira.

O crédito agrícola era uma necessidade autêntica para o desenvolvimento da economia, no setor agrícola. Por isso, ele deveria ser destinado para compra de materiais (maquinaria, sementes, insumos, ferramentas), bem como deveria existir uma cooperativa de crédito na localidade. O autor destacou a educação moral e econômica do sistema Raiffeisen e a importância da eleição para a diretoria ser realizada na assembleia. Os indivíduos eleitos deveriam ter atributos de responsabilidade e competência, além de residirem na mesma localidade da cooperativa. Com esse entendimento, Luz Filho registrou o posicionamento de Raiffeisen (apud FILHO, 1935, p. 30) sobre o dinheiro:

[...] sua verdadeira missão é, antes, melhorar a situação de seus membros do ponto de vista moral e material, e, com esse fim, facilitar aos mesmos os capitais necessários sob a forma de empréstimos com juros, com a garantia da associação, e também fornecer-lhes o meio de fazer frutificar o seu dinheiro. (Grifo da autora).

Em outras palavras, a garantia de uma cooperativa de crédito Raiffeisen deveria ser a própria responsabilidade ilimitada e solidária, assumida entre os sócios, expressa no princípio “um por todos e todos por um”, ou naquele princípio da própria SUP “tudo para todos”.

Saturnino de Britto (1927, p.14), por exemplo, ao mesmo tempo em que comemorava a promulgação da lei de 1925, específica sobre as cooperativas de crédito, destacava as características principais de uma cooperativa de crédito, conforme os princípios do seu precursor.

Entretanto, segundo consta de boa fonte há em Venancio Ayres uma caixa fiel aos verdadeiros princípios de Raiffensen que não permitem a promissoria, nem empréstimo fora da circunscricção da caixa, nem conta - corrente, a qual é mais propria de credito commerci-al, representando os depositos a parso [prazo] fixo o sopeso dos adiantamentos aos lavradores, soci-os da caixa - Raiffeisen Municipal. Como esses institutos burlados poderão conciliar - se com os artigos 23 e 25 do decr. n. 1.637 de 5 de Janeiro de 1927 [1907], visto tudo fazerem, menos o que a lei das cooperativas prescreve?. . . E são os respon-saveis por essa choldra com nome de caixas ruraes, que planejam uma federação geral do credito com, do centro, um banco popular...

Nesse sentido, para Saturnino de Britto, a única cooperativa de crédito que estava funcionando em conformidade com Raiffeisen era aquela de Venâncio Aires. As outras estavam falhando porque estavam agindo como bancos, incluindo aqui,

portanto, a Caixa Rural de Nova Petrópolis. Não nos foi possível aferir se havia transações sob promissória nem empréstimos para não sócios.

Ainda que Saturnino de Britto (1927, p. 20) elogie as cooperativas de crédito como verdadeiras expressões cooperativas, para ele, as cooperativas de consumo seriam o modelo mais apropriado para abrigar todas as outras formas de cooperação (produção e crédito). Ele salienta que o modelo do consumo “é a chocadeira natural das outras”. Nesse sentido, Britto está em consonância com os princípios preconizados pela Aliança Cooperativa Internacional, valorizando a cooperativa de consumo como aquela capaz de abrigar e gerir todas as outras expressões de ajuda mútua.

4.1.3 Desenvolvimento Local e Eficiência Econômica: Tensões Políticas entre o Sistema Raiffeisen e Associações Ruralistas no Rio Grande do Sul.

Balduino Rambo (s/d) reflete em seu artigo sobre a importância financiadora da Caixa Rural, fornecendo crédito barato aos colonos. Distribuída em diversos centros de colonização alemã, a partir de 1902, essa modalidade de crédito foi se desenvolvendo e se adequando à realidade política sulina e cooperativa. O impulso associativo de criadores e charqueadores do estado também crescia no início do século XX, buscando também soluções econômicas em defesa da pecuária e da lavoura.

Nesse contexto, consideramos necessário incluir como pauta desta tese o conflito político,⁴⁷ instalado entre pequenos proprietários de terra das áreas coloniais e os pecuaristas. Por meio dessa análise, podemos vislumbrar o que essa iniciativa cooperativa representou, inserida em um contexto mais complexo que só aquele da colônia.

Sob a liderança do padre Rick, que passou a ocupar a secretaria geral (1919-1937) no lugar de Amstad, a visibilidade da SUP e conseqüentemente das caixas

⁴⁷No meio religioso, a fundação das Caixas de Crédito Rural também foi conflituosa. Não foi unânime entre os co-irmãos da ordem jesuítica. Amstad e Rick encontraram resistência de muitos dos clérigos da própria Igreja Católica, que consideravam prematuras as suas ideias. De acordo com Josei Pereira (2007), “em suas memórias, pe. Rick menciona que muitos de seus colegas de batina consideravam a ideia das caixas rurais ‘pouco eficientes para um povo sem formação escolar e pouca compreensão para grandes metas de caráter comum’. Mas o descrédito desses clérigos foi desaparecendo conforme os resultados começavam a aparecer. As caixas de crédito, consideradas ‘prematuros’, passaram a contribuir para o desenvolvimento das comunidades, reinvestindo parte dos resultados da atividade cooperativo-financeira na construção de escolas, hospitais, salões comunitários, inclusive, igrejas, dentre outras obras de caráter comunitário”.

rurais cresceu muito nos anos de 1920. Muitas das Caixas, inclusive, passaram a se chamar *de Caixa Rural União Popular*, seguida do nome de sua cidade. De acordo com Schallenberger (2001, p.169-170), Rick acreditava na transformação das pessoas e da sociedade mediante a promoção social e a elevação espiritual, o fortalecimento da proposta associativa das Caixas Rurais como um caminho apropriado que desempenharia um papel fundamental. Se bem estruturadas, poderiam desenvolver projetos mais audaciosos. A prosperidade crescente das cooperativas intrigava os representantes do setor pecuário do estado do RS, que se achavam menos favorecidos com o crédito agrícola.

Durante a investigação na imprensa, deparamo-nos com a publicação *A Estância* e vimos que se tratava de um veículo de divulgação, formação e informação agropastoril da Federação Rural do Rio Grande do Sul. A publicação reúne registros diversos assuntos, inclusive aqueles relacionados aos ensejos políticos dos seus associados, como, por exemplo, a inserção do crédito agrícola no estado. Em atividade ininterrupta desde 1914, a Revista tinha o propósito de ser publicada mensalmente, contudo, no ano de 1924, o número 1 foi publicado somente no mês de agosto. Analisamos em específico uma conferência, para o Sindicato Agrícola, publicada na íntegra no periódico, proferida pelo Dr. Egydio Hervé da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Imagem 15 - Capa da Revista A Estância

Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

De maneira geral, Egydio Hervé fez uma longa análise sobre a necessidade de organização do crédito agrícola, sendo esse assunto o próprio título de sua conferência. Iniciou falando dos congressos de agricultura e pecuária ocorridos no Sudeste do país meses antes, pensando nessa organização também. Ele afirmou que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais têm incentivado amplamente tal necessidade pela imprensa, por meio de seus representantes.

As palavras de Hervé são examinadas em consonância com estudos relacionados ao patronato e à sua organização. Conforme Sônia Mendonça (2002), crescia o número de entidades representativas dos proprietários rurais no início do século XX, concentradas nas regiões Sul e Sudeste, embora fosse um fenômeno de abrangência nacional. Isso se deve também à conjuntura internacional, se o século XIX foi marcado, quase inteiramente, pelas organizações associativas e cooperativas de pequenos e médios produtores na Europa, ao final desse século, inicia o interesse de organização em sociedade civil entre os grandes produtores.

No Rio Grande do Sul, Egydio Hervé estava procurando fazer a sua parte, articulando e discutindo propostas de organização coletiva rural, a fim de defender a lavoura e a pecuária. Nos primeiros parágrafos de sua fala, disse: “A necessidade do crédito rural no RS é real e sentida. É disfarçada pela criação de várias e isoladas, porém prósperas Caixas Raiffeisen. Isto é uma lacuna sensível que não passa despercebida”. (HERVÉ, 1924, p. 21, grifo da autora).

O engenheiro procurou fazer um comparativo entre a situação do Rio Grande do Sul e do Brasil com outros países. Para Hervé (1924, p. 21), desde 1912, o crédito rural tornou-se uma necessidade de maior evidência mundial.

França intensificou brilhantemente a sua admirável expansão de crédito agrário, na maioria pela iniciativa privada.
 [...] A Alemanha, mestra incomparável na instituição de crédito particular, procura melhorar estas instituições que 150 anos vem encontrando amparo às lavouras e a pecuária.
 [...] A lavoura necessita de organização especial que ofereça longo prazo e juros baixos.

No trecho que destacamos acima, podemos observar que Hervé (1924, p. 23) nutre uma admiração e baseia-se nas ações da França e da Alemanha, como inspiração e não como modelos, conforme segue:

Em toda a parte o crédito tem se organizado mediante a iniciativa privada. O crédito daria ao produtor uma organização para emitir título de renda ao portador e ir vendê-los diretamente aos capitalistas, aos fundos imobilizados dos bancos mercantis, do pé de meia ao fundo de reserva de certas companhias e aos bancos oficiais ou oficializados pagando juros baixos e obtendo prazos longos, eliminando os intermediários, alcançando enfim, em condições harmoniosas como a natureza das suas empresas o capital necessário ao exercício da sua fecunda atividade econômica. A França não é um país modelo de crédito agrícola, mas os produtores associados nas caixas *Raiffeisen*, gozam de grandes benefícios. Produtores sindicalizados recebem indiretamente do governo empréstimo em juros módicos e prazo de 5 anos. Mas na Alemanha, onde não basta somente as pequenas vantagens, o princípio da solidariedade e da cooperação foi levado até a emissão em favor da agricultura, logrando êxito tal que levam os economistas franceses confessarem a superioridade alemã.

O engenheiro até citou algumas vezes o exemplo de cooperação da Itália, dos bancos populares e das caixas econômicas, mas retoma frequentemente em sua fala as experiências da França e da Alemanha. Entretanto, o que queremos chamar

atenção é como ele se refere às Caixas Rurais Raiffeisen do Rio Grande do Sul, lendo o trecho abaixo. (HERVÉ, 1924, p. 23, grifo da autora).

Caixas *Raiffeisein*, de que falamos no início desta conferência, já existem, no Estado, em número superior a 15. Segundo discurso do Dr. Apulcho Koelzer proferido em sessão do 1º Congresso dos Inspetores Agrícolas, realizado no Rio, em 1922, essas existem em número de 20, possuindo, algumas delas, depósitos que se elevam a milhares de contos, e emprestando até as Municipalidades, havendo nelas defeitos a corrigir, mas sem importância visceral. Nessa prosperidade em que se encontram as *Caixas Raiffeisen Riograndenses*, infelizmente isoladas entre si, não podendo mesmo, algumas aplicar o capital que dispõem, vemos uma segura afirmação do papel que virá essa importante modalidade crédito agrícola desempenhar na circulação monetária e na fecundidade do trabalho rural do Rio Grande do Sul, quando as caixas inteligentemente federadas puderem levar o seu raio de ação a todos os centros do Estado, contribuindo para a fundação de novas caixas, de cooperativas, de consumo, de compras, etc.

A primeira vista, por elogiar muito as caixas rurais da Alemanha e da França, parece que Hervé simpatiza com a ideia de fazê-las aqui, repetindo a experiência de cooperação. No entanto, percebemos que, nas cinco páginas transcritas de sua conferência, ele argumenta que as caixas existentes no Rio Grande do Sul não são apropriadas para resolver o problema do crédito agrícola e credita essa ineficiência ao seu isolamento nas colônias de imigração. Para entendermos um pouco melhor essa antipatia do engenheiro com este tipo de associação-cooperativa e sua representatividade, é preciso compreender o desenvolvimento das caixas rurais no estado e a sua finalidade. As caixas rurais e suas ações locais, como obras comunitárias, ganharam proporções expressivas, como salienta Erneldo Schallenberger (2007, p. 6).

Esta experiência reuniu, da fundação da primeira caixa de depósito e de empréstimo, em 1903, até o período imediato da morte do seu mentor [Theodor Amstad], em 1938, um conjunto de cinquenta (50) cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, dentre as trezentos e trinta e nove (339) cooperativas existentes, como a dos vinicultores, de produtores de leite, de fumo e de outras modalidades de produção.

De outra maneira, as caixas rurais do RS reuniam 50 cooperativas no período entre 1903 e 1938, com uma estreita relação confessional católica. Essas caixas estavam baseadas no espírito comunitário cristão. Além disso, inseriam-se no projeto social jesuítico, de estar envolvido em todos os aspectos da vida social

comunitária, como referimo-nos anteriormente. A SUP foi criada para ser uma associação confessional e étnica e no seu estatuto de 1915 registrou: “a submissão filial que a União Popular deve ao episcopado brasileiro, compete ao Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre e direito de nomear um assistente eclesiástico”. A preocupação com a proteção do capital dos teuto-brasileiros e o financiamento da produção e da colonização por meio das caixas rurais também fazia parte das competências da SUP. (SCHALLENBERGER, 2007, p. 14).

As caixas rurais, ou de poupança e empréstimo, organizadas isoladamente, no início, e em rede, posteriormente, estiveram abertas a todos os segmentos sociais das colônias, no sentido de promover o desenvolvimento regional nos seus múltiplos aspectos: econômico, cultural, religioso e assistencial.

As Caixas Rurais destinavam-se aos pequenos poupadores rurais, os quais ganharam um protagonismo frente à conjuntura da época. O crédito agrícola foi o foco da conferência de Hervé. Era necessário escolher um modelo associativo de crédito que melhor respondesse às necessidades dos produtores que participavam do Congresso de Agricultura e Pecuária, realizado no ano de 1924.

Evidenciamos uma tensão nos anos de 1920, entre Hervé e as lideranças jesuíticas em Porto Alegre. Egydíó Hervé era um famoso espírita de Porto Alegre, sendo a ideologia de crença a primeira de três pilares que levantamos para entender esse embate político. O primeiro diz respeito à profissão de fé de Hervé. O padre Werner Mühlen, quando assumiu o cargo de diretor da Congregação Mariana *Mater Salvatoris*⁴⁸ (02 de fevereiro de 1923), publicava um folheto mensal chamado *Ação Católica*. Tal folheto afirmava a contraposição da doutrina católica a outras crenças, como o espiritismo.⁴⁹

⁴⁸As Congregações Marianas tiveram uma participação política intensa durante o período em que o jesuíta Werner Mühlen foi seu diretor (até agosto 1939). Sediada no Colégio Anchieta, formou um modelo de catolicismo engajado, destinada aos jovens universitários; estimulou a criação de movimentos juvenis como, Jovens Universitários Católicos (JUC), na década de 1930. A finalidade era formar uma vida cristã para a sociedade e não apenas para os atos litúrgicos. Uma boa parte da elite rio-grandense estudou no Anchieta e fez parte da formação de uma elite cultural que atuou a partir do colégio e da UFRGS.

⁴⁹Conforme Odaci Coradini (2003, p.136-137), “A ‘geração católica’ representa apenas um desdobramento de um fenômeno mais amplo, cronológica e socialmente. Mesmo evitando a busca de invariantes substantivados, quando a problemática legítima e os eixos de tomadas de posição são muito variáveis, parece indiscutível a existência da continuidade de uma determinada matriz. A constatação dessa matriz não leva a incorrer em algum tipo de nominalismo, por exemplo; tomando categorias tais como ‘catolicismo’, ou ‘positivismo’, em seus significados formais. De qualquer modo, o ponto central a destacar é que, apesar da enorme variação das condições sociais das lutas ideológicas e das diferentes esferas em que ocorrem, há uma matriz geral básica que pode ser

O segundo pilar que ressaltamos diz respeito à política na República Velha no Rio Grande do Sul. Este ano em que a conferência de Hervé foi publicada é uma data de significados. De um lado, comemorava-se o ano do centenário da imigração alemã (25 de julho de 1924),⁵⁰ por outro lado, encerrava-se a Revolução de 1923,⁵¹ tendo sido selado o acordo de paz há poucos meses, em Pedras Altas, embora as reivindicações econômicas, principalmente aquelas do campo, continuavam em oposição ao centralismo político de Borges de Medeiros.

A década de 1920 entrou com uma séria crise na pecuária gaúcha, com a retração do mercado internacional pós-Primeira Guerra Mundial, aliado a outros problemas dos anos de 1920-1922, como: um inverno rigoroso, baixa do preço do gado, seca prolongada e uma epidemia de aftosa. Sandra Pesavento (1980, p. 52) reitera, que os interesses econômicos e a busca de defesa dos interesses pecuaristas sobressaíram-se na Primeira República gaúcha, em que pese a distinção política a qual não obedecia a um critério de classe. Dessa maneira, reunia integrantes de PRR e do PRF em uma mesma agremiação, como foi o caso da criação da Sociedade Agrícola e Pastoral, após a guerra civil de 1893-1895, também

definida como 'comunitarismo orgânico'. Esse tipo de 'comunitarismo', ao mesmo tempo que pode modificar sua pauta de temas de confronto em cada conjuntura histórica, adquire modalidades distintas conforme as esferas sociais em que se apresenta. Portanto, não apenas consiste em um fenômeno religioso ou 'católico', mas envolve, simultaneamente, uma dimensão religiosa (podendo incluir religiões social e culturalmente próximas, como o luteranismo) e uma dimensão étnica (visto que diretamente associada aos grupos originários da 'imigração europeia')".

⁵⁰ Sobre esta data é importante dizer que o conflito entre as colônias de Novo Hamburgo e de São Leopoldo, para erguer um monumento em homenagem ao centenário dos imigrantes alemães, gerou no primeiro núcleo a ideia de desmembramento do segundo, formando um novo distrito. Conforme Gertz, o ensejo de emancipação de Novo Hamburgo ganhou simpatia de Borges de Medeiros. Em 1927, Novo Hamburgo foi emancipado, mesmo o conselho municipal de São Leopoldo votando contra o desmembramento. (GERTZ, 2000, p. 131).

⁵¹ O pleito de 1922 para presidente do estado do Rio Grande do Sul teve como resultado final a vitória de Antônio Augusto Borges de Medeiros (PRR), que tinha como opositor Joaquim Francisco de Assis Brasil (PRF). A oposição acusou-lhe de fraude no pleito e afirmaram que revogariam a decisão. Recorreram ao presidente nacional recém-eleito Arthur Bernardes, o qual foi apoiado pela formação da Aliança Libertadora que declarou a favor da legitimidade do pleito, afirmando a sua legalidade. Após o anúncio oficial, a insatisfação do grupo economicamente dominante e opositor ao governo de Borges declarava uma rebelião no estado. De acordo com Schneider, "Brasil liderou o grupo economicamente dominante na luta partidária da oposição ao PRR, porém, somente em 1921, encontrou um campo propício para se estabelecer com maior intensidade, pois, com a crise econômica do pós-guerra, o PRR já não correspondia aos interesses econômicos locais". (SCHNEIDER, 2013, p. 55). Assis Brasil foi um gaúcho reconhecido nacionalmente na República Velha como um intransigente, defensor do apoio governamental à diversificação da agricultura. (ALVES, 2008, p. 86). Em que pese as diferenças políticas, conforme Fábio Kühn (2002, p. 120-121), esta foi uma revolta intraelites que "teve como suas principais causas a política borgista de desenvolvimento global da economia gaúcha, que afetou os interesses do setor pecuarista, além da grande incidência de fraude eleitoral nas eleições de 1922. Em função disso, a parcela opositora da elite gaúcha foi às armas para tirar Borges do poder. Assim, articularam-se três grupos opositoristas: os federalistas, os democratas, liderados por Assis Brasil e Fernando Abbott, e os dissidentes republicanos".

em uma conjuntura de crise pecuária. Essa união em torno dos interesses parece ter se remodelado nos anos de 1920.

A reunião de diferentes por algo em comum se confirma em 1920. Na configuração de crise, pecuaristas, charqueadores e agora os colonos alemães, pareciam estar do mesmo lado para defender os interesses do campo, ou seja, do lado das associações rurais e em defesa de seus interesses. Egydio Hervé falava naquela ocasião que os ruralistas necessitavam “criar instituições especialmente organizadas para emitirem títulos de renda, ao portador, negociáveis com particulares, com outros institutos de crédito e mesmo com os Governos, garantidos por hypothecas (sic) de terreno, prédios, etc.” (HERVÉ, 1924, p. 25). Contudo, mesmo com um pensamento associativo em comum, o associativismo incentivado por Hervé não era o modelo das Caixas Raiffeisen. Pensamos que as especificidades⁵² das caixas rurais poderiam limitar o seu uso pelos ruralistas, já que o poder aquisitivo e as transações eram maiores.

O terceiro e último ponto que evidencia a crítica pública de Hervé às Caixas Rurais dos núcleos coloniais alemães está relacionado aos próprios interesses de muitos ruralistas, pelo cooperativismo e pela união em defesa de classe, naquele contexto de 1920. Havia associações locais de pecuaristas e criadores, em Pelotas, Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Uruguaiana entre outras cidades. Naquele momento, o que se precisava era uma organização cooperativa para as soluções de crédito, estando em consonância com ideia classista. Afinal, em relação a uma associação mutualista representativa, eles já haviam conseguido concretizar uma em 1909, com a criação, em Porto Alegre, da Federação Rural, que teve vida breve; depois, em 1912, também na capital, com a fundação da União dos Criadores. De acordo com Sandra Pesavento (1980, p. 211-212):

A recriação da Federação Rural era, pois, uma forma de dar encaminhamento ao problema sem recorrer às armas e sem a contestação clara ao poder político instaurado. Seria o que, se poderia dizer, uma solução não política para o problema econômico. O Estado, compreendendo a importância da medida e o seu alcance como saída conciliatória, apressou-se em dar seu aval ao empreendimento da classe rural. Até então, vigorava no Estado uma dualidade de instituições de defesa dos interesses rurais, sem, contudo, solucionarem a contento o problema da pecuária. Pensou-

⁵²Como por exemplo, a área de atuação é restrita a uma pequena circunscrição rural, que não poderá exceder ao território de um município; o máximo de cada empréstimo, bem como a quantia máxima deverá ser fixado pela Assembleia Geral. (CERUTTI, 2000, p. 65).

se, então, na fusão das duas numa nova Federação Rural do Rio Grande do Sul [1921].

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, fundada em 1921 durante a 9ª Feira de Exposição de Bagé, representou até 1926 os pecuaristas e os grandes proprietários. A nova entidade procurou trabalhar na resolução das necessidades dos ruralistas em acordo com as ações governamentais.

A publicação no veículo de divulgação da entidade, com a conferência na íntegra e as discussões abertas pelo conferencista Egydío Hervé, traz a reflexão sobre como solucionar o problema do crédito sob o prisma de críticas às caixas rurais estabelecidas.

Segundo Aldair Marli Lando e Eliane Cruxên Barros (1981), a oposição ao teuto-brasileiro nunca veio de maneira individual, pois muitos homens ascenderam politicamente e não houve objeções, a exemplo de Lindolfo Collor, Alberto Bins, entre outros. No entanto, quando os teuto-brasileiros representavam e assumiam aspirações econômicas e sociais nas colônias, logo a repulsa manifestava-se. Nesse contexto, as caixas rurais representavam a expressão econômica do estrangeiro alemão.

Contudo, as caixas rurais não pareciam uma boa escolha para os ruralistas, na opinião de Hervé. Um conjunto de fatores mostra-nos que as caixas rurais não eram bem-vistas por ele, tendo em vista as tensões com as lideranças católicas e descendentes de alemães; o caráter confessional das caixas rurais; o entendimento de “privilégio” que se tinha delas em relação ao tratamento dado pelo governo.⁵³ Consideremos também o posicionamento de Hervé a partir de sua formação e suas influências. A Escola de Engenharia de Porto Alegre, EEPA (1897),⁵⁴ na qual se formara e fazia parte, tinha suas bases inspiradas nas escolas anglo-saxônicas e

⁵³Segundo Fonseca (1983, p. 70-75) identificou em um debate político da década de 1920, a base do governo criticava os pecuaristas que vinham constantemente solicitando linhas de crédito. E os comparavam com os imigrantes, os quais não estavam pedindo nada e inseriram-se no mercado por meio das associações e caixas rurais.

⁵⁴De acordo com Alves (2008, p. 252-253), a Escola de Engenharia fundou, no ano de 1921, uma cooperativa de comercialização e consumo “que congregava os funcionários da EEPA, o que denota uma percepção, por parte da instituição, acerca da importância do associativismo no projeto de modernização do Estado em consonância com os pressupostos do *ruralismo*, apresentado pela Sociedade Nacional de Agricultura”, conforme falamos no capítulo 3. E, no ano de 1922, foram fundados nos municípios de Porto Alegre e Viamão o Banco de Crédito Agrícola e Pastoril, demonstrando, assim, as múltiplas atividades que a EEPA desempenhava.

alemãs, indo na contramão das propostas governamentais ao longo da Primeira República, cuja matriz inspiradora era francesa.

Tal prática de economizar e obter empréstimos por meio dessas cooperativas rurais de crédito era, sobretudo, dos pequenos produtores, incidindo aí o conflito de interesse. A questão do crédito agrícola aparece nas publicações rurais desde 1914,⁵⁵ pelo menos, conforme os documentos que conseguimos ter acesso. Os argumentos por parte dos representantes da Federação eram em defesa da iniciativa privada, assim como as caixas rurais eram, mas privilegiavam a instituição bancária. O crédito agrícola passou a ser o único meio de assegurar a lavoura e a pecuária. Ainda que esses mesmos representantes reconhecessem os benefícios das caixas rurais, buscavam uma cooperação que se alinhasse às suas necessidades de crédito e às suas crenças de associativismo.

⁵⁵No artigo de Maciel Moreira, encontramos o argumento de criação de um Banco Crédito Agrícola, cuja ideia deveria ter sido lançada no Congresso da União de Criadores de 1913. O autor salientou a necessidade desse banco ou das instituições já existentes estatais darem crédito a juros menores, considerando a crise da pecuária e, cita exemplos de outros estados, como Minas Gerais e São Paulo, e de outros países, como Uruguai, que obtém o crédito com auxílio governamental. (MOREIRA, 1914, p. 40).

5 OS PIONEIROS DA COOPERAÇÃO. UM CONVITE A “UNIR FORÇAS”, PARTE II: PIGÜÉ – BUENOS AIRES

Las cooperativas es la forma de asegurar la defensa de los derechos económicos y sociales de los productores a través de la acción solidaria. (RAVIGNANI, 1930).

Em geral, a *El Progreso Agrícola* é mencionada em diversos trabalhos relacionados ao cooperativismo rural, sendo reconhecida como a primeira expressão do movimento cooperativista no país. No entanto, ainda não encontramos um trabalho que nos conte sobre a sua história, os desdobramentos e as implicações da cooperativa na região, estando ela em funcionamento desde 1898. Em vista da produção intelectual significativa do tema do cooperativismo na Argentina, arriscamos a pensar que a ausência de estudos específicos sobre a *El Agrícola* diz respeito à falta de consenso entre os pesquisadores acerca do segmento em que a cooperativa se enquadraria. Seria ela uma cooperativa agrária ou uma cooperativa rural? Como referência cooperativa, encontra-se normalmente destaque para três modelos que foram difundidos pelo mundo: consumo, produção e crédito; nesse caso, onde o seguro agrícola estaria alocado?

Dentre as interpretações, destacamos Cracogna (1968, p. 43), que enfatizou que a “*El Progreso Agrícola* pode ser considerada uma cooperativa de caráter rural, mas não propriamente agrária, devido à sua política de atuação”. O autor defende a Liga Agrícola Ganadera, em Junín (Buenos Aires), como a primeira das cooperativas agrícolas argentinas. Essa interpretação é compartilhada por outros autores¹, ainda

¹Até mesmo entre aqueles que não consideram a *El Agrícola* como cooperativa agrária, há posicionamentos diferentes em relação ao início do segmento cooperativo agrário na Argentina. Alfonso Vargas Sanchez defende que não houve na Argentina uma cooperativa agrária até 1904, momento em que se criou na localidade de Junín (Bs As) a *Liga Agrícola Ganadera*. (VARGAS, 1997). Daniel Plotinsky (2009b) considera a primeira cooperativa agrícola a Sociedad Agrícola Israelita Argentina (que mudou o nome mais tarde para Sociedad Agrícola Lucienville Cooperativa Limitada). Ela foi fundada no ano de 1900, por colonos judeus, na província de Entre Ríos. Em seus primeiros anos de vida atuou também como uma sociedade mutualista. Nesse sentido, o argumento de que essa seja a primeira cooperativa agrária torna-se igualmente discutível, se for considerar o caráter mutualista do seu início. Num artigo mais recente, Plotinsky (2015, p. 164) argumenta que a Liga Agrícola Ganadera, em Junín (Buenos Aires), é a primeira das cooperativas agrícolas “puras” ou autônomas, chamadas assim por não possuir vinculação com outras instituições. Observamos maior concordância entre os autores, a consideração da cooperativa agrária, propriamente dita, a de Junín. A maioria dos autores utilizados preferiram

que divida opiniões. A afirmação de Cracogna não nos parece a mais adequada e nos questionamos quando acessamos o estatuto da cooperativa. Ela não praticava eminentemente a produção agrícola, ou seja, não é uma cooperativa destinada à produção. Contudo, sua atuação é direcionada a este público, como um instrumento de garantia da colheita e do trabalho. Portanto, no nosso entendimento, não se trata somente de uma cooperativa no meio rural, pois suas atividades foram diversificadas de acordo com as necessidades do seu principal foco de atendimento: o agricultor ou pequeno produtor.

Armando Moirano, engenheiro agrônomo argentino e fomentador do cooperativismo, sugere em seu livro, *Organización de las sociedades cooperativas*, maneiras de expor no estatuto a definição e a finalidade das cooperativas. Sobre as cooperativas agrárias, sua definição contemplaria a El Agrícola, em suas atividades, no período que estudamos.² De acordo com Moirano (1947, p. 33-34, grifo da autora),

[...] a Sociedad tiene como propósito principal la defensa de la producción, y persigue en general, el mejoramiento económico de sus socios en todos sus fases. A tales fines se propone desarrollar, uno o más de los objetos siguientes, llevando a la práctica aquellos que estime más necesarios:

a) adquirir por cuenta de los socios, artículos de consumo, productos, instrumentos, máquinas, repuestos, enseres, bolsas, hilos, etc. necesarios para las explotaciones agropecuarias y para el consumo de las familias de los socios y del personal empleado en la actividad o tarea a que se dedique el asociado;

[...]

d) otorgar créditos a sus asociados para las operaciones inherentes a sus trabajos y concederles adelanto en dinero efectivo y a cuenta de productos entregados a la sociedad o sobre a la cosecha a recoger;

e) fomentar los hábitos de la economía y de la previsión; [...]

dedicarse al estudio y defensa de los intereses económicos agrarios.

De acordo com Mario Yuri Izquierdo (1972), a *El Progreso Agrícola* pode ser considerada a primeira cooperativa agrícola da Argentina devido ao fato de atuar na zona agrária e por contar com sócios de perfis tipicamente rurais e agrários. Essa postura parece-nos mais apropriada.

Conforme Leonice Aparecida Alves (2008, p.16) esclarece em sua tese, o adjetivo *rural* refere-se prioritariamente ao contexto ambiental e cultural da vida no

referir-se à cooperativa de Pigüé apenas como um caráter antecedente, concedendo-lhe o papel de pioneira no ramo dos seguros e do cooperativismo rural.

²Para os engenheiros agrônomos (e economistas, como Domingo Bórea), o setor agrícola está relacionado ao cultivo e aos benefícios que essa atividade pode gerar.

campo, enquanto que o *agrário* se relaciona ao aspecto econômico e produtivo do espaço. Diante disso, veremos que a *El Agrícola* compõe e atua no meio rural, contribuindo com a vida econômica dos seus associados, ligada intimamente à produção, a partir do seu caráter de seguro agrícola cooperativo. Para além da discussão conceitual, consideramos, principalmente, a própria denominação da cooperativa, quando os seus membros a entenderam como uma cooperativa agrária.

Como já mencionamos em capítulos anteriores, pouca foi a bibliografia específica encontrada sobre a colonização da cidade de Pigüé e da cooperativa ali instalada. Em comparação com a colônia e cooperativa rio-grandense, percebemos a diferença em tamanho da escrita, porém não menos profunda na tentativa de compreensão da constituição da colônia francesa, suas dificuldades e necessidades no meio rural. O presente estudo está baseado em documentos da Província sobre a história do departamento de Saavedra e dados da cidade de Pigüé, traçando analogias com os estudos da Pampa Úmida e do departamento de Tandil, sobre as condições do campo, do trabalho e de imigração.

Utilizamos periódicos de Pigüé e de Buenos Aires, *El Independiente*, *El Reflector* e *La Prensa*. Esse último foi por décadas um diário muito importante no país, com grande circularidade e tiragem, em atividade desde 1869.³ Os dois primeiros foram bem importantes para esta pesquisa, por terem publicações diversas da colônia, incluindo as atividades associativas e cooperativas. São jornais pequenos, de 6 a 10 folhas publicadas semanalmente, no domingo e no sábado, respectivamente. Por certo, não realizamos um estudo da imprensa e sim do conteúdo desses periódicos em relação a *El Progreso Agrícola*. Verificamos que constam publicados os estatutos, balanços gerais e disposições de assembleias gerais da Cooperativa, assim como publicações de elogios. As notícias comemorativas de aniversário da colônia ou da cooperativa também foram examinadas, e percebemos que elas foram publicadas em dois sentidos: o primeiro, para lembrar dos imigrantes fundadores, da colônia ou da cooperativa, destacando

³ Encontramos muitas notícias elogiosas nesse jornal, tanto para colônia quanto para a Cooperativa. Nesse sentido, é importante dizer que o *La Prensa* foi fundado por José Clemente Paz, o qual tinha estreita ligação com Bartolomé Mitre (presidente da Argentina, 1862-1868) e a partir de 1880 assumiu o lado de opositor diante do governo de Julio Argentino Roca (oposição a Mitre) e a política de nacionalização. Roberto Baschetti (2000) destaca o posicionamento do diário contra as greves trabalhistas, que começaram a ocorrer no início do século XX e o “medo” do sindicalismo. Nesse sentido, as iniciativas de instituições associativas e cooperativas, privadas e não estatais, de Pigüé foram difundidas como modelos e inspirações nacionais, conforme trouxemos ao longo desse capítulo.

suas importâncias naquela comunidade; o segundo, como forma de propaganda do próprio modelo de colonização de Pigüé e do sucesso cooperativo. A imprensa como um ator político e formadora de opinião pública proporcionou-nos subsídios sobre a representação da Cooperativa na localidade, construída também a partir das próprias notícias veiculadas. Essas fontes foram melhor exploradas no subitem 5.1.1, que está relacionado às práticas da Cooperativa.

A localidade de Pigüé está inserida no contexto da Campanha do Deserto, de novas terras anexadas e de formação do Estado Nacional argentino, conforme observamos na imagem 16. O Sul, que até então não existia como território nacional, começava em uma zona imensa, ocupada pelos povos nativos, mais de 500 Km da capital da República. A expansão da fronteira foi marcada pela luta e pela sobrevivência: de um lado, os índios; de outro, “a elite predominantemente *criolla*”⁴ (SEEFELD, 1986, p. 205) e imigrantes. Esses últimos estavam conquistando o progresso, cuja palavra de ordem no século XIX era “civilizar”.

A Companhia Ferrocarril del Sud iniciou em 1865 a construção da estrada de ferro até Olavarría e ficou responsável por integrar a via entre Azul e Bahía Blanca, oportunizando melhor e maior mobilidade para as tropas militares no primeiro momento e depois para os deslocamentos de migrantes, possibilitando também o povoamento no entorno da estrada.

Desde os anos finais da década de 1870, a expansão agrária acelerou rapidamente, intensificando as colonizações agrícolas. A Lei 947 de distribuição de terras, datada de 1878, afirmava, em seu primeiro artigo, que a presença indígena impedia o progresso e o acesso do imigrante para trabalhar. A expansão acontecia baseada na colonização de produtores-proprietários. Colonos pioneiros foram praticamente sentinelas para as forças nacionais na luta contra o índio.

⁴ Esse termo é utilizado na Argentina para designar o descendente dos colonizadores, nascidos na América, esse é o entendimento mais recorrente nos estudos da América Espanhola. A noção foi ampliada e passou a definir também aqueles peninsulares que se fixaram em solo americano. No século XIX, devido à mestiçagem, criollo não se refere somente a filhos de europeus, mas também a descendentes de ameríndios e africanos. “En Buenos Aires, después de 1810 las ideas de emancipación y de libertad pusieron de moda el apelativo de ‘africano’, contrapartida de ‘americano’, ambos ‘criollos’, por oposición a los españoles, expulsados simbólicamente de la tierra patria y convertidos en extranjeros: ‘europeos’”. (BERNAND, 2009, p. 20). No Brasil, em geral, o termo não foi utilizado para designar pessoas brancas e, conforme a grafia (crioulo ou crioulo) o seu entendimento era bem diferente, inclusive marcando diferenças regionais. Pode-se encontrar mais sobre esse assunto, em Rezende (2013). De nossa parte, utilizaremos o termo crioulo de maneira geral.

Após 1880, isto é, após a Campanha do Deserto, uma nova fronteira foi impulsionada por militares e financiadores das estradas de ferro (capital britânico), os quais angariavam grandes áreas de terras, e vendiam-nas por preços baixos, atraindo trabalhadores para a capital. A partir de 1890, a estância moderna impulsionou ainda mais a expansão da fronteira à Pampa Úmida. Assim, a sociedade rural formou-se, com grandes proprietários de terras, arrendatários,⁵ peões, *jornaleros* (trabalhadores sazonais).⁶ Os indivíduos ali instalados, imigrantes, brancos ou crioulos, dedicavam-se à produção rural pampeana e protagonizaram eventos significativos da história da Argentina. Os trabalhadores rurais foram invisibilizados na historiografia ou inseridos apenas como vítimas da política oligárquica. (ANDELMAN, 1989, p. 294).

A expansão rural deu-se até onde houvesse terras virgens e consolidava-se uma nova geração de pecuaristas, focados na criação de animais de alta qualidade e, para tanto, era necessária uma boa pastagem, cujo ambiente natural da Pampa não oferecia. Era necessário preparar o solo com alfafa e cereais, principalmente o trigo. Dessa forma, a agricultura começa a se desenvolver, cumprindo o papel fundamental para a pecuária. Ambas atividades difundiram-se simultaneamente após a década de 1890. (ANDELMAN, 1989, p. 295).

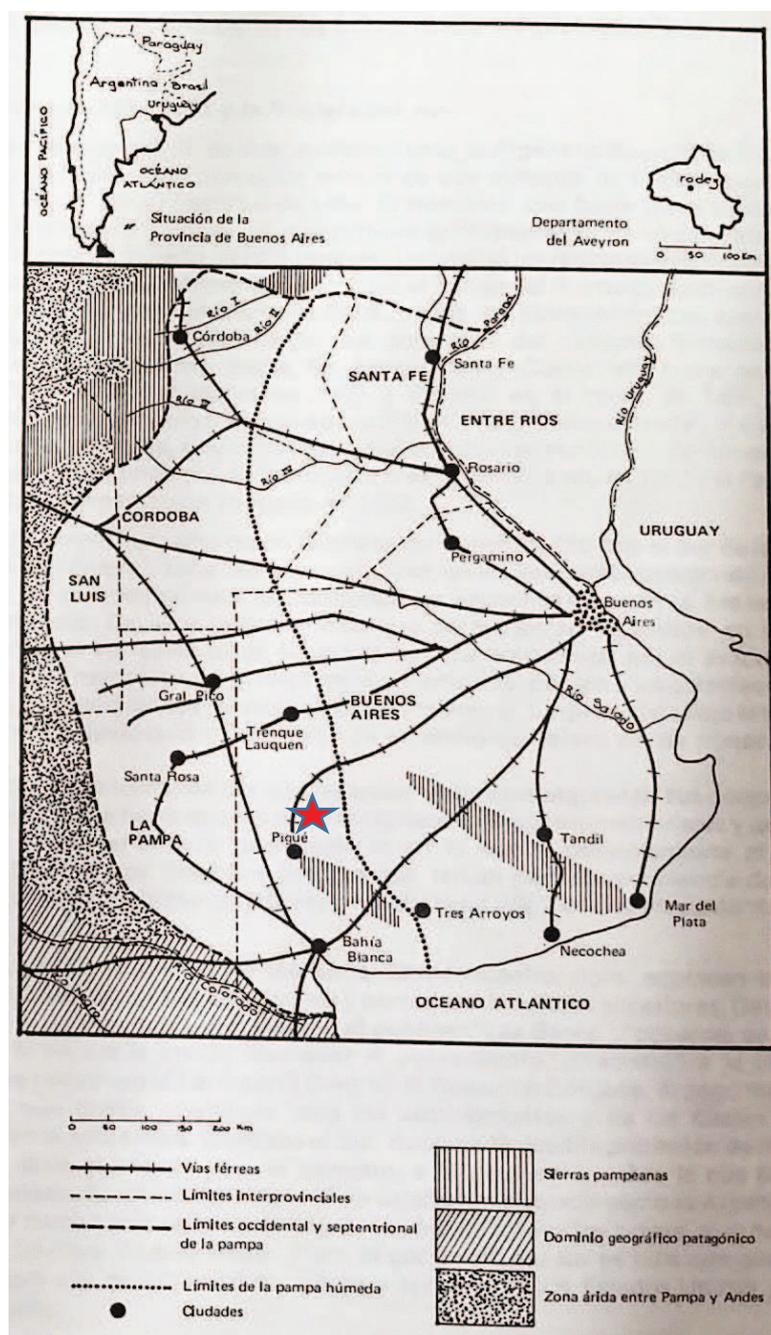
A formação da colônia agrícola de Pigüé e das vizinhas, Arroyo Corto e Sauce Corto (posteriormente Coronel Suárez), ocorreu logo após a guerra contra os índios, correspondendo ao povoamento em uma região que se constituía de constante tensão. O Governo vendeu grandes porções de terras recém conquistadas para os militares e capitalistas, argentinos e estrangeiros, a baixos preços, como desdobramento de um projeto político-social, cuja condição primeira era de povoar. (ANDREU; BENASSAR; GAINARD, 1986, p. 17). Foi, nessas condições, que o Coronel Plaza Montero obteve a concessão de terras e comprou do Estado 275.000 hectares próximos à Serra de Cura-Malal. Vendeu-os, posteriormente, em 1881, para o crioulo, descendente de irlandês, Eduardo Casey. Ele era o intermediário de

⁵ Conforme Adelman (1989, p. 296), “predominaron dos tipos de arrendamientos. Los arrendatarios agrícolas podían pagar una parte de su cosecha al dueño, proporción que dependía de un conjunto de factores como la escasez de trabajadores y el costo de producción en que había incurrido. Por lo general, la renta variaba de un cuarto a un tercio de la producción. Los arrendatarios también podían pagar en dinero por el derecho de arar la tierra. El canon abonado estaba determinado tanto por los precios de la tierra, como por los de los cereales. La elección que hacía el inquilino estaba determinada por su voluntad de aceptar riesgos y por su capital disponible”.

⁶ Uma nova função que surge nesse período de expansão da fronteira, ou se intensifica a partir de 1880. É o trabalhador diarista dos campos.

uma associação de capitalistas ingleses que após conhecerem as condições da compra da terra, desistiram do negócio.

Imagem 16 - Localização de Pigüé

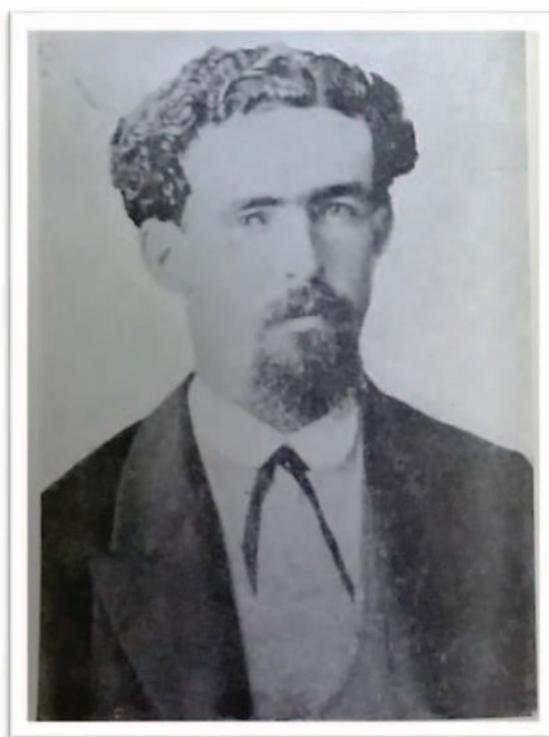


Fonte: ANDREU; BENASSAR; GAINARD, 1986, p. 13. (Destaque de Pigüé pela autora).

Para constituir a nova companhia, Casey contou com recursos próprios, pagando por hectare 20 pesos. Pode contar com recursos de novos sócios, como o inglês Ruciman, e de um empréstimo que obteve no Banco Hipotecário de Buenos

Aires, de 700.000 pesos. Dessa maneira, fundaram a Companhia de Colonização Curamalan. Casey conseguiu ainda negociar com a Ferrocarril del Sud para que o traçado da via passasse por suas terras, comprometendo-se a doar essas extensões de terras e criar três colônias com sua companhia de colonização. Dessa maneira, a via férrea estendeu-se até a Bahia Branca com estações previstas nas futuras colônias de Pigüé, de Arroyo Corto e de Sauce Corto. A estação de Pigüé foi estabelecida em 7 de maio de 1884. (LEVENE, 1940, p. 582).

Imagem 17 - Eduardo Casey



Fonte: MONFERRAN, 1955, p. 32.

Segundo Monferran (1955, p. 99-100), o trem passava uma vez por semana, com viagem entre as estações extremas, isto é, entre a estação Plaza Constitución da cidade de Buenos Aires até a estação Bahía Blanca. As estações de Pigüé e de Alfafa, em 1882, passaram a formar o departamento de Coronel Suárez e, em 1891, passaram a formar o novo distrito de Saavedra.⁷

⁷ Acreditamos ser importante destacar estas divisões geopolíticas da Argentina por serem diferentes do Brasil. As terras de Pigüé pertenciam, desde a expedição de 1879, ao distrito de Tres Arroyos. Monferran (1955, p.107-120), a partir de expedientes e documentos oficiais, informa-nos que, desde 1886, uma Comissão Municipal de colonos foi eleita para solicitar ao governo da província uma nova repartição do enorme distrito de Coronel Suárez. Assim, constituiria um novo distrito em que Pigüé estivesse contemplado, inclusive, com o seu nome. A comissão era composta por Clemente Cabanettes (fundador); Francisco Gay (presidente); Silvano Cabanettes (vice presidente); Alejandro

De acordo com os autores Jean Andreu; Bartolomé Benassar e Romain Gaignard (1986, p. 18)⁸ e com o estudo feito por professores e estudantes da Universidade de Toulouse, Casey ainda necessitava de capital para cumprir o povoamento da região. E, nesse contexto, Clemente Cabanettes tornou-se sócio no empreendimento. A Sociedade entre Eduardo Casey e Clemente Cabanettes foi muito propícia aos dois: ao primeiro porque precisava de capital para manter seus compromissos com a Ferrocarril del Sud e a hipoteca; ao segundo, porque desejava colocar em prática o seu projeto de colonização com seus conterrâneos, após uma experiência frustrada de colonização na localidade de Puán,⁹ cuja campanha¹⁰ de imigração já havia começado em Aveyron. Dessa maneira, ambos julgaram a sociedade vantajosa.

A entrada de Cabanettes na *Sociedade Anónima La Curamalán* envolvia pagamentos anuais na medida que os colonos fossem pagando por suas terras. Organizaram um programa de colonização e um contrato, de modo que Casey não sofresse prejuízos com a fundação da colônia francesa, Pigüé.

A criação do projeto da colônia francesa foi oficializada em 09 de outubro de 1883, e os imigrantes chegaram em Pigüé em 04 de dezembro de 1884. Ao contrário da imigração de Nova Petrópolis/RS que se constituiu com emigrados de diferentes localidades, a de Pigüé foram dois deslocamentos de Aveyron, o de 1884 e outro no período entre 1888-1890. A partir de 1890, os fluxos foram espontâneos e mais

Bras (secretário); Fermín Duránd (tesoureiro). A comissão era responsável por resolver os problemas de municipalidade e representar as mais de 600 pessoas, distribuídas por 127 famílias, que ali habitavam. Reclamavam da enorme distância entre a colônia e as autoridades de Suárez, além da falta de desenvolvimento. O centro da população da colônia estava, a cada dia, crescendo mais com casas comerciais e de serviços, igreja e escola pública frequentada por 90 crianças (meninos e meninas), ainda que Hernán Otero (2012, p. 274) nos alerta que nem todos frequentavam esta escola, sobretudo os pobres. Contudo, o distrito de General Cornélio Saavedra foi criado, e o centro agrícola de Alfafa (mais populoso com 3.957 habitantes) ficou como o centro do distrito. Pigüé foi contemplado com um registro civil no seu centro urbano e já contava com 2.500 habitantes. Até o centro de Saavedra, os piguenses tinham 20Km de distância. (SALAS, 1907, p.61).

⁸ Originalmente em francês, 1977.

⁹ A primeira tentativa de colonização foi na zona norte da fronteira, com a intenção de comprar do Governo aproximadamente 20.000 hectares. Cabanettes chegou a enviar a seu amigo Francisco Issaly à França para um prospecto da colonização, Issaly tinha a intenção de trazer a família e se estabelecer na Argentina, em algumas das colônias agropecuárias que estavam sendo criadas em Santa Fé. Lá, ele já havia iniciado a propaganda e o recrutamento dos colonos, quando o governo provincial de Dardo Rocha não conseguiu cumprir com os acordos firmados para essa imigração. Assim, Cabanettes teve que desistir desta empreitada. (PÉREZ ISSALY, 1992).

¹⁰ De acordo com Margarida Alric (1947, p. 12), “oferecia-se aos colonos 200 hectares de terra que deveria ser cultivada, pagando a dívida com 50% da colheita, no prazo de seis anos. Pedia-se também 5.000 francos à vista para implementos agrícolas, animais de trabalho e sementes”.

diversificados, tendo a colônia recebido italianos, espanhóis, alemães e argentinos. (OTERO, 2012, p. 42-43).

Aportaram, em Buenos Aires, 40 famílias, dentre elas havia a presença de jovens solteiros, prestadores de serviços domésticos, todos somaram 162 pessoas pioneiras da colonização. A emigração foi das regiões de Espalion, Ségala e Saint Geniez do Vale do Lot, no departamento de Aveyron. Entre os pioneiros havia o sacerdote Alexis Doumerge, assistindo à nova colônia espiritualmente, em uma capela improvisada. A paróquia foi inaugurada no ano de 1891 com Esteban Mariezcurrena sendo o primeiro pároco.

Imagem 18 - Vista do edifício principal da administração da Colônia Francesa de Pigüé



Fonte: EL REFLECTOR, 4/12/1909, capa.

Formar uma colônia com lotes distribuídos apenas entre franceses faz com que Pigüé se destaque entre os outros fluxos migratórios, principalmente pela especificidade da localidade, sendo todos emigrados de Aveyron. Hernán Otero (2012, p. 154) salienta que os aveyroneses, em especial, os originários do *Vale do Lot*, são reconhecidos no país pela persistência cultural e étnica que se configurou em Pigüé. Dos múltiplos destinos que tiveram para migrar, 64% dos aveyroneses desse Vale se dirigiram à Argentina, cujo fluxo havia começado timidamente em 1840 e massivamente a partir de 1865 até 1890, chegando ao número máximo entre 1887-1888. “Según el diário aveyrones *Le Pays Noir*, de los 23.330 inmigrantes franceses existentes en Buenos Aires en 1888 unos 2.000 eran de origen aveyronesa”.

A imigração francesa para Argentina tem uma evolução peculiar, no século XX, a possibilidade de tornar-se proprietário de terras diminuiu no país, tornando-se mais atraente outros destinos, como, por exemplo, o Canadá. Conforme Otero (2012, p 117):

De considerable importância numérica hasta de 1890 en relación com las llamadas “migraciones tempranas”, pasó a ser minoritaria cuando comenzó la inmigración masiva. Estos ritmos y evoluciones obedecieron a rasgos propios de la Argentina, como las crisis económicas de 1876 y 1890 y las políticas oficiales de fomentos de 1887 y 1912, pero sobre todo a la dinámica demográfica y social francesa y muy en particular a su temprano descenso de la natalidade que convirtió a Francia en un país de inmigración.

María Inés Fernández (1999, p.50) salienta que a fundação de Pigüé contempla a política imperante daquela época, inspirada na fórmula alberdiana “governar é povoar”. Quem comprasse aquelas terras da fronteira tinha como obrigação “explotar el suelo bajo diversos aspectos, ya sea por poblamiento o por la cria de ganado”.

Antonio Felice, diretor do jornal *El Reflector* (4/12/1909 n. extraordinário) quando das bodas de prata da colônia, publicou a opinião de Cipriano Alric, um dos pioneiros, sobre as dificuldades com o clima: “los principios de la agricultura fueron penosos; el primero año que hizo sembrar Cabanettes la cosecha no hubiera sido mala, pero, la tierra mal arada, por algunos novicios y caballos sueltos, destruyeron los sembrados”. De acordo com Alric, as inconveniências do tempo não permitiram que os colonos pudessem cumprir com os seus compromissos, acordados com Cabanettes. E isso levou a uma tensão entre os sócios e ao aparecimento das desigualdades já nos primeiros anos na colônia.

As dificuldades com o cumprimento do contrato, para adquirir a propriedade da terra, agregaram-se a outros elementos que nos fazem perceber uma sociedade desigual crescente, a partir de 1886. Algumas famílias chegaram apenas com o valor da viagem paga, na esperança de cultivar a terra imediatamente. Outras já vieram com capital suficiente para iniciar o investimento no gado, porco, instrumentos de trabalho e, inclusive, com mão-de-obra. As famílias de Cipriano Alric; de Lucien Cabanettes (irmão de Clemente Cabanettes); de Francisco Issaly; de Adrian Roux e de Francisco Gay logo tornaram-se bem-sucedidas. Puderam comprar vários lotes de 50 a 100 hectares, iniciaram a criação de animais e, com as economias que carregavam, asseguraram os imprevistos climáticos. Francisco Issaly, por exemplo,

no ano de 1887, já contava com alguns bens, em setembro de 1887, conforme Andreu et al (1986, p.43) descreveu: “26 bueyes, 3 vacas, 4 caballos y una yegua, 30 cerdos, 45 pollos, 2 carros y una carreta, una segadora (cosechadora), 4 arados, 2 rastras”. Outro exemplo é o de Alric que chegou em janeiro de 1885 e adquiriu dois lotes de 100 hectares,¹¹ reunindo 350 hectares, em 1905.

Em 1895, o censo argentino aponta 138 proprietários franceses no departamento de Saavedra, localidade em que Pigüé se insere. Nesse sentido, temos que levar em consideração que a grande maioria de franceses deste departamento estavam na colônia de Pigüé. A colônia se desenvolvia em sua grande maioria por agricultores, pequenos proprietários de terras e aqueles em ascensão, que passaram a empregar familiares, e outros, como jornaleiros.

Um dado bastante relevante que verificamos é um número significativo de alfabetizados na imigração francesa, de acordo com o censo de 1895 e de 1914. Em comparação demográfica, Otero (1999, p.144) confirma que 88% dessa imigração sabia, pelo menos, ler e escrever. Um resultado inferior em relação aos alemães e ingleses (100%), mas muito próximo dos argentinos (83%). Além disso, tinham uma média de idade entre 30-35 anos e eram casados.

Retomando a questão das dívidas contratuais crescentes, Cabanettes também não cumpria com o acordo firmado entre ele e Casey. Sendo esse último o sócio majoritário da *Sociedade Anónima La Curamalán*, acabou por retirar Cabanettes da direção da colônia e assumiu os negócios sozinho. Casey chegou a oferecer 50.000 pesos para Cabanettes sair da sociedade. Não obstante, Cabanettes acreditava ter que receber mais do que isso pelo aumento de preço das terras e, assim, não aceitou o valor proposto, sobretudo porque ele tinha no contrato da sociedade 10 léguas de campo, respectivamente onde foi instalado Pigüé. Diante do embate, Cabanettes acabou saindo da sociedade sem nada receber.

Desde então, Casey reviu os contratos de modo que cada hectare passou a ser vendido por 40.000 pesos com juros de 10% no saldo da dívida. Continuou aceitando o pagamento da dívida com a colheita do trigo, a preço corrente. A mudança de contrato em 1886, dificultou ainda mais o seu cumprimento. Casey designou para o cargo de diretor Octavio Ducos; de acordo com Eva Olga Pérez Issaly (1992, p. 74), a nova administração passou a aplicar a lei rigorosamente, o

¹¹Para cada 100 hectares pagavam-se 11 mil francos, em 1884. E para 50 hectares, o pagamento era no mínimo de 3 mil francos. (MONFERRAN, 1955, p. 51).

que acarretou em expulsão de colonos desde 1889. Nesse sentido, poucos conseguiram cumprir o prazo de 6 anos a contar da instalação. Até 1914, ainda havia colonos adquirindo sua propriedade. (ANDREU; BENASSAR; GAINARD, 1986, p. 42).

A descoberta do novo clima, da terra, do cultivo, do aprender a fazer, deve ter assombrado os novos agricultores da Pampa. Ao que parece, se saíram muito bem. Com uma agricultura diversificada, cultivo de alfafa, batatas e cereais, os colonos asseguraram a prosperidade da colônia. Mas o trigo foi o cultivo que garantiu à maioria pagar por suas terras. Selecionamos alguns artigos do contrato de concessão firmado com Cabanettes (PÉREZ ISSALY, 1992, p. 24), conforme lê-se abaixo:

Art. 2º: El Sr..... se compromete a cultivar la propiedad que le há solicitado según las obligaciones estipuladas por los reglamentos que rigen en la colonia y que há tomado previamente conocimiento y de sembrar cada año el mínimo de cuerdas indicadas em el cuadro n. y que son de

Art. 3º Durante los seis primeros años de cosecha la mitad de ella pertenecerá al Sr. Cabanettes y la otra mitad al Sr.....

Art. 6º El Sr. Cabanettes será exclusivamente encargado de proveer las maquinas de trillar y cortar el trigo a um precio de 2 % mas bajo que aquellos establecidos en el país por el mismo objeto.

Art. 8º El Sr. Cabanettes será encargado de vender la cosecha durante los seis primeros años del presente contrato mediante una comisión 3% del precio convenido entre él y el Sr...

O cultivo do trigo, inclusive, estava em contrato: no primeiro ano, 10% das terras deviam ser semeadas; no segundo ano, 20% e, assim, sucessivamente até chegar a 60% ao final do prazo de seis anos. A cultura desses produtos está em consonância com a expansão agrária que Jeremy Andelman (1989, p. 295) nos fala, isto é, produzir não só para subsistência, mas também para alimentar o gado, desenvolvendo-se simultaneamente a pecuária e a agricultura.

Dessa maneira, destacamos a primeira dificuldade dos imigrantes franceses, a efetivação da propriedade da terra. Ainda que o contrato tivesse algumas vantagens para o colono, precisavam vencer as circunstâncias climáticas e as pragas que resultaram em más colheitas, entre 1885 e 1886. Situação essa que se repetiu em outras colônias, principalmente a seca.

A partir de 1887, três anos após a fundação da colônia, o *pueblo* de Pigüé começa a se desenvolver. O centro industrial e urbano cresce nos arredores da

Estação Pigüé com a criação do *Molino Harinero*. A vida comunitária constituía-se com a construção da primeira escola étnica confessional para meninas, em uma cidade que se constituía majoritariamente católica, dirigida pela Congregação das Irmãs do Menino Jesus, em 1888. A área urbana foi marcada pelo centro administrativo, pela igreja, pelo armazém, pela *Sociedade Mutualista La Fraternelle* e algumas casas de serviços, com ruas e duas avenidas muito amplas. Pigüé também contava com uma agência consular francesa, desde 1891, tendo Cabanettes como responsável. No censo de 1895, as profissões na região urbana apareceram diversas como, agricultura, comerciantes, jornaleiros, sem contar as profissões especializadas, como padeiro, sapateiros, pintores, modistas, ferreiros, carpinteiros, artesãos e *carreros*.

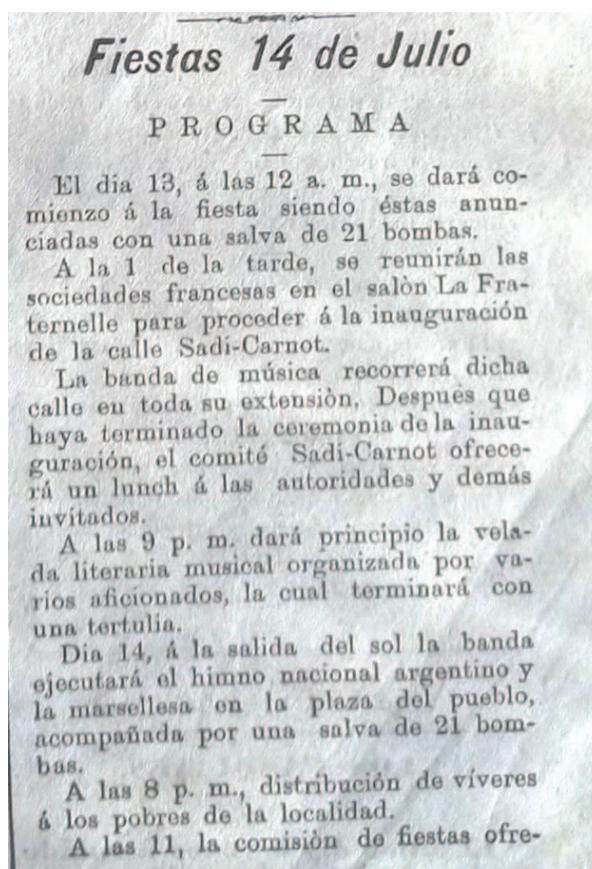
A colônia de Pigüé carrega, desde sua formação, a cultura e a identidade étnica, claramente reconhecidos pela estrutura e organização do espaço social. Contudo, apesar de os franceses terem sido a maioria na colônia, outras nacionalidades firmaram-se na colônia e constituíram também seus laços comunitários, como os imigrantes espanhóis e italianos. Os primeiros criaram em 1894 a Sociedade Espanhola de Socorro Mútuo, seguida da Sociedade Italiana de Socorro Mútuo *La Fratellanza*, em 1901 (uma sucursal de Unione e Lavoro foi criada também em 1894). Além disso, a *Fraternidad Española* foi fundada em 1910 na colônia, transformando-a em um centro associativo.

É importante destacar que, o caso de Pigüé, contribui para a discussão sobre a integração nacional dos imigrantes na Argentina.¹² Embora Pigüé tenha recebido grupos étnicos que não franceses, o centro da colônia agrícola mantinha uma identidade e um *habitus* francês constantemente retroalimentado: pela língua, pela educação e pelas comemorações francesas. Tinham em Pigüé uma autoridade como Clemente Cabanettes, exercendo o cargo de agente consular da França, o qual também era presidente honorário da *Sociedad Mutualista La Fraternelle*, uma

¹²A Argentina é um país, defendido por alguns autores, como aquele que materializou o *crisol de razas ou melting pot*, isto é, onde se concretizou o processo de assimilação. Outros autores defendem o *pluralismo cultural*, considerando a existência de coletividades. Tratando-se de imigrantes franceses, destacamos o estudo de Ruth Seefeld (1986, p. 219) sobre a inserção social de imigrantes (espanhóis, franceses, ingleses e italianos) na cidade de Buenos Aires. Ela observou a partir de dados matrimoniais que, “[...] los franceses, que constituyen según las creencias más generalizadas una de las muy cerradas ‘colectividades de elite’, son en realidad el grupo cuyo comportamiento, en la Capital, entre 1860 y 1923, mejor abona la hipótesis de integración social más afin al modelo de “crisol de razas”. Seefeld ressalta que, os franceses constituíam o grupo mais exogâmico de todos os observados. Sobre franceses no sul da província de Buenos Aires, ver Otero (1994).

associação mutualista étnica fundada em 15 de novembro de 1891. Essa Sociedade realizava banquetes oficiais e uma programação completa no dia 14 de julho (Dia da Bastilha) desde 1892, conforme foi registrado no jornal *El Orden* (1934, p. 9), em virtude do cinquentenário da colônia. Aproveitava-se essa data para inaugurar ruas e prédios, sendo esses momentos acrescentados na programação do dia, a qual era divulgada nos diferentes periódicos que circulavam na cidade, como evidenciamos na imagem 19 sobre a informação dada no *El Independiente*, em 1901.

Imagem 19 - Programação da Festa de 14 de julho



Fonte: EL INDEPENDIENTE, 07/07/1901, p. 2

A colônia conservou muito dos seus costumes, arquitetonicamente e linguisticamente, por duas ou três gerações, pelo diálogo com autoridades e instituições francesas que se manteve e, principalmente, pela educação. Dentre as imigrações francesas para Argentina, Pigüé é um caso emblemático. “En resumen, en el Pigüé del 1900, enseña francés, se consume francés, se siembra francés, y se da a luz francés...”. (ANDREU; BENASSAR; GAINARD, 1986, p. 112).

A primeira escola de Pigüé foi criada por Cabanettes em 1885, e sua primeira professora Julie Bras ensinava em língua francesa. Até 1913, Pigüé contava com quatro escolas étnicas. Críticas a essas escolas foram tecidas desde o início dos anos 80, sobretudo, por Domingo Sarmiento, em periódicos da época. O argumento do ex-presidente, intelectual e superintendente de Escolas durante o Governo de Julio Roca, era sobre a formação nas escolas comunitárias italianas o qual se estendeu, nessa década, para outras nacionalidades. Sarmiento acreditava que as ambições étnicas poderiam colocar em risco a campanha de Estado nacional. (OTERO, 2012, p. 281).

O Estado com sua política de nacionalização alcançou a colônia de Pigüé rapidamente com uma escola primária em 1893, cujo ensino deveria ser na língua nacional. Em 1908, a colônia já contava com a segunda escola primária pública. O ensino tornou-se estatal, gratuito, obrigatório e laico na Argentina com a Lei n. 1420 de 1884. Assim, a educação assumia o papel de integração republicana nacional, sendo utilizado somente o espanhol. A geração de 80, intelectual, positivista e com espírito laico, cumpria o seu intento de unificar por meio da educação. A partir do Primeiro Congresso Pedagógico Argentino,¹³ realizado em entre abril e maio de 1882, a escola pública passou a ser pensada como instrumento de “argentinizar”, imigrantes e nativos. De acordo com Marlon Bessa Mendes da Rocha (2011, p. 184),

A emigração europeia ocorrida em larga escala especialmente nesse período logo se constituiu em ameaça à formação da cidadania nacional. Assim, qualificar o ensino comum, tornar os prédios escolares higienicamente saudáveis, enfrentar a questão da repetência escolar, a qualidade e acessibilidade do material didático, nacionalizar o conteúdo curricular foram questões que desafiaram aquela geração que estava à frente do Estado. A obrigatoriedade escolar foi uma das questões que se colocou nesse bojo, com a finalidade precípua de enfrentar a descrença da população numa instituição (a escola) que ainda não havia se afirmado socialmente como necessária na consciência popular, além de sofrer as resistências das famílias acostumadas a utilizar os filhos, ainda em idade escolar, na sobrevivência familiar.

¹³ “Concurrieron más de 250 delegados y participaron las figuras más importantes del elenco político e intelectual de la época. Fue convocado por el ministro de Educación Manuel Dídimo Pizarro y por Domingo Faustino Sarmiento, quienes discreparon sobre su composición y metas. El Congreso debatió acerca de las ideas y principios que debían regir la educación pública. Sus resoluciones suelen considerarse un antecedente de la legislación escolar nacional (Ley 1420) y el hito que le dio legitimidad”. (BIBLIOTECA DE MAESTROS, Disponível em: <https://bit.ly/2qcdYTm>. Acesso: 10/01/2017). Sobre essa Lei, destacamos que foi a primeira a fazer menção ao cooperativismo no país, buscando promover a fundação de sociedade cooperativas de educação e bibliotecas populares, conforme nos mostra Daniel Plotinsky. 2010).

Na década de 1890, o Estado iniciou uma campanha de naturalização do imigrante. Deputados elaboraram e discutiram projetos, procurando responder aos anseios políticos de imigrantes. Havia muitos estrangeiros nos países, com grande fluxo de entrada. Muitos não demonstravam interesse em permanecer, pois vinham com o interesse apenas de trabalho, inclusive europeus, com destaque para os italianos, sendo o grupo mais numeroso, pois configuraram o grupo que mais retornou para “casa”.

Romolo Gandolfo (1991, p. 25-26) destaca que a Lei de 1869 já dava conta de conferir cidadania ao estrangeiro apenas com manifestação de vontade frente ao juiz federal, mas não deixava claro que para ser naturalizado e cidadão argentino precisaria abdicar de sua nacionalidade original, ou que essa aquisição era incompatível com a conservação da outra. Era necessário apenas ter dois anos de residência no país. Sobre os direitos políticos, os imigrantes gozavam virtualmente dos mesmos direitos. Os poucos que se naturalizaram eram vistos com desconfiança e desprestígio, aqueles que não o fizeram não eram penalizados.

Os anos de 1880, sob o governo de Julio Argentino Roca e Miguel Ángel Juárez Celman foram de expansão ao interior, construção da unidade nacional e intenso fluxo imigratório. Se no início tinham algum apoio dos imigrantes, ao final da década, com frequentes crises econômicas que afetaram a todos (trabalhadores, comerciantes e proprietários de terras), já não podiam contar mais. (GANDOLFO, 1991, p. 30).

A questão da naturalização e da cidadania estrangeira automática, a exemplo do Brasil, tornou-se um elemento partidário e de tensão entre os imigrantes italianos, conforme o estudo de Gandolfo (1991, p. 48), mas que reflete os anseios da massa estrangeira. Opositores do Governo, o partido político *Unión Cívica Radical* (UCR)¹⁴ fundado em 1891 sob a liderança de Leandro Alem, passaram a pedir apoio de nativos e de imigrantes, conspirando uma revolta contra o Governo e distribuindo armas aos partidários. Após o confronto e a vitória política da UCR, conseguindo a renúncia do presidente Juárez Celman, a naturalização estrangeira voltou a ser pauta no Congresso, cujo o número de imigrantes era cada vez maior no país. No

¹⁴Conforme Ricardo Falcón (2000, p.11), “primer partido político argentino por su centralización nacional y su organización de tipo territorial, al mismo tiempo se presentaba como un heterogéneo movimiento de masas, que sustentaba ese conglomerado en escasas definiciones programáticas, sobre todo en el plano económico”.

governo de Carlos Enrique José Pellegrini Bevans, o vice que assumiu após a renúncia do Partido Autonomista Nacional (PAN), a pauta começou a ganhar força nas ruas e no Congresso.

Gandolfo nos mostra a exemplo da participação de imigrantes italianos que, apesar do debate importante iniciado na década de 1890 e das promessas distritais e regionais de naturalização do estrangeiro, nem a UCR e nem o PAN tinham condições de atender às promessas feitas. A fragilidade da estrutura eleitoral foi o único ponto em que Governo e opositores concordavam. Também, nesta década houve a tomada de consciência dos estrangeiros sobre participação política indireta ser insuficiente pelos canais tradicionais e que precisava ser mudada. No entanto, uma nova fase da política argentina iniciava-se sem a participação dos imigrantes.¹⁵

Verificamos que, na Argentina, a participação política da sociedade civil foi reivindicada pelos imigrantes em primeiro lugar, os quais organizaram associações mutuais no intuito dessas serem representativas e culturais. (SABATO, 2002, p. 107). Em Pigüé, não tivemos acesso a documentos que nos mostrassem participação associativa na reivindicação do direito ao voto imigrante, no final do século XIX. Mas podemos observar que a Comissão Municipal, por exemplo, criada em 1886, procurou articular com as autoridades as necessidades da colônia, assim com havia associações étnicas na cidade desde a década de 1890.

Desse modo, a vida comunitária de Pigüé desenvolveu-se, em grande medida, com pequenos proprietários de terras e trabalhadores agricultores os quais, na virada do século, enfrentaram problemas a nível colonial e nacional: as intempéries climáticas, a inclusão no modelo agroexportador e as insatisfações do homem do campo. Se culturalmente a integração nacional foi um pouco mais lenta

¹⁵Com a reivindicação dos estrangeiros por mais participação política e manifestações de forma organizada por parte de associações étnicas, sindicatos e grupos anarquistas, o Estado passou a conceber o imigrante de duas formas contraditórias ao adentrar no século XX. De acordo com Suzana Novick (1986, p. 244-245), de um lado, o imigrante era o sujeito que cumpria com o projeto modernizador, do progresso e da civilização do Estado, cujos direitos e deveres estavam definidos desde 1876, com a Lei de Avellaneda, n. 817 de 06 de outubro. Por outro lado, o estrangeiro foi visto como suspeito, indesejado e perigoso, tendo entre eles numerosos opositores ao Governo. A Lei n. 4.144 de 22 de novembro de 1902, chamada *Lei da Residência*, autorizava a expulsão do país de qualquer estrangeiro por motivos políticos, assim como, podia impedir o ingresso ao país se os antecedentes de ordem pública não fossem satisfatórios. Contudo, a ambiguidade de concepção aferida, na norma de 1902, não interferiu na política nacional migratória. O fluxo imigratório, pelo contrário, já se sabe que se intensificou massivamente até 1914, assegurando a mão-de-obra indispensável para o modelo agroexportador e estrutura social argentina. No Brasil, a lei que tratava da expulsão de estrangeiros do território nacional brasileiro era o Decreto 1.641, de 07 de janeiro de 1907, a *Lei Adolfo Gordo*. O imigrante poderia ser expulso por qualquer motivo, cujo entendimento fosse de comprometimento da segurança nacional ou da tranquilidade pública.

ou em paralelo com o desenvolvimento da cultura francesa, a integração econômica da colônia foi mais rápida, podendo contribuir por meio do cultivo de cereais. Nesse sentido, o desenvolvimento da colônia dependia do desenvolvimento da agricultura. O seguro e o crédito agrícola, para o enfrentamento das perdas, foi o principal motivo para criação de uma cooperativa, e o granizo foi o elemento climático que mais assombrou os pigüenses à época, lembrando que estão muito próximos da *Serra de Cura-malal*. Eles contavam com indenizações reconhecidas por seguradoras da cidade de Buenos Aires (BA), porém, eram escassas, tardias e com maiores tarifas. (PLOTINSKY, 2009b).

A *El Progreso Agrícola de Pigüé: Sociedad Cooperativa Mútua de Seguros Agrícolas y Anezos Limitada* foi fundada por 51 indivíduos. Destacamos Esteban Miguel Simón e Cipriano Alric, os quais iniciaram as primeiras reuniões de consulta popular sobre a possível criação de uma cooperativa. Os principais argumentos utilizados por eles para conseguirem adeptos eram sobre a prevenção dos prejuízos climáticos e a obtenção de crédito para os danos por outro meio que não fosse o estatal. A forte tempestade de granizo de 1897 destruiu grandes proporções da lavoura. Ela atingiu praticamente toda a região da campanha, os prejuízos atingiram, inclusive, as empresas seguradoras. Nesse contexto, “logo a ideia foi acolhida e recebeu o apoio do fundador da colônia Clemente Cabanettes, para o então projeto sair do papel e materializar-se”. (ARMERO SIXTO, 1973, p. 86-87). Sobre as seguradoras, o jornal *El Independiente* (25/05/1910, p. 6) registrou:

Éste sistema [a El Agrícola] desalojó en breve à la compañías de seguros que extraían anualmente de la industria agrícola ingentes sumas, á cambio de beneficios limitados y problemáticos, echando las bases, del verdadero credito agrícola. Pronto pudieran apreciarse e las ventajas del sistema cooperativo mútuo y “El Progreso Agrícola” además de hacer la función económica de la compañía de seguros, ensayo el préstamo como operación de crédito agrícola personal entre sus asociados.

O grupo que se reuniu para pensar em solucionar e/ou diminuir os problemas de perdas das colheitas assinou a ata e o estatuto da Sociedade em 1º de outubro de 1898, os nomes seguem listados: Esteban Miguel Simón; Cipriano Alric; Adriano Alric; Augusto Alric; Augusto Bras; François Bras ; Joseph Ginest; Juan Simpson; Augusto Vigouroux; Adrian Roux; Augusto Roux; Enrique Olivier; J. F. Durand; Calisto Durand; Cryssials; Silvano Cabanettes; Clemente Cabanettes; Manuel Plá; José Plá ; Juan Bautista Filhol; Pedro Vergnes; Juan Litre; Augusto Andrieu; José

Frayssinet (padre); Enrique Frayssinet; Adrian Mouly; José Blanc; Juan Blum; Pedro Oletta; Alberto Suau; Pedro Simon; José Tourrette; Antonio Issaly; Florent Issaly; Javier Martin; Juan Lafferrayrie; Luis Bernabé; Juan Gayral; Bautista Cassagnes; Luis Cassagnes; Julio Cassagnes; Enrique Cassagnes; Esteban Vialettes; León Tranier; Remídio Galtier; Santinio Canitrot; Enrique Fraysse; Amadeo Privat; Roberto Delbec; Francisco Gay; Pedro Bertrand.

Definiram a cooperativa (ACTA DE FUNDACIÓN E ESTATUTO, 01/10/1898, p. 3, grifo da autora) assim:

Es una Sociedad de Seguro Mutuo à prima fija contra la piedra para cosechas en pie, formada por y para los agricultores, la que responde à sus verdaderos intereses, que forman su capital, vigilan su administración, examinan los acuerdos de indemnización a los que son siniestrados y se reparten anualmente el capital sobrante, después de cubiertas las atenciones corrientes de la Sociedad, ayudándose entre sí con préstamos a un interés prudente cuando entre cosecha y cosecha lo permita el estado de la Institución. Sin capital anónimo, todo es de ellos y para ellos, realizando los fundadores el acto de reunir para la ayuda mútua en frente del peligro común, a todo los agricultores.

Diante desse trecho do estatuto, temos uma cooperativa de seguro que se compromete com empréstimos aos seus associados quando liquidados seus compromissos e a distribuição das sobras para os sócios. De princípio, só poderiam ser sócios os moradores de Pigüé.

Os fundadores possuíam conhecimentos prévios sobre o cooperativismo, ou seja, não estavam alheios às experiências cooperativas no mundo, sobretudo as francesas, pelo frequente contato com o país natal, principalmente, Esteban Miguel Simón, que consta na ata como o responsável por apresentar o projeto de construção da cooperativa. Assinando somente como Miguel Simón, ele foi o redator da ata e dos primeiros artigos do estatuto constituinte. O objetivo da criação da cooperativa foi de resolução de um problema em comum, com princípios cooperativos, que podem ter sido dos bancos populares de Charles Rayneri, das caixas rurais de Louis Durand, fazendo adaptações para o contexto argentino.

A cooperativa nasceu de uma iniciativa espontânea, por isso mostra em seu estatuto elementos cooperativos de responsabilidade ilimitada, como a não cobrança de um capital inicial e o fortalecimento da solidariedade. No entanto, os membros da Cooperativa optaram pela responsabilidade limitada, como o próprio Código do Comércio orientava. De outro modo, cada um era responsável por seu capital e suas

ações. Nesse sentido, ressaltamos que a Cooperativa se aproximava do pensamento de Charles Gide, o economista e teórico francês do cooperativismo, o qual ganhava força desde 1886 e defendia o capital formado por ações. Ele se preocupou em devolver sobras aos seus associados, em acordo com o capital investido, ou seja, quotas partes, assim como iniciou a prática da El Agrícola. Assim, “los restituye a los compradores a prorrata de sus compras, es decir, en proporción a sua fidelidade al negocio social”. (GIDE ,1929, p.9). Essa era uma das defesas de Gide, como uma conquista social para o exercício da solidariedade cooperativa. (FRANKE, 1973, p. 20).

Sobre a constituição interna de uma cooperativa Gide (1929, p.8, grifo da autora) afirma:

Hay que ver una especie de gran familia. La cooperativa, como una buena madre de familia, compra para todos los miembros de la asociación, todo lo que cree que ellos necesitan, reparte entre ellos, las provisiones, haciéndose pagar luego, lo que ella le ha adelantado. Pero diferenciándose del comerciante, la cooperativa no hace ese oficio para ganar, ella no tiene otro objeto que el de servir a cada uno de sus miembros lo mejor y más económicamente posible.

Alguns autores indicam que o conhecimento de Miguel Simón provem dos ensinamentos de Charles Gide. Carlos Armero Sixto (1973, p. 7) afirma que Gide orientou a criação da cooperativa, assegurando, dessa maneira, princípios cooperativos e afastando qualquer possibilidade de tornar-se uma associação mutual trabalhista. Javier Alejandro Salminis (2010, p. 13) também afirma, inclusive, que quem escreveu o Estatuto Social foi Gide.

Não identificamos a participação de Charles Gide na elaboração do estatuto, ainda assim, acreditamos que o contato possa ter existido pela grande comunicação que havia entre a colônia de Pigüé e a França, desde sua fundação, além de identificarmos elementos do pensamento de Gide nos próprios estatutos. Aliás, são elementos que vão ao encontro da cooperativa a qual inspirou Gide e o mundo, os Pioneiros de Rochdale. No livro escrito pela própria instituição (EL PROGRESO AGRÍCOLA, [ca.1973]), em comemoração aos seus 75 anos de exercício cooperativo, se lê que,

Don Esteban Miguel Simon fue redactor del acta. Comprometida la decisión se sus pares, tuvo el buen tino de buscar los antecedentes indispensables para una acción de tamaña envergadura y consultar a expertos en la materia, a fin de que los resultados estuvieran a nivel de la trascendente faena impuesta. Entre quienes contribuirán con su

sabiduría y calidad humana, figura un economista y sociólogo, el cooperador francés, Charles Gide, cuyo nombre ya poseía en aquella época renombre y prestigio universales.

Se a El Agrícola era mutual pela sua finalidade, agrária ou rural, são querelas que persistem ainda hoje. O fato é que, estudando seus estatutos, a percebemos como uma cooperativa muito próxima das orientações de Gide e das cooperativas de crédito. No entanto, ela é mencionada nos estudos sobre cooperativismo rural apenas como precursora do cooperativismo de seguro, muito brevemente.

É importante frisarmos que o seguro agrícola funcionava normalmente nas associações mútuas e com as cooperativas de crédito. Era comum essas instituições atuarem simultaneamente, até mesmo, com as cooperativas de consumo, quando do início e desenvolvimento do associativismo, no século XIX e virada para o século XX. Com a El Agrícola não foi diferente, ela já iniciou com uma proposta de empréstimo a partir do fundo de reserva e com o seguro agrícola, abarcando, portanto, essa última função, reconhecida como genuinamente mutualista. Além disso, a confusão legislativa colabora para o seu não entendimento cooperativo. Foi preciso se adequar ao Código do Comércio, em vigor desde 1889, o qual não legislava especificamente para reger as cooperativas, pois elas foram entendidas no âmbito das associações mútuas. Essas tinham que obter um reconhecimento jurídico de sociedade anônima ou companhia, mesmo que se autodenominassem cooperativas, conforme vimos no capítulo 3 desta tese.¹⁶

A singularidade da cooperativa *El Progreso Agrícola* está na sua prestação de serviço não estar associada a nenhuma outra entidade. Em meio a agricultores, ela poderia ter sido uma associação ou cooperativa de produção ou de consumo, no entanto, o seguro contra granizos era uma urgência local, e se fez necessária a união de esforços, exclusivamente, para superá-la. Diante dos prejuízos ocasionados, os agricultores tiveram um fator em comum para se organizarem coletivamente. Justificaram assim (ACTA DE FUNDACIÓN E ESTATUTO, 01/10/1898, p. 4):

¹⁶Sobre a história do cooperativismo agrário, marco institucional e fundamentos, com foco na província de Entre Ríos, ver: López, 2012. Nessa Província, foi realizado o primeiro *Congreso de Cooperativas Entrerrianas*, em 1913, reunindo 12 cooperativas. Esse Congresso transformou-se em uma primeira assembleia cooperativa de segundo grau da Argentina.

El seguro en todas sus manifestaciones está universalmente reconocido como de inmensa utilidad, como un gran adelanto de nuestro siglo, particularmente en la parte que se refiere a la agricultura y en la forma en que lo establece “El Agrícola de Pigüé”.

Para se associar, era necessário somente ser agricultor, conforme a afirmação “formada exclusivamente por e para agricultores”, não se cobrava nenhum capital inicial, de acordo com o texto que segue (ACTA DE FUNDACIÓN E ESTATUTO, 01/10/1898, p. 4, grifo da autora):

Formada exclusiva por y para los agricultores, no cobra ninguna prima, sino después de recogido el fruto o vencido el plazo del seguro. En caso del siniestro, indemniza sin que el siniestrado haya satisfecho cantidad alguna por cuota de riesgo y cuyas operaciones pueden ser examinadas como y siempre convenga a todos los asegurados que constituyen el consejo de vigilancia de la Sociedad, centinela avanzado de sus propios intereses.

Nos artigos 2 e 3 do seu primeiro estatuto, encontramos o prêmio fixado em 4,5% da soma assegurada. O assegurado deveria pagar pelo seu seguro até dia 15 de março, do próximo ano, com duração de apólice de 12 meses, a contar de 1º de novembro de 1898. A data do dia 15 ficou fixada como prazo limite para pagamento sucessivamente. (ACTA DE FUNDACIÓN E ESTATUTO, 01/10/1898, p. 5).

Tendo a assembleia aprovado os primeiros artigos que regulavam a sociedade, elegeram-se, para ocupar a primeira direção, por dois anos, os seguintes membros: de presidente, Adrian Roux; de secretário, Clemente Cabanettes; de tesoureiro, Esteban Miguel Simón; de *vocais* (função consultiva que pode substituir alguma das funções da diretoria), Cipriano Alric e Joseph Ginest.

Na assembleia de 1º de novembro de 1898, criaram também uma comissão de avaliação de sinistros, composta por: Jose P. Casella; Joseph Ginest e Juan B. Filhol. Eles seriam os peritos nos casos de sinistros, sendo consultados sempre que necessário pelos lavradores associados. Quando da necessidade de se utilizar o seguro, esta comissão tinha a função de conceder ao assegurado uma espécie de autorização, para que, em acordo com o estabelecido em estatuto, o sócio recebesse o seu seguro. (ACTA DE FUNDACIÓN E ESTATUTO, 01/11/1898, p.13).

A ideia de salvaguardar e defender a lavoura foi expressa na constituição da imagem símbolo da sociedade, que podemos conferir na imagem 24. Ela foi elaborada com um grande guarda-chuva, protegendo a colheita de cereais, uma representação bem sugestiva dos seus objetivos, isto é, agregar e assegurar o

trabalho de maneira coletiva, pela ajuda mútua. O sentimento de desamparo financeiro, devido às frequentes ocorrências climáticas, foi o que impulsionou os agricultores de Pigüé a unir esforços. A El Agrícola foi a primeira cooperativa de seguros do país, e suas funções procuravam atender às necessidades financeiras dos produtores para assegurar a colheita.

Imagem 20 - Adrian Roux 1º presidente (1898-1900)
Imagem 21 - Clemente Cabanett 1º secretário (1898-1900)

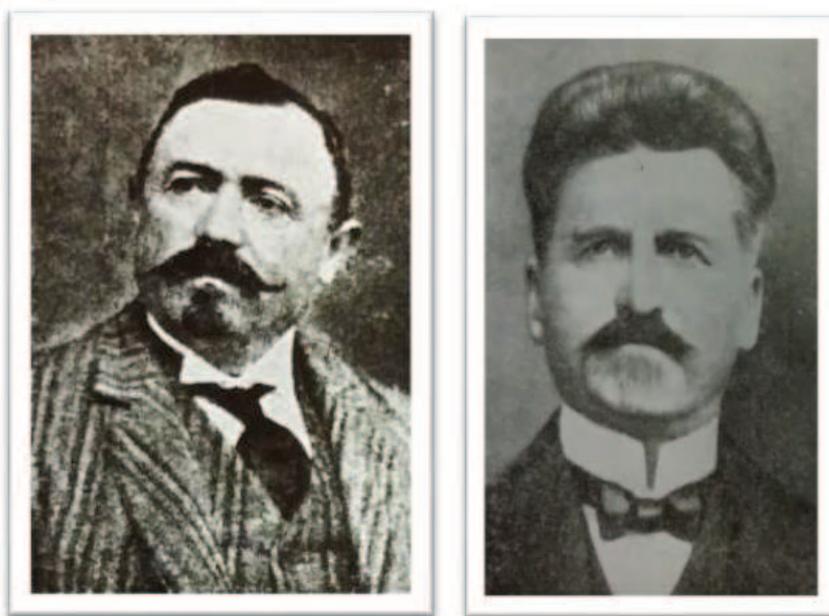
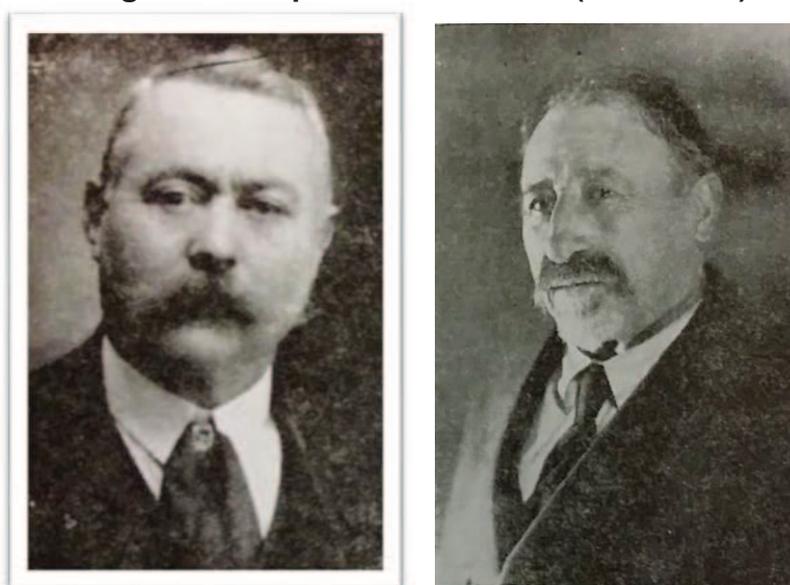


Imagem 22 - Esteban Miguel Simón Tesoureiro-Gerente (1898-1900)
Imagem 23 - Cipriano Alric Vocal (1898-1900)



Fonte das imagens 20-23: EL PROGRESO AGRÍCOLA [ca.1973].

Outras entidades financeiras, bancárias, do tipo cooperativas, foram forjadas na Argentina desde 1887 até 1912, reconhecidas como *Bancos Populares*. Segundo Daniel Plotinsky (2002), esses bancos populares estavam baseados na experiência da cooperativa de crédito do italiano Luzzati e do alemão Schulze-Delitzsch. Sobre os bancos populares na Argentina, importa-nos retomar a experiência do RS. Hugo Metzler sugeriu, em seu discurso de 1899, quando da intenção de se fundar uma cooperativa em Nova Petrópolis/RS, seguir o exemplo argentino da cooperação. Acreditamos que tenham sido essas experiências de bancos populares que influenciaram de alguma maneira, Metzler, pois as Caixas Rurais foram criadas em solo argentino mais tarde, entre 1911 e 1915.¹⁷

Imagem 24 - Paraguas: Símbolo da cooperativa



Fonte: EL PROGRESO AGRÍCOLA, [ca.1973], capa.

A falta de um banco em Pigüé foi motivo de reivindicação ao Governo e de tensão com as cidades vizinhas. A instalação de uma sucursal do *Banco de la*

¹⁷“Entre 1911 y 1915 la Liga [Liga Social Argentina] fundó Cajas Rurales de Crédito en las provincias de Buenos Aires (Chacabuco, Conchitas, San José de Quilancita), Santa Fé (Arteaga, Colonia Ana, El Trebol y Roldán) y Córdoba (Cabrera, Playosa y Sampacho), si bien nunca alcanzaron a tener un gran desarrollo. A estas Cajas Rurales solo podían asociarse los campesinos ricos de las zonas agrarias, no pudiendo participar sectores urbanos”. A Liga tinha como objetivo difundir os ideais social-cristãos, mediante a criação de cooperativas Raiffeisen. (PLOTINKY, 2002, p. 6).

Nación (criado em 1891) em Puán, na virada do século, aqueceu os ânimos de alguns líderes coloniais. Cabanettes manifestou-se questionando porque tinha que ser em Puán essa instalação, uma vez que os trabalhadores retornavam às suas casas em Pigüé. Cabanettes referia-se às possíveis influências políticas de Puán, destacando que o dinheiro estava em Pigüé. Isso não quer dizer que Cabanettes não reconhecesse o progresso do centro agrícola Puán, contudo, frente à escolha do Estado por Puán, ele procurou demonstrar que Pigüé merecia mais. Com a consciência da força econômica crescente da colônia ao sudoeste da província, os pigüenses buscavam afirmação e reconhecimento. Era necessário chamar a atenção da capital da província, La Plata.

Sem sucesso no conflito, os colonos criaram o Banco Agrícola de Pigüé (BAP),¹⁸ em 1905, o qual alcançou grande importância na localidade e chegou a acumular um capital de mais de 1 milhão de pesos. Conforme registrado no jornal *La Prensa* (21/07/1911), o BAP não conseguiu suprir as necessidades locais, mesmo que em seu primeiros anos tenha tido êxito em suas funções, dando crédito aos agricultores e renovando os vencimentos até a próxima colheita, em caso de má safra. Os colonos puderam também fazer tramitações com garantia hipotecária, por meio do BAP, pois essa condição a cooperativa El Agrícola não oferecia. Somente em 1911, Pigüé recebeu uma sucursal do Banco da Província, no departamento de Saavedra, ganhando mais possibilidades de operações de crédito, sem precisar deslocar-se até a capital.

O BAP exerceu suas atividades até 1917, muito similar aos bancos populares da província, isto é, a uma cooperativa de crédito, no modelo de Schulze-Delitzsch. Estava dedicado aos comerciantes e à indústria agrícola. Ao encerrar suas atividades passou seus fundos para a Sociedade de Beneficência de Pigüé, sendo instalado no mesmo prédio a primeira sucursal do Banco de la Nación, em Pigüé.¹⁹ (LEVENE, 1940). Possuía no seu quadro diretivo integrantes da cooperativa El

¹⁸Na lista de bancos particulares e estrangeiros da Argentina, elaborada pelo economista Mujica Farias (1919) não consta referências ao Banco Agrícola de Pigüé, o que nos faz acreditar que esse era um banco popular aos moldes de uma cooperativa.

¹⁹É importante que frisemos que, ainda que tivesse uma expansão do setor primário e um crescimento econômico, o crédito agrícola não foi incorporado de imediato. Conforme afirma Andrea Lluch (2006, p. 138-139), foram implementadas escassas linhas oficiais de crédito, durante as três primeiras décadas do XX, talvez por conta de dois elementos que caracterizam a agricultura argentina à época: o alto número de arrendatários e a instabilidade da produção. Além disso, as referências bancárias da Argentina foram à luz da experiência dos Estados Unidos, a qual se projetou globalmente em 1913, ao contrário das referências de cooperativismo que foram europeias e canadenses (as comerciais).

Agrícola, como Enrique Frayssinet (vocal), José P. Casella (vocal) e Octavio F. Ducos (presidente), conforme vemos publicado no jornal *El Independiente* (25/05/1910, p. 5). Naquele ano de 1910, os referidos integrantes exerciam as mesmas funções nas duas instituições cooperativas, as quais atuavam separadamente.

Desse modo, verificamos que as dificuldades no crédito e no seguro agrícola foram as que impulsionaram a criação da cooperativa, resolvendo-as na virada do século XX, antes das instituições bancárias existirem na cidade e no próprio departamento. O princípio norteador foi o da solidariedade. Diante das dificuldades e diferenças entre os trabalhadores do campo, estabeleceu-se um sentimento de humanismo e de sociedade cooperativa. Isso não quer dizer que tais diferenças desapareceram. De acordo com o pensamento de Gide, o cooperativismo alicerça-se na justiça social em consonância com a ordem social estabelecida.

De acordo com Armero Sixto (1973, p. 6-7), no primeiro ano de exercício, a cooperativa *El Agrícola* assegurou 30 associados, totalizando \$5.676 pesos em primas e reconhecendo sinistros em um total de \$4.791 pesos. A cooperativa iniciou apenas com o compromisso moral de solidariedade entre os participantes, sem reunir capital inicial, e teve um início próspero, podendo contar no segundo ano com 124 seguros efetuados pelos seus sócios.

No caso argentino, o acolhimento do pensamento gideano (reconhecimento do valor da propriedade, da liberdade e do auxílio mútuo) pode ser evidenciado nos momentos de conflito político e agrário que o país passou no início do século XX. Não localizamos um posicionamento institucional da cooperativa, com relação de confronto ao Estado como evidenciamos no RS. Os agentes públicos na Argentina tiveram um papel muito importante na divulgação do cooperativismo e nas visitas técnicas em nome do Ministério da Agricultura. Conforme abordamos no capítulo 3, as dificuldades no setor agrário (economia, colheita e clima) fizeram com que o Governo buscasse solucioná-las e apaziguá-las mediante o cooperativismo. Com o incentivo estatal, o cooperativismo via-se focalizado na união de problemas para um projeto político do Estado, ou seja, de resolução dos problemas agrários, desenvolvendo, principalmente, seu lado empresarial.

A não participação em eventos políticos ou conflituosos de uma cooperativa não precisa ser, necessariamente, interpretado como apatia da instituição, pois, a união de esforços coletivos para soluções de problemas econômicos também foi

uma atitude política. A *El Agrícola* de Pigüé não buscava soluções no Poder Público, mas sim soluções por meio da articulação em um coletivo em prol de interesses comuns, incluindo a resolução de problemas agrários. Em relação ao exercício da política partidária, o seu não envolvimento é entendido como uma escolha, buscando a neutralidade da cooperativa. Essa característica remete aos princípios ingleses, assim como aos bancos populares de Schulze-Delitzsch, no sentido da atuação cooperativa ser estritamente econômica. Um exemplo disso está na orientação à política do fundador da colônia e da cooperativa, senhor Cabanettes, publicado no jornal *El Independiente* (1909), na ocasião das bodas de prata da colônia.

Caros amigos! Huid de la política; ella es tal que vosotros no debeís participar en ella; ella estropea el espíritu, excita las ambiciones personales y el ardor de las pasiones humanas para no dejar luego sino aburrimiento y decepción. Pero manteneos agrupados fuertemente unidos por interés de todos: sed pacíficos servidores de la ley, usad de vuestros derechos, cumplid con vuestros deberes.

Tudo indica que Pigüé estava apoiada no tradicionalismo oligárquico crioulo, que explica o discurso de Cabanettes e das notícias veiculadas nos jornais locais, desde o início do século XX, conforme evidencia-nos o jornal *El Independiente*, de 24 de novembro de 1901 (capa). Os piguenses deveriam ter outras preocupações, com assuntos verdadeiramente sérios, do que com os pleitos eleitorais.

Nosotros, trabajadores del campo, debemos elegir algunas buenas maquinas modernas, algunos animales domesticos y con ellos hacer nuestros candidatos para la estación que va a comenzar y tratar de hacer las economías que nos permitan soportar seguramente este año, el aumento de las patentes y de los diversos impuestos.

As mudanças políticas eleitorais, ocorridas a partir de 1912, com o voto universal, obrigatório e masculino, e a questão agrária que recebeu um tratamento político dos trabalhadores do campo, no mesmo ano, propiciaram diferentes articulações entre o Estado e a sociedade civil. No meio rural, o descontentamento dos trabalhadores e chacareiros culminou em um grande evento de reivindicações. Em 25 de junho de 1912, mais de dois mil trabalhadores do campo (pequenos proprietários, arrendatários e jornaleiros) reuniram-se em uma assembleia realizada em Alcorta, província de Santa Fé, e declararam uma greve por tempo indeterminado.

Os trabalhadores requeriam dos grandes proprietários de terras ou de empresas colonizadoras a formalização dos arrendamentos por escrito, por um

prazo maior, de quatro anos.²⁰ Também, exigiram 25% da produção dentre outras solicitações. Este movimento repercutiu nacionalmente e ficou conhecido como o Grito de Alcorta. (SALMINIS, 2010, p. 15).

Desde então, esta organização coletiva dos trabalhadores rurais conduziu para uma efetiva formação associativa, a *Federación Agraria Argentina* (FAA), a qual contemplava localidades das províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba. De acordo com Salminis (2010, p. 15-16), um dos propósitos dessa associação era difundir a doutrina e instituições cooperativas, como caixas rurais e bancos populares. Marta Bonaudo e Sandra Bandieri (2000, p. 234) ressaltam que a consolidação da FAA como organização nacional foi adquirida por conta das recorrentes tensões no mundo rural e das reivindicações não alcançadas, após 1912.

El Grito de Alcorta y su tratamiento político marcaron el devenir de la cuestión agraria. Las condiciones pactadas a la salida del conflicto entre productores y propietarios transfirieron los costos a estos últimos, produciendo una reducción momentánea de la renta, pero dejaron incólumes las precarias bases de la agricultura cerealera. No se garantizaron los derechos de los agricultores para desarrollar su producción y realizar libremente la venta de sus excedentes, no se afectó a las compañías exportadoras que monopolizaban el comercio, no se modificaron los altos fletes ni las ineficiencias del sistema de transporte, no se crearon las condiciones de un sistema de crédito accesible y barato para el pequeño o mediano productor y tampoco se alteró la primitiva estructura de almacenamiento para conservar el valor de las cosechas.

Para as autoras, a partir deste evento, abriu-se um ciclo de lutas rurais, que se estendeu até 1921. Foram ciclos grevistas de trabalhadores, em busca de respostas urgentes para a multiplicidade de demandas rurais, como a arregimentação do trabalho dos arrendatários, o crédito agrícola e as crises econômicas.²¹

²⁰Segundo Adelman (1989, p. 295), na lógica do setor rural pós-expansão agrária, dominado por estancieiros, a ideia era tornar a pecuária estável e a agricultura um setor instável e sazonal, embora menos rentável. Assim, os grandes proprietários contratavam jornaleiros e arrendavam terras, buscando compartilhar os riscos. “En función de convertir sus toscos pastos pampeanos, un estanciero contratava arrendatários mediante contratos de corto plazo, generalmente no más de tres a cinco años, para roturar la tierra y dejar el lote sembrado con alfalfa en la última cosecha del contrato. El arrendatario se mudaba luego a una estancia vecina, o permanecía en la misma para trabajar otro lote”. No entendimento do autor, o arrendamento era uma opção lucrativa para aqueles que não tinham capital e puderam, por meio dele, acessar a terra.

²¹Como na Argentina, a política a partir de 1916 marca uma transformação, com o Governo Radical, é importante que pontuemos que: “la llegada al gobierno de Yrigoyen no modificó las condiciones estructurales señaladas [em resposta às reivindicações], aunque, conteste con el clima de ideas que

De acordo com Gabriela Oliveira (2006, p. 91-92), a Federação Agrária Argentina defendeu os interesses dos setores chacareiros por meio de elementos centrais, como: a questão da propriedade, a posse de terras, a comercialização agropecuária e o acesso ao crédito agrário. A FAA surgiu como expressão institucional de grupos marginalizados, como resistência aos grandes proprietários e defensora dos direitos dos arrendatários rurais, impulsionando o cooperativismo. Até a sua criação, havia apenas a Sociedad Rural Argentina (SRA), que representava os grupos hegemônicos, grandes proprietários de terras e arrendatários.

Em toda esta agitação no cenário agrícola e nas adesões gremiais por parte dos trabalhadores rurais, não temos comprovação do envolvimento ou atuação da cooperativa El Agrícola.²² O que conseguimos ter conhecimento é que as diversas associações mutuais²³ e cooperativas²⁴ que existiam em Pigüé, nas décadas de 1910 e 1920, representavam na localidade uma forte expressão cultural francesa. Por meio dessas associações, procuravam realizar ações sociais e econômicas, voltadas para os interesses dos pinguenses. A La Fraternelle, por exemplo, cedeu o seu espaço até a construção do prédio próprio da El Agrícola. Ou ainda, a atuação do Banco Agrícola de Pigüé, entre 1905 e 1917, ter sido compartilhada pelos mesmos sujeitos da Cooperativa, nos indica as inter-relações associativas. O conjunto de cooperativas em Pigüé foi aclamado pelo economista Domingo Bórea (1917, p. 69): “Pigüé es un pueblo cooperativista”!

Nesse sentido, vejamos a seguir um pouco da trajetória de alguns dos líderes mais expressivos da El Agrícola e suas possíveis influências ideológicas na

replanteaba el retorno a políticas colonizadoras para descomprimir la situación social, se impulsó la sanción de la llamada ‘Ley del Hogar’ con la idea de constituir en ésta, como en otras áreas del país, una capa de pequeños y medianos propietarios rurales. Aprobada en 1917, no fue implementada por el Poder Ejecutivo apelando a argumentos nacionalistas que pivotaban sobre el peligro de la extranjerización de los territorios”. (BONAUDO; BANDIERI, 2000, p. 262).

²²O que não quer dizer que não houve presença de manifestações anarquistas e socialistas na colônia. Notícias de agosto de 1903, do jornal *El Independiente*, mostram casas saqueadas e repressão policial em casas de italianos e espanhóis de Pigüé, suspeitos de anarquistas. A cooperativa irá aderir à Associação de Cooperativas Argentinas (ACA), somente em 26 de junho de 1932. “A ACA é a mais antiga das organizações de segundo grau. Foi fundada no ano de 1922 por 10 cooperativas das províncias de Santa Fé e Córdoba. Inicialmente adotava o nome de ‘Cooperativas Rurales Zona Central’, e mudou para o atual no ano de 1927”. (IZQUIERDO, 1972, p. 99). ACA e FAA foram importantes instrumentos de articulação político-social e no desenvolvimento do cooperativismo no país. Sobre essas associações, ver mais, em: OLIVEIRA, 2006.

²³Sociedad de defensa (1893); Elevadores de Granos en Pigüé (1900); Sociedad Liga de Fomento Agrario (1909); Socorro Mútuo La Fratellanza (1901) e a Fraternidad Española (1910). (ARQUIVO MONFERRAN, Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé).

²⁴Trilladores Unidos (1902); La Unión Agrícola de Pigüé (1903); Cooperativa Agrícola (1907); Cooperativa Liga de Gremios La Alianza (1913); Sociedad Cooperativa Mútua de Seguros Agrícolas La Constanca (1922). (Ibid.).

instituição. Desde o início do século XX, o socialismo argentino, na figura do líder do partido Juan Justo, apresentou um projeto político concreto para o setor agrário (em 1901), podendo interferir nas inspirações associativas da Cooperativa.²⁵ Justo foi um político e intelectual cooperativista, que estimulava a criação no país de cooperativas de consumo, seguindo o modelo daquela que já havia fundado em Buenos Aires, a *El Hogar Obrero*, em 30 de julho de 1905. A *El Hogar Obrero* atuou nos primeiros anos 8 anos como uma cooperativa de poupança e empréstimo para a habitação.

Conforme afirma Plotinsky (2009a),

[...] en 1912 la cooperativa [El Hogar Obrero] adquirió un terreno en el barrio porteño de Barracas en el que construyó su primera vivienda colectiva “de departamentos confortables e higiénicos, para ser alquilados a sus socios a precios reducidos, e instalando en la planta baja una sección de consumo que poco a poco, fue incorporando una serie de progreso” que la llevaron a ser la mayor cooperativa de consumo del país.

O cooperativismo para Justo deveria atuar junto com outros setores da sociedade, contribuindo, assim, para melhores condições de vida dos trabalhadores. (SALMINIS, 2010, p.6). Ao contrário de Charles Gide, que buscava instaurar uma República Cooperativa, Justo buscava um cooperativismo possível, a partir das experiências que se podem verificar na Alemanha, na Bélgica e nos Estados Unidos.

²⁵“Justo consideró a la cuestión agraria como el tema clave dela economía política argentina y, con una notable previsión, su.s preocupaciones se profundizaron aún mientras el país estaba en su fase plenamente expansiva. [...]. El programa socialista del campo sintetizó el pensamiento del líder socialista, planteando una serie de reclamos, algunos de los cuales aparecieron posteriormente reflejados en la legislación”. (ADELMAN, 1989, p. 303). Para Adelman, os socialistas tiveram oportunidade de adentrar o campo, de fato, somente no movimento grevista de 1912. Nesse sentido, o autor concluiu que a ação dos socialistas foi deveras tardia, uma vez que, dez anos depois do “Programa Socialista para o Campo”, não se tinha uma organização representativa e efetiva dos pequenos produtores. (Ibid.). As reivindicações dos trabalhadores e chacareiros foram além do Programa, queriam mais do que salários mínimos e controles sanitários. Eles queriam participar dos benefícios da organização industrial agrícola que ajudaram a criar e a consolidar, tudo girava em torno do universo capitalista. Segundo Adelman, os agricultores desejando manter uma posição lucrativa na estrutura produtiva, ainda que instável, não tinham razão aparentemente para pensar uma alternativa à esquerda. Por isso, o engajamento rural na causa socialista foi efêmero e até ineficaz (empregadores/assalariados; arrendatários/proprietários de terra, respectivamente), tendo em vista a não constituição de classe objetiva no campo. O trabalhador assalariado rural teve uma importância central no Programa, mas o socialismo também precisava unir esforços com o pequeno agropecuário. “A pesar de que en ciertas épocas del año eran ‘capitalistas y empresarios’, integraban la clase trabajadora, pues todo trabajador del campo aspiraba a ser un productor independiente”. (BARANDIRÁN, 2012, p.266).

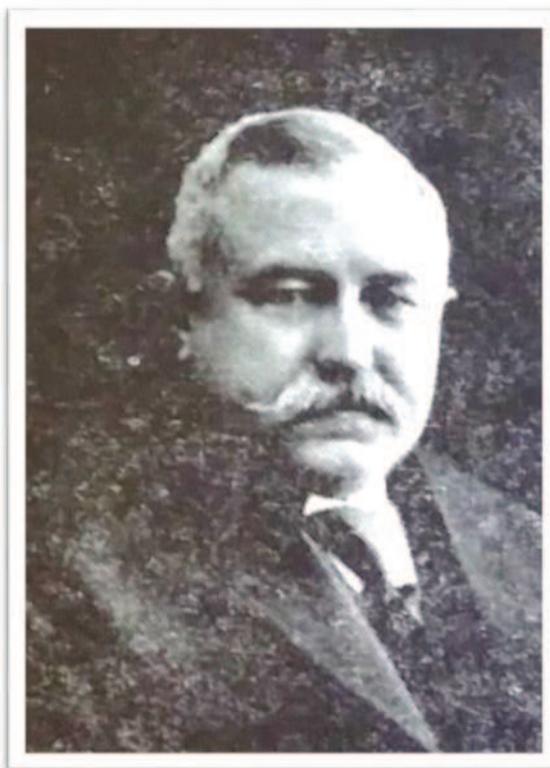
5.1 Lideranças e Princípios de Solidariedade na El Progreso Agrícola de Pigüé: “Um por todos e todos por um”

A El progreso Agrícola de Pigüé faz parte de um conjunto associativo que se construiu em Pigüé, cultural, social e econômico, que se ampliou ainda mais nos primeiros anos do século XX, com outras cooperativas, agrícolas e de seguro. Por muitas vezes, os mesmos sujeitos faziam parte de várias instituições associativas. Um exemplo das relações sociais estarem imbricadas nas associações encontramos na figura de Octávio F. Ducos, argentino de ascendência francesa, que atuou como presidente da El Agrícola entre 1900-1912 e também foi o primeiro presidente do BAP, como já mencionado. Além disso, Ducos²⁶ foi diretor da colônia quando da retirada de Cabanettes desse cargo até 1893.

Algumas famílias fundadoras fizeram parte da equipe diretiva da cooperativa atuando em diferentes funções. A família Ducos, inclusive, participou com outro membro que atuou também na equipe diretiva, o irmão de Octavio, Felipe S. Ducos, que foi gerente no período entre 1903-1912. Em relação à cooperativa de Nova Petrópolis, a El Agrícola diversificou mais seus dirigentes no sentido da participação dos membros familiares exercendo funções diretivas.

Até 1926, momento de regulação e reconhecimento das cooperativas no país, com a Lei n. 11.388, a cooperativa teve seis (6) presidentes: Adrian Roux (1898-1900); Octavio F. Ducos (1900-1912); Timoteo Altube (1912-1913; 1916-1917); Jose P. Casella (1913-1916; 1917-1918); Basilio Panissal (1918-1919); Pedro Jaureguiberry (1919-1926). Com exceção de dois deles, a gestão foi em média de dois (2) anos. Em relação ao cargo de gerência, temos, no período estudado: Esteban Miguel Simón (1898-1900); Felipe S. Ducos (1903-1912) e Roman Zalba (1912-1943). Um cargo cuja a duração efetiva foi bem grande.

²⁶De acordo com Monferran (1955, p, 114), Octavio Ducos foi comandante do Batalhão Cívico Militar de Pigüé, que foi formado frente o segundo levante Radical em 1893. O Batalhão estava inserido na organização da Junta Revolucionária local. Os pigüenses também tinham como intento aproveitar a oportunidade para tornar Pigüé a *cabecera* do departamento de Saavedra, tirando este lugar do *pueblo* de Saavedra. Segundo suas lideranças políticas, Alfafa só era o centro administrativo do departamento por conta das influências caudilhistas. (ALRIC, 1947, p. 32).

Imagem 25 - Octavio F. Ducos

Fonte: EL PROGRESO AGRÍCOLA [ca. 1973].

No periódico de Pigüé, *El Independiente*, foi publicado atas das assembleias gerais, na íntegra, em resumo ou detalhes. Encontramos registros a partir da fundação do jornal, em 1901, com a informação de eleições bienais, mas o que se percebe é que, mesmo com as eleições, alguns foram reeleitos várias vezes para o exercício do cargo.

Na ata de 1900, temos o registro da assembleia de eleição de nova diretoria, firmada assim: Octavio F. Ducos (presidente); Juan Bautista Filhol (vice-presidente); Cipriano Alric (tesoureiro); Esteban Miguel Simón (secretário); Jose P. Casella (vocal); Clemente Cabanettes (vocal); Jose Frayssinet (suplente); e Adrian Foulquier (suplente).

Clemente Cabanettes, sendo o fundador da colônia e membro associativo, merece um pouco mais de nossa atenção. Nascido em 14 de agosto de 1851, em Ambec. Passou sua infância e juventude na França; estudou com seus irmãos na escola dos Irmãos Maristas. Quando adolescente, estudou no referenciado *Colegio de Espalión*, dirigido por padres da diocese de Ródez. Ao concluir os estudos secundários, ingressou no Seminário Maior de Ródez, em 1871. Após um semestre,

Clemente logo percebeu que não era a sua vocação ser sacerdote. Ingressou no Exército, em 1872, e foi esse o motivo que lhe levou à Argentina.

Em 1879, por conta da Campanha do Deserto e da tensão pela federalização, o Governo argentino estava convocando jovens franceses, em exercício ou em reserva, para o Exército argentino. Cabanettes estava à época na reserva, mas, ao chegar em Buenos Aires, colocou-se à disposição do Governo para auxiliar na fundação da Escola Militar.

Cabanettes foi o responsável pela instalação da telefonia na Argentina, tecnologia recém-criada por Graham Bels, em 1876. Tendo ingressado na *Société du Pantéléphone L. Loch et Cie*, na França, para conhecer o processo e estudar as técnicas modernas, em Buenos Aires, ele estabeleceu a mesma sociedade, em 1881. Logo a sociedade passou a se chamar *Sociedad Nacional del Panteléfono*,²⁷ cujo diretor era Cabanettes. Ele obteve a autorização de funcionamento por meio do Decreto de 19 de abril de 1881, do presidente Julio Roca, para construir na capital nacional e áreas metropolitanas oficinas pantelefônicas. Assim, foi introduzido no país o sistema telefônico.

No cenário nacional, Cabanettes consta com uma incrível contribuição na inovação e tecnologia. Em 1883, a *Sociedad Nacional del Panteléfono* fundiu-se com a sociedade inglesa *The United Telephone Co. of River Plate Limited*. Da fusão saiu uma das importantes empresas argentinas à época, a *Unión Telefónica*, mas, por divergências com os diretores da River Plate, Cabanettes saiu dessa Sociedade. (CABANETTES, 1974).

Clemente Cabanettes teve participação política e intelectual, nacional e na colônia. Foi presidente honorário da *Fraternelle*, lugar onde passou a ser a “Casa da França”, onde Cabanettes atuava como agente consular. Seu irmão, Silvano Cabanettes foi o primeiro presidente dessa Associação, complementando a atuação da família Cabanettes na vida associativa da cidade.

Cipriano Alric e Miguel Simón tiveram papéis decisivos na fundação da cooperativa El Agrícola. O projeto que elaboraram e expuseram na Sociedade Fraternelle para os interessados foi fundamental para que tivesse acolhimento. O apelo econômico teve um peso, assim como o reconhecimento do *habitus*. Cultivando costumes étnicos desde a sua instalação, a colônia francesa tinha

²⁷ Ver mais sobre as origens desta Sociedade e da telefonia na Argentina, em: TESLER, 1981.

majoritariamente cristãos-católicos, além de compartilharem de um problema que afetava sujeitos da mesma posição social. Conforme Bourdieu (2011, p. 58):

A noção de *habitus* tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são o produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias de juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais.

Insistimos na ideia de *habitus* no caso argentino por considerar que os imigrantes franceses vieram de um mesmo lugar muito focalizado no departamento de Aveyron. O *habitus* não é um fator determinante, foram as experiências na colônia, na organização do espaço social, que formaram o *habitus* naqueles imigrantes; pois ele só se revela com referência a uma situação. Bourdieu (2011, p. 62) afirma que “é na relação com determinada situação que o *habitus* produz algo. Ele é semelhante a uma mola, mas é necessário um desencadeador; e, dependendo da situação, ele pode fazer coisas opostas”.

A ideia da solidariedade expressa na frase “um por todos e todos por um” aparece em diferentes vertentes da doutrina cooperativa, da cristã com o modelo Raiffeisen, assim como na interpretação rochdaleana de Gide. A frase ícone reaparece em diferentes notícias da imprensa local e parece-nos reacender o próprio sentimento de solidariedade coletiva, que estava sendo disseminado entre os intelectuais e trabalhadores à época, assim como as influências que Gide já poderiam ter exercido. Ele era um liberal a favor da igualdade, destoando do liberalismo clássico, e não esqueçamos da sua profissão de fé protestante.²⁸ De acordo com Walmor Franke (1973, p. 5, grifo da autora), Gide refugiou-se na ideia de justiça, assim,

²⁸ “Em termos da história das confissões, jamais se vai poder determinar em definitivo, o que seja protestantismo. [...]. Existe uma unidade protestante, apesar de uma infinidade de denominações e divisões de ordem teológica; penso, p.ex., nas discussões que vêm desde o Colóquio Religioso de Matburgo, de 1529”. (DREHER, 2002, p. 116). Martin Dreher (117-118) destaca que a reforma do século XVI estava centrada no senso de comunidade, mas, após a Guerra dos Trinta Anos, o individualismo passou a ser pauta, tendo como o seu maior representante o *Pietismo*. De acordo com Roberto Radünz (2008, p. 23-24), o Pietismo foi um movimento “contrarrevolução” teológica de cunho popular, naquele contexto Iluminista e de transitoriedades que vai até o século XIX. Enfatizando a vida santificada como testemunho, o Pietismo buscou discutir suas “verdades” mais emocional do que racionalmente. Dessa maneira, a religiosidade íntima se sobrepôs à prática comunitária, ainda que permanecia enaltecendo a necessidade da vida cristã dentro da própria comunidade.

[...] para admitir que a solidariedade social deve subordinar se, na sua execução, a um princípio mais alto, identificado na justiça comutativa e distributiva, que manda dar a cada um o que lhe seja devido, não só por suas obras, mas pela sua própria condição humana.

A defeituosa distribuição de riqueza e o individualismo capitalista são elementos responsáveis pelas desigualdades sociais, na compreensão de Gide. Nesse sentido, a solidariedade está a serviço de uma dívida social, de uma dívida de cada um indivíduo em relação a todos e, especialmente, dos favorecidos da fortuna em relação aos deserdados (FRANKE, 1973, p. 2). A solidariedade entendida como função social pode ser percebida tanto na cooperativa do RS como na El Agrícola.

Retomando as ações da Cooperativa bonaerense, em 13 de abril de 1902, registrava-se no El Independiente sobre a cooperativa contra granizo, ressaltando a sua condição de sociedade mutualista e a sua capacidade associativa.

A El Progreso Agrícola no es una sociedad comercial pues todos los socios que pueden retirar cuando los juzguen conveniente. Es como si tuviera por lema: todos para uno y uno para todos. Damos estos datos en forma de fácil comprensión, para que no cueste esfuerzo alguno el darse cuenta del carácter de esta asociación, especialmente los chacareros, y rogamos á nuestros colegas de la provincia y de la capital, que estudien el caso, nos sigan en la campaña futura que emprenderemos, para luego fomentar, cada cual en su medio, la creación de estas instituciones practicas que reportan al agricultor inmensos beneficios, dándole más económico el seguro, participandole como accionista en las utilidades, librándolo de la tirante especulación de las empresas particulares y hasta sirvindóle de Banco de Préstamos como hace “El Progreso Agrícola de Pigüé”, como podrá verse en el balance que damos en estas mismas columnas; y son tan buenas las ventajas q’ irradia, que devuelve al asegurado que no tuvo granizo una parte del seguro. (Grifo da autora).

O trecho descrito acima é do artigo intitulado *El Progreso Agrícola de Pigüé: las futuras sociedades de socorro mútuo, el modelo en Pigüé*. O autor fala de maneira muito pessoal da experiência da jovem cooperativa, são palavras de alguém que está próximo, inserido, ou conhece alguém que esteja. Encerra o artigo prometendo trazer informes, balanços e atas, em outras edições, como de fato ocorreu no jornal *El Independiente*, exemplificado na imagem 27. Por isso, acreditamos se tratar de publicações institucionais da cooperativa. De acordo com o balanço publicado no *El Independiente* (13/04/1902), a situação da El Progreso Agrícola era satisfatória em 31 de março de 1902, conforme o quadro 4.

Quadro 4 - Balanço Geral da El Progresso Agrícola em 31/03/1902

ITEM	Valores em peso
Contas pendentes a cobrar	\$796,50
A cobrar por empréstimos até 15 de março de 1903	\$58.650,00
Depósitos realizados na Sociedade Curamalán	\$2.000,00
Dinheiro efetivamente em caixa	\$2.139,62
Saldo devedor	\$63.586,12
Fundo de reserva do exercício 1900-1901	\$29.385,19
Fundo de reserva do exercício 1901-1902	\$34.200,93
Saldo do fundo de reservas	\$63,585,12

Fonte: EL INDEPENDIENTE, 13/04/1902.

O pouco que conseguimos reunir de características e posicionamento social desses líderes cooperativos, permitiu perceber uma intensa participação associativa na cidade e o compartilhamento de valores coletivos por membros da Cooperativa que, ao mesmo tempo, frequentavam outras associações e cooperativas da cidade, embora não estivesse escrito claramente, nos estatutos, a intenção de uma “neutralidade política e religiosa” da instituição como um princípio. Parece-nos que a Cooperativa optou por exercer tais valores diante de tantos conflitos políticos e agrários que a região da pampa Argentina enfrentou, sobretudo. O princípio da neutralidade cooperativa pode ser encontrado tanto na teorização do alemão Schulze-Delitzsch, como na de Gide e na cooperativa de Rochdale, ainda que tenham sido distorcidos. Destacamos que de Schulze-Delitzsch também pode ser evidenciada a forma como a El Agrícola constituiu o seu capital de cotas-partes, integralizadas pelos associados, pois cada apólice de seguro era uma ação da Cooperativa, tornando o sujeito associado.

Quanto aos vínculos institucionais associativos não nos foi possível averiguar o peso dessas relações, no âmbito político representativo,²⁹ por exemplo. Mas, percebemos um consolidado prestígio social de alguns líderes cooperativos de Pigüé, como: Cabanettes; Francisco Issaly; Octavio Ducos; Francisco Gay; Cipriano Alric; entre outros. Frente às homenagens nos jornais e às referências em artigos, inclusive, de especialistas da cooperação, levam-nos a acreditar que eles exerceram uma representação simbólica no exercício do coletivismo e do cooperativismo.

Além da Sociedade Francesa Fraternelle e do Banco Agrícola de Pigüé, outra associação teve membros da Cooperativa atuando: agora um sindicato. O *Sindicato Agrícola de Pigüé* foi criado na assembleia do dia 08 de setembro de 1907. Sua direção foi composta por: Adrian Roux (presidente); Luís Cabanettes (vice); e os diretores Clemente Cabanettes, D. Cavallié, Alberto Alric, Enrique Cassagne, J. E Alric, A. Besseujouls e D. Bras. (EL INDEPENDIENTE, 11/09/1907, capa).

Um outro fator sobre esses homens cooperados da El Agrícola diz respeito ao investimento de se ter uma sede própria. Algumas assembleias foram realizadas na *Fraternelle* (EL INDEPENDIENTE, 12/10/1902, capa). Porém, a Cooperativa logo conseguiu construir a sua sede própria. Nas resoluções da assembleia geral, se falou em arrecadar fundos para a construção do edifício próprio. (EL INDEPENDIENTE, 21/06/1908, capa). No primeiro de junho, foi anunciado publicamente a inauguração do novo prédio, festejando o adiantamento das obras. (EL INDEPENDIENTE, 01/06/1908, capa).

Esse elemento da sede própria marca uma diferença bem importante em termos de recursos financeiros, ao comparar com os associados da Caixa de Economia e Empréstimo de Nova Petrópolis. A cooperativa rio-grandense foi obter o seu próprio prédio apenas em 1953, funcionando na casa do seu gerente, Joseph

²⁹Sobre estratégias familiares e ascensão política envolvendo a participação em associações, o trabalho de Marcela Patrícia Ferrari (2006) inspirou-nos a pensar sobre trajetórias políticas desde a análise que fez de quatro deputados eleitos (1916-1930), representantes das províncias de Buenos Aires e Córdoba. A autora mostra-nos a importância da politização nas relações sociais para o exercício do poder. A mudança que foi acontecendo, aos poucos, na escala social argentina, desde o início do século XX, estabeleceu um clima geral de reformas contra o regime oligárquico e com demandas diversas que abrangiam a inserção de novos atores sociais e políticos. A partir das trajetórias pessoais de: Leonardo Pereyra Iraola (filho); Ramón J. Cárcano; Luis Güerci; Enrique Martínez (e seus primos José Heriberto e Raúl Victorino Martínez); e das relações sociais familiares, Ferrari observou alguns pontos em comum na ascensão política. Elementos como o paternalismo; a forma como entrelaçaram traços tradicionais da oligarquia conservadora ao sistema eleitoral moderno e partidário; os vínculos associativos (étnicos, culturais; etc.) que tinham antes da carreira política e mantiveram após a consolidação da carreira; enfim. Principalmente sobre esse último elemento nos interessava buscar os líderes associativos de Pigüé, o qual não foi possível entender.

Neumann até 1933 e, sucessivamente, para a casa do próximo gerente. Além disso, a preocupação de se ter um prédio próprio tão logo contempla uma das 12 virtudes cooperativas de Gide. Como afirma Pinho (1983, p. 40) “[...] reconstruir una propiedad colectiva mediante la formación de un patrimonio cooperativo que es colectivo y permanente, ubicado por sobre nuestras efímeras existências”.

Imagem 26 - 1º sede e hogar da El Progreso Agrícola de Pigüé



Fonte: Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires. Archivo Monferran “Cooperativas y Sociedades (1893-1922)”.

Imagen 27 - Capa do jornal El Independiente (01/07/1901)

Año 1 Pigüé, (P. C. S.) Domingo 7 de Julio de 1901. Núm. 2

EL INDEPENDIENTE

PERIÓDICO NOTICIOSO, COMERCIAL Y DE INTERESES GENERALES

APARECE LOS DOMINGOS — DIRECCIÓN Y REDACCIÓN ANÓNIMA — ADMINISTRADOR ELISEO ALBORNOZ (hijo)

PRECIOS DE SUSCRIPCIÓN

Por mes adelantado..... \$ 1.00
 Número suelto..... 0.25
 Publicaciones de interés general gratis
 Avisos y solicitudes: convencional

La correspondencia al Administrador

Tiene Editor Responsable

Los originales no se devuelven

EL INDEPENDIENTE



9 de Julio

Entre los sagrados deberes de todo ciudadano, ocupa un lugar preferente el de honrar la memoria de los grandes hombres, del mismo modo que conmemorar los faustos acontecimientos de la historia, por cuanto el recuerdo de las glorias pasadas aviva en el corazón de las presentes generaciones el sagrado fuego del patriotismo.

El 9 de Julio de 1816, cuyo aniversario hoy conmemoramos, encarna los anhelos de un pueblo; la aspiración sublime de los libres; es la fecha de inmarcescible gloria que no se borrará jamás de la mente de los argentinos, aún al través de los siglos y de las generaciones venideras que sucediéndose unas á otras poblarán el fecundo suelo de la patria.

En el firmamento de la historia de nuestra patria querida, brillará el 9 de Julio, enviando perennemente sus esplendorosos rayos de fe, de patriotismo, de sentimientos de libertad e independencia; los mismos que en un tiempo no muy lejano dieron vida y aliento á los puros ideales que anidaban en los nobles pechos de una falange de patriotas, que desde una ciudadanía, en el corazón de nuestra tierra, dieron á conocer al Universo entero el nacimiento de una nueva nación, que venia á romper las cadenas que la tenían aprisionada, dispuesta á no dejarse subyugar por opresor alguno, sea quien fuere.

En esa exalta y soberana fecha, los atungados ciudadanos, se reunieron en la inmortal Tucumán proclamaron y juraron la independencia de las Provincias Unidas del Rio de la Plata, salvaron la nave revolucionaria del naufragio á que estaba amenazada en medio del mar embravecido en que navegaba sin norte determinado, batidos sus flancos por las disidencias internas, ora á salvo por la victoria, ora peligrando por una derrota, y por fin, consagrados sus convulsos pasajeros merced á la firmeza de aquellos varones ilustres, enderezando su proa al puerto salvador: la América libre e independiente.

La nave está á salvo; la creación fantástica y gloriosa de Moreno ha tomado forma.

En aniversario tan fausto, entonces ante el altar sagrado de la patria el himno angusto de los libres!

“Progreso agrícola de Pigüé”

SOCIEDAD COOPERATIVA MUTUA DE SEGURO CONTRA GRANIZO

He aquí una sociedad que por su índole, provecho y utilidad servirá de base y modelo á muchas otras que luego se formarían en todo centro agrícola, no existiendo otra en igual forma en la república y que no se puede dudar que así suceda una vez conocidos sus móviles. Tanto Pigüé, como los iniciadores, habrán tenido el honor de ser los primeros en haber dado un paso bien marcado en el progreso general y en beneficio de los agricultores.

Hace tres años que entre los Sres. Cabanettes, Alric, Filhol, Raux y otros agricultores se propusieron formar una sociedad de seguros contra granizo que fuera económica y útil por sus fines en pro de sí mismos, á independizarse en lo posible de las primas por demás costosas del seguro y dieron principio muy modestamente y sin pretensiones, que mucho les honra, á la actual sociedad, la cual en tres años que lleva de existencia ha llegado á un grado de adelanto que actualmente tiene un fondo de reserva de \$ 30.000 para el pago de siniestros.

El objeto de la sociedad es el siguiente, que hemos entresacado del proyecto de estatutos formulados por la actual C. D. y que se someterá á la aprobación de la próxima asamblea general para luego solicitar la personería jurídica:

Asegurar bajo las bases cooperativa y mutua las cosechas de cereales en pie, contra el daño causado por el granizo cobrando á todos los asegurados, que por este hecho se consideran socios, una prima de 4 y 1/2 % abouando los siniestros con las primas cobradas y guardando el excedente, salvo los gastos, para devolver á los asegurados el 50 %, y el resto para fondo de reserva.

La prima del seguro se pagará mediante un pagaré valor al 15 de Marzo siguiente, sin interés.

Los que hayan sufrido daño por otras causas, como ser: heladas, fuego, etc. se les deducirá del importe de las primas una cantidad proporcional al importe de los daños sufridos.

Los fondos de reserva, cuando no hayan indemnizaciones pendientes, podrán destinarse á préstamos para los socios con un interés convencional.

Cuando un socio se quiera separar de la sociedad, podrá hacerlo, dando aviso con tres meses de anticipación á la fecha del balance general (30 de Marzo) y después de pagados los siniestros y gastos, de los fondos de reserva se le devolverá el 75 % del valor del seguro quedando el 25 restante á beneficio de la sociedad.

A grandes rasgos éste es el móvil de la sociedad que bajo una buena dirección irradia su acción benéfica hasta los pueblos vecinos.

Comisión directiva: Octavio F. Ducos; Vice J. B. Filhol; Tesorero C. Alric; Secretario E. M. Simon; Vocales Clemente Cabanettes, José F. Casella; Suplentes, J. Frayssinet, A. Faulquier.

Debemos agregar, como el mejor elogio, que ninguna compañía puede desenvolverse mas económicamente, por cuanto *El Progreso Agrícola*, de Pigüé, no tiene gastos de agentes ni de administración.

Todo es por el honor, cada cual presta su contingente inspirándose en el nombre que dió razón de ser á esta institución bondadosa.

Con mas datos volveremos sobre el mismo tema.

JUBILEO MITRE

Nos comunican de Saavedra que el 26 de Junio se llevó á cabo la fiesta que estaba anunciada con motivo de la designación de la nueva plaza con el nombre del ilustre general Bartolomé Mitre. Fue una soberbia manifestación de aprecio y simpatía á la que el vecindario se adhirió gustoso y en masa.

Al colocarse la placa inaugural, el inteligente joven Guillermo Wallace hizo uso de la palabra y en un conceptuoso discurso, que fué aplaudido, puso de manifiesto las dotes admirables del agraciado, sus servicios para con la patria, sus méritos y terminó diciendo: Señores: que Dios conserve por muchos años la vida de esa reliquia argentina que se llama Bartolomé Mitre.

Continuaron los festejos todo el día y no faltaron los acordes de una banda de música, corrida de sortijas etc.

Fiestas 14 de Julio

PROGRAMA

El día 13, á las 12 a. m., se dará comienzo á la fiesta siendo éstas anunciadas con una salva de 21 bombas.

A la 1 de la tarde, se reunirán las sociedades francesas en el salón La Fraternelle para proceder á la inauguración de la calle Sadi-Carnot.

La banda de música recorrerá dicha calle en toda su extensión. Después que haya terminado la ceremonia de la inauguración, el comité Sadi-Carnot ofrecerá un lunch á las autoridades y demás invitados.

A las 9 p. m. dará principio la revista literaria musical organizada por varios aficionados la cual terminará con una tertulia.

Día 14, á la salida del sol la banda ejecutará el himno nacional argentino y la marciallea en la plaza del pueblo, acompañada por una salva de 21 bombas.

A las 8 p. m., distribución de víveres á los pobres de la localidad.

A las 11, la comisión de fiestas ofrec-

Fonte: Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires.

5.1.1 Práticas Cooperativas da El Progreso Agrícola de Pigüé: *Un Grano Fui*

A El Agrícola de Pigüé tornou públicas suas atividades com grande regularidade nos jornais da localidade. A Cooperativa teve uma preocupação em visibilizar as resoluções das assembleias gerais, balanços gerais, e modificações nos estatutos também foram difundidas para os associados e para a população em geral, via imprensa. Nesse sentido, os periódicos tornaram-se nossa principal fonte documental, considerando a pouquíssima bibliografia sobre a cooperativa e a falta dos documentos institucionais originais. Se, na Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, tivemos bibliografia para dialogar, ainda que pouca documentação traduzida, na El Agrícola, a bibliografia é apenas descritiva e mencionada como um marco no cooperativismo rural.

A partir dos periódicos³⁰ *El Independiente*;³¹ *El Orden*³² e *El Reflector*,³³ conseguimos esclarecer algumas das práticas da *El Progreso Agrícola*. No *Independiente* e no *Reflector*, as publicações são, em grande medida na capa, uma seção para registrar notícias sobre a colheita e o setor agrícola em geral. No entanto, sobre a Cooperativa, os informativos e notícias vêm sempre com o título da própria cooperativa “El Progreso Agrícola”, seguida dos detalhes das decisões feitas em assembleia, dos balanços gerais e informativos sobre as disposições do estatuto. Nessas publicações, a assinatura do presidente e secretário da Cooperativa aparecem, quase sempre, como uma divulgação oficial da instituição na capa do jornal, normalmente localizadas na coluna esquerda e central. As notícias da Cooperativa como modelo cooperativo também foram intituladas com o seu próprio nome, seguida das considerações do autor ou editor do próprio jornal, mas sem assinatura. Por isso, optamos por não nomear nas referências essas notícias e

³⁰Todas as informações editoriais dos periódicos encontramos no Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires. Na busca por documentos, gostaríamos muito de ter encontrado algum número e obtido mais informações da revista agrícola e social *Un Grano Fui*, veículo de comunicação da própria cooperativa *El Progreso Agrícola de Pigüé*, mas não tivemos sucesso. Ver também, em: MONFERRAN, 1955, p. 88-89.

³¹Fundado em 1901, com periodicidade semanal, publicado aos domingos. Diretor Eliseu Albornoz (h). Publicava informações diversas sobre o comércio, interesse geral de Pigüé e opiniões políticas, circulando também nas localidades de: Puán; Guaminí e Carhué (Adolfo Alsina).

³²Fundado em 12 de outubro de 1932. Diretor: Augusto Issaly, agrimensor e periodista. Com periodicidade semanal (aos sábados), publicavam-se artigos e notícias sobre: círculo operário católico; conferências e eventos cooperativos, notas sociais e de esportes.

³³Fundado em 15 de setembro de 1905. Diretor Dr. Pedro Pablo Harriott (em 1909, assumiu como diretor o ex-sargento, Antonio Felice”. (Ibidem, p. 88). Circulava também nas localidades de: Puán, Torquinst; Coronel Suárez e Arroyo Corto. 1920; 1921

informações, pois não se tratam de artigos, mas sim de notas e pequenos destaques. Assim, foram nomeados somente os artigos, ou notícias com títulos que não tiveram o próprio nome da Cooperativa. No *El Orden* utilizamos a edição comemorativa, de 1934, do cinquentenário da colônia; no *La Prensa*, notícias em geral, conforme já evidenciado nas páginas anteriores. O papel político dessa imprensa na difusão do cooperativismo foi, sem dúvida, muito importante no distrito de Pigüé, assim como na Província de Buenos Aires, dando frequente visibilidade às experiências associativas e cooperativas, além de formar opinião sobre o tema.

Monferran (1955, p. 68) faz referência a El Progreso Agrícola como uma sociedade única no sul da América, com atividade exclusivamente de seguro da colheita. A afirmativa do autor, assim como de outros autores, é de reconhecimento da originalidade da cooperativa e da sua iniciativa em assegurar seguro agrícola. No entanto, vemos com desconfiança a sentença “exclusivamente de seguro”, tendo em vista as suas atividades de empréstimo e as mudanças no estatuto que identificamos e analisamos nas linhas que seguem.

Logo nos primeiros anos, a cooperativa teve crescimento e consolidação na localidade e região. A El Agrícola esteve em grande ascensão até 1910, o que pode ser verificado nos registros da imprensa. A *Revista La Agricultura* (04/10/1900) registrou essa prosperidade assim:

Solamente dos años de existencia, ha dado un resultado inesperado: En el ejercicio de 1899-900, 117 socios han pagado por primas la cantidad de \$ n 22.800. De ese capital se han distribuido \$ n 6.300 por siniestros; se han invertido unes \$ n 500 como gastos generales, y de los \$ n 16.000 restantes, se distribuyó al porrateo entre los socios la suma de \$ n 9.500.

Na publicação do periódico *La Prensa* (20/03/1910), vê-se a cooperativa sendo utilizada como exemplo, como um lugar interessante de ser visitado pelos agrônomos, para que avaliassem as atividades e utilidades possíveis para os agricultores. O foco da reportagem foi sobre a ação dos agrônomos na criação de sociedades agrícolas regionais, afirmando que esses estavam difundindo “a boa prática” entre os agricultores.

O engenheiro e agente do Ministério da Agricultura Tomás Amadeo, em uma de suas visitas à localidade de Pigüé, produziu um material informativo sobre o desenvolvimento em todos os setores da cidade. Sobre as atividades da Cooperativa de Pigüé, seus apontamentos foram publicados no jornal *La Prensa* (03/02/1911):

En el Progreso Agrícola de Pigüé, en ningún caso, el agricultor acionista podrá persiguir fines de lucro o ventajas personales, por no permitírsele la esencia misma de su organización, bien determinado en los Estatutos.

Llenado el primer deber economico del agricultor: el de la previsión, los “pionners” se han preocupado del crédito agrícola y han organizado en una forma perfecta.

Actualmente se escribe mucho sobre crédito agrario; se revelan iniciativas muy variadas y se le receta como una panascia universal; pero el pueda atribuírsele alguna solvencia propia tal, que puede considerarse innecesaria y hasta perjudicial la responsabilidad solidaria ilimitada.

Amadeo refere-se aos fundadores da Cooperativa como pioneiros e destaca os empréstimos efetuados pela cooperativa como sendo um crédito agrícola bem sucedido. De fato o era, embora não efetuassem empréstimos a longo prazo, pois deveriam ser pagos sempre até o dia de 15 março do ano seguinte. Conforme o calendário da colheita, o empréstimo auxiliou os agricultores na organização econômica ao lado do seguro. Amadeo (LA PRENSA, 03/02/1911, grifo da autora) ressaltou ainda a importância da El Agrícola ter assumido a responsabilidade limitada, ou seja, cada sócio ser responsável por suas ações, ao invés da responsabilidade ilimitada, a mais recorrente nas cooperativas de crédito do modelo alemão, Raiffeisen ou Schulze-Delitzsch.

Sin embargo, la solidaridad, si no es indispensable en todos los casos, siempre es útil; no se pretende negar con esto, que el crédito, a responsabilidad solidaria e ilimitada, puede prosperar en algunas partes, a pesar de cuanto se diga en contra, pero esto sucede en localidades y en condiciones muy especiales.

O jornal *El Independiente* (1910, p. 5, grifo da autora) também registrou o progresso da cooperativa com as seguintes palavras:

A modesta institución fundada en 1898, es hoy una poderosa sociedad cooperativa mutua de seguros contra el granizo, la más poderosa sociedad cooperativa en su gênero, de la Provincia, habendo harmonizado el principio de la cooperación mútua con las prescripciones del código de Comercio.

A reportagem descrita acima também traz algumas cifras, como, por exemplo, da área assegurada pela cooperativa por exercício: “exercício de 1902-1903 um total de 73.844 hectares (trigo: 3.194; linho:437; aveia-cevada: 213); exercício 1909-1910, total de 544.320 hectares (trigo: 527.503; linho: 98; aveia-cevada: 15.966; alpiste: 3; centeio: 720)”.

A *El Agrícola* sofreu modificações em seu estatuto ao longo de sua trajetória. No primeiro ano de atividade, foram correções na redação dos artigos, mas precisava ajustar a porcentagem a ser devolvida ao associado e o funcionamento do fundo de reserva. A diretoria publicou no *El Independiente*, de 07 de julho de 1901, (capa) suas proposições, conforme lemos:

El objeto de la sociedad es el siguiente, que hemos entresacado del proyecto de estatutos formulados por la actual C.D. [Comissão Diretiva] y que se someterá a la aprobación de la próxima asamblea general para luego solicitar la personería jurídica:

Asegurar bajo las bases cooperativa y mútua las cosechas de cereales en pié, contra el daño causado por el granizo cobrando á todos los asegurados, que por este hecho se consideran socios, una prima de 4 y $\frac{1}{2}$ % abonando los siniestros con las primas cobradas y guardando el excedente, salvo los gastos, para devolver á los asegurados el 50% y el resto para fondo de reserva.

[...].

Los que hayan sufrido daño por otras causas, como ser: heladas, fuego, etc. se les deducirá del importe de las primas una cantidad proporcional al ímporte de los daños sufridos.

Abaixo, destacamos um trecho sobre o fundo de reserva na mesma publicação:

Los fondos de reserva, cuando no hayan indemnizaciones pendientes, podrán desinarse à préstamos para los socios con un interés convencional.

Cuando un socio se quiera separar de sa sociedad, podrá hacerlo, dando aviso con tres meses de anticipación á la fecha del balance general (30 de Marzo) y después de pagados los siniestros y gastos, de los fondos de reserva se le devolverá el 75% del valor del seguro quedando el 25% restante á beneficio de la sociedad.

No ano de 1903, a alteração foi bastante significativa porque ela ampliou sua atuação a outros distritos da região. Havia 300 sócios na assembleia geral para as adequações no estatuto para registro de pessoa jurídica, e a eleição diretiva foi realizada. A comissão responsável ficou assim definida: Octavio Ducos (presidente); Esteban Miguel Simón (vice-presidente); Cipriano Alric (tesoureiro); José Pantaléon Casella (secretário); Dionisio Bras (vocal); Enrique Frayssinet (vocal); Enrique Cassagnes (vocal); Juan Bautista Filhol (vocal); Santiago Campeón (suplente); Enrique Olivier (suplente); Alfredo Dunkley (síndico, função que aparece somente neste estatuto na cooperativa. A função do síndico é zelar pelo cumprimento do Estatuto e da Lei, preservando os direitos dos associados). (LA PRENSA, 30/09/1903).

Em acordo com a correspondência do gerente Felipe Ducos a Tomas Amadeo, os empréstimos fornecidos pela cooperativa ficaram melhor definidos aos seus associados. Continuaram a ser do fundo de reserva sem exceder o valor de \$1.000 pesos, quando não houvesse indenizações pendentes. Ducos ainda salientava que, até aquele momento, a cooperativa não havia tido nenhuma perda. (DUCOS, ca.1904). Ducos também passou números ao amigo especialista:

[...] en 1º de Abril de 1903 los fondos de Reserva ascendian á \$81.483,77. El 15 de Marzo de 1904 vencerán ciento cuarenta y três préstamos que importán \$74.500,00. El valor de las primas de seguros, sobre quinientas y nueve pólizas Ascende á \$127.300,00, hasta el 28 de Diciembre de 1903, se habían reconocidos siniestros, sobre 7.530 hectáreas de trigo com un valor nominal de \$243.412,00, pagándose en concepto de indemnización \$69.213,37.

A prática do empréstimo aos associados aparece desde o primeiro estatuto, em 1898; nos periódicos, desde o início do XX, conforme o artigo informativo (informe e balanço) da cooperativa no *El Independiente* (13/04/1902, capa). Sobre os juros, a cooperativa registrava nas resoluções das assembleias que cobraria juros convencional e baixo. No exercício de 1901/1902, os juros cobrados foram de 10% sobre os empréstimos efetuados e, para o exercício de 1902/1903, 9%, adiantado.

Em 1908 (EL REFLECTOR, 21/06), o presidente Ducos manifestou o seu desejo e a necessidade de se fazer um novo fundo de reserva o qual servisse para outros eventos, atendendo às necessidades dos associados. A matéria de capa do *El Independiente* (14/11/1902), intitulada *Las Cooperativas Mutuais*,³⁴ expressa relevante consideração com a atuação da El Agrícola (grifo da autora), destacamos um trecho que segue:

Sus fondos de reserva tienen el destino de servir de préstamo à los socios, supliendo de este modo, la falta de bancos que presten los agricultores ayuda efectiva, tan necesaria en ciertas épocas del año para los chacareros que no disponen de capital en moneda; convirtiéndose, de este modo, en el más fuerte protector de la agricultura.

O periódico *El Independiente* (25/05/1910, p. 5) também registrou os empréstimos pessoais aos associados, além de o associado ter o retorno das sobras

³⁴O texto está em forma de artigo sem assinatura do autor. Trata-se de um texto elogioso a El Progreso Agrícola de Pigüé ao completar cinco anos de visível crescimento. Ao final do texto, há um convite, para todos proprietários de máquinas debulhadoras para uma assembleia constitutiva de uma nova associação contra o seguro de incêndio das máquinas.

do seu prêmio, após a colheita e os negócios liquidados. O crédito, em 1910, parece ter chamado mais atenção para a localidade do que o próprio serviço de seguro, tendo ambos uma importância enorme no naquele contexto agrário. Conforme procuramos mostrar até aqui, a cooperativa tornava pública todas as suas atividades. Em 1901 e 1902, a cooperativa anunciava a devolução da metade do valor pago pelo seguro, se, ao final do exercício, não tivesse sido utilizado todo o valor em pagamento de sinistros (EL INDEPENDIENTE,14/11). Nesse sentido, cada vez mais, os agricultores foram vendo o quão vantajoso era ser associado da cooperativa mútua El Agrícola.

A El Agrícola oferecia benefícios importantes aos produtores agrícolas de Pigüé e de outros departamentos após 1903, como, por exemplo, Puán, Adolfo Alsina e Guaminí, estendo para Bahia Blanca. Lembramos sempre da dificuldade de se obter o crédito agrícola e das desvantagens que se tinha com as companhias de seguro, como, por exemplo, a própria inexistência de devolução nos casos do seguro não ter sido utilizado. Nesse sentido, o crédito na cooperativa foi extensamente explorado pela imprensa, inclusive nos relatórios dos agentes públicos, como o de Tomás Amadeo, de 25 de fevereiro de 1911, sobre as benfeitorias da Cooperativa em Pigüé e arredores, publicado no *La Prensa* (03/02/1911, grifo da autora):

[o agricultor] no solo asegura sus cultivos y parte que le recibe, parte que le responde de las utilidades anuales, sino que también utiliza casi íntegramente el capital constituido por el importe de la Póliza-acción, por siniestros y otros gastos.

[...]

La organización económica de los Agricultores de Pigüé, única en la República Argentina, merece ser señalada al país entero como una enseñanza y un ejemplo, del mismo modo que la próspera existencia de la Colonia de Pigüé, demuestra que un inmigrante del tipo de los que poblaron Pigüé, vale por cien de los que llegan diariamente, y que el sistema de propaganda y de colonización que practicaron sus iniciadores debe ser estudiado por los estadistas.

Talvez foram essas alterações que resultaram, no ano de 1903, em uma cisão entre os sócios, gerando duas cooperativas de seguros agrícolas em Pigüé, a *Unión Agrícola de Pigüé* e a *El Agrícola*. Um dos fundadores da El Agrícola, Adrian Roux configura-se, na equipe diretiva da nova cooperativa, como o seu presidente.

O jornal *El Independiente* registrava em cada edição o seu diretor, mas o editor continuava a ser anônimo. No entanto, ele assinava quando publicava sua

opinião. Nesse caso, chamamos a atenção para a publicação sobre a cisão da cooperativa El Agrícola de Pigüé, sem registrar as causas da divisão, no dia 18 de outubro de 1903. Abordando sobre os prejuízos que uma cisão poderia causar até o desaparecimento da cooperativa, o autor procurou destacar a importância das atividades cooperativas, baseada na participação dos próprios sócios e alertou:

Es necesario salvar una institución que hace honor á la provincia, que es y será siempre un adelanto para los centros agrícolas, que libra los productores de la especulación tirana de las compañías particulares, que presta los beneficios de un Banco, que es un honor para la colonia francesa que ha conquistado estos campos debido al trabajo, ha sabido constituir una ingeniosa institución que pasa por momentos de peligro que los hombres bien intencionados deben de conjurar.

A El Agrícola reformulou seus estatutos por três vezes desde o seu nascimento, 1901, 1903 e 1905. Todas as mudanças em estatuto deveriam ser firmadas no Registro Oficial da Província, em acordo com os artigos 293, 314 e 323 do Código do Comércio. A cooperativa mudou algumas coisas na forma de operacionalizar, procurando se adequar às necessidades e àquilo que entendiam ser uma cooperativa.

Conforme o estatuto de 1903 (grifo da autora), já abordado anteriormente, a sociedade adotou o capital anônimo e fixou-o em \$100 mil na moeda nacional, dividido em apólices. Fixou em 25 hectares o mínimo para ser assegurado; na apólice, deveria constar o valor da colheita assegurada, detalhando o rendimento calculado por hectare e preço por cada 100 Kg, dentro dos limites fixados ao ano. Também foram definidas ainda mais a composição e o destino do capital.

De las utilidades líquidas realizadas en el año, se destina el dos por ciento para los Fondos de Previsión para destinados á pagar siniestros cuando estos excedan del setenta por ciento del capital social, y un nueve por ciento para honorários de la Comisión Directiva.

Del excedente de las utilidades se destinan: cincuenta por ciento dos dividendos, á porrateo, sobre la totalidad de las primas pagadas por cada uno y el outro cincuenta por ciento al fondo de reserva; los fondos de reserva, cuando no haya indemnización pendiente, podrá destinarse á hacer préstamos, unicamente á los socios con interés convencional y á cambio de pagarés á la órden de la Sociedad, con garantía personal con un plazo que no exceda de 15 de Mayo.

Essas reformas podem ter ocasionado desconforto e instabilidade entre os associados, colaborando para a divisão de opinião e, posteriormente, para o

surgimento de duas cooperativas de seguro contra granizo, em 1903. Na ata publicada no jornal *El Independiente* (20/09/1903), o sócio Roqstan pediu a palavra na assembleia e deu a sua opinião sobre as reformas, disse que, se a cooperativa empregasse o um valor fixo para as apólices, perderia o seu princípio fundamental de solidariedade e ajuda mútua. Além disso, ele destacou que não era aceitável pagar honorários à Comissão Diretiva – ainda que tenha sido mencionado na assembleia o pouco interesse dos associados em candidatar-se à direção da instituição, a partir de uma regra percentual. Ressaltou que a cooperativa iniciou sem esses pagamentos e frisou que “a Sociedade foi fundada eminentemente em caráter mútuo”. No mesmo ano de 1903, a cooperativa *Unión Agrícola de Pigüé* foi fundada um mês depois da assembleia geral de novas resoluções da El Agrícola, com a finalidade de seguros para granizo, conforme podemos ler no trecho destacado abaixo da seção *varias* do jornal *El Independiente* (18/10/1903, p. 2).

Unión Agrícola de Pigüé

Bajo esta denominación quedó definitivamente constituida la nueva sociedad cooperativa y mútua de seguros contra granizo, que socios disidentes de “El Progreso Agrícola de Pigüé”, han formado.

Apesar de haberse creado esta nueva sociedad los socios que pertenecen al “Progreso Agrícola y se han adherido á la nueva, asegurarán sus cosechas en las dos sociedades, destinando la mitad á cada una.

No ano de 1910, a comissão diretiva da Unión Agrícola de Pigüé era formada por: Adrian Roux (presidente); Lorenzo Pin (vice); Emilio Fric (secretario); Juan Caussade (tesoureiro); Damaso Gil (gerente). (UNIÓN AGRÍCOLA DE PIGÜÉ, 1910).

Os associados da cooperativa El Agrícola “ganharam” liberdade de associação, ou seja, não era preciso ser sócio exclusivo. Percebendo a concorrência e visando, também, a atrair novos associados, a *El Agrícola* incentivou intensamente o cooperativismo durante sua primeira década, inspirando novas cooperativas em sua localidade e em outras províncias. Como vimos, ela passou a agir como uma irmã mais velha das demais, ensinando-lhes o caminho cooperativo, conforme trechos (CORONEL Suarez, *El Independiente*, 20/03/1903, capa), que transcrevemos abaixo, da carta do senhor presidente Octavio Ducos a Lorenzo Olcina, o qual fazia parte da comissão fundadora da cooperativa em Coronel Suarez.

Hacia tiempo que se esperaba en Coronel Suarez, Pueblo que debe exclusivamente su riqueza a su poderosa industria agrícola, que se

fundara outra cooperativa mutua contra granizo entre las legiones de sus agricultores que á la par de prestar grandes servicios a los intereses privados tendiera su acción benefactora sobre el Pueblo, en favor de la comunidad.

Las sociedades que tengan las bases sociales que dio vida y razón de ser á “El Progreso Agrícola de Pigüé”, sus beneficios alcanzarán directa o indirectamente á todos.

Quanto à produção agrícola da região, podemos dizer que ela era bem expressiva e favoreceu o crescimento da El Agrícola, que seguiu em plena ascensão econômica até 1910, correspondendo à gestão de Ducos. Dos departamentos do Sul da província de Buenos Aires, o departamento de General Saavedra produzia 91.377 toneladas de trigo, em um território de 94.471 hectares, no início do século XX, ficando atrás apenas do departamento de Suárez, que produzia 101.433 toneladas de trigo em 84.528 hectares. Esses dados evidenciam para nós a importância do seguro agrícola no cenário econômico local. (BALANÇO ESTATÍSTICO AGRÍCOLA, *Revista La Agricultura*, 28/01/1903).

Mas a reformulação do Estatuto mais significativa veio em 1914. De acordo com as disposições do estatuto de 1914, a cooperativa passou a abarcar o seguro da colheita de linho, assim como expandiu ainda mais a sua área de atuação, isso pode ser relacionado com a concorrência que crescia cada vez mais, nos distritos vizinhos,³⁵ mantendo como sede da cooperativa a cidade de Pigüé, conforme lemos abaixo (grifo da autora):

assegurar bajo la base cooperativa y mutua las cosechas de cereales y lino en pié, contra el daño causado por el granizo, cobrando a todos los asegurados, que, por este hecho se consideran socios, las primas de acuerdo con el Artículo 2° abonando los perjuicios con las primas cobradas y guardando los excedentes que resulten para Capital y Fondo de Reserva y Previsión para ser devueltos de acuerdo con los estatutos de la sociedad, cuyo domicilio legal será el Pueblo de Pigüé, y cuya acción se extenderá a la provincia de Buenos Aires y Gobernaciones de la Pampa y Río Negro.

O novo estatuto dispõe sobre a adoção da cooperativa de sociedade anônima, fixando o capital em 100 mil pesos. O excedente acumulado do capital formava o fundo de reserva, o qual era distribuído *pro rata* nas contas dos sócios, assim como o capital. Outras disposições desse estatuto foram: a) assegurou a

³⁵O exemplo de cooperação foi noticiado no periódico *El Independiente* (15/08/1903), inspirando a criação também em Coronel Pringles. Coronel Suárez também figurou no mesmo jornal, anunciando a criação de uma cooperativa similar a cooperativa de Pigüé, na edição de 20 de setembro de 1903.

liberdade dos sócios de obter novos seguros com outros empreendimentos; b) aumentou para 10% a comissão da comissão diretiva e facultou a essa comissão fixar o preço e rendimentos dos cereais; c) realização de apenas uma assembleia geral ao ano; d) supressão do pagamento dos dividendos em dinheiro, pois passaram a ser incorporados nas ações; e) em caso de pagamento à vista do seguro, o sócio terá uma bonificação de 5%; f) o fundo de previsão é ilimitado, seu principal objeto é o pagamento dos sinistros quando os prêmios do ano não forem o suficiente. Essas foram mudanças que observamos e que definem a orientação da cooperativa nesta década.

Diante de uma crise com perda total, ocasionada por uma seca prolongada, apontamos a colheita 1911-1912 como interruptora da ascensão. O número de apólices concedidas foi o mais alto até então, de 2.607, iniciando a década de 1920 com muitas dificuldades. Até o exercício de 1913, contudo, ainda se comemorava o desenvolvimento cooperativo, conforme os dados do terceiro censo argentino (1914, tomo 10, p. 143), “un Grano fué es el lema de “El Progreso Agrícola de Pigüé” – pero el grano ha producido muchos y magníficas espigas doradas á juzgar por las siguientes cifras”:

Quadro 5 - Balanço Quinquenal da El Progreso Agrícola

	1898-1903	1903-1908	1908-1913
Hectares assegurados	180.881	895.228	2.091.723
Valores assegurados \$	5.329.238	33.945.057,91	77.730.460,89
Prêmios cobrados \$	239.816	1.610.976,81	3.510.039,26
Sinistros pagos \$	83.391	1.059.527,04	2.170.894,97
Liquidações de fundos pagos \$	2.247	165.098,05	520.010,51
Dividendos pagos \$	74.477	84.804,93	143.129,60

Fonte: ARGENTINA, 1914, p.143.

Em 28 de dezembro de 1918, o *El Reflector* publicava, em sua capa, as frequentes tempestades de granizos. A notícia procurava tranquilizar os agricultores e assegurar a eficiência das cooperativas de seguros de Pigüé frente à emergência, sobretudo da El Agrícola, que completava, naquele ano, 20 anos de exercício.

A supressão do setor de crédito da cooperativa pode ter ocorrido pelo surgimento de concorrência de novas Sociedades do ramo, bem como pelas dificuldades de se manter o fundo de reserva. Tendo em vista a mudança de atividade econômica da região, de agricultores para criadores de gado, a multiplicação de cooperativas de seguro na cidade Pigüé e arredores aumentou. Dessa maneira, com as frequentes ocorrências de sinistros e a possibilidade de escolha do agricultor, dificultou a realização de empréstimos pessoais, os quais eram realizados do fundo de reservas do seguro. Tudo isso contribuiu para o estancamento da ascensão econômica e início de um período frágil da *El Agrícola*. (EL PROGRESO AGRÍCOLA DE PIGÜÉ, *El Orden*, 1934, n. Extraordinario).

Ao lado desses problemas institucionais, a década de 1920 foi marcada por greves e conflitos no setor agropecuário afetado por crises econômicas. Após a I Guerra Mundial, a crise no mercado agroexportador, além de causas adversas na agricultura e pecuária, levaram o Banco de la Nación (que havia autorizado o empréstimo para esse setor em 07 de janeiro de 1908) a liberar empréstimo para agricultores e pecuaristas diversos, ou seja, inclusive para os pequenos e médios produtores. Os produtores poderiam ter o valor do produto na bolsa ou a granel, antecipadamente, com limite fixo de \$10.000 pesos. (FARIAS, 1919, p. 26-27).

A aquisição do crédito agrícola no banco passou a ser mais vantajosa, com o prazo para pagamento de 90 a 180 dias. Ainda, segundo Farias, foi, inclusive, autorizado o empréstimo para produtores de milho em todas as sucursais da Província de Buenos Aires, Entre Rios, Córdoba e Pampa Central, até a soma de \$3.000 pesos. Os produtores de cereais, como trigo, milho e linho, aparecem em primeiro lugar nos contratos firmados com o banco. Acreditamos que esta iniciativa tenha afetado os negócios das cooperativas que ofereciam esse serviço do crédito, como a El Agrícola, tendo em vista que, em 1917, o Banco abriu uma sucursal em Pigüé.

Após 1916, a administração de Hipólito Yrigoyen não gestou políticas públicas para os desafios do setor rural. Embora tenha tido algumas iniciativas de reforma e harmonização entre os setores, suas ideias foram embargadas por opositores e

conservadores pecuaristas. Com exceção da *Ley del Hogar* (1917), que se refere à colonização e atendia a todos os interesses, o Governo radical não modificou as condições estruturais, resultando em políticas insuficientes e até tardias, para satisfazer as provisões de insumos a baixo custo e consolidar o mercado externo. (BONAUDO; BANDIERI, 2000, p. 237; 262).

Com tantas coisas em jogo, no cenário rural argentino, as cooperativas seguiam sendo fomentadas pelas associações rurais, como a FAA, e pelo Museo Social Argentino, os quais elaboraram e propuseram projetos de lei. Os agentes do Ministério da Agricultura também desempenharam um papel importante para o desenvolvimento cooperativo, como podemos observar na conferência inaugural da Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires, intitulada *Cooperación y Mutualidad*. Proferida pelo professor e engenheiro Domingo Bórea, a conferência teve como ponto principal a preocupação da aderência cooperativa dos produtores que, segundo Bórea, estava bastante fraca no início de 1920. Bórea ressaltou que o cooperativismo insere-se como um movimento progressista. A conferência foi publicada na íntegra sob o mesmo título no jornal *El Reflector*, em duas edições (01 e 08 de maio de 1920, capa). O que nos chama atenção é a referência que o engenheiro fez a William King,³⁶ como um precursor cooperativo que não obteve tanta influência no seu tempo. Para Bórea, King foi mal compreendido. Em parte, concordamos com Bórea, pois os postulados cooperativos preconizados por King influenciaram fortemente os pioneiros de Rochdale, assim como o movimento cooperativo como um todo.

A possibilidade transformadora do cooperativismo de consumo foi destacada por King do ponto de vista econômico e das relações sociais, mais humanas, solidárias e com profundas raízes cristãs. Ele destacava também a neutralidade política e religiosidade. Para King, somente a cooperação pode emancipar a pessoa humana da exploração. Assim, o seu foco está no capital como produto do trabalho.

³⁶ William King (17786-1865), médico da cidade de Brighton (Grã-Bretanha), estimulou a organização de práticas de consumo com traços cooperativos, em 1827, na mesma cidade. De acordo com Klaes (2005, p. 61), “do ponto de vista doutrinário, William King expôs ideias que fundamentaram sua ação social, por um periódico mensal, concebido para tal e que tinha por título ‘The Co-operator’, no qual foram publicados inúmeros trabalhos de cunho prático e útil ao soerguimento das populações laboriosas. Este mensário teve vinte e oito (28) números somente e funcionou no período de 1828 a 1830, sendo escrito pessoalmente pelo seu idealizador”. Para King, os trabalhadores deveriam “capitalizar em seu próprio benefício os consideráveis lucros que proporcionavam aos comerciantes e intermediários quando compravam seus habituais artigos de consumo. Com este anúncio, o Dr. William King chega a sua concepção das Cooperativas de Consumo”. (Ibidem, p. 62).

Contudo, Bórea tinha razão quando afirmou o seu insucesso, pois as cooperativas iniciadas por King não foram além dos anos de 1830 em funcionamento. Seu pensamento precisava de um pouco mais de consciência de classe, fenômeno que estava em formação naquele tempo.

Entendemos que a El Agrícola funcionou influenciada por diversas correntes do crédito franco-germânica, além do pensamento gideano, em colaboração com as outras práticas, predominando talvez a corrente francesa.³⁷ Afinal, as correntes inglesas destacavam o cooperativismo de consumo, enquanto que a El Agrícola estava focada nas transações do crédito e do seguro, ainda que o seguro não deixasse de ser um produto a ser consumido.

Sob as influências dos agentes estatais, que realizavam visitas e palestras, percebemos a construção dos princípios cooperativos na Argentina. Com bases teóricas inglesas, percebidas pela conferência de Bórea, bem como pelas recorrentes menções ao cooperativismo inglês, a Argentina parece-nos ter incorporado os princípios rochdaleanos. Na historiografia argentina, a cooperativa de consumo destaca-se em definitivo, urbanas e rurais, como experiências puramente cooperativas à luz dos princípios de Rochdale. El Hogar Obrero,³⁸ por exemplo, fundada em 1905, é um exemplo no meio urbano, a qual foi incentivada e difundida pelo líder socialista Juan Justo, conhecedor do cooperativismo inglês. Além disso, a cooperativa de Justo foi a primeira da América Latina a ser inscrita na Aliança Cooperativa Internacional, em 1910, enquanto que, no Brasil, tem-se mais claramente o pensamento franco-germânico em suas referências, sobretudo as bases católicas cristãs.

A cooperativa de Pigüé influenciou muitas outras iniciativas, as quais uniram esforços mútuos entre trabalhadores urbanos e/ ou agricultores, que construíram cooperativas por meio de vínculos de solidariedade. Ressaltamos que essa primeira

³⁷No jornal Independiente, evidenciamos frequentes notícias e informações sobre as cooperativas agrícolas francesas. Inclusive com notas de autoridades francesas, como, por exemplo, no dia 04 de agosto de 1907, publicou-se o discurso do Ministro da Agricultura da França, proferido em Lyon, sobre o funcionamento de cooperativas agrícolas e as políticas de incentivo. Nesse periódico, encontramos mais notícias com teor político, em relação aos outros, com posicionamento contra a Oligarquia e as eleições fraudulentas.

³⁸Finalmente, podemos considerar que este ciclo de ensayos cooperativos se cierra con la creación en 1905 de 'El Hogar Obrero', nuevamente a instancias del Dr. Juan B. Justo. Su fundación coincide con la resolución adoptada en el tercer Congreso de la Unión General de Trabajadores, de tendencia socialista, que invitaba a los trabajadores sindicalmente organizados a constituir cooperativas con el objetivo de 'mejorar las condiciones de trabajo y hacer más intensa la propaganda obrera, procurando excluir de ellas el sentimiento de estrecho espíritu de corporación' y para contribuir a «robustecer su resistencia al capitalismo». (PLOTINSKY, 2009a).

experiência, de cooperativismo agrícola na Argentina, foi vista por alguns autores da época e escritores dos periódicos com grande orgulho. Os imigrantes franceses foram aqueles que ousaram, em períodos difíceis, organizar uma entidade socioeconômica, visando o coletivo.

Temos em Pigüé uma colônia, um centro agrícola de imigrantes franceses, que alimentou suas raízes étnicas, essencialmente católica e produtora rural. Para a constituição da cooperativa, os fundadores podem ter sido inspirados pelos pensadores socialistas francês, precursores do cooperativismo. Isso pode ter ocorrido em maior grau do que ter, simplesmente, acatado os princípios de Rochdale.

A prática doutrinária da cooperativa El Progreso Agrícola de Pigüé possui coerência cooperativa desde o início de suas atividades, isto é, uma organização de ajuda mútua com fins econômicos, buscando combater, sobretudo, os altos juros capitalistas, corporificado para aqueles sujeitos nas companhias de seguro da época. Com as limitações da lei, ser uma sociedade anônima e ter o registro de mutual era o caminho a ser seguido.

O registro jurídico e a funcionalidade de uma cooperativa mudaria com a aprovação da Lei 11.388, em 20 de dezembro 1926. A nova lei vem para regimentar as cooperativas, tardiamente em relação a outros países, como o próprio Brasil, revogando os art. 392; 393 e 394 do Código do Comércio, que entendiam as cooperativas como sociedades comerciais. Dispondo de 13 artigos, a lei esclarece o que é uma cooperativa e regula a instituição.

Dos 11 itens do artigo 2, da Lei 11.388, muitos a El Agrícola já seguia, mas era necessário se adequar à nova legislação revendo suas ações, ainda mais porque, nos anos de 1920, a cooperativa encontrava-se enfraquecida em suas atividades. Descrevemos abaixo alguns dos artigos da Lei que incidiram na reformulação da El Progreso Agrícola.

Art 2. Sólo podrán denominar-se “cooperativas” las sociedades que además de ese título reúnan los caracteres siguientes:

1º Acompañar su nombre social con la palabra “limitada”;

[...].

3º Las acciones serán nominativas e indivisibles y transferibles solamente con acuerdo del directorio en las condiciones que determinen los estatutos. Todas las acciones, una vez integradas, serán del mismo valor;

4º Cada socio no tendrá más que un voto, sea cual fuera el número de sus acciones;

[...]

7º Los socios salientes por cualquier causa, no tendrán derecho individual alguno sobre las reservas sociales;

[...]

10º No podrá remunerar con comisión ni en otra forma a quien aporte nuevos socios o coloque acciones;

11º No podrá tener por fin principal ni acesorio la propaganda de ideas políticas, religiosas, de nacionalidades o regiones determinadas; ni imponer como condición de admisión la vinculación de los socios con organizaciones religiosas, partidos políticos o agrupaciones de nacionalidades o regionales.

Daniel Plotinski (2010) reitera sobre a presença de princípios rochdaleanos no Código do Comércio de 1889, em relação ao voto e às ações nominais, mesmo sem deixar claro o uso da palavra *cooperativa*, pois podia ser confundida pela interpretação da lei com associações comerciais. Em geral, o que concordamos com o autor é que a Lei de 1926 trouxe princípios importantes como a associação livre e voluntária, sem desenvolver no texto uma definição de cooperativa. Além disso, é visível na lei os princípios marcadamente rochdaleanos, que ficaram em vigor até 1973. Dois anos depois de outorgada a Lei, em 30 de janeiro de 1928, a El Agrícola adequou-se à nova lei. Atualmente, é conhecida como El Progreso Seguros S/A.

6 CONCLUSÃO

Os princípios cooperativos e a constituição doutrinária do que é ser uma cooperativa foram gestados no século XIX, sendo esse o contexto de criação do que é estabelecido hoje como cooperativismo moderno. Com o florescimento do pensamento socialista, desde Saint-Simon, a partir dos anos de 1820, na Europa, outros pensadores sociais se debruçaram a pensar e interpretar a sociedade. Alguns, seguidores de Saint-Simon, como Charles Fourier e Robert Owen; outros, com algumas negações, mas com admiração a eles, como Louis Blanc; ainda, aqueles que fizeram suas próprias escolas, como Pierre-Joseph Proudhon e Karl Marx.

Todos eles contribuíram para pensar formas de cooperação na sociedade, de acordo com sua tese social. Proudhon e Marx são os pensadores menos referenciados nos trabalhos sobre cooperativismo. Não pensar nesses autores como precursores do cooperativismo já é uma forma de torná-los invisíveis para essa questão. O movimento cooperativo se faz em meio às discussões de um pensamento liberal igualitário, isto é, na crença de tornar o trabalhador próspero com o fruto do seu trabalho e em defesa das individualidades e do caráter privado da instituição. Assim, a organização coletiva tornaria viável a luta contra aqueles que representavam a opressão.

Naquele contexto dos anos de 1820-1848, Hobsbawm (2017) identifica as cooperativas como uma das ações associativas que buscavam melhorias nas condições de vida, ao lado dos sindicatos e de outras associações. Para este autor, a luta foi travada também com o desejo de tornar-se burguês. Contudo, o pensamento cooperativo foi crescendo em separado até tornar-se um movimento cujos alicerces foram fincados no pensamento, em grande medida, do inglês Owen e do francês Fourier. Esses socialistas são frequentemente referenciados nos trabalhos sobre cooperativismo e compartilham com os outros socialistas os sentimentos de humanismo, solidariedade e liberdade – elementos fundamentais para uma reforma social –, pois as cooperativas e as associações eram um instrumento de luta.

Nesse sentido, uma possível conclusão que trazemos em relação às cooperativas como um instrumento de luta é sobre o desejo de tornar-se burguês dos cooperados. Nos casos em que nos debruçamos, não apareceu esta ideia fixada como um objetivo, ainda que, na prática cooperativa de Pigüé, aparecesse com mais intensidade, principalmente nas ações de isolamento da cooperativa em relação aos conflitos regionais. Entretanto, para compreendermos mais essa característica levantada por Hobsbawm, é preciso que vejamos os princípios doutrinários adotados por cada uma das cooperativas estudadas nessa tese.

Embora tenha acontecido uma institucionalização do cooperativismo com a Aliança Cooperativa Internacional, procurando unificar as normas cooperativas das experiências

existentes na Europa, em 1895, a pluralidade da prática permanecia. O estatuto dos Pioneiros Rochdale passou a ser o exemplo melhor formulado para a definição de cooperativa e inspiração doutrinária. Porém, lembramos que essa foi uma experiência de um tipo de cooperação, o de consumo, o qual possui necessidades e características próprias. Mesmo assim, foi aquele que mais ganhou a atenção nos congressos internacionais e que acabou se sobressaindo aos demais, de produção e crédito. Ainda que tenha se procurado debater sobre os três tipos de cooperação no processo de constituição da ACI, a institucionalização e a ampla difusão dos princípios e da prática dos pioneiros ingleses pela imprensa, congressos e, até mesmo, a circulação de ideias, a cooperativa de consumo inglesa ganhou grande destaque.

A expansão sistemática das cooperativas após 1880 pela Europa contribuiu para que o conhecimento chegasse em outros continentes, no contexto de grande fluxo migratório. Os indivíduos que compartilharam conhecimentos comuns sobre o tema acabaram por empregá-los quando os desafios da nova terra se fizeram presentes. Tais informações auxiliaram significativamente no cumprimento dos compromissos contratuais, no desenvolvimento local e no fortalecimento da identidade étnica.

Nosso estudo mostrou que havia uma multiplicidade antes da ACI e que os debates continuaram até, pelo menos, os anos de 1930, quando houve um consenso maior em relação aos princípios. A evidência da pluralidade cooperativa na América Latina ainda é maior, considerando a difusão desse movimento mediante a presença da imigração, das condições culturais e econômicas latino-americanas e da ação da Igreja Católica. Desde a construção de um marco jurídico para as cooperativas da ação das associações mútuas e sociedades anônimas e a confusão estabelecida pelo Estado na gestão de cooperativas até a formação de uma lógica doutrinária, as cooperativas pioneiras foram suficientemente autônomas para decidir seus próprios princípios.

Os imigrantes, nos nossos casos de Pigüé e Nova Petrópolis, fizeram a leitura daquilo que definiam como uma cooperativa e daquilo que foi possível empreender no país de acolhimento, sem uma legislação específica para o funcionamento das cooperativas ou órgão controlador quando do início de suas atividades. Assim, temos no Rio Grande do Sul, com a cooperativa de Nova Petrópolis, uma expressão claramente cristã raiffeisiana, misturada com elementos dos bancos populares de Schulze-Delitzsch, prevalecendo a preocupação de formação moral e da solidariedade cristã de Raiffeisen. A própria história da colônia e da criação da cooperativa apresenta forte presença e atuação de personagens religiosos. A predominância doutrinária alemã em Nova Petrópolis não quer dizer que aqueles sujeitos não tenham tido contato ou sabido da existência das cooperativas de consumo e da experiência de Rochdale ou daquelas francesas. Muito pelo contrário, um dos seus principais líderes, o jesuíta Amstad, estava em formação na Inglaterra, no período de

maior efervescência do cooperativismo e do associativismo na Europa, após a década de 1860.

É importante que reservemos um espaço para falar da atuação da Igreja no Brasil, pois ela participou ativamente da consolidação dos projetos de colonização no Sul. A imigração fez com que a Igreja reaprendesse a lidar com os conflitos entre fazendeiros e agricultores que implicavam, entre outros, a questão religiosa. As áreas de colonização alemã do Rio Grande do Sul puderam contar com o apoio da Ordem da Companhia de Jesus a partir de 1849. A Igreja organizada junto dos imigrantes caracterizou-se pelo envolvimento na vida do povo, incentivando a educação, o bem-estar material como um pressuposto para vida espiritual saudável. Envolveram-se e concentraram maior atenção em assistência social e na liderança em projetos que visavam à promoção da vida humana.

Por meio da Associação dos Agricultores Rio-grandenses que as Caixas Rurais foram difundidas e criadas em diferentes cidades da região. Ela fundamentava-se em quatro princípios básicos: a cooperação, o comprometimento mútuo, a interconfessionalidade e a interetnicidade. Em primeiro lugar, a própria origem do sistema *Raiffeisen* era confessional na Alemanha. Em segundo lugar, a partir dela, os jesuítas criaram estratégias de motivação, a fim de cativar os fiéis e conquistar novos membros para Igreja, por meio de exemplos de vida.

Nesse sentido, salientamos a escolha pelos princípios cristãos e por esses modelos como forma também de adequação à realidade local e brasileira. Afora o romantismo de seus líderes, houve uma mudança concreta no estilo de vida dos colonos por meio da cooperativa, o que lhes permitiu condições de vida melhores. A adequação e a escolha do modelo cooperativo que iriam adotar necessitou o reconhecimento do *habitus*, das heranças daqueles imigrantes que aceitaram colocar em prática a cooperação nos termos de responsabilidade ilimitada e solidária e, até 1969, de responsabilidade ilimitada. Isto é, prioritariamente zelada pelo exercício da coletividade expressa na frase de “um por todos e todos por um” dos teóricos cooperativistas ou no seu próprio lema “tudo para todos”.

Na Caixa de Economia e Empréstimo de Nova Petrópolis, percebemos que a ideia da economia moral esteve mais presente do que na El Progreso Agrícola de Pigüé. A herança camponesa de outrora buscava a autonomia em todo o processo da economia e, assim, evidenciou-se em Nova Petrópolis. A finalidade da cooperativa neopetropolitana contribuiu para isso, pois os agricultores puderam por alguns anos organizar toda a produção e escoamento por meio da cooperativa e da Associação Rio-Grandense de Agricultores.

Acreditamos que os estudos de caso analisados em sua historicidade nos auxiliam nas discussões recentes do cooperativismo, visando desamararrar um pouco os nós que entrelaçam os princípios de Rochdale na América. Assim, ampliamos o leque de

contribuições, permitindo-nos a ver a construção desses princípios e de outras lógicas de humanismo que se completam, formando um cooperativismo diverso e respeitoso frente ao rechaço em comum do individualismo. Democracia e autogestão foram e são um desafio nas cooperativas, de ontem e de hoje, pois ter uma assembleia não é sinônimo de democracia exercida no seu interior. Sobre a gestão, vimos que a cooperativa de crédito de Nova Petrópolis esteve por muitos anos centralizada nas figuras jesuíticas e nos laços familiares dos fundadores.

Nesse sentido, o princípio cooperativo que preza pela neutralidade religiosa e política existiu em parte, ou seja, a cooperativa não deveria se assumir com posturas políticas ou confessionais. No entanto, a Caixa Rural foi vista pelos demais como uma instituição cristã, católica e protestante, ligada à Sociedade União Popular (SUP) e ao sindicato Bauerverein, sobressaindo a visibilidade católica pela presença de lideranças jesuíticas. Além disso, pela rede que construiu nas colônias alemãs, a cooperativa de crédito foi sendo mencionada no seu conjunto de Caixas Rurais, recebendo críticas e avaliações de influenciadores engenheiros. Mesmo com o peso da religiosidade, ou seja, as Caixas Rurais sendo orientadas pela adesão de valores cristãos como honestidade, solidariedade, o bem comum e a rejeição à usura, não podemos minimizar a preocupação social do próprio clérigo jesuítico com a organização social das colônias. O “interesse pela comunidade” apareceu como princípio na ACI somente em 1995, porém, na teoria e prática da cooperativa de crédito alemã, o “despertar desse interesse” estava na base do pensamento de Raiffeisen.

Quanto ao fator político, esse também destaca-se no caso do Rio Grande do Sul, ainda que não tenhamos evidenciado um posicionamento político claro de oposição ao Governo Provincial. Percebemos a representação política das Caixas por meio de suas Associações régias em busca dos seus interesses, como, por exemplo, ao financiar novas colonizações. Dessa maneira, a cooperativa também ampliava seu papel como ator político.

Se de um lado da nossa comparação temos um associativismo cooperativo incentivado e fundado por uma figura religiosa, a do jesuíta Theodor Amstad, por outro lado, temos uma cooperação marcada com a iniciativa dos sujeitos letrados da época. É importante ressaltar que foi fundamental para o crescimento do cooperativismo a alfabetização entre os membros e a capacidade de compreensão da associação-empresa. Em comum, em ambas localidades, o cooperativismo foi inaugurado a partir de e com pequenos produtores, diferente da experiência patronal da Espanha por exemplo, ou do cooperativismo que foi incentivado pelo Estado brasileiro para os grandes agropecuaristas.

A presença do Estado, em ambos os casos, foi percebida na atuação dos engenheiros agrônomos em viagens e em seus cursos de formação agrária, no Brasil, intensamente a partir dos anos de 1920; na Argentina, a partir dos anos de 1910. Em relação aos princípios cooperativos adotados pelo Estado temos uma influência franco-

germânica do lado brasileiro, valorizando bastante as experiências dos alemães e espelhando-se na legislação francesa. Enquanto isso, o argentino percebe-se, na bibliografia daquela época, forte referência inglesa, citando, principalmente, Willian King, como vemos em Domingo Bórea, por exemplo, e a experiência de Rochdale, como se vê expressa nas leis. Mas não podemos deixar de considerar a influência exercida pelo pensamento de Gide, orientando a formação de cooperativa, embora francês e simpatizante de Fourier, o seu pensamento cooperativo cresceu com base na experiência inglesa. Enfim, tudo isso conforma o pensamento que foi absorvido e adaptado pela cooperativa.

No caso argentino, a El Progreso Agrícola nos apresentou uma cooperativa envolvida com os interesses particulares dos seus associados e restritos a eles. Isto é, a estrutura associativa da cidade e o próprio estudo da cooperativa mostram-nos a crença na mobilização coletiva. A ideia de uma associação-empresa é marcante em Pigüé, desde sua característica de responsabilidade limitada. Ainda que a cooperativa tenha iniciado suas atividades pautada na solidariedade “sin capital anónimo, todo es de ellos” (ACTA e Estatuto de Fundación, 1898, p. 3), logo aderiu a formação de capital, em acordo com a legislação do Comércio, que normatizava as cooperativas como sendo sociedades anônimas limitadas. Os líderes fundadores de Pigüé foram proprietários e agricultores com expressivo destaque frente aos demais, liberais em busca de igualdade e de justiça social.

Os princípios de cooperação da Cooperativa de Pigüé estão ligados aos conhecimentos ingleses, na forma como foram sintetizados e interpretados por Charles Gide. Podemos perceber isso pela forma pragmática com que pregam a solidariedade, pois, para eles, ela não é só moral, ela possui uma utilidade reconhecível voltada para um ideal de justiça. Com esse entendimento, é possível compreender o isolamento da cooperativa nos eventos políticos regionais, de reivindicações trabalhistas e sociais no campo. Ao que tudo indica, com os documentos de que dispomos, a cooperativa procurou em suas práticas iniciar e manter a neutralidade (política e religiosa), elemento que se insere nos princípios da cooperativa pioneira inglesa e conseqüentemente gideana. Essa neutralidade era preconizada também pelos bancos populares de Schulze-Delitzsch, ou ainda, dos modelos italianos de Wolemborg e de Luzzatti. Contudo, salientamos que a neutralidade não quer dizer ausência de uma moralidade, tendo a colônia de Pigüé heranças e práticas do catolicismo. O que se procurou cumprir com a neutralidade religiosa, tanto na Europa quanto em Pigüé, refere-se à adesão livre e à possibilidade de não se ter conflitos ideológicos e de crenças no interior da instituição cooperativa. Nesse sentido, a cooperativa de Nova Petrópolis também cumpriu com esse princípio, pois não devemos confundir a Caixa de Economia e Empréstimo Amstad com a SUP, a qual era confessional e étnica.

Elementos como o catolicismo, a língua e as diversas referências ao país de origem, o *habitus* aparece para Pigüé em maior grau do que em Nova Petrópolis, tendo em vista que

o elemento alemão provinha de diferentes regiões de língua alemã. Enquanto que em Pigüé, por serem todos os imigrantes do mesmo departamento de Aveyron, e em grande medida da mesma localidade, a identificação e o reconhecimento foram facilmente alimentados. Ainda que a colônia de Nova Petrópolis também tenha alimentado suas raízes étnico-culturais, Pigüé contribui para a discussão do *crisol de razas* e do pluralismo cultural no país, sendo claramente reconhecida como uma colônia francesa. Mesmo com todos os esforços do Governo em “argentinizar”, não impediu o crescimento e o fortalecimento do *habitus* camponês francês. As duas colônias são ainda hoje reconhecidas etnicamente e passaram pelos processos de nacionalização procurando se adequar às novas regras, principalmente em suas escolas em relação à língua.

Em nossa comparação, encontramos as especificidades históricas das escolhas que os associados e a direção destas cooperativas fizeram, nos termos dos princípios e das práticas da cooperação. O critério do confronto serviu para desnaturalizar as escolhas predominantes em certo país, além de aumentar as especificações de um contexto em contraste com outro. Dessa maneira, não buscamos realizar nossa análise tal qual Marc Bloch, comparando similaridades e diferenças. Quando as comparamos com o movimento global, foi possível identificar melhor as especificidades e adaptações das cooperativas dentro dos seus espaços regionais.

A figura do imigrante, francês e alemão, sem dúvida, ganhou um espaço destacado em nossa análise. Para entender a motivação cooperativa, foi necessário conhecer e analisar o lugar onde foram inseridos. As colônias de imigração foram entendidas como subespaços, unidades funcionais na dinâmica econômica estatal e, assim, foram comparadas na lógica imigratória do século XIX.

Nas cooperativas estudadas, a Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis e a El progreso Agrícola de Pigüé, se observou a inserção econômica do pequeno proprietário de terra e alguma ascensão política a partir da cooperativa. A doutrina cooperativa foi sendo constituída em acordo e depois da prática. Embora os líderes gaúchos e bonaerenses tivessem algum conhecimento transnacional sobre o fenômeno cooperativo, a história doutrinal das cooperativas cruza-se com a dos acontecimentos locais, regionais e nacionais. A conjuntura socioeconômica de suas colônias em desenvolvimento auxiliou nas escolhas dos princípios que cada uma tomou para si, remodelando e adequando seus estatutos, conforme se apresentava a necessidade econômica e política.

Em relação à região e sua influência de integração e circulação de ideias, temos concluído que houve de fato uma troca de experiências e influências expressas em periódicos do Rio Grande do Sul e na bibliografia sobre mutualismo e cooperativismo dos anos de 1900-1920 que tivemos acesso de Buenos Aires. Contudo, a hipótese que tínhamos

de uma inspiração argentina para a criação da cooperativa de crédito de Nova Petrópolis não pode ser comprovada em efetivo neste trabalho.

Consideramos a questão a partir dos estudos de Arthur Rambo, o qual afirma terem tido esse contato ou conhecimento. A ideia de espelho argentino não coincide no período de criação, pelo menos não para as Caixas Rurais. Examinando a documentação, percebemos que as conexões regionais não foram diretas. A cooperativa de modelo Raiffeisen foi forjada na Argentina somente em 1911, 9 anos depois de sua fundação no Brasil. Como o autor não deixa claro qual foi o modelo que pode ter inspirado os imigrantes alemães, acreditamos que possa ter sido a experiência de Banco Popular que operava naquele país desde 1887. Nesse sentido, a prática preconizada por Luzzatti e Schulze-Delitzsch já despontava na Argentina, nas províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, aos finais do Oitocentos.

Estudar a região possibilitou evidenciar as diferenças e as peculiaridades na ocupação desses subespaços coloniais. A fronteira étnica e física estavam recentemente se expandindo no caso argentino. Frisamos os acontecimentos de invasões indígenas em Pigüé, sendo a colonização instalada logo depois da expansão da fronteira do Estado nacional. Tanto a colônia do RS quanto a de Bs As atenderam a interesses políticos de seus Governos, como a civilização e o branqueamento, que contemplava o ideal do sujeito nacional, e econômicos, para o desenvolvimento da agricultura.

Ressaltamos também a comparação da prática agrícola. Para Nova Petrópolis, chegaram não só lavradores, mas também muitos imigrantes urbanos, enquanto que em Pigüé, apenas os poucos solteiros que chegaram na colônia não eram agricultores. Contudo, foi necessário o conhecimento da terra, do clima, do produto a cultivar. A reprodução de costumes agrícolas não puderam ou nem sempre foram úteis em terras do sul da América. Há de se admitir a necessidade de observar o clima, o solo, as rochas e novas técnicas agrícolas para lidar com a nova vida, ações que não foram premeditadas. A prática agrícola assim como a organização do espaço colonial foi se construindo numa fusão de conhecimentos, locais e tradicionais. A presença de diferentes grupos (*criollos*, ameríndios, mestiços, luso-brasileiros e negros) foi concomitante na região. Salientamos que, em relação à modernização da agricultura, a contribuição desses sujeitos imigrantes foi avaliada a partir da própria constituição da cooperativa, a qual foi entendida aqui como instrumento modernizador o qual permitiu a organização, seguro e escoamento da produção agrícola.

O cooperativismo foi uma estratégia econômica que veio atender às demandas agrícolas dos imigrantes e aos investimentos futuros dos colonos, como assegurar o pagamento dos seus lotes e melhorar o estilo de vida. As cooperativas de seguro e crédito, Pigüé e Nova Petrópolis respectivamente, foram possíveis, em boa parte, pelos conhecimentos prévios dos seus líderes e motivadores que não desistiram, sendo pioneiras

em seus países. Nesse sentido, salientamos que a prática cooperativa veio antes da legislação nacional reguladora das cooperativas: na Argentina, 28 anos antes da primeira lei cooperativa, em 1926; no Brasil, consideramos as leis de 1925 e 1926 que regulamentaram especificamente as cooperativas de crédito, após 23 anos da existência cooperativa do sul.

A *El Agrícola* e a Caixa Amstad desenvolveram estratégias para solucionar problemas diversos a partir da mutualidade. Seus dirigentes demonstraram estar atentos também à afirmação e à revitalização da identidade étnica, mas, ao lado desse objetivo, e não menos importante, almejavam prosperar na atividade econômica que desenvolviam, mediante o seguro e o crédito agrícola. Ressaltamos que a Caixa Amstad não realizava seguros, enquanto que a *El Agrícola* realizava desde o início os dois serviços. Seus líderes dinamizaram a tradição e o moderno, ressignificaram os velhos saberes e as tradições transportados de uma situação para outra, o que não quer dizer que tenha sido uma simples transposição de formas de organização do Velho Mundo para o Novo.

Os motivos de criação foram semelhantes, no sentido de manter os compromissos com a terra pagos em dia e aos interesses da produção agrícola. Entendemos que ambas cooperativas cumpriram seus objetivos, de associação e organização do trabalho imigrante, quer dizer, a cooperativa assegurou a produção e renda - o próprio trabalho.

Nesse sentido, falemos do isolamento da colônia. Ao contrário de Nova Petrópolis, Pigüé possuiu desde seus primórdios uma integração física com a região e capital muito bem sucedida, mediante a via férrea. A estação da cidade foi por muito tempo o elo de comunicação e reencontro, não deixando o sentimento de isolamento da colônia. Já para os alemães, a integração regional foi bem mais difícil, o que prejudicava sobremaneira o escoamento da produção. O transporte e as estradas foram juntos um dos motivos para a cooperação e o associativismo. Dessa maneira, a cooperativa de Pigüé garantiu o desenvolvimento agrícola da colônia, enquanto que a de Nova Petrópolis precisou se engajar para resolver outras questões sociais ligadas ao mutualismo para auxiliar os colonos a sair do atraso frente a outras colônias alemãs.

Por fim, chamamos a atenção para algumas questões que achamos pertinentes nos estudos sobre o cooperativismo. Quando estudamos a história dessas instituições em separado e em comparação, percebemos ainda mais o quanto o cooperativismo está intrinsecamente no associativismo. Sendo a palavra associativismo ampla, pode contemplar todas as expressões de organização coletiva, inclusive o cooperativismo, com suas especificidades. Como salientou Farias (1919, p. 348) “la cooperación y la mutualidad, son todas palabras diferentes, pero persiguen el mismo fin: bondad y bienestar”. Nesse sentido,

apontamos três pontos¹ que consideramos indispensáveis a análises de cooperativas, rurais e urbanas, sobretudo, nos seus primórdios na América:

- a) entender que a cooperativa foi submetida e vista a partir da mutualidade; seus próprios iniciadores a entenderam dessa maneira com uma característica peculiar, o fim lucrativo. Assim, se considerarmos de antemão a sua função de unir as pessoas na ajuda mútua, não cairemos em anacronismo conceitual, buscando uma definição sem o seu consenso na época.
- b) estudar a lógica da associação-empresa que é uma cooperativa nos auxilia a ver para além da lógica empresarial e sua relação com o Estado;
- c) analisar os casos de trabalhadores imigrantes pode nos desvelar outros casos interessantes, mostrando a integração regional e nacional desses grupos de imigrantes, principalmente, pelo cooperativismo ter chegado com eles e ter como fim a correção do social pela via econômica.

As representações sociais e os conhecimentos prévios desses imigrantes reafirmaram nossa hipótese transnacional, colocando suas experiências cooperativas na lógica global do cooperativismo. Os estudos sobre a doutrina cooperativa embora pareçam ser vastos, ainda precisam avançar historicamente, e procuramos contribuir nesse esforço com estes estudos de caso aqui apresentados. Atentamos para as diferentes concepções e interpretações que os próprios indivíduos deram à cooperação à época.

Procuramos apontar no nosso trabalho as diferentes experiências cooperativas, desenvolvidas ao mesmo tempo. E isso nos mostra que, o cooperativismo é fruto de um determinado período histórico. Muitos dos líderes cooperativos e intelectuais sequer se reconheciam à época, tamanha era a novidade desta forma de organização que, simultaneamente se pretendia associação-empresa.

O movimento social cooperativo, constituído ao final do século XIX, não é um bloco único. “Ele toma formas e sentidos de organização, segundo as estruturas sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas, as nacionalidades e as crenças religiosas”. (FRANTZ; HILGERT; CORRÊA, 2006, p. 30). O que tinham outrora e os pensadores ainda hoje têm é a crítica ao capitalismo, ao lucro em demasia, prezando por características como o humanismo, a coletividade, a solidariedade e a justiça social.

¹ Levantados em artigo anterior. (SALATINO, 2017d).

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Jeremy. Una cosecha esquiwa: los socialistas y el campo antes de la primera guerra mundial. **Anuario IEHS**, n. 4, p. 293-333, Tandil, 1989.
- AGUAD, Alfonso Díaz. La utopía como elemento transformador de la Sociedad. **Revista Límite**, n. 11, p. 56-85, 2004. Disponível em: < <http://bit.ly/2mochHH5>>. Acesso em: 29/11/ 2017.
- AGULHON, Maurice. **1848, o aprendizado da República**. Tradução de Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ALBERTO, Paulina L.; ELENA, Eduardo (eds.). **Rething race in modern Argentina**. New York: Cambridge University Press, 2016, p.126-155; 213-241.
- ALVAREZ, Norberto; ZEBERIO, Blanca L. Los inmigrantes y la tierra: labradores europeos en la región sur de la campaña bonaerense (Argentina) a principios del siglo XX. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Año 6, n. 17, p. 57-86, 1991.
- ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. **Estado, educação e modernização agrária: o papel da escola de engenharia de Porto Alegre (RS: 1889-1930)**. São Leopoldo. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.
- ALONSO, Maria Ernestina. **Historia: la Argentina contemporánea 1852-1999**. 1. Ed. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2004.
- AMSTAD, Theodor. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- _____. **Memórias autobiográficas**. Trad. de Arthur Rabuske. São Leopoldo: Unisinos, 1981.
- _____. De que maneira podemos tornar-nos economicamente independentes do estrangeiro [conferência de 1899]. Traduzida por Arthur B. Rambo. In: RAMBO, **Somando forças: o projeto social dos jesuítas do Sul do Brasil**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011, p. 66-76.
- ANDREU, Jean; BENASSAR, Bartolomé; GAINARD, Romain. **Los averoneses en la pampa**. Fundación, desarrollo y vida de la Colonia averonesa de Pigüé, Argentina, 1884-1974. Tradução de Elisa Foz de Ayrinhac. Buenos Aires: DDSG del Ministerio de Economía de la Provincia de Buenos Aires, 1986.
- ANDION, C., & XAVIER, M. L. Análise comparada do associativismo e cooperativismo no Brasil e na Espanha: correntes predominantes, história e configurações jurídicas. **Anais do Encontro de Administração Pública e Governança – ENAPG**, Vitória. p.1-16, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2wag1wO>>. Acesso em: 05/07/2016.

- ANDRADE, LBP. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 129. Disponível em: Scielo Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 22/11/2017.
- BAYON, Denis. Michel-Marie Derrion, pionnier coopératif. **Economie & Humanisme**, n.354, octobre, p. 32-37, 2000. Disponível em:<<https://bit.ly/2JAaTE9>>. Acesso em: 12/10/2016.
- BARROS, José D' assunção. História comparada. Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**. Campinas: SP, n. 13, p. 7-21, 2007.
- BASCETTI, Roberto. **El Diario La Prensa**. [2000]. Disponível em: <<http://www.robertobaschetti.com/pdf/EL%20DIARIO%20LA%20PRENSA.pdf>>. Acesso em: 05/01/2018.
- BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 163-189.
- BERNAND, Carmen. El color de los criollos: de las naciones a las castas, de las castas a la nación. In: CUSSEN, Celia (Ed.). **Huellas de África en América**. Perspectivas para Chile, Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2009, P. 13-24.
- BLANC, Louis. Organização do trabalho (1839). Tradução de Ana Paula Ornellas Mauriel. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- BLANCO, Graciela. Los actores sociales de la ganadería patagónica: políticas públicas y formas asociativas en las primeras décadas del siglo XX. In: HEINZ, F. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 196-216.
- BLOCH, Marc. **Histórias e historiadores**. Textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998, p. 111-150.
- _____. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 14º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- BONAUDO, Marta; BANDIERI, Suzana. La cuestión social aguama en los espacios regionales. In: FALCÓN, Ricardo. **Nueva Historia Argentina: Democracia, Conflicto Social y Renovación de Ideas (1916-1930)**. Tomo 6. Buenos Aires: Editora Sudamérica, 2000, p. 229-281.
- BOSENBECKER, Patrícia. Colonos nos domínios do diretor Rheingantz: uma revolta no Sul do Brasil. **Métis: história & cultura** – v. 11, n. 22, p. 41-65, jul./dez. 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silva e Denise M. Pegorim. Revisão técnica de Paulo Monteiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. **O sociólogo e o historiador**: Pierre Bourdieu e Roger Chartier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Ensaio Geral:3).
- BRAUN, Felipe K. **Memórias de imigrantes alemães e seus descendentes no Sul do Brasil**. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 2011.
- BUBLITZ, Juliana. Os significados da floresta: elementos para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: PEREIRA, Elenita Malta; RÜCKERT, Fabiano Quadros; MACHADO, Neli G. (Orgs.). **História ambiental do Rio Grande do Sul**. Lajeado: UNIVATES, 2014, p. 83-100.
- CABANETTES, Émile. **Clément Cabanettes**: fundador da colônia aveyronesa de Pigüé en la Republica Argentina. Traducción Gloria Girotti. Pigüé: Talleres Graficos El Serrano, 1974.
- CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. 2ed. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.
- CARDOSO, Raul Róis Schefer. **Capítulos de formação de um território negro**. A escravidão rural no Vale do Rio dos Sinos. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.
- CATARUZZA, Alejandro. **Historia de la Argentina (1916-1955)**. 1ed. Buenos Aires: Vienteuno Editores, 2009, p. 23-112.
- CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). **Análise Social**, v. XXIV, n. 100, p. 211-273, 1988.
- _____. **Os passos do homem como restolho do tempo**. Memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERUTTI, Leonel Pedro. **História do cooperativismo de crédito**: estudo comparativo entre Rio Grande do Sul e República Argentina. Dissertação

(Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

CHESNEAUX, Jean. **¿Hacemos tabla rasa del pasado?** A propósito de la historia y de los historiadores. Buenos Aires: Siglo XXI, 1984.

COOK-MARTÍN, David; FITZGERALD, David. Vender el mito de la democracia racial: selección étnica em las políticas migratorias de Brasil desde la República hasta el presente. In: GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda; GONZÁLEZ LEANDRI, Ricardo (eds.). **Migraciones transatlánticas: desplazamientos, etnicidad y políticas**. Madri: Catarata, 2015, p. 29-53.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.32, p. 125-144, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2KyF4wD>>. Acesso em: 05/07/2017.

CORAZZA, Gentil. **Sistema Financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul**. s/d. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_1_corazza.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

CORREA, Fábio Rogério Cassimiro. **Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 1. ed. São Paulo: Editora Grijalbo. 1977.

CRACOGNA, D. O. **Cooperativismo Agrario Argentino**. Buenos Aires: Intercoop. Cuadernos de Cultura Cooperativa, 1968.

DE BONI, Luís Alberto (Org.). **Padre Werner von un zur Mühlen: textos escolhidos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003(Coleção Pensadores gaúchos, 9), p. 7-12.

DE LUCA, Tânia R. **O sonho do futuro assegurado**. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

DI FILIPPO, Josefina. **La sociedad como representación: paradigmas intelectuales del siglo XIX**. 1ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentinos, 2003.

DREHER, Martin N. Protestantismos na América Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: Edições EST, 2002, p. 115-138.

DUARTE, L. M. **Capitalismo e cooperativismo no RS**. Porto Alegre: L&PM; Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais, 1986.

- DUARTE, Laura M.; WEHRMANN, Magda Eva S. de F. Histórico do Cooperativismo Agrícola no Brasil e Perspectivas para a Agricultura Familiar. SABOURIN, Eric (Org.). **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6. n. 23, 2006, p. 13-28. Disponível em: <<https://bit.ly/2HRycso>>. Acesso em: 30/09/2015.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ECKERT, José Paulo. Dominar o sertão e "promover o progresso": o uso da gestão de floresta subtropical do Vale do Rio Pardo (Séc. XIX). In: PEREIRA, Elenita Malta; RÜCKERT, Fabiano Quadros; MACHADO, Neli G. (Orgs.). **História ambiental do Rio Grande do Sul**. Lajeado: UNIVATES, 2014, p. 101-118.
- EGIA, Eba Gaminde. **La doctrina social cristiana y el cooperativismo vasco**. Una alternativa para el cambio. Madrid: Editorial Dyknson, S.L, 2017.
- FALCÓN, Ricardo (Dir.). **Nueva Historia Argentina: Democracia, Conflicto Social y Renovación de Ideas (1916-1930)**. Tomo 6. Buenos Aires: Editora Sudamérica, 2000, p. 11-14.
- FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: 34, 2004.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- FERNÁNDEZ, María Inés. **Las inversiones francesas en la Argentina, 1880-1920**. Buenos Aires: Biblos - Fundación Simón Rodríguez, 1999.
- FERNÁNDEZ, Sandra. Sociabilidad, corporaciones e instituciones. In: BARRIERA, D. (Dir.). **Nueva Historia de Santa Fe**. Tomo 7. Rosario: Prohistoria/La Capital, 2006.
- FERNÁNDEZ, Sandra. La arena pública de las ambiciones privadas. Relaciones sociales y asociacionismo en la difusión de la cultura burguesa: Juan Alvarez y El Círculo de Rosario (1912-1920). **Revista Tierra Firme**, n. 78, Venezuela, Fundación Tierra Firme, p. 229-247. 2002.
- FERNANDES, Dóris Rejane. O trabalho na frente pioneira do Mundo Novo: imigração, natureza e produção. In: MARTINEZ, Elda Evangelina González, et al. (Org.). **História da imigração: possibilidades e escrita**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2013, p. 191-207
- FERRARI, Marcela P. La Argentina de los años 1916-1930. Cuatro itinerarios políticos en tiempos de democracia ampliada. **Cahiers des amériques**

latines, Paris, n. 51-52, p. 149-170, 2006. Disponível em:
<<http://journals.openedition.org/cal/8184>>. Acesso em: 30/09/2015.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: Economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documento 18).

FOURIER, Charles. O novo mundo industrial e societário (1829). Tradução de Paula M.A.C. Mello. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

FRANKE, Wlalmor. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo**. São Paulo: Saraiva, 1973.

FRANTZ, Walter; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. **A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

FURLANETTO, Patrícia Gomes. **O associativismo como estratégia de inserção social: As práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

GANDOLFO, Romolo. Inmigrantes y politica en Argentina: la revoluciín de 1890 y la campaña de la naturalización automatica de residentes extranjeros. Traduação de Alicia Bernasconi. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Año 6, n. 17, p. 23-55, 1991

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**. Características e limites para construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Brasília: Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

GERTZ, René E. O Estado brasileiro e as comunidades de imigração alemã. KERN, Arno Alvarez, et al. (Orgs.). **Sociedades Ibero-Americanas: reflexões e pesquisas recentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 127-134.

_____. A construção de uma nova cidadania, In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 29-42.

_____. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS, (Coleção História: 50), 2002.

_____. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. **Textos de História**, vol. 16, n. 2, p. 119-151, 2008.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. **O fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**. Salvador. Vol. 21, n. 54, p. 439-455. Set/ Dez. 2008. Disponível em: < <https://bit.ly/2joNdY5>>. Acesso em: 11/04/2010.
- GOLIN, Tau. **A fronteira**: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Vol.1. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho**. Política e legislação social no Brasil (1917-1937). 2º ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- _____. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 1994, p. 19-49.
- GUTFREIND, Ieda. Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-riograndense: historiadores municipalistas na prática da oralidade. **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**. Salvador, 2000.
- HALL, Michael. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.). **História da cidade de São Paulo**. V.3. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 121-151.
- HARRES, Marluza Marques. Notas de pesquisa: Cooperativismo rural. Estudos comparados. Rio Grande do Sul e Província de Buenos Aires (1950-1970). **História UNISINOS**. Vol.11, n.3, p. 371-373. Set/ Dez, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2HNmvak>>. Acesso em: 10/01/2008.
- _____. Ocupação e povoamento da Bacia do Rio Camaquã. **Estudos Leopoldenses**. Série História, vol.1, n.2, p. 41-76, 1997.
- HARRES, Marluza Marques; SANTOS, Alba Cristina Couto dos. Encontros e desencontros do cooperativismo na Argentina (Província de Buenos Aires) e no Brasil (Rio Grande do Sul). In: HEINZ, Flávio (Org.). **Poder, instituições e elites**: 7 ensaios de comparação e História. São Leopoldo. Oikos, 2012, p. 91-114.
- HEINZ, Flávio M; KORNDÖRFER, Ana Paula. Comparações e comparatistas. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**. Subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 9-21.
- HOBSBAWM, Eric J. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In: HOBSBAWM, Eric J., et al. (Orgs.). **História do marxismo**: – Marxismo no tempo de Marx. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 33-66.
- _____. **A era das revoluções, 1789-1848**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- _____. **A era dos impérios, 1875-1914**. 13º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLYOAKE, George J. **Historia de los Pioneros de Rochdale**. Buenos Aires, INTERCOOP. Editora Cooperativa Limitada, 2016.

INVENTÁRIO CEDOPE. Unisinos, São Leopoldo, 2011, p. 3. Disponível em: <www.unisinos.br/biblioteca/images/memorial-jesuista/inventario-cedope.pdf>. Acesso em: 08/05/2016.

IZQUIERDO, Mario Y. **Quince años en el cooperativismo agrario argentino: 1953-1968**. Buenos Aires: Intercoop, 1972.

JESUS, Ronaldo Pereira. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Locus**. Revista de História. Juiz de Fora. v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/74.pdf>>. Acesso em: 15/03/2014.

KEIL, Ivete Manetzeder; MONTEIRO, Sílvio Tavares. **Os Pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. Rio Grande do Sul, 1982. Disponível em: <<http://bit.ly/2kmnkvO>>. Acesso em: 31/10/2015. Também, disponível em: <<http://bit.ly/2A2qimX>>. Acesso em 16/07/2017.

KLAES, Luiz S. **Cooperativismo e ensino à distância**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In FAUSTO, Bóris. (Org.). **Fazer América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 13-32.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. History and Theory. **Studies in the Philosophy of History**, v. 42, n. 1, fev. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2sQ2KoO>>. Acesso em: 08/04/2014.

_____. Para além da comparação. **Revista Esboços**. v. 21, n. 31, p. 279-286, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2y0PMcQ>>. Acesso em: 08/09/2014.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**. Mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro. Imago, 1996.

LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional**. Porto Alegre: mercado Aberto, 1985.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Elaine Crüxen. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Uma interpretação sociológica. 2ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981.

- LATTUADA, M. J. **La política agraria peronista (1943-1983)**. Buenos Aires: Biblioteca Política Argentina. 1986.
- LATTUADA, Mario; et al. El cooperativismo agropecuario argentino en la actualidad. Presentación y análisis de tres casos desde la perspectiva del capital social. **Mundo Agrario**, vol. 12, nº 23, segundo semestre de 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2Jjqylh>>. Acesso em: 16/07/2017.
- LAUSCHNER, R., & LENS, M. Associativismo no contexto da reforma agrária do Rio Grande do Sul. **Anais da Semana Social do Rio Grande do Sul**, v. 4, p. 169-232. Porto Alegre: ISCRE, 1969.
- LIMBERGER, E. *Evolução da legislação cooperativa*. Porto Alegre: Sulina, 1983.
- LLUCH, Andrea. El crédito rural: proyectos legislativos y discusiones contemporáneas (1899-1933). In: GRACIANO, Osvaldo; GUTIÉRREZ, Talía Violeta. (Dir.). **El agro en cuestión: discursos, políticas y corporaciones en la Argentina, 1870-2000**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- LUZ FILHO, Fábio. **O cooperativismo e crédito agrícola**. 3ed. refun. ampl. São Paulo: Acadêmica, 1935.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economía social, economía solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas**, Revista de Ciências Sociais. Ano 2, nº 1, p. 123-140, jun./ 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2HJvh94>> Acesso em: 24/02/2017.
- LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. A imprensa alemã no Rio Grande do Sul. Almanaque História, **Jornal ZH**, Porto Alegre, 24/ 02/2017. Disponível em: <<https://goo.gl/dgmMSM>>,. Acesso em: 24/02/2017.
- LEOPOLDINO, Candida Joelma. Elementos conceituais e históricos do cooperativismo. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR** - v. 11 - n. 20 - p. 141 a 156 , 1º sem. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2w905L7>>. Acesso em: 12/11/2015.
- LÓPEZ, Célia Gladys. Los Congresos Argentinos de la Cooperación y su acertada interpretación de la realidad agraria argentina. Congreso Argentino de Inmigración. **IV Congreso de los pueblos de la Provincia de Santa Fé**. Esperanza- Santa Fe, 10- 11 y 12 de Septiembre- 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2GS7yT3>>. Acesso em 30/09/2016.
- _____. Ciclo productivo y marco institucional. Bancos agrícolas regionales y cooperativas agrarias entrerrianas entre 1920 y 1940. **XIII Congreso Internacional de Historia Económica**, IEHA, Buenos Aires, Julio 2002.
- MACHADO, Neli T. G.; Kreutz, Marcos Rogério. *Os Sacerdotes da Companhia de Jesus que atuaram como vigário na Paróquia Santo Inácio/Lajeado-RS, entre 1881 A 1928*. **Revista Destaques Acadêmicos**, ano 1, n. 2, p. 93-107, 2009. Disponível em: < <https://bit.ly/2rhAyub>>. Acesso em: 10/09/2017.

- MADOENHO, Arlindo Aparecido. O cooperativismo em suas raízes: "A formação da Colônia Agrícola Tereza Cristina no Paraná do século XIX.". **WEBARTIGOS**. Disponível em: <<https://goo.gl/BP2FmV>>. Acesso em: 20/03/2016.
- MANCUSO, L. A comparação no estudo da História da América Latina. **Revista Projeto História** (31), p. 259-275, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2HLTD21>>. Acesso em: 10/03/2007.
- MANIKA, Rodrigo Wünsch. Liberdade e igualdade no pensamento utópico de Etienne Cabet. **Revista Vernáculo**, n. 23 e 24, p. 170-177, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2mod4kX>>. Acesso em 09/09/2017.
- MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1, tomo 1, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista** [1848]. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MATEO, G. El Cooperativismo agrario en la provincia de Buenos Aires (1946-1955). **Mundo Agrario**. Revista de estudios rurales, (4), p. 1-22, 2002. Disponível em: <<http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/>>. Acesso em: 10/03/2007.
- MENDELEVICH, P. Las revistas. **Cuadernos de Historia Popular Argentina**, p. 1-20, 1982-1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado y cooperativismo agrícola en Brasil (1901-1945). In: BLACHA, Luis Ernesto; POGGI, Marina (Orgs.). **Redes y representaciones en el poder rural**. 1. ed. Rosario: La Quinta Pata & Camino Ediciones, 2013.
- _____. **A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)**. Niterói/RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.
- MOIRANO, Armando. **Organización de las sociedades cooperativas**. 3º ed. aumentada. Buenos Aires: El Ateneo Editorial. 1947.
- MONFERRAN, Ernesto Eugenio M. **Fundación de la colonia francesa y pueblo de Pigüé**. Buenos Aires, Talleres Gráficos Cadel S.R.L. 1955.
- _____. **El ejército de operaciones del sud y la batalla del Pihüé**. Buenos Aires: Congreso de la nación, 1962.
- MONSMA, Karl. Escravos e trabalhadores livres nas estâncias do século XIX. Um estudo comparativo do Rio Grande do Sul e de Buenos Aires. In: HARRES, M.; REGUERA, A (Orgs.). **Da região à nação. Relações de escala para uma história comparada Brasil-Argentina (séculos XIX e XX)**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 81-114.

MOREIRA, Paulo Roberto S. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Qi48va>>. Acesso em: 20/07/2016.

_____. Sobre fronteira e liberdade: representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). **Anos 90**, porto Alegre, n. 9, julho de 1998.

NAMORADO, Rui. Abrir os princípios cooperativos sem esquecer. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 12, p. 149-159, out./1983. Disponível em: <<https://bit.ly/2JPatcN>>. Acesso em: 30/10/2017.

NEUMANN, Rosane Marcia. Colonização particular: do ideal ao real possível. **XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização**, 2009. Saúde: Corporeidade – Educação. São Leopoldo: Oikos, 2009. 1 CD-ROM.

_____. História e região: movimentos migratórios na dinâmica da colonização sul-rio-grandense (1889-1930). In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Orgs.). **América de múltiplas regiões**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2016, p. 253-269.

NOVICK, Suzana. Las políticas inmigratorias argentinas en su expresión jurídica. Una perspectiva secular. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Año 1, n. 2, p. 239-252, 1986.

OLIVEIRA, Márcio D. Políticas de Imigração na Argentina no Brasil (1886-1924). Semelhanças e diferenças. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, 2011, p. 1-17. Disponível em: <<https://bit.ly/2FFYOL4>> Acesso em: 12/11/2015.

OLIVEIRA, Gabriela..Cooperativismo agrario: instituciones, políticas públicas y procesos históricos. In. OLIVEIRA, G. (Org.). **Cooperativismo Agrario: Instituciones, Políticas y Públicas y Procesos Históricos**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2006, p. 83-120.

_____. Los Proyectos Cooperativos de La Federación Agraria Argentina (primera mitad del siglo XX). GALAFASSI, Guido. (Com.). **El Campo diverso**. Enfoques y perspectivas de la Argentina agraria del siglo XX. Bernal: UNQ Editorial, 2004.

OTERO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: uma história aberta. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 127-152.

_____. **História de los franceses en la Argentina**. Buenos Aires: Biblios, 2012.

_____. Redes sociales primarias, movilidad espacial e inserción social de los inmigrantes en la Argentina. Los franceses de Tandil, 1850-1914. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Año 9, n. 28, p. 521-548, 1994.

OWEN, Robert. O Livro do Novo Mundo Moral (1836-1844). Tradução: Ana paula Ornellas Mauriel. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. A modernidade envolve o campo político: representações e práticas do processo eleitoral na Porto Alegre da década de 1920. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.25, n.50, p. 97-130, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v25n50/28275.pdf>>. Acesso em: 20/04/2017.

PADRÓS, Enrique Serra. Fronteiras e Integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. **Humanas**, Porto Alegre, v. 17, n.1/2, p. 63-85, 1994.

PAZ, Ivoní Nör. **Nova Petrópolis**: da submissão à rebeldia. Os atribulados caminhos de uma comunidade de imigrantes (1858-1937). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990.

_____; DEPPE, Gessy; DEPPE, Lori Schaal; SEIBT, Renato Urbano. **Evolução política e econômica de Nova Petrópolis**: de colônia provincial a município, da pequena propriedade ao turismo. Porto Alegre: Corag, 2006.

PEREIRA, Josei Fernandes. **Elos e correntes**: história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930). Porto Alegre: SESCOOP, 2012.

_____. Da ausência ao intervencionismo do Estado: relações de poder entre o Estado Novo e as cooperativas de crédito gaúchas. **Tempos Acadêmicos**, n.5, 1-15, 2007.

PÉREZ ISSALY, Eva O. **Francisco Issaly, de Aveyron a Pigüé**. La Plata: Dirección de Impresiones del Estado y Boletín Oficial, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **RS: Agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. **República Velha Gaúcha**: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Movimento/ IEL, 1980.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 9ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Contribuição para a história de Nova Petrópolis** –Colonização e evolução da colônia. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. Suas modificações e sua utilidade. 2º edição revista e ampliada, São Paulo: Livraria Pioneira, 1966.

_____. **Evolución del pensamiento cooperativista**. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa Limitada, 1987.

PLANAS, J. Os proprietários e o associativismo agrário na Catalunha (1850-1936). **Análise Social**, XLIV (192), p. 511-531, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2JlQqWR>>. Acesso em: 20/11/2015.

PLOTINSKY, Daniel. Historia del cooperativismo 2: primeras experiencias en el cooperativismo de consumo. **Cooperativismo en Movimiento**, 11/09/2009a. Disponível em: <<https://bit.ly/2lRr2os>>. Acesso em: 26/04/2016.

_____. Historia del Cooperativismo 3: primeras experiencias de cooperativismo agrário. **Cooperativismo en Movimiento**, 09/10/2009b. Disponível em: <<https://goo.gl/KsbjxC>>. Acesso em: 26/04/2016.

_____. Orígenes y consolidación del cooperativismo en la Argentina. **Revista Idelcoop**, n. 215, p. 157-178, mar/ 2015. Disponível em: <idelcoop.org.ar/revista/215>. Acesso em: 22/09/2016.

_____. El Cooperativismo de Crédito en la Argentina. Breve historia. **Archivo Histórico del Cooperativismo de Crédito**, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2r5Q77u>>. Acesso em: 22/09/2016.

_____. Historia del cooperativismo 6: la Ley 11.388 sobre Régimen Legal de las Sociedades Cooperativas (1926). **Cooperativismo en Movimiento**, 04/04/2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2J4erBL>>. Acesso em: 22/09/2016.

POMPEU, Ana Carollina Gutierrez. A Campanha do Deserto e os desafios da civilização: o “problema” do índio na Patagônia e a configuração do Estado-Nação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011, p. 1-12. Disponível em: <<https://bit.ly/2JOrLa2>>. Acesso em: 12/11/2015.

_____. **A construção da Patagônia Argentina**. Dissertação (Mestrado em História) -Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PRADO, M. L. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História** (2º), pp 11-33, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2rj042q>>. Acesso em: 10/03/2007.

PROUDHON, Pierre-Joseph. O que é propriedade? (1840). Tradução de João Emílio Gonçalves e Pedro Quaresma de Araújo. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

- PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 1, p. 64-84, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2HJG7Hy>>. Acesso em: 30/04/2014.
- RABUSKE, Arthur. Empenho pela saúde colonial no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX. In: SULIANI, Antônio. (Org.). **Etnias e carisma**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 272-280.
- RABUSKE, Arthur. Nova fisionomia da Igreja no Rio Grande do Sul, a partir de 1850 (visão geral desde o imigrante teuto e seus descendentes). **Revista Pesquisas**, História, n. 25, p. 53- 67, 1986.
- RADÜNZ, Roberto. **A terra da liberdade**: o luteranismo gaúcho do século XIX. Caxias do Sul: EDUCS; EDUNISC, 2008.
- RAMBO, Arthur. O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. São Leopoldo. **Revista Perspectiva Econômica**, n. 62-63. Série Cooperativismo, n.24-25, 1988, 276p.
- _____. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.
- _____. Theodor Amstad. **Revista Perspectiva Econômica**, vol. 35, n. 110. Série Cooperativismo, n. 47, p. 5-37, 2000.
- _____. **Somando forças**: o projeto social dos jesuítas do Sul do Brasil. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2011.
- _____. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). *Populações Rio-grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998, 147-162.
- _____. A Igreja dos Imigrantes. In: DREHER, Martin N. (Org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: Edições EST, 2002, p. 57-73.
- _____. A Sociedade União Popular como projeto de promoção humana. In: RAMBO, Arthur B.; ARENDT, Isabel C. (Orgs.). **Cooperar para prosperar: a terceira via**. Porto Alegre: SESCOOP/ RS, 2012, p. 52-104.
- RATTO, Silvia. **Rompecabezas para armar**: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo. *Memoria Americana*, (13). p. 179-208, 2005.
- REGUERA, A. Grupos sociais dominantes no Brasil e na Argentina. Notas para uma história regional comparada do século XIX. In: HARRES, M.; REGUERA, A. (Orgs.). **Da região à nação. Relações de escala para uma história comparada Brasil-Argentina (séculos XIX e XX)**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 49-80.
- REICHEL, Heloísa J.; BANDIERI, S. *Redescobrimo as fronteiras*. A sobrevivência histórica das regiões no processo de construção estatal do Brasil e da

Argentina. In: HARRES, M.; REGUERA, A. (Orgs.). **Da região à nação. Relações de escala para uma história comparada Brasil-Argentina (séculos XIX e XX)**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 17-45.

REICHEL, H. J. A participação dos indígenas na construção do Estado argentino (1810-1852). **Projeto História**, v. 13, p.295-311, 2005.

_____; GUTFREIND, I. **Fronteiras e guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

REINHEIMER, Dalva Neraci. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

REZENDE, Rodrigo Castro. **Crioulos e crioulizações em Minas Gerais: designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentista**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

RIZZO, Vânia. **Cooperativismo e associativismo**. Experiências desenvolvidas junto a juventude. Monografia (Especialização em Cooperativismo) - CESCOOP VII, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1989.

ROBINSON, Carlos Alberto. O sindicalismo da Primeira República. **Âmbito Jurídico, Rio Grande**, XII, n. 70, nov 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/yCqug6>>. Acesso em 02/08/2017.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Os tempos diferenciais da modernidade educacional: esboço de um estudo comparativo, Brasil / Argentina. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 175-193, set 2010/ fev. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2HicMIM>>. Acesso em: 22/03/2016.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODRIGUES, Cíntia Régia. O nativo e o colono: o projeto de modernização do estado do Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Márcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 61-75.

RODRIGUES, José Paz. **Robert Owen, promotor da educação infantil e reformador social**. Documentários sobre a sua vida e a sua obra. 16, 09, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2jgR1dw>>. Acesso em: 22/03/2016.

RODRÍGUEZ BRAUN, Carlos. Orígenes del Socialismo Liberal. El caso de Juan B. Justo. **IUEM** (Documento de trabajo 2000-5), 2000. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/iudem/rbraun.DT00-5.pdf>>. Acesso em: 10/02/2015.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Vol.2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

- SABATO, Hilda. Estado y sociedad civil. In: LUNA, Elba ; Cecconi, Elida (Dirs.). **De las confradías a las organizaciones de la sociedad civil**. Historia de la iniciativa asociativa en Argentina 1776-1990. Buenos Aires: Edilab Editora, 2002, p. 101-163.
- SAINT-SIMON. Um sonho (1803). Tradução de Ana Paula Ornellas Mauriel. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- SALATINO, Alba C. Couto dos Santos; SERRES, Helenize Soares. Sinais do tempo. Experiências antijesuíticas nas primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul e na Bahia (Brasil). **IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica**, vol. 4, n.1, 51-67, enero-junio, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/AXBGJ9>>. Acesso em: 05/07/2016.
- SALATINO, Alba Cristina C. dos Santos. “O pequeno padre e pai dos colonos” as representações sociais de Theodor Amstad e suas práticas no Sul do Brasil. **Métis: história & cultura**, v. 16, n. 32, p. 175-198, 2017a. Disponível em: <<https://goo.gl/m3WEqF>>. Acesso em: 10/01/2018.
- _____. O ideal cooperativista desde as missões jesuíticas: uma análise crítica comparada. ZANOTTO, Gizele (Org.). **Anais do V Simpósio do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades, Regional Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)**, Anpuh. Passo Fundo, 2017b, p. 285-299. Disponível em: <<https://bit.ly/2JMHRLa>>. Acesso em: 10/09/2017.
- _____. El Progreso Agrícola: uma Cooperativa no Pampa Bonaerense. **Cadernos UNIFOA**, v. 12, n. 35, p. 49-61, 2017c. Disponível em: <https://goo.gl/oNnqrD>. Acesso em: 20/02/2018.
- _____. O corporativismo e as associações étnicas: tecendo comparações entre o Rio Grande do Sul e a província de Buenos Aires (1900-1930). In: SILVA, Camila, et al. (Orgs.). **Estudos Históricos Latino-Americanos: conexões Brasil e América Latina**. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2017d, p. 1497-1512.
- SALMINIS, Javier Alejandro. El cooperativismo agropecuario en la República Argentina: notas sobre su origen y evolución. **XXII Jornadas de Historia Económica**, 21-24 de septiembre de 2010, p. 1-25. Universidad Nacional de Río Cuarto, Córdoba. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ib2j1f>>. Acesso em: 03/12/2016.
- SANTOS, Alba Cristina Couto dos. **As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho: as memórias da Associação Theodor Amstad e da Sicredi Pioneira**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2013.

- SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHALLENBERGER, Clair T. A. Em nome de Amstad. In: ARENDT, Isabel C.; RAMBO, Arthur B. (Orgs.). **Cooperar para prosperar: a terceira via**. Porto Alegre: SESCOOP, 2012, p. 13-48.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. **Redes de Associações Agrícolas no Sul do Brasil – União Popular e Liga das Uniões Coloniais** - Um estudo comparativo, 2007. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H1-06.pdf>>. . Acesso em: 03/12/2016.
- _____. **O associativismo cristão no sul do Brasil**. A contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sulbrasileiro. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2001.
- SCHEIDT, Eduardo. A construção de fronteiras na Região Platina pela historiografia do século XIX e princípios do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
- SCHNEIDER, José Odelso. **Resgate dos aspectos da história do cooperativismo do Rio Grande do Sul 1902-1960**. São Leopoldo: UNISINOS-CEDOPE. [ca.196?].
- _____. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2º ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1999.
- _____. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais. **Cadernos CEDOPE. Série: Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano**, v6, n.12, p. 7-23, 1994.
- _____. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, 3, 251-173, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2HQPOJa>>. Acesso em: 03/03/2016.
- SCHNEIDER, Diele. **Memórias Compartilhadas: as vivências de imigrantes judeus durante a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2013.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SECRETO, Maria Veronica. **Fronteiras em movimento**. História comparada - Argentina e Brasil no século XIX. Niterói: Editora UFF, 2012.
- _____. **Negros em Buenos Aires**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2013.

- SEEFELD, Ruth Freundlich de. La integración social de extranjeros en Buenos Aires: Según sus pautas matrimoniales. Pluralismo cultural ou crisol de razas? (1860-1923). **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Año 1, n. 2, p. 203-231, 1986.
- SEIDL, E. Igreja e construção nacional no Brasil e na Argentina. In: HEINZ, F. (Org.). **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e História**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p.33-60.
- _____. "Intérpretes da história e da cultura": carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 77-110, dez. 2007.
- SILVA Jr. Adhemar L. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. XXV, n. 2, p. 147-174, 1999.
- _____. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas**. Estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. **Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- SILVA, Adriana Fraga. **Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do Tropeirismo aos Campos de Cima da Serra/ RS**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.
- _____. **"Meu avô era tropeiro!"** Identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo - *Bom Jesus (RS)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- SILVA, Juliana Aparecida Camilo da. **A fronteira negociada: índios e espanhóis nos confins meridionais do Império (século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- SILVA, Neli Schäfer Tesch da. **A compreensão jesuítica da identidade (étnica) teuto-brasileira católica rural no Rio Grande do Sul**. Instrumento (de poder) do projeto de Restauração Católica regional (1872-1961). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.
- SINGER, Paul. Economia Solidária versus Economia Capitalista. **Sociedade e Estado**, vol. 16, n. 1-2, jun./ dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>>. Acesso em: 20/01/2015.

- SOUZA, André Ricardo de. As mudanças na intervenção social do catolicismo brasileiro. **Estudos de Sociologia**, UFPE, v. 13, n. 1, p. 131-160, 2007.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. O catolicismo popular e a Igreja: conflitos e interações. **História UNISINOS**, v. 12, n. 2, p. 127-139, maio/ago. 2008.
- SOUZA, Jean Adriani. **O trabalho associado em Karl Marx**: Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- TESLER, Mario. **Orígenes de la empresa telefónica**: la Sociedad Nacional del Panteléfono. Volume 2 (dos Breviarios de los comunicaciones). Empresa Nacional de Telecomunicações, Gestão de Relações Industriais, Complexo Cultural, Museu das Telecomunicações, 1981.
- THOMPSON FLORES, M. FARINATTI, L. A. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio. **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 145-178.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, Charles. **Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **La democracia en América (1835)**. Traductor Dolores Sánchez de Aleu. Paris: Gallimard, 1993.
- TONINI, Veridiana Maria. **Uma relação de amor e ódio**: o caso Wolfran Metzler (Integralismo, PRP, e Igreja Católica, 1932-1957). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto De Filosofia E Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 2003.
- TORRE, Angelo. Recorridos de la practica. **Historia, Antropologia y fuentes orales**. n. 38, p. 23-28, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2l7VxcG>>. Acesso em: 21/09/2015.
- TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor**. Ensaio sobre sociologia. Portugal: Instituto Piaget, 1984.

- TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2000a.
- _____. Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos da colonização. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXVI, n.1, p. 235-246, julho/2000b.
- VARGAS, Alfonso. El cooperativismo agrário argentino. **REVESCO**, Revista de Estudios Cooperativos, n. 63, p. 185-204, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/7GsDGu>>. Acesso em: 17/05/2017.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi**, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan.-jun. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/j5eiNx>>. Acesso em: 10/02/ 2015.
- VOGT, Olgário; RADÜNZ, Roberto. Jesuítas e cooperativismo: as associações e seu papel no desenvolvimento regional o Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, Maringá (PR), v. V, n.15, p. 273-284, jan./2013. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf15/18.pdf>>. Acesso em 10/03/2015.
- WALTER, Carolina Palma. **O socialismo utópico e a crítica a razão utilitária**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, cap. 3.
- WATKINS, William. P. **Los principios cooperativos hoy y mañana**. Bogotá: ESACOO, 1989.
- _____. **La Alianza Cooperativa Internacional 1895-1970**. Traducido por Miguel Angueira Miranda y Josefina Ludmer. Buenos Aires: Intercoop, 1973.
- WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**. São Paulo. n. 14, 2013, p. 13-29. Disponível em: <<http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1225/1088>>. Acesso em: 10/05/2014.
- WERLE, Márcio José. **“Um por todos e todos por um”**. Uma história das Caixas Rurais. 2014. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.
- WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul - Século XIX**. 2 ed. São Leopoldo: Oikos /Editora UNISINOS, 2015.
- ZANZOTTERA, María Guillermina. Las políticas económicas y sociales de la Argentina (1911-1924). **Revista Idelcoop**, n. 211. p. 218-227, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/gavWzZ>>. Acesso em: 10/11/2014.

ZARTH, Paulo A. Interpretações da imigração e colonização no sul do Brasil: para uma crítica ambiental. In: MARTINEZ, Elda Evangelina González, et al. (Org.). **História da imigração: possibilidades e escrita**. São Leopoldo: Oikos /Editora Unisinos, 2013, p. 150-177.

DOCUMENTOS E ARQUIVOS

Gerais

ALIANZA Cooperativa Internacional [ACI]. Nuevos enfoques de los principios cooperativos en el mundo. Idelcoop: Argentina. **Informe de la Comisión sobre los principios de la Alianza Cooperativa Internacional**, celebrado en Viena (Austria) en setiembre de 1966.

BHO. The parish of Rochdale. In: FARRER, William; BROWNBILL, J. (Eds.). **A History of the County of Lancaster: Volume 5**. London, 1911, p. 187-201. British History Online. Disponível em: <<https://bit.ly/2KwFtzN>>. Acesso 07/08/2017.

LEÃO XIII. **Sobre a condição dos operários**: Rerum Novarum. Biblioteca da Doutrina Social Jackson de Figueiredo. Disponível em: <www.centroschumann.org>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OWEN, Albert Kimsey. Disponível em: Repositório Digital On Line Archive of California, <<http://bit.ly/2yxL7uU>>. Acesso em: 10 de set. de 2017.

OWEN, Robert. **Report to the county of Lanark**. Maio de 1820. Disponível em: Repositório Digital da University of Texas at Austin, <<http://bit.ly/2hu30Yg>>. Acesso em: 21 de set. De 2017.

RETRATO: Wilhelm Haas (1839-1913). Disponível em: Sítio das Cooperativas de Crédito Alemãs, <<http://genossenschaftsgeschichte.info/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

**Web Sites Consultados*

INSTITUTO Nacional de Cooperativismo, Paraguai, <<http://www.incoop.gov.py/v2/>>. Acesso em: 04/06/2017.

ZENTRALVERBAND deutscher Konsumgenossenschaften, ZDK (Associação Central das Cooperativas de Consumidores Alemãs), <<https://www.zdk-hamburg.de/>>. Acesso em: 04/06/2017.

Brasil - Rio Grande Do Sul

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul, Sobre diretores e agrimensores da Colônia de Nova Petrópolis. Códices: F-327- 337; F- 329-332; F- 336-346; F- 338- 340.

ATA da Assembleia Geral do Partido Católico do Centro, 15/11/1896. Localização: Fundo Wolfran Metzler, pasta 01. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo/RS.

ATA da Central das Caixas Rurais União Popular, nº 1, 25/01/1926. Localização: Fundo Sociedade União Popular – 01. Memorial Jesuítico Unisinos, São Leopoldo/RS.

BOLETIM da Diretoria de Estatística (*Secção Demográfica*), Porto Alegre, v.2,1909. p.38. In: FUNDAÇÃO de Economia e Estatística de Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. **Censos do RS 1303-1950**. Porto Alegre, 1981, p. 107. Fundação FEE, Porto Alegre /RS.

BRASIL. **Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860**. Disponível em: Arquivos Históricos da Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, <<https://goo.gl/Fo48k6>>. Acesso em 30/08/2017.

_____. **Decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860**. Contém diversas disposições sobre a criação e organização dos Bancos, Companhias, Sociedades anonymas e outras, e prorroga por mais quatro mezes o prazo marcado pelo artigo 1º do Decreto nº 2.686 de 10 de novembro do corrente anno. Disponível em: Arquivos Históricos da Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, <<https://goo.gl/E7Vm4X>>. Acesso em: 30/08/2017.

_____. **Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860**. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Disponível em: Arquivos Históricos da Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, <<https://goo.gl/Fo48k6>>. Acesso em 30/08/2017.

_____. **Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903**. Faculta aos profissionais da agricultura e industrias ruraes a organização de syndicatos para defesa de seus interesses. Disponível em: Arquivos Históricos da Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, <<https://goo.gl/YUJ7un>>. Acesso em 30/08/2017.

_____. **Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907**. Crea syndicatos profissionaes e sociedades cooperativas. Legislação Informatizada, Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://goo.gl/RGL8DR>>. Acesso em 30/08/2017.

_____. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: Arquivos Históricos da Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, <<https://goo.gl/2dEz4C>>. Acesso em: 30/08/2017.

_____. **Decreto nº 17.339, de 2 de Junho de 1926.** Aprova o regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e funcionamento das Caixas Raiffeisen e Bancos Luzzatti. Legislação Informatizada, Câmara dos Deputados. Disponível: em <<https://goo.gl/EQYUX1>>. Acesso em: 30/08/2017.

_____. **Lei nº 4.984, de 31 de dezembro de 1925.** Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1926. Legislação Informatizada, Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://goo.gl/9c1FaH>>. Acesso em: 30/08/2017.

BRITTO, José Saturnino. **Um brado de defesa da cooperação.** Rio de Janeiro: GB Brasil, 1927. Disponível em: <<https://bit.ly/2KACvds>>. Acesso em: 30/09/2016.

CORRESPONDÊNCIAS da Diretoria da Caixa de Economia e Empréstimo Amstad para Theodor Amstad. Tradução: Lisiane Schumann. Localização: Fundo Sociedade União Popular – 01 e 02. Memorial Jesuítico Unisinos, São Leopoldo/RS

ESTATUTO da Sociedade União Popular, março de 1915. Localização: Fundo Sociedade União Popular – 01. Memorial Jesuítico Unisinos, São Leopoldo/RS.

IMAGENS DA CAPA. Fundadores, sede da cooperativa Caixa de Economia e Empréstimo Amstad. In: Pasta Theodor Amstad. Arquivo Histórico de Nova Petrópolis/RS.

KOSERITZ, Carlos von. **Relatório da Administração Central das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**, apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignácio marcondes Homem de mello 15 de julho de 1867. Localização: Obras Raras, Biblioteca José Otão, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório.** Apresentado à Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul (na 1.a sessão da 9.a legislatura). Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/890>>. Acesso em: 14/03/2016.

LIMBERGER, Emiliano. **Diretrizes de Amstad.** [Texto datilografado], s/d. Localização: Pasta Theodor Amstad. Arquivo Histórico de Nova Petrópolis/RS.

RAMBO, Balduino. **A imigração alemã no Rio Grande do Sul (1824-1914).** In: Separata da Enciclopédia Rio-Grandense. O Rio Grande Antigo. v. I, s/d a. Localização: Fundo Balduino Rambo S. J. Cód. 1.4.1.6. SUP, 17-42. Memorial Jesuítico – UNISINOS, São Leopoldo /RS.

_____. **Pe. Teodoro Amstad S. J.** Um homem do povo de veste talar. [Texto datilografado], s/d b. Localização: Fundo Balduino Rambo S. J, código 1.4.1.8. ALR-9. / UNISINOS Código 1.4.1.8. ALR-9. São Leopoldo/RS.

RESUMO da Ata de Fundação da Caixa de Economia e Empréstimo Amstad. Localização: Museu da Caixa Rural, Sicredi Pioneira. Nova Petrópolis/RS.

VOLKMER, Albano. **Discurso**. Relatório de atividades da Central das Caixas Rurais “tipo *Raiffeisen*” da União Popular do RS. Ano social – 1942. Porto Alegre. Março, 1943. Localização: Fundo Balduino Rambo S. J. Cód. 1.4.1.6. SUP 24, 17-42. Memorial Jesuítico – UNISINOS, São Leopoldo/ RS.

**Periódicos*

A ESTÂNCIA- mai./1914.1924: n. 1; n. 2; n. 3; n. 4.
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CORREIO do Povo. SUPLEMENTO Correio Rural, 1958-1959. Localização:
Memorial Jesuítico Unisinos, São Leopoldo/RS.

HERVÉ, Egdio. A necessidade da organização do crédito rural no Rio Grande do Sul. **Revista A Estância**, Anno X, n. 1, p. 21- 26, ago./1924. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

JORNAL *A Nação*, Porto Alegre, ano 5, 2 de abril de 1952. Localização: Fundo Balduino Rambo S. J. Variados Cód. 1.4.1.6, SUP 53, 51-81. Memorial Jesuítico UNISINOS, São Leopoldo/RS.

MOREIRA, Maciel. Banco Agrícola. **Revista A Estância**, mai./ 1914. Biblioteca Pública Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

REVISTA da Agricultura do Rio Grande do Sul – 1903: n. 4; n. 5 e 6-.
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

**Web Sites Consultados*

ACERVO ESTADÃO. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 10/01/2017.

INFORMAÇÕES familiares de teuto-brasileiros, <<https://goo.gl/jQnCeD>>; <<https://goo.gl/SF26zo>>. Acesso em: 10/01/2017.

PREFEITURA de Santa Clara do Sul/ RS, <<https://bit.ly/2l6JAnv>>. Acesso em: 02/02/2012.

PORTAL do Cooperativismo Financeiro, <<https://bit.ly/2sF35d5>>. Acesso em: 10/02/2012.

PREFEITURA de Cerro Largo
<<https://www.cerrolargo.rs.gov.br/site/conteudos/2039-historia>>. acesso em 12/09/2017.

Argentina - Buenos Aires

ACTA de Fundación e Estatuto. **El Progreso Agrícola de Pigüé: Sociedade Cooperativa Mutua de Seguros y Anezos, 1898.** [Contém atas de: 01/10/1898; 01/11/1898 e 07/10/1900]. Localizaçã: Inventário n. 24716. Biblioteca Utopía, Centro Cultural de la Cooperación, Cidade Autónoma.

ALRIC, Margarita L. J Perussi de. **Pi-Hue.** Reseña histórica del Pueblo de Pigüé. Pigüé, Octubre, 1947. Caps. II, III e IV. Localizaçã: HP Saavedra-Pigüé n. 13.826. Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, La Plata.

AMADEO, Tomas. Material Informativo. **La Prensa, Buenos Aires, 03/02/1911.** Localizaçã: Archivo Monferran: Casillero n.15, letra N, Cuerpo I. Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires.

_____. **Los sindicatos profesionales:** en el extranjero y en la Republica Argentina. ABELEDO, Valerio (editor). Buenos Aires: Librería Jurídica Lavalle, 1922.

ARMERO SIXTO, Carlos. Setenta y cinco años de la primera cooperativa agraria. **Agro Nuestro:** La Revista Argentina del Hogar Agrario. Año XVI, n. 146, p. 86-87, enero /1973. Localizaçã: E5 321 (84.2). Biblioteca da Sociedad Rural Argentina, Cidade Autônoma.

ARGENTINA. **Código de Comercio de la República Argentina,** de 5 de octubre de 1889. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad. Localizaçã: Biblioteca do Archivo General de la Nación, Cidade Autônoma.

_____. **Ley 11.388 de 1926.** Régimen de las Sociedades Cooperativas. Localizaçã: Biblioteca do Archivo General de la Nación, Cidade Autônoma.

_____. **Segund Censo Nacional en la República Argentina.** Levantado em 10 de Mayo de 1895. Libreto da provincia de Buenos Aires. Tomo 131. Tipográfico de la Penitenciaría Nacional. Localizaçã: Pasta 819, Archivo General de la Nación, Cidade Autônoma.

_____. **Tercer Censo Nacional na República Argentina.** Levantado em 1º de Junio de 1914. Libreto da provincia de Buenos Aires. Tomo:2, 3, 8 e 10. Tipográfico de la Penitenciaría Nacional. Biblioteca Central Universidad Nacional de Mar del Plata, Buenos Aires.

BOREA, D. **Tercer Censo Nacional.** La mutualidad y el cooperativismo en la República Argentina. Buenos Aires: Talleres J.L. Rosso y Cía. 1917. Localizaçã: Biblioteca Sociedad Rural, Buenos Aires.

_____. Cooperaçã e mutualidade. **Reflector,** Pigüé, 8/05/1920, capa. Localizaçã: Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires.

DISPOSIÇÕES do Estatuto de 1914 da El Progreso Agrícola de Pigüé. Localizaçã: Archivo Monferran: Casillero n.15, letra N, Cuerpo I. Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires.

DUCOS, Felipe. **Carta del gerente de El Progreso Agrícola de Pigüé** [ca.1904] ao professor Tomas Amadeo. Localização: Archivo Monferran: Casillero n.15, letra N, Cuerpo I. Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires.

EL PROGRESO Agrícola. **Resenha Historica**: 75º aniversario. 1898-1973. [ca.1973]. Localização: HFN 197. Biblioteca Utopía, Centro Cultural de la Cooperacion.

ESTATUTO El Progreso Agrícola, 1903. Localização: Archivo Monferran: Casillero n.15, letra N, Cuerpo I. Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires.

FARIAS, Mujica. **Economía financiera, social e política**: evolución del cooperativismo. Buenos Aires: Libreria Mendesky. 1919. Localização: Biblioteca Sociedad Rural, Buenos Aires.

GIDE, Charles. **La cooperación y la escuela primaria**. Buenos Aires. Centros de Estudios Cooperativos, 1929. Localização: Biblioteca Sociedad Rural, Buenos Aires.

IMAGENS DA CAPA. Fundadores, símbolo e sede da cooperativa El Progreso Agrícola de Pigüé. In: EL PROGRESO Agrícola. Resenha Historica: 75º aniversario. 1898-1973. [ca.1973]. Localização: HFN 197. Biblioteca Utopía, Centro Cultural de la Cooperacion.

LEVENE, Ricardo (Dir.) **Historia de la Provincia de Buenos Aires y Formación de sus Pueblos**. Tomo II, 1940. Publicaciones del Archivo Historico de la Provincia de Buenos Aires, La Plata.

RAVIGNANI, Emilio. **Historia de las doctrinas económicas**. Programa da Faculdade de Ciências Económicas, 22/03/1930. Edição oficial. UBA, Buenos Aires: Tall. Graf. Flaibon Cía. Localização: inventário n. 14767. Biblioteca do Instituto Emilio Ravignani.

SALAS, Carlos P. (Dir.). **Apuntes sobre la distribución de la población de la provincia de Buenos Aires**. Dirección general de Estadística de la Provincia de Buenos Aires. La Plata. Taller de Impresiones Oficiales, 1907. Localização: Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, La Plata.

UNIÓN AGRÍCOLA DE PIGÜÉ, 1910. Localização: Archivo Monferran: Casillero n.15, letra N, Cuerpo I. Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires.

*Periódicos

EL INDEPENDIENTE: 1901; 1902; 1903; 1904; 1907; 1908; 1910.
Localização Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé. Buenos Aires.

EL ORDEN: 1934 (n. Extraordinário. 50º Aniversário. Bodas de Oro de Pigüé y Arroyo Corto. "El Progreso Agrícola de Pigüé"). Localização Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé. Buenos Aires.

EL REFLECTOR: 1908; 1909; 1918; 1919; 1920; 1921. Localização: Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé. Buenos Aires.

LA PRENSA: 1910; 1911.

Localização: Archivo Monferran: Casillero n.15, letra N, Cuerpo I. Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires.

REVISTA LA AGRICULTURA: 1900; 1903 (Balanço Estatístico.Agrícola)

Localização: Archivo Monferran: Casillero n.15, letra N, Cuerpo I. Museo y Archivo de la Ciudad de Pigüé, Buenos Aires.

**Web Sites Consultados*

ARCHIVO Histórico del Cooperativismo de Crédito, < <http://www.archicoop.org.ar/>>. Acceso em: 26/04/2016.

BIBLIOTECA Nacional de Maestro. Argentina, <<https://bit.ly/2qcdYTm>>. Acceso em: 10/01/2017.

EL PROGRESO SEGUROS S/A, <<https://www.elprogresoseguros.com.ar/>>. acceso em 15/04/2016.